



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANITA LUISA FREGONESI DE MORAES

**RESSIGNIFICAÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DA
ARGUMENTATIVIDADE PROVERBIAL EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS DE OPINIÃO**

Londrina
2022

ANITA LUISA FREGONESI DE MORAES

**RESSIGNIFICAÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DA
ARGUMENTATIVIDADE PROVERBIAL EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS DE OPINIÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Esther Gomes de Oliveira

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F827r Fregonesi de Moraes, Anita Luisa Fregonesi de Moraes.

Ressignificação Semântico-Pragmática da Argumentatividade Proverbial em Textos Jornalísticos de Opinião / Anita Luisa Fregonesi de Moraes Fregonesi de Moraes. - Londrina, 2022.
270 f.

Orientador: Esther Gomes de Oliveira Oliveira.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Provérbios - Tese. 2. Argumentação - Tese. 3. Linguística Textual - Tese. 4. Resignificação - Tese. I. Oliveira, Esther Gomes de Oliveira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

ANITA LUISA FREGONESI DE MORAES

**RESSIGNIFICAÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DA
ARGUMENTATIVIDADE PROVERBIAL EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS DE OPINIÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Esther Gomes de
Oliveira
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Rosemeri Passos B. Machado
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Maria Isabel Borges
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Givan José F. Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná –
UTFP

Londrina, 22 de fevereiro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, Ademir, que sempre me incentivou e apoiou ao longo de todos esses anos de estudo. Agradeço, principalmente, por nunca se queixar das minhas ausências e horas de estudo.

Aos meus filhos, Leonardo, Felipe e Natália, e às minhas noras, Letícia e Desirée, por compreenderem e respeitarem meus momentos de ansiedade.

À minha mãe, Ivonne, e ao meu pai, Dércio (*in memoriam*), bases sólidas da minha vida.

Aos meus colegas do Instituto Federal de São Paulo, campus de Presidente Epitácio, especialmente aos professores do curso de Letras, pelo desprendimento, colaboração e carinho.

À Profa. Dr^a. Esther Gomes de Oliveira, minha orientadora, por me acompanhar e ajudar no desenvolvimento desta pesquisa e por suas pertinentes correções, que me fizeram crescer pessoal e profissionalmente.

Às professoras doutoras Rosimeri Passos Baltazar e Maria Isabel Borges, debatedoras nos SEDATAs, além de bancas do processo de qualificação e deste trabalho e cujas contribuições abriram novas perspectivas de pesquisa.

Aos professores doutores Miguel Luiz Contani e Givan José Santos, participantes da banca por ocasião da qualificação, pelas orientações didáticas, metodológicas e conceituais que ajudaram a aprimorar a pesquisa e pelo tempo despendido ao aceitarem fazer parte da banca examinadora deste trabalho.

Aos professores do PPGEL, pela competência, simpatia e disposição com que ministram suas disciplinas, tornando as aulas um momento agradável de compartilhamento de saberes.

A todos que comigo convivem e que participam da minha trajetória com palavras de incentivo.

A Deus, sempre!

Grande é a tarefa que nos espera! Para todos os seres humanos constitui quase um dever pensar que o que já se tiver realizado é sempre pouco em comparação com o que resta por fazer.

João XXIII (carta encíclica *Pacem in Terris*, 1963, p. 29).

RESUMO

FREGONESI DE MORAES, Anita Luisa. **Ressignificação semântico-pragmática da argumentatividade proverbial em textos jornalísticos de opinião**. 2022. 270 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

Este trabalho visa analisar as estratégias de resignificação semântico-pragmática da argumentatividade do gênero provérbio em duas colunas jornalísticas publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, e em dois artigos publicados na revista *Veja*, em 2018 e 2021. A escolha desses suportes da mídia impressa pautou-se no fato de terem alcance e respeitabilidade sociais significativos e a seleção dos textos considerou seu caráter opinativo e a inclusão de um provérbio como mote para o desenvolvimento da argumentação em defesa de um ponto de vista defendido pelo locutor. A literatura é profícua quanto às tentativas de definição do gênero provérbio e de suas características; no entanto, em nossa tese, consideramos duas de suas propriedades mais recorrentes para nortear nossas análises: o caráter polifônico desses enunciados e seu valor de autoridade argumentativa nas interações sociais, partindo das propostas teóricas da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa. Considerando que a argumentação está inscrita na língua e que o próprio evento enunciativo expressa a intencionalidade do locutor em provocar uma mudança no interlocutor, levando-o a aderir ao seu ponto de vista por meio da combinação de uma série de aspectos, entre os quais se destacam a seleção lexical e a intertextualidade, entre outros, as análises concentram-se em dois eixos exploratórios: um que observa os recursos linguístico-argumentativos que direcionarão o sentido divergente e outro, a mobilização da argumentatividade proverbial. Nesses encadeamentos argumentativos que subsidiam a opinião do locutor, constatamos que o provérbio, representante de valores que norteiam a realidade social de uma comunidade, apresenta, nos textos jornalísticos analisados, sentidos divergentes a esses valores pré-construídos como estratégia argumentativa, tendo, por vezes, intervenções em sua materialidade linguística com uma consequente resignificação semântico-pragmática.

Palavras-chave: provérbios; resignificação; argumentação; intertextualidade; discurso jornalístico.

ABSTRACT

FREGONESI DE MORAES, Anita Luisa. **Semantic-pragmatic resignification of the proverbial argumentativity in journalistic opinion texts.** 2022. 270 p. Thesis (Doctorate in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

This work aims to analyze the strategies of semantic-pragmatic resignification of the argumentation of the proverb genre in two journalistic columns published in the newspaper Folha de S. Paulo, in the years 2008 and 2009, respectively, and in two articles published in the magazine Veja, in 2018 and 2021. The choice of these print media supports was based on the fact that they have significant social reach and respectability, and the selection of texts considered their opinionated character and the inclusion of a proverb as a motto for the development of argumentation in defense of a point of view defended by the announcer. The literature is fruitful in terms of attempts to define the proverb genre and its characteristics; however, in our thesis, we consider two of its most recurrent properties to guide our analyses: the polyphonic character of these statements and their value of argumentative authority in social interactions, starting from the theoretical proposals of Textual Linguistics and Argumentative Semantics. Considering that the argumentation is inscribed in the language and that the enunciative event itself expresses the speaker's intention to effect a change in the interlocutor, leading him to adhere to his point of view through the combination of a series of aspects, among which lexical selection and intertextuality, among others, stand out, the analyzes focus on two exploratory axes: one that observes the linguistic-argumentative resources that will direct the divergent meaning and the other, the mobilization of the proverbial argumentativeness. In these argumentative threads that support the speaker's opinion, we find that the proverb, representative of values that guide the social reality of a community, presents, in the journalistic texts analyzed, divergent meanings to these values as an argumentative strategy, having, at times, interventions in its linguistic materiality with a consequent semantic-pragmatic resignification.

Keywords: proverbs; resignification; argumentation; intertextuality; journalistic discourse.

RÉSUMÉ

FREGONESI DE MORAES, Anita Luisa. **Resignification sémantique-pragmatique de l'argumentativité proverbiale dans les textes d'opinion journalistiques**. 2022. 270 p. Thèse (Doctorat en études de langues) – Université d'État de Londrina, Londrina, 2021.

Ce travail vise à analyser les stratégies de resignification sémantique-pragmatique de l'argumentation du genre du proverbe dans deux colonnes journalistiques publiées dans le journal Folha de S. Paulo, dans les années 2008 et 2009, respectivement, et dans deux articles publiés dans le magazine Veja, en 2018 et 2021. Le choix de ces supports de presse écrite a été basé sur le fait qu'ils ont une portée sociale et une respectabilité importantes et la sélection des textes a tenu compte de leur caractère opiniâtre et de l'inclusion d'un proverbe comme devise pour le développement de la argument en faveur d'un point de vue défendu par l'orateur. La littérature est féconde en tentatives de définition du genre proverbial et de ses caractéristiques; cependant, dans notre thèse, nous avons considéré deux de ses propriétés les plus récurrentes pour guider nos analyses : le caractère polyphonique de ces énoncés et leur valeur d'autorité argumentative dans les interactions sociales, sur la base des propositions théoriques de la linguistique textuelle et de la sémantique argumentative. Considérant que l'argument est inscrit dans la langue et que l'événement énonciatif lui-même exprime l'intention du locuteur de provoquer un changement chez l'interlocuteur, l'amenant à adhérer à son point de vue par la combinaison d'une série d'aspects, parmi lesquels la mise en évidence lexicale sélection et intertextualité, entre autres, les analyses portent sur deux axes exploratoires: l'un qui observe les ressources linguistiques-argumentatives qui orienteront le sens divergent et l'autre, la mobilisation de l'argumentation proverbiale. Dans ces chaînes argumentatives qui étayent l'opinion de l'orateur, nous avons constaté que le proverbe, représentatif des valeurs qui guident la réalité sociale d'une communauté, présente, dans les textes journalistiques analysés, des sens divergents à ces valeurs comme stratégie argumentative, intervenant parfois dans sa matérialité linguistique avec une resignification sémantique-pragmatique conséquente.

Mots-clés: proverbes; re-signification; argumentation; intertextualité; discours journalistique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propaganda.....	17
Figura 2 – Tirinha.....	17
Figura 3 – Anúncio publicitário.....	18
Figura 4 – Classes de textos jornalísticos.....	61
Figura 5 – Relações contextuais.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos textuais.....	54
Quadro 2 – Gêneros jornalísticos.....	61
Quadro 3 – Modalizadores <i>stricto sensu</i>	130
Quadro 4 – Modalizadores <i>lato sensu</i>	130
Quadro 5 – Expressões coloquiais.....	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
JUSTIFICATIVA	19
OBJETIVOS	27
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
CAPÍTULO 1 – OS GÊNEROS	33
1.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DOS GÊNEROS	33
1.2 GÊNEROS: MÚLTIPLAS PERSPECTIVA	37
1.3 CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS TEXTUAIS	46
1.3.1 Gêneros e Dialogia.....	49
1.3.2 Tema, Forma Composicional e Estilo.....	50
1.4 GÊNERO E TIPO TEXTUAL.....	52
1.4.1 A Mídia Escrita	55
1.5 GÊNEROS JORNALÍSTICOS	58
1.5.1 Tentativas de Classificação dos Gêneros Jornalísticos.....	58
1.5.1.1 O jornalismo opinativo	64
1.6 A INTERGENERICIDADE – O GÊNERO PROVÉRPIO NOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....	66
CAPÍTULO 2 – PROVÉRBIOS	72
2.1 BREVE HISTÓRICO	74
2.2.1 Antiguidade Clássica	75
2.2.2 Idade Média e Período Clássico.....	75
2.2.3 Provérpio na Bíblia	77
2.3 POSSÍVEIS DEFINIÇÕES	79
2.4 O PROVÉRPIO COMO REPRESENTAÇÃO CULTURAL.....	85
2.4.1 A Cultura Popular	88
2.4.2 Provérbios e Coletividade.....	89
2.5 ESTRUTURA PROVERBIAL	94

2.5.1	A Desconstrução Proverbial	96
2.6	DIALOGISMO E PROVÉRPIO.....	100
2.6.1	Bakhtin e o Dialogismo.....	100
2.6.2	A Polifonia de Ducrot.....	104
	CAPÍTULO 3 – ARGUMENTAÇÃO	110
3.1	A ARGUMENTAÇÃO NA HISTÓRIA.....	111
3.1.1	Antiguidade Clássica	111
3.1.2	Da Idade Média ao Século XX.....	115
3.2	ARGUMENTAÇÃO NO SÉCULO XX	117
3.2.1	A Nova Retórica	117
3.2.2	Escola de Oxford e a Teoria da Enunciação	119
3.2.3	A Semântica Argumentativa	122
3.2.4	Argumentação e Linguística Textual	125
3.2.4.1	Intertextualidade como recurso argumentativo.....	134
3.2.4.2	A ironia	139
3.2.4.3	A polêmica como aspecto argumentativo.....	141
	CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO CORPUS.....	145
4.1	A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO.....	145
4.2	RELAÇÕES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS	147
4.3	METODOLOGIA DE ANÁLISE E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	148
4.4	ANÁLISE DO TEXTO 1 – <i>DE VOLTA AOS TRILHOS</i>	151
4.4.1	Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos.....	152
4.4.1.1	Expressões coloquiais.....	153
4.4.1.2	Paralelismo.....	156
4.4.1.3	Condicionalidade	156
4.4.1.4	Modalizadores	157
4.4.1.5	Operador argumentativo MAS.....	158
4.4.1.6	Ironia	160
4.4.2	Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial	161
4.5	ANÁLISE DO TEXTO 2 – <i>LULA ENGOLE O PT</i>	163
4.5.1	Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos.....	164
4.5.1.1	Uso das aspas.....	164

4.5.1.2	Perguntas argumentativas.....	168
4.5.1.3	Paralelismo.....	170
4.5.1.4	Expressão coloquial	172
4.5.1.5	Estrutura relacional coordenativa	173
4.5.2	Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial	175
4.6	ANÁLISE DO TEXTO 3 – <i>DE PERNAS LONGAS: UMA VEZ CONSENTIDA, A MENTIRA É OBRA DIFÍCIL DE DEMOLIR</i>	179
4.6.1	Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos.....	180
4.6.1.1	<i>Intertextualidade</i>	180
4.6.1.2	<i>Modificadores avaliativos e ethos</i>	185
4.6.2	Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial	189
4.7	ANÁLISE DO TEXTO 4 – <i>CALMA LÁ COM O “OUTUBRO VERMELHO”: SACO DE GATOS: UNIFICAR OS PROTESTOS MUNDIAIS É TRUQUE INTELECTUAL</i>	196
4.7.1	Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos.....	198
4.7.1.1	Coerência e conhecimento compartilhado	198
4.7.1.2	Uso das aspas.....	201
4.7.1.3	Encadeamento de subordinadas adjetivas.....	204
4.7.1.4	Expressões populares	206
4.7.2	Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial	212
4.8	ANÁLISE DO TEXTO 5 – <i>MANDA QUEM PODE</i>	217
4.8.1	Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos.....	218
4.8.1.1	Uso das aspas.....	219
4.8.1.2	Articuladores metadiscursivos.....	221
4.8.1.3	A cena enunciativa	223
4.8.2	Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial	225
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
	REFERÊNCIAS	248
	ANEXOS	261
	ANEXO A – “Como ter as coxas de Lula?”	262
	ANEXO B – “É sobre isso e está tudo bem”.....	263
	ANEXO C – “Mãos à obra”	264

ANEXO D – “De volta aos trilhos”.....	265
ANEXO E – “Lula engole o PT”	266
ANEXO F – “De pernas longas”	267
ANEXO G – “Calma lá com o ‘outubro vermelho”	268
ANEXO H – “Manda quem pode”	269

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“Como diz o ditado...”; “Já dizia minha avó...”; “Como diz a sabedoria popular...”: esses enunciados são facilmente reconhecidos porque fazem parte de situações cotidianas do convívio familiar e social e são chaves para uma afirmação decorrida de fatos da experiência em forma de regras prescritivas contidas no senso comum de uma comunidade e que atuam na capacidade de agir dos indivíduos, direcionando as formas do comportamento social – o destaque desse trecho justifica-se por ser ele uma tentativa de definição do objeto de estudo desta tese: o gênero provérbio. Dizemos “tentativa” pelo fato de, segundo Mieder (1999, 1999, n. p.)¹,

O problema de definir o provérbio parece ser tão antigo quanto o interesse do homem por ele [...] Não apenas grandes mentes como Aristóteles e Platão se ocuparam com a questão do quê se constitui um provérbio, mas os primeiros paremiógrafos gregos em particular também lutaram com essa tarefa aparentemente intransponível.²

Isso reforça a ideia de que os provérbios sempre fizeram e ainda fazem parte do cotidiano de uma comunidade linguística, além de estarem presentes na fala midiática dirigida ao grande público, como se vê nos seguintes excertos:

- ✓ “Como diz um adágio polonês, ‘um pessimista não é senão um otimista bem informado’” (Hélio Schwartzman. *Folha de S. Paulo*, 25 jul. 2020);
- ✓ “Os chineses puseram em prática um de seus provérbios: “a sorte bate à porta apenas uma vez” (Vilma Gryzinski. Revista *Veja*, 5 ago. 2020), em uma variação de “Como diz a sabedoria chinesa”;
- ✓ “Como diz o ditado popular, boi sonso é que derruba a cerca. E onde passa boi, passa ‘boiada’” (Cristina Serra. *Folha de S. Paulo*, 13 out. 2020).

Conforme atesta Urbano (2002), em um levantamento feito por amostragem, locuções, frases e enunciados proverbiais são largamente usados em conversas

¹ *The problem of defining a proverb appears to be as old as man’s interest in them [...] Not only did such great minds as Aristotle and Plato occupy themselves with the question what constitutes a proverb, but early Greek paremiographers in particular wrestled with seemingly insurmountable task as well.*

² As traduções que constam nesta tese são de nossa responsabilidade.

induzidas registradas pelo Projeto NURC/SP (Projeto de Estudos da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo – Núcleo USP) e em diversas outras situações cotidianas. Nesse inventário, o pesquisador classifica as ocorrências em “Interações Face a Face” e “Interações Não Face a Face”, divididas em “real” e “ficcional”, esta abarcando teatro, telenovela, romance, crônica, poesia, letras de música, inclusive carnavalescas, e temas de escola de samba, o que pode ser comprovado com alguns exemplos retirados da *internet*.

➤ Propagandas



Figura 1 – Propaganda.
Fonte: HEYAISSAKA, 2020.

➤ Tirinhas



(Disponível em: <http://www2.uol.com.br/niqel/bau.shtml>. Acesso em 07/07/2019.)

Figura 2 – Tirinha.
Fonte: Planejativo, (2021).

➤ Anúncios publicitários



Figura 3 – Anúncio publicitário.
 Fonte: Agência Produto (2021).,

Tendo o provérbio como esteio de pesquisa, nosso propósito é analisá-lo em colunas e artigos de opinião publicados na mídia escrita representada por dois suportes³, a revista *Veja* e o jornal *Folha de S. Paulo*, a fim de demonstrar como esses enunciados assumem, no texto, um sentido interpretativo divergente da voz consensual que o caracteriza, servindo a uma finalidade argumentativa. Com o intuito de verificar a funcionalidade desses enunciados, procuramos fixar a atenção em dois pontos relevantes: como a argumentação é desenvolvida no texto, isto é, quais os recursos linguístico-semântico-pragmáticos que determinam sua intencionalidade argumentativa e como acontece a mobilização da argumentatividade proverbial divergente a fim de dar sustentação ao propósito do texto.

³ No sentido proposto por Marcuschi (2003, p. 11), “[...] é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto”.

JUSTIFICATIVA

No estudo de provérbios incorporados aos textos midiáticos apresenta-se uma situação algo paradoxal, pois, embora esses enunciados sejam típicos da linguagem oral e popular, apresentando uma estrutura linguística fortemente cristalizada, circulam na mídia jornalística escrita muitas vezes com sua materialidade subvertida, deixando entrever uma flexibilização na sua adequação contextual e permitindo uma multiplicidade de leitura condicionada pela situação de uso, conforme exemplos os a seguir.

Exemplo 1: **Como ter as coxas de Lula?** *Embora alegue ter histórico de atleta, Bolsonaro não apresenta mesma boa forma.* (Flávia Baggio. *Folha de S. Paulo*, 26 ago. 2021.)⁴

[...] **Coxão x coxinha**

“Me diga com quem andas e te digo que coxas tens”, já diz o velho ditado. Andar com as pessoas certas pode fazer bem ao presidente. Quem sabe se o capitão caminhar em meio à população, em vez de garupas de motoqueiros e reuniões com empresários coxinhas, ele possa fortalecer suas coxas e a imagem [...] (grifo nosso).

Esse exemplo retoma o provérbio “Diga-me com quem andas e te direi quem és”, que tem origem anônima, embora se alegue que seja bíblica; entretanto, ele não aparece no texto sagrado, a não ser como referência em alguns versículos, tais como “Quem visita os sábios, torna-se sábio; quem se faz amigo dos insensatos perde-se” – Provérbios 13:20 (BÍBLIA, 1999, p. 793) – ou “Não se deixe enganar: ‘as más companhias corrompem os bons costumes’” – 1 Coríntios 15:33 (BÍBLIA, 1999, p. 1480). Seu significado cristalizado indica que, para se conhecer o caráter de uma pessoa, basta olhar suas amizades. No texto, esse sentido é recuperado nas menções que a autora faz: *população, garupa de motoqueiro e empresários coxinhas*, associando-as a condutas positivas e negativas do presidente. Por outro lado, a sua materialidade linguística é subvertida, a fim de se adequar contextualmente, exigindo

⁴ Anexo A.

do interlocutor um conhecimento de mundo a respeito de fatos (e fotos) divulgados pela mídia na ocasião da publicação do texto.

Exemplo 2: **É sobre isso e está tudo bem.** *Negacionismo não é um recurso exclusivo de bolsonaristas.* (Manuela Cantuária. *Folha de S. Paulo*, 31 ago. 2021)

5

[...] *Quando você não pode mudar o ambiente à sua volta, mude a si mesmo, já dizia Buda, Gandhi ou um usuário anônimo do site frasesparaorkut.com, fonte também da máxima “se não consegue derrotar o inimigo, junte-se a ele”. É hora de apostar todas as suas fichas na única instituição funcionando no Brasil atualmente – o selfie no espelho de biquíni com uma legenda edificante.*

Manter o otimismo no Brasil em 2021 pode até parecer complicado, mas não se esqueça de que as aparências enganam. O truque para cobrir tantas imperfeições, conhecidas também como fatos, consiste na base. Alguns chamam de pensamento positivo, eu prefiro negacionismo, o que dá no mesmo. [...] (destaques nossos)

A autora critica o otimismo e a autoexibição de algumas pessoas, apesar da crise sócio-econômico-ambiental que o país atravessa no momento da sua publicação e é carregado de ironia⁶, orientando o leitor a como proceder para ignorar a realidade e mostrar-se feliz e despreocupado nas redes sociais. Em três momentos, ela recorre à voz alheia para sustentar seu dizer: no primeiro, cita sua fonte: *Buda, Ghandi, usuário anônimo do site frasesparaorkut.com*. (obs: a frase é atribuída a Ghandi). As duas outras ocorrências são provérbios, portanto, de autoria anônima, e são inseridos no texto por meio de recursos linguísticos distintos: enquanto um é aspeado, marcando o distanciamento enunciativo, o outro mantém o fluxo do enunciado sem rompê-lo, questões discutidas por nós no decurso desta tese. Por outro lado, a materialidade dos provérbios não é alterada e o seus significados acomodam-se aos fatos expostos, mantendo a coesão e a coerência textuais. Nesse caso, o devido reconhecimento do provérbio e suas adaptações contextuais partem do leitor.

Esses exemplos de uso dos provérbios em textos jornalísticos escritos permitem entrever a dinâmica da adequação contextual a qual esses enunciados se

⁵ Anexo B.

⁶ Assumimos, como Fiorin (2014), que a ironia constitui uma antífrase, ou seja, uma figura retórica cujo conteúdo expressa o contrário do que se pretende dizer.

submetem. Subvertidos ou não na sua materialidade linguística, eles são usados como argumento de autoridade (KOCH, 1996), esteados na voz consensual da comunidade linguística da qual fazem parte, ditando regras de boa conduta, ensinamentos, entre outras orientações, para os membros dessa comunidade e, como têm caráter metafórico, se moldam com facilidade às referências contextuais e cotextuais (OBELKEVICH, 1997). A metáfora é um traço característico dos provérbios comumente alentado por diversos autores que estudam esses enunciados; como as teorias e abordagens nem sempre possuem o mesmo objeto de análise, explicitaremos concisamente esse aspecto nos estudos da linguagem que fazem parte do aporte teórico desta tese.

Aristóteles (2008) apresentou a primeira definição de metáfora, que consiste em transportar para uma coisa o nome de outra. Nesse sentido, tradicionalmente, a metáfora é uma figura de estilo, designada pelo uso de uma palavra ou expressão em um sentido que não é próprio, baseado numa relação de semelhança. Esse processo requer, portanto, além de uma comparação entre entes diversos, a retenção do que se considera semelhante, transpondo planos de significação para o estabelecimento de um novo significado.

Enquanto técnica argumentativa, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) trazem um breve estudo acerca da metáfora vinculada à analogia. Segundo eles, “[...] toda concepção que não lança luz sobre a importância da metáfora na argumentação não pode satisfazer-nos [...] é em função da teoria argumentativa da analogia que o papel da metáfora ficará mais claro” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 453). Para os autores, a metáfora, no que tange à argumentação, resulta da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema, sendo as metáforas mais ricas aquelas cujo contexto é o único elemento capaz de eliminar a ambiguidade e a indeterminação.

Guimarães (2018, p. 220), distanciando-se da proposta da retórica, considera que a metáfora se constitui “[...] pela fusão de uma reescrituração por substituição sinonímica produzida pela sobreposição de enunciadores diferentes na cena enunciativa”, ou seja, a enunciação funde um jogo de reescriturações em que “[...] o caráter não referencial da significação (da linguagem) é a condição da metáfora” (GUIMARÃES, 2018, p. 223). O semanticista ressalta que, pela dinâmica da cena enunciativa⁷, o funcionamento da metáfora significa de modos diferentes em virtude

⁷ “Uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas [...] é um espaço de distribuição dos

dos textos em que se encontra, quando a mudança de sentido se dá num acontecimento de enunciação⁸ específico, assumindo o fato de que, ao dizer uma metáfora, sustenta-se uma posição, argumenta-se.

Nessas duas perspectivas, a metáfora não é compreendida em sua acepção tradicional como figura da retórica baseada no deslocamento de um sentido próprio ao figurado, ou ainda, do sentido literal⁹ ao não literal. Entretanto, segundo Marcuschi (2008, p. 235), o sentido não literal, pragmático e associado ao enunciado e ao falante, acontece “[...] nas metáforas, atos de fala indiretos, implicaturas conversacionais e ironias”. A literalidade do sentido também é repelida pela Análise do Discurso de linha francesa (AD), que busca desautomatizar a relação com a linguagem ao propor seu traço fundacional na constituição do sujeito e do sentido.

Conservando a ideia de deslocamento de sentido e sem considerar que haja a possibilidade de um sentido primeiro, original, a partir do qual outros sentidos lhe são adicionados, a AD considera que a constituição do sentido não é possível sem a metáfora, compreendida como deslizamento de sentidos, jogos parafrásticos e polissêmicos, substituições formando sinonímias: “Falamos de metáfora não vista como desvio mas como transferência [...] Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente” (ORLANDI, 2000, p. 79-80). Orlandi (2005), recorrendo a Michel Pêcheux, também afirma que “[...] as palavras não têm um sentido ligado a sua literalidade, o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de metáfora (transferência) acontecendo nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório” (ORLANDI, 2005, p. 11).

Embora o caráter metafórico dos provérbios não seja o foco principal deste estudo, e por esse motivo não nos aprofundaremos nas diferenças epistemológicas que sustentam os direcionamentos teóricos citados, entendemos que os seus efeitos parafrásticos de sentido no enunciado do qual os provérbios fazem parte são vitais para o direcionamento argumentativo e de ressignificação a que se propõe as autoras dos textos analisados nesta tese.

lugares de enunciação no acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 2002, p. 23).

⁸ Conceito associado à temporalidade, a qual se configura por um presente que se abre para uma latência de futuro e sem o qual nada há de projeção, de interpretável, não há acontecimento de linguagem. Por outro lado, presente e futuro, próprios do acontecimento enunciativo, funcionam por um passado que os faz significar: a latência de futuro que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável (GUIMARÃES, 2002).

⁹ Conforme Marcuschi (2008, p. 235), não se trata de um sentido dicionarizado, mas de um sentido básico, construído como preferencial, já que é um “efeito do funcionamento da língua” e não uma propriedade imanente do item lexical.

Essa perspectiva justifica-se, em primeiro lugar, por considerarmos que toda interação social, por intermédio da língua, caracteriza-se pela argumentatividade, ou seja, toda ação verbal é dotada de intencionalidade. O ato de argumentar é fundamental, pois a todo discurso subjaz uma ideologia (KOCH, 2006), e o provérbio incorporado ao texto jornalístico mostra-se como uma das estratégias de argumentação, conforme atesta Rocha (1995, 1995, p. 151):

É justamente esse dizer sem dizer propiciado pelo provérbio, mais a sedução produzida por seus elementos prosódicos e mnemônicos, assim como sua essência de verdade geral incontestável, proveniente de uma fonte de sabedoria admitida como infalível, que faz dele uma arma apreciada na argumentação.

Por outro lado, em sua prática de comunicação diária, a imprensa escrita, embora privilegie o nível culto da linguagem, procura adaptar-se aos níveis linguísticos da sociedade, já que intervém em sua cultura e se destaca pelo forte valor informativo e argumentativo. Nesse sentido, a interação entre a oralidade, provinda do uso dos provérbios, e a escrita constitui uma forma de adesão de um maior número de leitores.

Finalmente, tratando de provérbios, não podemos excluir o fato de que esses enunciados são relacionados a uma outra voz, que é de domínio público e possui autoridade. Além disso, consideramos que o texto possui uma dimensão interacional; é uma manifestação coletiva da qual participam, entre outros fatores, locutor e interlocutor e que se vincula a outros textos, evidenciando sua natureza dialógica e intertextual.

A par dessas considerações e assumindo-as como norteadoras de nossa investigação a respeito do uso dos provérbios em textos jornalísticos de caráter opinativo, observamos que, diversamente do emprego usual, em que o locutor assume a voz do provérbio como veiculadora de verdades imutáveis e consensuais de uma comunidade, usando-o como uma estratégia a fim de convencer seu interlocutor de algo pela autoridade que ele transmite, existem ocorrências nas quais o locutor assume o caminho oposto, contestando tais verdades. Nessa outra direção, o locutor se contrapõe à voz proverbial, ou seja, em um movimento argumentativo dispar, ele diverge dos sentidos estabelecidos pela coletividade.

Essa estratégia requer maior trabalho argumentativo pois, além dos argumentos que sustentarão o dizer do locutor, este terá que apresentar outros que contradizem uma representação coletiva de um saber compartilhado, em um

movimento argumentativo de relação coerente. É, pois, uma tarefa engenhosa de argumentação, a qual permite um estudo mais minucioso das estratégias usadas para, além de sustentar uma opinião, fazer com que o interlocutor aceite-a como verdade, muito mais do que a transmitida pelo provérbio naquele contexto.

Nessa direção, inscreve-se a nossa pesquisa, justificando, assim, o que pretendemos com a ressignificação semântico-pragmática da argumentatividade proverbial: o provérbio, representante de um saber imemorial denominado de “sabedoria das nações” por Maingueneau (2006), é ressignificado em seu saber para se unir, através de recursos linguístico-discursivos, aos argumentos que o locutor usa para persuadir o interlocutor de que tem razão frente aos fatos expostos no seu texto, contando com sua adesão a eles.

1. A Literatura Atual a Respeito do Gênero Provérbio

Conforme já mencionado, a literatura a respeito do provérbio, assim como de seus aspectos característicos, é tão vasta quanto remota. Entretanto, ressaltamos alguns autores cujas pesquisas têm embasado a produção paremiológica atual.

Além da referida pesquisa (URBANO, 2002), o autor (2009) realizou um levantamento do uso de provérbios em crônicas de autores contemporâneos, como Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino e Mário Prata, com o objetivo de “[...] observar aspectos lingüístico-estilístico discursivos e analisar suas motivações, aproveitamento e efeito de usos pela escrita” (URBANO, 2009, p. 96). É também de sua autoria o *Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares* (2017), além de inúmeros artigos sobre o tema.

Contribuem nessa área os estudos da professora livre-docente da UNESP/Rio Preto, Cláudia Xatara, pesquisadora do campo da Paremiologia com artigos publicados a respeito de provérbios e coautora do *PIP: Dicionário de Provérbios, Idiomatismos e Palavrões* (2002), publicado pela editora Cultura.

No universo ficcional, Antonio Candido (1972) produziu um ensaio sobre como o provérbio se incorpora à estrutura do discurso narrativo do romance “I Malavoglia” (1881), de Giovanni Verga,

[...] dando-lhe um lastro que o alicerça na camada da tradição, da monotonia, da imobilidade [...] No limite, o dito proverbial reveste um caráter

freqüentemente semi-religioso de sentença e oráculo, quase sacralizando as normas de sustentação do grupo. Assim, podemos estabelecer, no plano da análise literária, uma certa convergência entre a estrutura social e a linguagem. (CANDIDO, 1972, p. 103 e 105).

As professoras Esther Gomes de Oliveira e Suzete Silva concentram os estudos do gênero provérbio na Universidade Estadual de Londrina com orientações de dissertações e teses, além de publicações de artigos e livros sobre o tema, tais como *Somos todos seres proverbiais* (2011) e *Semântica e Estilística: Dimensões Atuais do Significado e do Estilo* (2014) e de autoria de Suzete Silva, *Fraseologia & Cia – Entabulando diálogos reflexivos* (2012)

Além das teses elencadas como referências nesta pesquisa, citamos outros estudos:

- ✓ “Texto Proverbial Português: elementos para uma análise semântica e pragmática” (1992), tese de Ana Cristina Macário Lopes, da Universidade de Coimbra;
- ✓ “A argumentação proverbial do discurso publicitário” (2003), dissertação de Suzete Silva Nascimento, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Esther Gomes de Oliveira, da Universidade Estadual de Londrina;
- ✓ “O provérbio é um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial” (2004), tese de Mônica Oliveira Santos, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Monica Zoppi-Fontana, da Universidade Estadual de Campinas;
- ✓ “O ethos no colunismo político: entre Razão e Emoção” (2007), tese de Patrícia Neves Ribeiro e orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Lino Pauliukonis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual a autora analisa os provérbios recriados pelo repórter político Villas Boas Corrêa;
- ✓ “*Détournement* proverbial: argumentatividade do ethos em anúncios publicitários” (2008), tese de Suzete Silva Nascimento, sob orientação da Prof^a. Dr^a Esther Gomes de Oliveira, da Universidade Estadual de Londrina;
- ✓ “O gênero proverbial na imprensa: uso e funções retóricas” (2012), tese de Glaucy Ramos Figueiredo, com orientação da Prof^a. Dr^a. Angela Paiva Dionísio, da Universidade Federal de Pernambuco.

Esses exemplos são ilustrativos das diferentes abordagens que as pesquisas a respeito do provérbio têm tomado nas últimas décadas no Brasil sob orientação de pesquisadores renomados da área da linguagem. Entretanto, essas pesquisas, citadas nesta tese e de outras não citadas aqui, têm em comum o fato de analisarem o enunciado proverbial, alterados ou não em sua materialidade, a partir da sua orientação significativa consensual, haja vista a produção dos dicionários citados, fato que diverge da orientação que optamos em nossa pesquisa, já que buscamos analisar como a argumentação se esteia na ressignificação a partir do senso comum do qual o provérbio é representante, tendo em vista as condições nas quais esses enunciados foram resgatados e colocados em circulação.

Por essa abordagem singular, esta tese contribui para os estudos a respeito do funcionamento do gênero provérbio em textos jornalísticos de opinião, tanto como em textos pertencentes a outros incontáveis gêneros que circulam na sociedade, preenchendo uma lacuna nas pesquisas científicas e acadêmicas que têm tal gênero como objeto. Por outro lado, apesar de incorporarem valores sociais de uma comunidade discursiva, os provérbios raramente são explorados no âmbito escolar; mesmo existindo uma grande diversidade de gêneros encontrados nos livros didáticos e, quando isso acontece, toma-se o enunciado como fonte de interpretação baseada em evidências e sem exploração dos possíveis deslizamentos de sentidos.

Trabalhar a argumentação, enquanto ação discursiva no ensino básico, faz parte do processo de construção do conhecimento e do desenvolvimento do pensamento reflexivo e de situações de intervenção. A partir da oposição entre pontos de vista distintos, provindos dos direcionamentos argumentativos divergentes possibilitados pelo provérbio, permite-se a ponderação de ideias e a reconstrução de conceitos a partir de uma análise crítica e reflexiva da língua.

OBJETIVOS

Em vista do que, até o momento, foi exposto, apresentamos nossos objetivos:

2.1 Objetivo geral

- Analisar as estratégias argumentativas na resignificação semântico-pragmática proverbial em colunas e artigos jornalísticos de opinião.

2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o texto jornalístico de opinião no escopo dos gêneros textuais;
- Apontar as principais características definidoras do provérbio;
- Identificar os procedimentos argumentativos que direcionam os efeitos de sentido do provérbio por meio de recursos linguísticos como os operadores argumentativos e os fatores de textualidade;
- Enfatizar o aspecto dialógico da inserção do provérbio marcado pelas estratégias linguístico-enunciativas;
- Demonstrar como o provérbio assume sentidos interpretativos divergentes em relação ao texto.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. Constituição do *corpus*

Pesquisar a funcionalidade do enunciado proverbial em textos midiáticos tem origem nos estudos do discurso realizados no decorrer do mestrado, os quais resultaram na dissertação *Um estudo do discurso publicitário: a construção dos ditos populares e dos provérbios pela mídia*, realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Vânia M. Lescano Guerra, em 2007. No levantamento do *corpus*, e antes de fazer o recorte para textos publicitários, observamos a presença de provérbios em variados gêneros que compunham os suportes midiáticos selecionados.

Mesmo depois de definido o recorte analítico e realizada a pesquisa, os enunciados proverbiais continuaram a ser alvo de nossa atenção, especialmente em textos dos domínios jornalísticos informativo e opinativo. Nesse processo de leitura, averiguamos que, nos textos de tipologia predominantemente argumentativa, o provérbio era um recurso valioso na discussão proposta; entretanto, em determinadas ocorrências, seu sentido cristalizado pelo conhecimento comum era contestado a fim de comprovar a posição do autor em relação aos fatos comentados no texto. Essa estratégia argumentativa em desconformidade com a aplicação desses enunciados como uma voz social orientadora de verdades consensuais estimulou minhas pesquisas, que resultaram nesta tese.

Como nos propusemos a trabalhar com textos opinativos, o primeiro recorte para compor este *corpus* foi optarmos por colunas e artigos jornalísticos (invariavelmente com presença de, pelo menos, um provérbio), pois são gêneros mais adequados à argumentação no escopo do domínio discursivo da mídia escrita, e definir o suporte desses textos, ou seja, a revista semanal *Veja* e o jornal diário *Folha de S. Paulo*.

A escolha desses dois veículos deu-se, primeiramente, por serem reconhecidos pela credibilidade e não pertencerem à imprensa sensacionalista, definida como um “[...] fenômeno jornalístico de seleção e cobertura de fatos com a intensificação e exagero gráfico, temático, lingüístico e semântico” (PEDROSO, 2001, p. 52). Em relação ao mesmo tema, Amaral (2006, p. 21) dispõe que o sensacionalismo está relacionado “[...] à valorização da emoção; à exploração do extraordinário; à

valorização de conteúdos descontextualizados [...] e à inversão do conteúdo pela forma”. Outro ponto importante, conforme Marcondes Filho (1989, p. 78), é que a imprensa sensacionalista representa “[...] o grau mais radical da mercantilização da informação [...] vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver”.

Outro critério de escolha do suporte foi a periodicidade da publicação: sendo a revista semanal e o jornal diário, seriam maiores as possibilidades de encontrarmos os textos com as características necessárias para a pesquisa, isto é, argumentativos e que trouxessem ao menos um provérbio. Não foi uma escolha por um período específico de publicação, pois, no espaço temporal entre a finalização da dissertação e a definição da proposta desta tese, inúmeros textos foram resgatados, inclusive de outros suportes midiáticos. Fechou-se, desse modo, o primeiro recorte: colunas e artigos jornalísticos de caráter opinativo que tivessem, pelo menos, um provérbio e que fossem publicados no jornal *Folha de S. Paulo* e na revista *Veja*, privilegiando-se os últimos quinze anos.

O segundo recorte foi feito após a leitura dos textos selecionados. Embora o conteúdo temático não constituísse um critério rígido de seleção, nessa etapa foram descartados aqueles cuja argumentação apresentava-se mais superficial, isto é, os recursos argumentativos eram poucos, resultando em um conjunto de textos cuja temática incidia, principalmente, em questões políticas e sociais cujos autores se posicionavam veementemente. Também não foram considerados critérios de seleção a autoria do texto e a posição do provérbio (no título ou no corpo do texto).

Por último, foi analisada a direção interpretativa do provérbio em relação à proposta argumentativa do texto, privilegiando os artigos e as colunas que apresentassem uma estrutura argumentativa baseada em um enunciado proverbial cujo sentido cristalizado pelo senso comum fosse rechaçado como estratégia para sustentar a opinião do autor. Dessas etapas foram escolhidas para compor o *corpus* desta tese duas colunas – “De volta aos trilhos”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 30 de maio de 2008, e “Lula engole o PT”, também publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 21 de agosto de 2009 – e três artigos – “De pernas longas”, publicado na revista *Veja*, em 12 de setembro de 2018, “Calma lá com o ‘outubro vermelho’”, publicado na revista *Veja*, em 06 de novembro de 2019, e “Manda quem pode”, publicado na revista *Veja*, em 12 de maio de 2021.

2. Metodologia do trabalho

Para identificar a estrutura argumentativa, determinando os principais elementos que compõem os textos analisados, fixamo-nos nos estudos sobre a alteridade na linguagem, justificando a perspectiva teórica adotada neste trabalho, a qual, a partir das teorias do texto e do discurso, baseia-se na Linguística Textual, ao considerarmos o texto como uma unidade discursiva construída por meio de um processo interativo no qual as perspectivas semântica, pragmática e sintática se articulam para a produção de sentidos.

Desse modo, elencamos os procedimentos metodológicos desta tese:

- Pesquisa bibliográfica dos estudos do texto e do discurso nos campos da Linguística Textual, da Semântica Argumentativa e dos Gêneros Textuais, especificamente dos gêneros do jornalismo opinativo, coluna e artigo;
- Explicação do gênero provérbio: origem, definição, estrutura e influências socioculturais;
- Estudo, no campo da Argumentação, referente aos recursos linguísticos e semântico-pragmáticos imprescindíveis à construção de sentidos;
- Análise da resignificação proverbial como recurso argumentativo nas colunas e artigos jornalísticos selecionados;
- Elaboração das conclusões, reiterando o valor argumentativo do provérbio resignificado para a construção do texto opinativo.

3. Organização do trabalho

Esta tese constitui-se nas seguintes partes: além desta Introdução, dividimos nosso aporte teórico em três capítulos para, em outro capítulo, realizarmos as análises. No último capítulo, há uma explicação da complementariedade entre o provérbio e a argumentação desenvolvida nos textos selecionados.

O primeiro capítulo trata da questão dos gêneros; nele, após um breve histórico, exploramos a concepção bakhtiniana de gêneros do discurso, aliada às concepções de gênero textual. Em seguida, sob as orientações de Marcuschi (2008) e Koch (2006), diferenciamos gênero e tipo textual para, então, caracterizar os gêneros coluna e artigo jornalísticos e o gênero provérbio.

O segundo capítulo traz uma caracterização do gênero proverbial, demonstrando como sua origem e definição são difíceis de serem determinadas; em seguida, elencamos algumas das características estruturais mais marcantes para, depois, chegarmos ao seu aspecto cultural e função socioargumentativa.

No terceiro capítulo, ao tratar da argumentação, expomos as bases teóricas essenciais para o desenvolvimento das análises. Depois de apresentar um percurso histórico e os conceitos que contribuíram para o surgimento de uma semântica argumentativa, foram referidos alguns operadores argumentativos e fatores de textualidade, enfatizando a intertextualidade, dentro do aporte da Linguística Textual.

O quarto capítulo é composto pelas análises dos textos selecionados, explorando os recursos argumentativos para demonstrar como se constitui a desconstrução semântico-pragmática da argumentatividade proverbial e seus efeitos de sentido. Primeiramente, demonstramos como as relações contextuais são associadas aos processos semântico-pragmáticos; em seguida, explicamos nosso procedimento de análise, que se divide em dois eixos: eixo analítico 1, quando são observados os recursos linguístico-argumentativos que direcionarão o sentido divergente do provérbio; e o eixo analítico 2, que explora a mobilização da argumentatividade do uso do provérbio, cujo sentido cristalizado assume uma direção divergente em relação ao texto.

Nas considerações finais, apresentamos nossas explicações a respeito das relações argumentativas permitidas pelo provérbio, seguidas das referências teóricas que embasaram esta tese.

CAPÍTULO 1 – OS GÊNEROS

CAPÍTULO 1 – OS GÊNEROS

Tratar de gênero é tratar da materialização das ações comunicativas produzidas por determinada forma de organização social, o que reitera sua importância nos estudos da linguagem. Como entidades sociodiscursivas, a quantidade e a diversidade de gêneros são inesgotáveis, já que ordenam e consolidam as finalidades e condições específicas de cada esfera da comunicação humana. Neste capítulo, revisitamos os principais pressupostos teóricos dos estudos sobre os gêneros, partindo de sua construção histórico-cultural até o escopo da perspectiva dialógica da linguagem proposta por Mikhail Bakhtin e seu Círculo¹⁰ para, depois, apresentar as propriedades e funcionamento do gênero na perspectiva bakhtiniana. Em seguida, caracterizamos os gêneros que constituem o *corpus* desta tese: coluna e artigo de opinião, do domínio jornalístico, e, por fim, ressaltamos como o gênero provérbio é mobilizado no interior desses gêneros jornalísticos.

1.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DOS GÊNEROS

A integração funcional dos gêneros nas culturas em que se agregam pode ser comprovada historicamente. As civilizações essencialmente orais desenvolveram um número limitado de gêneros; por volta do século VI a. C., com a invenção da escrita, surgiram outros gêneros, típicos da escrita. Nos séculos seguintes, com a industrialização e o desenvolvimento da imprensa, os gêneros ampliaram-se consideravelmente até meados do século XX, com a fase da comunicação eletrônica. Nos dias atuais, assiste-se a novos padrões prototípicos de gêneros, orais e escritos, surgidos de inovações advindas dos meios digitais (MARCUSCHI, 2010).

Do ponto de vista sistemático e analítico, os estudos dos gêneros iniciam-se com Platão, no século V a.C., especialmente no que diz respeito à tradição poética. Seguindo a história clássica, que preconizava a separação entre forma e conteúdo, o filósofo grego dividiu os gêneros, quanto à forma, em verso e prosa. Ainda com o foco

¹⁰ Círculo de Bakhtin é a denominação atribuída pelos pesquisadores ao grupo de intelectuais russos contemporâneos a ele que desenvolveram com esse autor trabalhos e estudos, destacando-se, neste Círculo, Valentin Volóchinov e Pavel Medvedev.

no modo de ação poética, Platão distingue o gênero dramático, subdividido em tragédia e comédia; o gênero narrativo puro, que encontra sua forma prototípica nos ditirambos – forma narrativa de poesia – e o gênero misto, expressado pela epopeia. Conforme Brandão (2001), é a partir dessa distinção que se desenvolveu a noção que perdura até os dias atuais e que diferencia os gêneros épico, lírico e dramático.

Esse arranjo triádico serviu de base a Aristóteles em sua *Poética*, na qual faz uma classificação paradigmática e hierárquica dos gêneros baseada em um meio: a voz. Assim, a poesia lírica é a representação da primeira voz; a épica, da segunda voz e o drama, a representação da terceira voz (MACHADO, 2008, p. 151). A poesia, conforme o filósofo, tinha a função mimética de representar acontecimentos reais ou fictícios, e os gêneros eram os modos pelos quais o poeta podia fazer cumprir a função poética. Ao se expressar no modo narrativo, o poeta fala por si mesmo e, no modo dramático, fala por meio das ações dos personagens.

Além disso, a teoria aristotélica sobre gêneros também sistematiza, na *Retórica*, a natureza funcional do discurso, associando forma, funções e tempo aos discursos judiciário, deliberativo e demonstrativo (epidítico), caracterizando os gêneros do discurso retórico (MARCUSCHI, 2008). No gênero jurídico, o orador dirige-se a um júri com o propósito de se defender ou de prestar acusação contra outro sujeito, focalizando fatos anteriores à situação enunciativa e utilizando a dicotomia justo/injusto. O gênero deliberativo, por sua vez, destina-se a aconselhar uma assembleia popular a partir do uso de exemplos, e tem por base a antítese útil/nocivo à sociedade, focalizando fatos futuros. Por fim, no gênero epidítico, o orador, nas ocasiões festivas, disserta sobre um tema atual, com vistas a louvar ou criticar atitudes dos cidadãos, com base na exaltação de seus vícios ou virtudes.

A *Retórica* trata, desse modo, em especial, das maneiras éticas e políticas de agir no mundo, o que pode ser considerado um diálogo com as teorizações bakhtinianas, segundo Rojo (2008, p. 83):

Podemos então dizer, em termos bakhtinianos, que, diferentemente da *Poética*, na *Retórica*, o Estagirita desenvolve seu tema a partir da situação de produção dos discursos (em especial, as relações entre os interlocutores) e de seus temas e situa os gêneros em suas esferas de produção/circulação: política, jurídica e científica ou escolar. [...] fazendo os discursos circularem num ambiente de língua viva que alimenta as paixões humanas.

Também Bazerman (2006) assevera que a retórica sempre se interessou pelos

gêneros textuais na medida em que visava ao enunciado mais eficaz para cada situação comunicativa. Por isso, “[...] o conceito retórico de gênero associa, desde a tradição clássica, a forma e o estilo do enunciado com a ocasião ou situação e a ação social realizada no enunciado” (BAZERMAN, 2006, p. 27).

As classificações clássicas, tanto no domínio da literatura, como no domínio da retórica, perduraram durante séculos, com poucas variações, passando pela Idade Média, quando foram desenvolvidas as estratégias e estruturas dos gêneros retóricos e literários determinadas nos estudos aristotélicos, referindo-se à teoria dos três estilos: elevado, médio e humilde. Tal distinção era baseada no aspecto literário e no aspecto social, já que considerava o papel social ocupado pelos personagens na obra para poder classificá-la. O Renascimento, em seguida, marca o momento em que os gêneros literários foram estudados sob outra tipologia, a partir da distinção entre prosa e poesia.

No século XVIII, o modelo clássico proposto pelos gregos e assumido pelos renascentistas entra em decadência frente às revoluções que ocorreram nesse período. Entretanto, a tradição de conceber o gênero como um conceito pertencente aos domínios literário e retórico permaneceu até o século XIX, quando os estudos do gênero assumem novas e importantes perspectivas, com o surgimento da ciência da linguagem, a Linguística.

Segundo Coutinho (2005), no século XIX, a Linguística ocupava-se do estudo comparativo das línguas indo-europeias, em uma perspectiva histórica, buscando descrever as relações genealógicas. Já no início do século XX, os estudos linguísticos, ainda de feição comparativa, concebiam a língua como um objeto homogêneo, inserida em um sistema estável de formas, sem fazer referência aos aspectos de uma enunciação concreta.

Por todo século XX e início do século XXI, houve o desenvolvimento de variadas perspectivas para a definição dos gêneros, conforme expõe Marcuschi (2008):

- a) sócio-histórica e dialógica (Bakhtin);
- b) sociorretórica e sócio-histórica cultural (Carolyn Miller, John Swales, Charles Bazerman, Amy Devitt);

- c) interacionista e sociodiscursiva de caráter psicolinguística e atenção didática voltada para a língua materna (Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e Jean-Paul Bronckart);
- d) comunicativa (Steger, Gülich, Bergmann, Berkenkotter);
- e) sistêmico-funcional (Halliday);
- f) sociorretórica de caráter etnográfica voltada ao ensino de segunda língua (Swales, Bathia);
- g) análise crítica (N. Fairclough, G. Kress)

Coutinho (2005) reporta que o estudo dos gêneros construiu-se no campo da poética e da retórica, tal como formuladas por Aristóteles, mas foi a partir dos estudos de Mikhail Bakhtin e seu Círculo que, na noção de gênero, levaram-se em conta não só os aspectos da interação verbal, mas também as condições sócio-históricas de produção e recepção da linguagem. Em linhas gerais, portanto, a perspectiva bakhtiniana iniciou uma tradição de estudos não somente no Brasil, mas também nas correntes teóricas acima citadas.

Conforme Faraco (2006, p. 112),

O agir humano não se dá independente da interação; nem o dizer fora do agir [...] Falar não é, portanto, apenas atualizar um código gramatical num vazio, mas moldar o nosso dizer às formas de um gênero no interior de uma atividade.

Com base nos postulados de Bakhtin e o Círculo a respeito dos gêneros, admitimos que as atividades humanas e, especialmente, a ação linguística, são mediadas por modelos pré-existentes, porém maleáveis, adaptáveis a diferentes circunstâncias enunciativas. Conforme assumem Sobral e Giacomelli (2016), no tratamento dos gêneros é necessário identificar de que maneira o extratextual é incorporado ao texto, isto é,

[...] os gêneros permitem ver de que maneira a enunciação deixa marca nos enunciados [...] Logo, os gêneros não se reduzem nem à forma nem ao conteúdo, nem ao texto nem ao contexto. Eles integram a organização social dos sujeitos, as maneiras de interagir com os aspectos linguístico-textuais mais estritos. (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 48).

Assumindo que as perspectivas teóricas para gênero englobam tanto o texto

como o discurso¹¹, salientamos que, ao que Bakhtin (2019) chama “gêneros do discurso” ou “gêneros discursivos”, equivale ao que, nesta tese, denominamos *gêneros textuais*, seguindo as orientações de Marcuschi (2008), para quem “[...] essas expressões podem ser usadas intercambiavelmente” (MARCUSCHI, 2008, p. 154), e de Bakhtin (2019, p. 71), que concebe o texto como

[...] realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências) [...] Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento [...] Se concebe o texto no sentido amplo como qualquer conjunto coerente de signos.

O que observamos, portanto, é que a compreensão de que as condições sócio-históricas produzem formas de linguagem e, conseqüentemente, novos modos de interações sociais, pode ser associada à reflexão de Mikhail Bakhtin a respeito da heterogeneidade dos gêneros e de suas alterações ao longo dos tempos.

1.2 GÊNEROS: MÚLTIPLAS PERSPECTIVA

Embora Bakhtin não seja o precursor do uso do termo “gêneros do discurso”, é inquestionável sua importância nos estudos contemporâneos relacionados ao texto. A herança aristotélica e sua influência, segundo Rodrigues (2005, p. 153), “[...] não entram [para o Círculo] como ‘curiosidade histórica’, mas como um ‘problematizador dos caminhos trilhados’, apresentando-se o autor como um interlocutor produtivo e atual” no campo dos estudos linguísticos sobre gênero.

Mikhail Bakhtin é considerado um dos pensadores mais importantes no que se refere aos estudos dos gêneros do discurso, aliando-os a uma concepção de linguagem que modificava o paradigma estruturalista. O estruturalismo, que tem em Ferdinand de Saussure seu maior representante, consiste, basicamente, em conceber a língua como um sistema, privilegiando-a em detrimento da fala, por esta ser individual e sujeita a variações, o que implica em uma visão de linguagem sem interação. O teórico russo incorporou às atividades de linguagem a visão de um sujeito sócio-histórico, ativo e crítico de sua condição, considerando-as um poderoso instrumento de mudança social.

¹¹ “[...] *texto* é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos [...] Os textos realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas” (MARCUSCHI, 2010, p. 25).

Assim como Volóchinov (2021, p. 176), que contestava “[...] a realidade e a objetividade imediatas da língua como sistema de formas normativas idênticas”, Bakhtin (2019, p. 38) defendia que as formas língua chegam ao conhecimento dos falantes não a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciados concretos ouvidos e reproduzidos “[...] na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Assimilamos as formas da língua somente nas formas dos enunciados e justamente com essas formas”, as formas típicas dos enunciados, os gêneros do discurso. O autor retoma, dessa maneira, o conceito de gênero, mas conferindo-lhe outra significação ao incorporar uma dimensão sócio-histórica e ideológica e reconhecendo-o como materialidade da língua em uso nas mais distintas e diversas esferas da comunicação humana:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional [...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2019, p. 11-12).

Como lembra Rodrigues (2005, p. 163), a opção pelo termo *gênero do discurso* já traz o foco que o autor pretendia dar aos gêneros: “[...] a relação dialética que se estabelece entre os gêneros e os enunciados, ou seja, olha os gêneros a partir de sua historicidade”.

Bakhtin, contrapondo-se à teoria clássica dos gêneros, colocou em cena a prosa comunicativa, em especial o romance, problematizando essa questão não sob a óptica da dicotomia forma/contéudo, mas do dialogismo inerente às relações de interação que se estabelecem entre interlocutores em toda e qualquer situação comunicativa. No romance,

Bakhtin encontrou a representação da voz na figura dos homens que falam, discutem idéias, procuram posicionar-se no mundo [...] Para Bakhtin, quando se olha o mundo pela ótica da prosa, toda cultura se prosifica [...] Trata-se da instauração de um campo de luta, da arena discursiva onde é possível se discutir idéias e construir pontos de vista sobre o mundo, inclusive com códigos culturais emergentes. (MACHADO, 2008, p. 153-154).

É a partir de Bakhtin e do Círculo, portanto, que os estudos dos gêneros tomam

uma direção dialógica em que o sujeito ocupa uma posição de destaque nas situações de interação, tornando possível a compreensão das relações sócio-históricas que caracterizam uma sociedade: “Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2019, p. 20).

Insistindo no caráter social dos fatos de linguagem, o autor considera o enunciado como o produto da interação social. Sendo as produções de linguagem diversas, os gêneros estão presentes em toda atividade comunicativa humana, marcados, portanto, por aspectos sociais, históricos e temporais do meio em que circulam, pois refletem as finalidades e condições específicas de cada instituição, o que contribui para sua extrema “heterogeneidade funcional” (BAKHTIN, 2019, p. 13).

O reconhecimento dos diferentes gêneros baseia-se em três dimensões (BAKHTIN, 2019):

- a) conteúdo temático, entendido como o objeto do discurso;
- b) estilo da linguagem, que contempla as questões individuais de seleção lexical, preferências gramaticais e estruturas frasais e, principalmente,
- c) construção composicional, que se refere à estrutura formal propriamente dita e que em alguns gêneros pode ser mais padronizada, tais como nos documentos oficiais.

Esses elementos, intrinsecamente associados ao conjunto do enunciado, são determinados por campos específicos da comunicação, isto é, ao analisarmos essas dimensões, devemos considerar as condições sócio-históricas e o conjunto de participantes do enunciado em questão.

Seguindo as orientações de Bakhtin a respeito do conceito de gênero discursivo, Rojo (2008, p. 95) afirma que

O deslocamento sucessivo dos gêneros literários para os gêneros linguísticos (Bakhtin/Voloshinov, 1929:43) e, finalmente, para os gêneros do discurso (Bakhtin, 1952-53), opera a extensão do conceito para todas as formas de discurso da vida e da atividade humana e recoloca-o, de forma sociossituada, no fluxo das mais variadas formas de relação social (esferas ou campos de atividade humana).

Os gêneros, portanto, sob a perspectiva bakhtiniana, são práticas

sociocomunicativas construídas historicamente, influenciados por fenômenos sociais e dependentes da situação comunicativa em que são enunciados. Isso quer dizer que eles são determinados pela esfera discursiva e estão presentes em toda atividade comunicativa humana, representando as formas de dizer e de interagir em cada situação específica e refletindo “[...] de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social” (BAKHTIN, 2019, p. 20).

Retomando as ideias do teórico russo ao conceber os gêneros como maleáveis, porém estáveis, pois impõem limites ao discurso e são também definidos por ele, o grupo de Genebra¹², constituído, principalmente por Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz, a partir das concepções estabelecidas por Bakhtin e o Círculo, define gênero como

[...] formas relativamente estáveis tomadas pelos enunciados em situações habituais, entidades culturais intermediárias que permitem estabilizar os elementos formais e rituais de prática de linguagem. (DOLZ; SCHNEUWLY, 1999, p. 7).

Para esses estudiosos, existem três dimensões para caracterizar um gênero: os conteúdos e conhecimentos que se tornam dizíveis a partir deles; os elementos das estruturas comunicativas e semióticas partilhadas pelos textos e, a última dimensão, as configurações específicas de unidades da linguagem. Apesar da diversidade das práticas de linguagem, o gênero consegue conservar certa regularidade, que lhe confere uma estabilidade de fato, podendo ser reconfigurada a partir de mudanças no curso da linguagem.

Resgatando a proposta postulada por Bakhtin, os autores aplicam-na com o intuito de desenvolver uma didática de produção de textos a partir de gêneros, pois, segundo eles, as atividades que se propõem a trabalhar com a linguagem não podem fazê-lo sem a sua presença: “É através dos gêneros que as práticas de linguagem encarnam-se nas atividades dos aprendizes” (DOLZ; SCHNEUWLY, 1999, p. 6), justamente porque eles são a realização prática daquilo que é a linguagem.

Assim, reconhecer que os textos apresentam um caráter sócio-histórico, isto é, pertencem a certos lugares e épocas, respondem a vozes sociais, implicam intencionalidade, entre outros aspectos bakhtinianos característicos dos gêneros,

¹² Grupo formado por estudiosos que vêm desenvolvendo, na Universidade de Genebra, pesquisas sobre o ensino de língua com base nos gêneros. Neste momento, referimo-nos apenas ao trabalho didático desenvolvido por Dolz e Schneuwly.

tornam os textos reais dentro do contexto escolar, permitindo uma pedagogia de praticar os textos vivos, que estão presentes no cotidiano dos alunos. Para a concretização dessa perspectiva, adotou-se o conceito de sequências didáticas, definidas como

[...] sequências de módulos de ensino, organizados conjuntamente para melhorar uma determinada prática de linguagem [...] um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito. (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 51 e 97).

As atividades propostas nas sequências didáticas devem propiciar o desenvolvimento das capacidades discursivas e linguístico-discursivas por meio de intervenções que propiciem o desenvolvimento e a construção do conhecimento relativo à linguagem escrita e oral de um determinado gênero, respeitando as habilidades dos alunos.

Também Jean-Paul Bronckart (1999), retomando as teorias de Bakhtin e a psicologia interacionista de Vygotsky, adota o projeto do interacionismo sociodiscursivo, segundo o qual a linguagem surge a partir da diversidade e complexidade das atividades sociais, sendo, portanto, “[...] primariamente, uma característica da atividade social humana, cuja função maior é da ordem comunicativa ou pragmática” (BRONCKART, 1999, p. 34).

Assim, para o autor,

Os textos são produtos da atividade humana e, como tais, [...] estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais, no seio das quais são produzidos. (BRONCKART, 1999, p. 72).

Enfatizando que as produções de linguagem se relacionam com a atividade humana em geral, o autor considera que toda ação de linguagem se organiza em discursos ou em textos, os quais, por sua vez, diversificam-se em *gêneros de textos*, considerados *formas comunicativas*, em contraponto às *formas linguísticas*, mais específicas, pertencentes à composição dos gêneros. Dessa forma, o autor não considera os gêneros como objeto de análise, e sim os textos e, para explicitar sua organização interna, lança mão da metáfora do “folhado textual”.

Bronckart concebe a organização de um texto em três camadas superpostas:

a) a infraestrutura geral, considerada o nível mais profundo do texto e

- constituída pela organização do conteúdo temático, pelos tipos de discurso e pelas articulações entre esses tipos e as sequências que neles aparecem;
- b) os mecanismos de textualização, no nível intermediário, são responsáveis pelo estabelecimento da coerência temática explicitada por meio dos mecanismos de textualização: conexão e coesão verbal e nominal e;
 - c) os mecanismos enunciativos que, no nível superficial, contribuem para a manutenção da coerência pragmática do texto, como a inserção de vozes e as modalizações.

O texto, afastado do modelo lógico-gramatical, é analisado “em situação” de natureza sociointerativa; entretanto, as camadas profunda e intermediária da organização textual propostas pelo autor, seu “folhado textual”, são ancoradas nas concepções da linguística textual, o que explica o motivo de os seguidores do interacionismo sociodiscursivo adotarem a nomenclatura *gêneros de texto*.

Outro teórico importante, Jean-Michel Adam, ao estudar o texto e o discurso sob o enfoque sociodiscursivo, também tem por base os conceitos bakhtinianos de gênero e enunciado; entretanto, a noção de gênero foi preterida em função da dimensão textual, já que, para ele, interessava prioritariamente analisar as sequências delimitáveis em uma tipologia.

Para o autor, a unidade textual elementar é o produto de um ato de enunciação, de valor pragmático, designado por ele de proposição-enunciado, cujo conjunto, ou macroposições, forma uma unidade estrutural complexa, denominada *sequências textuais*, que se caracterizam por sua organização interna e uma rede relacional hierárquica no conjunto do texto. A essas combinações estabelecidas entre as proposições, que configuram as sequências, correspondem cinco tipos de relações “[...] memorizadas por impregnação cultural e transformadas em esquema de reconhecimento e de estruturação da informação textual” (ADAM, 2008, p. 204): narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal e descritiva. Nessa perspectiva, a posição de Adam (2008) tem por base uma análise dos gêneros calcada na materialidade textual, na textualidade, isto é, uma análise fundamentada em textos concretos.

Contudo, mais recentemente, o autor se propõe a redirecionar o foco de análise para uma inter-relação entre a linguística textual e análise do discurso, concebendo o

texto de uma forma mais abrangente (ADAM, informação verbal¹³), situando-o, por meio de uma teoria interdisciplinar, em consonância com o discurso das diferentes ciências da linguagem. O linguista francês define a linguística textual como “[...] um subproduto do campo mais vasto da análise das práticas discursivas” (ADAM, 2008, p. 43); desse modo, ela se ocuparia das operações que regulam a ligação e a segmentação das proposições no texto, enquanto a análise dos discursos se ocuparia dos enunciados a partir das regulações que se impostas pela situação de interação, pelos lugares sociais e pelo gênero.

Nesse sentido, Adam (2008), considerando o papel e as tarefas da linguística textual, propõe-se a analisar as unidades textuais quanto à textura, à estrutura composicional, à semântica, à enunciação e coesão polifônica e aos atos de discurso e à orientação argumentativa, postulando que

Toda a ação de linguagem inscreve-se, como se vê, em um dado setor do espaço social, que deve ser pensado como uma formação sociodiscursiva, ou seja, como um lugar social associado a uma língua (socioleto) e a gêneros do discurso. (ADAM, 2008, p. 63).

O autor também afirma que, ao considerar “[...] as línguas e os gêneros como componentes sistêmicos de base da interdiscursividade” (ADAM, 2008, p. 45), esta [a interdiscursividade] se define como um “reservatório de memória” que possibilita a formulação dos enunciados.

Também influenciados pelo teórico russo, assim como por estudos sociológicos, antropológicos e etnográficos, um grupo de estudiosos americanos adota uma perspectiva sociorretórica e sócio-histórica cultural nos estudos de gênero. Conforme explica Marcuschi (2008, p. 153), essa corrente

Preocupa-se com a organização social e as relações de poder que os gêneros encapsulam. Tem uma visão histórica dos gêneros e os toma como altamente vinculados com as instituições que os produzem. A atenção não se volta ao ensino, e sim para a compreensão do funcionamento social e histórico, bem como sua relação com o poder.

Um dos autores representativos desse grupo é Charles Bazerman (2005,

¹³ ADAM, Jean-Michel. A análise textual dos discursos: entre gramáticas de texto e análise do discurso. Tradução de Michelle Valois (UFPE) e Dóris de Arruda da Cunha (UFPE). Conferência realizada em homenagem a Patrick Charaudeau: “A análise do discurso nas ciências da linguagem e da comunicação”, Lyon II, 4 de junho de 2010.

2006), que entende o gênero como uma construção psicossocial, que é acionada pelo sujeito para reconhecimento e construção de ações tipificadas em situações retóricas recorrentes. Segundo o norte-americano, para cada campo de atividade há um conjunto de gêneros típicos, portanto, reconhecíveis pelos interlocutores e funcionando como modelos, padronizações do comportamento linguístico.

Dessa forma, as escolhas quanto ao gênero são pautadas pelas situações comunicativas e configuram a organização textual com aquilo que é recorrente e reconhecido pelas pessoas como algo usado por elas próprias e pelos outros; dessa perspectiva, os gêneros são parte das atividades sociais (BAZERMAN, 2005), ou seja:

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser [...] são os lugares onde o sentido é construído [...] os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não familiar. (BAZERMAN, 2006, p. 23).

Dentro dessa perspectiva, o texto é um instrumento de ação social e sua organização está sujeita a enquadramento socialmente definidos. Nesse aspecto, Bazerman alinha-se à teoria bakhtiniana, pois, para o autor, a estabilidade dos modelos também é apenas relativa.

Outra característica da abordagem de Bazerman (2005) é a compreensão dos gêneros como responsáveis por estabelecer fatos sociais e não apenas linguísticos. Os fatos sociais se relacionam aos princípios culturais de uma sociedade e se realizam por meio de gêneros textuais.

Cada texto bem sucedido cria para seus leitores um *fato social*. Os fatos sociais consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou *atos de fala*. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas, e, portanto, inteligíveis, ou gêneros, que estão relacionadas a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. (BAZERMAN, 2005, p. 22).

Nessas considerações, no que tange à Teoria dos Atos de Fala¹⁴, estes se referem, grosso modo, às reais intenções do enunciador e às possíveis interpretações por parte de um ouvinte acerca do que foi dito. Desse modo, os gêneros cumprem também a função de orientar a recepção textual, já que moldam os textos e direcionam as expectativas do ouvinte. Bazerman (2006), portanto, propõe que os gêneros, por

¹⁴ Para mais, consultar Searle (1969) em obra intitulada *Speech Acts*.

se tornarem parte da interação humana e de sua organização cognitiva, acabam por estabelecer *habitats* ideais à ação dos indivíduos.

Também a proposta de Luiz Antonio Marcuschi (1946-2016) assume o caráter social dos fatos da linguagem, definindo o texto como um produto da interação social. Segundo o linguista brasileiro, é um consenso que, para comunicar-se, o indivíduo recorre aos gêneros a fim de se adequar à situação comunicativa, a determinado contexto, e acrescenta que os textos e/ou discursos circulam por meio de gêneros, “[...] daí a centralidade da noção de *gênero textual* no trato sociointerativo da produção linguística” (MARCUSCHI, 2008, p. 154, grifo do autor).

Marcuschi considera o discurso como uma enunciação da qual participam os sujeitos e a situação sócio-histórica, enquanto o texto é “[...] o observável, o fenômeno linguístico empírico que apresenta todos os elementos configuracionais que dão acesso aos demais aspectos da análise” (MARCUSCHI, 2008, p. 84). Recorrendo a Coutinho (2004), ele situa o gênero entre o discurso – visto como uma atividade mais universal – e o texto – peça empírica particularizada e observável –, considerando-o [o gênero] como prática social e prática textual-interativa. O gênero, dessa perspectiva, opera como uma ponte entre os dois conceitos com sua estabilidade relativa ao momento histórico-social em que surge e circula.

Marcuschi, portanto, tende a conceber o gênero como um artefato textual discursivo, sendo analisado tanto em sua organização interna, como em seu funcionamento sociointerativo, já que, para ser produzido, existem normas necessárias e maleáveis, caso se pretenda a compreensão e a interação por parte de todos os envolvidos no processo comunicativo. Dessa perspectiva, o gênero apresenta dois aspectos importantes: a gestão enunciativa (escolha dos planos de enunciação, modos discursivos e tipos textuais) e sua composicionalidade (a identificação das unidades textuais). Assim, dominar um gênero textual, para Marcuschi, não significa dominar uma forma linguística, mas “[...] uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos” (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Adotamos, como os autores por nós elencados, os subsídios teóricos bakhtinianos como alicerce e fio condutor da nossa pesquisa, não só por eles representarem “[...] uma espécie de bom-senso teórico em relação à concepção de linguagem”, como alega Marcuschi (2008, p. 152), mas porque assumimos a orientação de que os gêneros não podem ser compreendidos fora da situação de produção que os engendrou, ou seja, fora da sua intrincada rede de relações.

Somado a esse direcionamento, e com base na Linguística Textual, consideramos que o papel social e o lugar podem ser capturados a partir de escolhas lexicais, que funcionam como pistas de onde os sujeitos enunciam e da posição que ocupam em seu discurso. Conforme assevera Koch (2006, p. 167-168),

O estudo dos gêneros constitui, hoje, uma das preocupações centrais da Linguística Textual, particularmente no que diz respeito às práticas sociais que os determinam, à sua localização no continuum fala/escrita, às opções estilísticas que lhes são próprias e à sua construção composicional, em termos macro e microestruturais.

Esses dados permitirão aportarmos em uma compreensão mais ampla sobre o fenômeno discursivo investigado – o funcionamento dos provérbios nos textos opinativos da mídia escrita – objetivo maior da nossa investida.

Para melhor compreendemos o funcionamento dos gêneros na perspectiva bakhtiniana, faz-se necessária uma análise de algumas definições atribuídas as eles e de outros termos relacionados. É, portanto, essa a nossa próxima tarefa.

1.3 CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS TEXTUAIS

A linguagem humana é a condensação das experiências histórica, cultural e social dos indivíduos membros de uma determinada sociedade. Isso significa que a linguagem não tem categorias fixas, acabadas, mas definidas nas relações simultâneas entre os seres humanos e a língua. Essa articulação constrói uma multiplicidade diversificada de gêneros, entendidos, nessa perspectiva, como entidades socioculturais nas quais a língua se materializa em situações comunicativas diversas.

Desse ponto de vista, o estudo dos gêneros textuais engloba uma descrição da língua e uma visão do social, além de considerar questões históricas e socioculturais no uso da língua nas situações cotidianas, tornando-se um empreendimento multidisciplinar na medida em que a emergência da prosa passou a englobar uma análise baseada em parâmetros de formas interativas que se realizam por meio do discurso, ou seja, da linguagem em funcionamento.

Embora o pensamento bakhtiniano influencie ou fundamente boa parte das pesquisas contemporâneas sobre gênero, Marcuschi (2008) aponta algumas outras perspectivas teóricas em curso no Brasil, como a perspectiva formal da escola norte-

americana, influenciada pelos estudos de John Swales, ou a perspectiva sistêmico-funcional da Escola Australiana de Sydney, influenciada pelos estudos de Halliday. Internacionalmente, há, também, uma enorme proliferação de perspectivas teóricas em curso no momento, mas, conforme o autor, a classificação proposta por ele é precária e sujeita à discussão.

De qualquer modo, Marcuschi traz à baila estudiosos da questão dos gêneros sob uma perspectiva de caráter etnográfico, como Swales e Bhatia; uma perspectiva interacionista e sociodiscursiva, como Dolz e Bronckart; perspectiva da análise crítica, como Fairclough ou uma perspectiva sociorretórica, como Bazerman e Freedman. Entretanto, diz o autor que, como Bakhtin fornece “[...] subsídios teóricos de ordem macroanalítica e categorias mais amplas”, este acaba sendo “[...] uma espécie de bom-senso teórico” (MARCUSCHI, 2008, p. 152) entre os demais autores.

Apesar de assumir a noção de gênero como um fenômeno essencialmente sociocultural e histórico, Marcuschi afirma que o estudo a esse respeito está se tornando cada vez mais multidisciplinar e que, dependendo da posição adotada, os gêneros podem ser “forma de ação social”, “artefato cultural”, “uma categoria cultural”, “um esquema cognitivo”, “uma forma de ação social”, “uma estrutura textual”, “uma forma de organização social”, “uma ação retórica” (MARCUSCHI, 2008, p. 149), o que mostra a complexidade da questão. De qualquer modo, para o autor, eles devem ser contemplados em seus usos e condicionamentos sociopragmáticos.

Perante tais maneiras distintas de entender essa rede conceitual sobre gênero textual, assumimos uma linha de continuidade que não está na especificidade dos conceitos e noções, mas na concepção filosoficamente fundada nas propostas bakhtinianas que se concentraram nas questões da linguagem e do discurso, que têm seus sentidos produzidos pela presença constitutiva da intersubjetividade, pois

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo, existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto; cada sentido terá sua festa de renovação. (BAKHTIN, 2003, p. 410).

Para Bakhtin (2019), as esferas de atividades humanas são variadas e cada uma delas se caracteriza como formas de distribuição de diferentes papéis e lugares sociais nas instituições e situações em que se produzem os discursos, com condições

comunicativas, portanto, que atendem à necessidade de expressão específica dimensionada dentro de cada esfera.

Assim, as condições comunicativas das esferas sociais produzem os *gêneros de discurso* ou *gêneros discursivos*, “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2019, p. 12). São relativamente estáveis porque podem sofrer modificações, já que estão relacionados às práticas sociais e às incontáveis relações sociais dentro de cada cultura, sendo, portanto, um produto social heterogêneo e suscetível a mudanças.

Sobral (2009, p. 117) elenca os principais aspectos do caráter estável-dinâmico dos gêneros:

1. O gênero é dotado de uma lógica orgânica, isto é, não há algo de fora que venha se impor a ele, mas uma ação generificante, criadora de suas características como gênero.
2. Protótipos e fragmentos do gênero permitem “dominá-lo”, ou seja, o gênero tem um certo “tom”, certa “linguagem”, que não devem contudo ser confundidos com fórmulas fixas [...].
3. Sua lógica não é abstrata, porque se manifesta em cada variedade nova [...] o gênero não é rígido em sua normatividade, mas dinâmico e concreto.
4. O gênero traz o *novo* (a singularidade, a impermanência) articulado ao mesmo (a generalidade, a permanência), porque não é uma abstração normativa, mas um *vir-a-ser* concreto cujas regras supõem uma dada regularidade e não uma fixidez.

Desse modo, os estudos bakhtinianos sobre gêneros recaem nas práticas prosaicas do uso do discurso como uma manifestação de pluralidade. Os gêneros discursivos da comunicação interativa dentro das esferas sociais, sobretudo os gêneros da prosa, valorizam as enunciações cotidianas e ordinárias.

Do ponto de vista da natureza geral do enunciado, Bakhtin vai distinguir os gêneros primários (da comunicação cotidiana) dos gêneros discursivos secundários (uma produção mais elaborada, como a escrita, os romances e os gêneros jornalísticos, por exemplo), o que não impede, entretanto, que uma forma do mundo cotidiano entre na esfera dos gêneros secundários, adquirindo os matizes desse novo contexto, assim como afirma Machado (2008, p. 161): “Gêneros primários e secundários são, antes de mais nada, misturas.”

1.3.1 Gêneros e Dialogia

Quando considera a função comunicativa dos gêneros, Bakhtin e o Círculo analisam a dialogia como um processo de interação ativa. Nesse processo, os gêneros, como manifestação cultural, no sentido de troca, divulgação, armazenamento ou transmissão de mensagens em contextos culturais específicos, são elos de uma cadeia que dinamizam e unem tanto interlocutores, como sistemas de linguagem. Esse processo tem abrangência espaço-temporal, ou seja, as relações da interatividade discursiva por meio dos gêneros adquirem uma existência dialógica que ultrapassa tempo e culturas, permitindo a reconstrução de uma imagem que vai orientar o uso da linguagem. Para o autor,

Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível. (BAKHTIN, 2019, p. 39).

Assim, os enunciados produzidos pelos sujeitos históricos são acontecimentos que exigem uma determinada situação histórica, a identificação dos atores sociais, o compartilhamento de uma cultura e o estabelecimento de um *diálogo* que, é uma das formas mais importantes da interação verbal: “[...] o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo” (VOLÓSHINOV, 2021, p. 219). De acordo com essa visão, Bakhtin desenvolve o conceito de dialogismo, a partir do qual afirma que todo dizer é perpassado, irremediavelmente, por outros dizeres e que todos os enunciados se constituem a partir de outros.

A conceituação dialógica de enunciado como unidade concreta e real da comunicação discursiva, isto é, como totalidade discursiva, considera a situação social (imediata e ampla) – ou dimensão extraverbal – como um elemento constitutivo, indispensável para a compreensão e seu sentido; sem essa dimensão, está-se diante apenas das relações linguísticas dos elementos no sistema da língua. Entretanto, a dimensão verbal não pode ser menosprezada, uma vez que é responsável pela expressão formal do enunciado. Além disso, pela sua natureza dialógica, o enunciado, em seu projeto discursivo, objetiva uma reação-resposta ativa daquele a quem é

destinado e constrói-se em função dessa reação. Os enunciados “já ditos” e a reação-resposta antecipada vão determinar a construção do enunciado, tornando-o um elo na complexa e contínua cadeia da comunicação discursiva.

O conceito de dialogismo, portanto, está vinculado indissolivelmente ao de interação e refere-se, segundo Sobral (2009, p. 35-36) a três planos distintos, nos quais se fazem presentes o linguístico e o enunciativo, o verbal e o extraverbal:

- o plano da existência do sujeito vinculada à relação com outros sujeitos;
- o plano do discurso, no qual o sentido está ligado a outros enunciados/discursos produzidos e que podem vir a ser produzidos;
- o plano da composição dos enunciados/discursos, que, como se viu, não se restringe à superfície textual.

Bakhtin estabelece a mesma natureza discursiva, social e dialógica dos enunciados para os gêneros, que se constituem historicamente nas atividades humanas em uma situação de interação relativamente estável reconhecida pelos falantes. Quando os discursos são produzidos eles se tornam objetos de interação na sociedade, refletindo os valores desse espaço social a que pertencem os que neles [nos discursos] estão envolvidos. O espaço coletivo que abriga os discursos estabelece formas ou tipos de enunciados que são os gêneros; cada espaço, ou cada esfera de atividade, tem a sua própria forma de produção, circulação e recepção dos gêneros, que se constituem e se estabilizam historicamente a partir de novas situações de interação comunicativa.

1.3.2 Tema, Forma Composicional e Estilo

Conteúdo temático, forma composicional e estilo são pontos de convergência entre o enunciado e os gêneros do discurso. Conteúdo temático, ou tema, não se confunde com assunto, pois só pode ser considerado na enunciação concreta, com sentidos gerados em dado contexto e em situações específicas de produção. O tema é “o sentido da totalidade do enunciado” (VOLÓCHINOV, 2021, p. 227), assim como para Sobral (2009, p. 75) “[...] é uma mobilização de formas da língua segundo as condições de enunciação”, ou seja, são os sentidos nascidos da interação dialógica. O tema assim se mostra porque, para Bakhtin (e o Círculo), a língua é um sistema

dinâmico e sua articulação com o meio histórico em que se insere e com a sociedade a que serve implicam a ideologia.

As formas típicas do enunciado são os gêneros do discurso. A intencionalidade discursiva do falante é aplicada e adaptada ao gênero escolhido, incluindo as especificidades de cada esfera de atividade, os aspectos da interação e as necessidades temáticas: “Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*” (BAKHTIN, 2019, p. 38, grifos do autor). Assim, os gêneros são escolhidos de acordo com as circunstâncias específicas da interação, que envolve a relação do locutor com seus próprios enunciados e com o interlocutor; isso quer dizer que, na interação, ao mesmo tempo em que o locutor realiza seu projeto enunciativo na escolha de um determinado gênero, ele também se submete às formas típicas da esfera em que são produzidas.

Estilo, por sua vez, na concepção bakhtiniana, diverge do senso comum e dos estudos estilísticos e retóricos, pois reflete as relações dialógicas que regem a produção e a compreensão dos sentidos, pois depende da percepção que o locutor tem de seus parceiros da comunicação verbal (ouvinte, leitor, interlocutor real/presumido, o discurso do outro, etc.) e da presunção de sua compreensão responsiva ativa; é essa consideração que vai escolher o gênero, os procedimentos composicionais e o estilo do enunciado, visto por Bakhtin (2019, p. 64), como os *meios linguísticos* do enunciado. Nas palavras do autor, existe uma “[...] relação orgânica e indissolúvel do estilo com o gênero [...] Onde há estilo há gênero” (BAKHTIN, 2019, p. 18-21), já que a cada gênero que representa uma esfera de atividade corresponde um determinado estilo, ou seja, gênero é um enunciado relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico.

Koch (2006), por sua vez, alerta que uma leitura superficial dos princípios bakhtinianos sobre gêneros leva-nos a uma concepção meramente textual ligada à estrutura, ao conteúdo e ao estilo dos textos e propõe uma aproximação desses princípios com as noções de *modelos cognitivos textuais*, de van Dijk, e de *tipos de atividades*, de Levinson. Os primeiros, segundo Koch, são construídos a partir da vivência em sociedade, sendo dinâmicos e permanentemente atualizados. Eles representam os conhecimentos, propósitos, expectativas e outras crenças dos interlocutores, além das propriedades do contexto e outros fatores situacionais que possam ser relevantes, encerrando, portanto, todo conhecimento sociointeracional,

incluindo os diversos gêneros e sua adequação às situações sociais.

No que diz respeito aos *tipos de atividade* relatados por Levinson, Koch explica que esta noção se refere a “qualquer atividade culturalmente reconhecida” (KOCH, 2006, p. 163), compondo uma categoria que não tem limites precisos e cujos participantes são socialmente constituídos e delimitados e, ainda, a linguagem verbal é integrante de cada atividade. Essas características somadas ao fato de que Levinson também postula que os eventos nos quais acontecem a atividade verbal possuem uma estrutura e estão em conformidade com um estilo, além de os participantes assumirem papéis sobre o tempo e lugar em que dada atividade acontece são algumas das características que nos levam, segundo Koch, a recordar o estudo dos gêneros no que diz respeito à forma composicional e ao estilo.

À parte da aproximação com essas duas noções e seguindo as orientações de Bakhtin, os gêneros, para a autora,

[...] devem ser vistos como arcabouços cognitivos-discursivos ou enquadres enunciativos determinados pelas necessidades temáticas das diversas práticas sociais, pelo conjunto de participantes de tais práticas, de suas relações sociais e de seus propósitos enunciativos, as quais se distinguem, conforme Bakhtin, além da forma composicional, pelo tipo de conteúdo temático e pelo estilo que lhes é próprio. (KOCH, 2006, p. 163).

Entretanto, as discussões teóricas a respeito da categorização dos fatos da língua que influenciam na funcionalidade e aplicabilidade dos textos e que têm por base as esferas das atividades humanas norteiam também as propostas relacionadas à distinção entre as noções de *gênero* e *tipo* textual, sobre as quais discorreremos a seguir.

1.4 GÊNERO E TIPO TEXTUAL

Vimos que é nas esferas das relações humanas e da comunicação correspondentes às instâncias públicas e privadas do uso da linguagem que os gêneros textuais são elaborados para responderem às necessidades sociointerlocutivas dos sujeitos que nelas se inter-relacionam. Assim como Marchuschi (2010), assumimos que é impossível comunicarmo-nos verbalmente a

não ser por algum gênero, tanto como por algum texto, posição defendida por Bakhtin (2019) e adotada pelos autores que reportam ao funcionamento da língua em práticas comunicativas reais e concretas. Desse modo, as categorias *gênero* e *tipo textual* são usadas simultaneamente para referirem-se aos textos concretos produzidos na e pela sociedade ou, por outro lado, aos textos e aos modos de organização discursiva neles atualizados.

No geral, percebe-se que a noção de *tipo textual* agrega valores diversos conforme as teorias da linguagem das quais ela deriva, construindo-se sobre princípios que contemplam as dimensões do discurso: a dimensão interacional/situacional, a textual e a linguística. Assim, as propriedades internas à constituição do texto, que incidem no plano microestrutural, os modelos cognitivos culturalmente adquiridos, representantes das superestruturas em relação com a macroestrutura, as sequências proposicionais, a atitude enunciativa que o locutor assume perante seu dizer e seu interlocutor, os modos enunciativos e os suportes em que se materializam os textos são algumas das bases conceituais em que se organizam os estudos de tipificação do texto.

Para alguns estudos no âmbito da Linguística Textual, tipo textual é uma noção que remete à estrutura do texto. Assumindo as orientações de Jean Paul Bronckart, John Swales e Jean-Michel Adams, Marcuschi (2010, p. 23) define *tipo textual* como “[...] uma construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição” em categorias demarcadas em argumentação, exposição, narração, descrição e injunção, ou seja, categorias limitadas sem tendência a aumentar. A expressão *gênero textual*, por sua vez, é uma “noção propositalmente vaga” que se refere aos textos materializados da vida diária com características sociocomunicativas, orais ou escritos, realizados em situações históricas, institucionais e técnicas e “constituindo em princípio listagens abertas” (MARCUSCHI, 2008, p. 155), sendo, portanto, quase incontáveis.

Adotando a sugestão de Werlich (1973), Marcuschi (2010) define os tipos textuais por seus traços linguísticos dominantes em que a base do texto é representada pelo título ou pelo início do texto. O autor adverte que o segredo da coesão textual está na “[...] tessitura das sequências tipológicas como uma armação de base” (MARCUSCHI, 2010, p. 28). Assim, as cinco bases temáticas textuais típicas que dão origem aos tipos textuais são: descritiva, narrativa, expositiva, argumentativa e injuntiva:

Quadro 1 – Tipos textuais.

Tipos textuais	Traços linguísticos dominantes
Descritivo	verbos estáticos no presente ou imperfeito, um complemento e uma indicação de lugar, predominando, portanto, as sequências de localização.
Narrativo	verbos de mudança no passado, com circunstanciais de tempo e lugar; seu elemento central é a sequência temporal.
Expositivo	apresenta um sujeito, um predicado e um complemento, que estabelece com o sujeito uma relação parte-todo, com predomínio de sequências analíticas ou explicitamente explicativas.
Argumentativo	enunciado de atribuição de qualidade com verbo no presente e um complemento e cujas sequências se mostram contrastivas explícitas.
Injuntivo	verbos no imperativo, que podem ser substituídos por uma forma mais longa usando o verbo “dever”, mantendo as sequências imperativas.

Fonte: Marcuschi (2010).

Entretanto, como salienta Silva (1999), dependendo da finalidade comunicativa, esses modos enunciativos funcionam de forma específica e variável na constituição do texto; as sequências narrativas, por exemplo, não se inscrevem da mesma maneira em um conto de fadas, em uma notícia, ou na conversação espontânea. Em um conto de fadas a narrativa tende a ser mais linear, em que há uma relação de anterioridade e posterioridade na ordem dos acontecimentos, ao contrário de uma notícia, cuja ordenação narrativa pode não ser tão rígida, apresentando o fato principal, suas consequências e causas de maneira estratégica ao atribuir relevância a um desses fatores. Segundo a autora, “Por essa via, a noção de tipo textual subsume uma dimensão discursiva se se considera que cada tipo é objeto de modalização específica, dada a natureza do gênero a que o texto pertence” (SILVA, 1999, p. 102).

As expressões gênero textual e tipo textual, portanto, recobrem realidades distintas do funcionamento do discurso, segundo Marcuschi (2008, p. 159):

As distinções entre um gênero e outro não são predominantemente linguísticas e sim funcionais. Já os critérios para distinguir os tipos textuais seriam linguísticos e estruturais, de modo que os gêneros são designações *sociorretóricas* e os tipos são designações *teóricas*. Temos muito mais designações para gêneros como manifestações empíricas do que para tipos.

Cabe, ainda, explicitar uma noção de domínio discursivo que, para Marcuschi

(2008, 2010), vem sendo usada de uma maneira um tanto vaga. Segundo o autor, domínio discursivo, no sentido bakhtiniano do termo, constitui uma esfera da atividade humana, uma instância de produção discursiva que propicia o surgimento de discursos bastante específicos. O domínio discursivo, portanto, não se constitui em um gênero, mas dá origem aos diversos gêneros institucionalmente marcados como práticas ou rotinas comunicativas instauradoras de relações de poder. Assim é que se pode falar, do ponto de vista dos domínios discursivos, de discurso jurídico, discurso religioso, discurso jornalístico, entre tantos outros.

O autor ainda coloca que certos gêneros podem fazer parte de mais de um domínio discursivo, enquanto que, em certos casos, são exclusivos e não possuem a mesma flexibilidade, tais como a petição, gênero exclusivo do domínio discursivo jurídico, ou o gênero consulta médica, exclusivo do domínio da medicina. Desse modo, em certas instâncias públicas ou privadas circulam determinados gêneros que não estão presentes em outras instâncias; isso acontece porque os domínios discursivos consolidam-se por meio de um contexto histórico-social, organizando as práticas comunicativas.

Os conceitos de gênero, tipo e domínio discursivo harmonizam-se de maneira que o texto é produzido sob determinada forma linguística, ou tipo textual, atendendo a um objetivo comunicativo na escolha do gênero e está compreendido em uma esfera social da qual esse gênero faz parte, o domínio discursivo. É sobre o domínio discursivo referente à mídia escrita, ao discurso jornalístico e seus gêneros integrantes que falaremos a seguir. Cabe-nos, antes, explicitar o que entendemos, nesta tese, por mídia escrita.

1.4.1 A Mídia Escrita

Dentre as definições de mídia indicadas por Ferreira (1999, p. 1334), elencamos três delas mais coerentes com nosso propósito:

1. *Comun.* O conjunto dos meios de comunicação, e que inclui, indistintamente, diferentes veículos, recursos e técnicas, como p. ex., jornal, rádio, televisão, cinema, *outdoor*, página impressa, propaganda, mala direta, balão inflável, anúncio em site da *Internet*, etc. 2. Veículo da mídia (1) *O jornal é a melhor mídia para anúncio de serviços profissionais.* [...] 7. O suporte ou a tecnologia us. para gravação ou registro de informações, como por ex., CD, fita DAT, videoteipe, impresso, etc. [...] **Mídia impressa.** *Comun.* Mídia (1) que inclui, esp., jornais e revistas. (destaque nosso)

Baseando-nos no aspecto lexicográfico, portanto, a mídia é definida como um canal transmissor de mensagens, as quais podem ser impressas. Por outro lado, alinhando a definição de mídia aos pressupostos teóricos deste trabalho, a mídia é um suporte¹⁵, uma superfície física, de formato específico, tal como a revista e o jornal, considerados por Marcuschi (2008) como suportes convencionais: “[...] o *jornalismo* é um *domínio discursivo*, ao passo que o *jornal* é seguramente um *suporte* [...]” (MARCUSCHI, 2008, p. 176).

Maingueneau (2005), tratando o suporte como mídiun, afirma que, mais do que um meio de transmissão do discurso, “[...] ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer” (MAINGUENEAU, 2005, p. 71), ou seja, é o mídiun que condiciona a constituição do texto e modela o gênero do discurso. O linguista francês (2005, p. 73) também analisa a distinção entre o oral e o escrito, considerando-a “[...] a ‘categoria midiológica’ mais antiga e mais solidamente ancorada na cultura”, pois se refere aos suportes físicos: o oral é transmitido por ondas sonoras e o escrito em suportes sólidos, ou ainda relacionados, respectivamente, à instabilidade e estabilidade dos enunciados.

Essa distinção envolve, igualmente, diferenças entre enunciados dependentes do ambiente e enunciados independentes do ambiente. Nos primeiros, enunciadador e co-enunciador dividem o espaço físico, gerando maior dinâmica na troca verbal e frequentes modalizações, fórmulas fáticas e construções sintáticas deslocadas. Os enunciados independentes do ambiente, por sua vez, tendem à autossuficiência, com maior referência intratextual, pois não há compartilhamento do espaço físico.

Maingueneau (2005), ao discorrer sobre a importância do mídiun na dimensão da comunicação verbal, também ilustra algumas propriedades evidentes do texto escrito:

¹⁵ “[...] um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado em texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 174)

- ✓ pelo fato de poder circular longe de sua origem, não há controle da recepção de seu enunciado; portanto, ele deve ser estruturado de maneira a torná-lo compreensível, “[...] fazer de seu enunciado um *texto*, no sentido mais pleno do termo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 79);
- ✓ a leitura a distância abre espaço para o leitor comparar certas partes, de forma a elaborar conclusões.

Por fim, a possibilidade de impressão de um texto midiático escrito confere-lhe uma autonomia maior aos leitores, pois prescinde da comunicação direta, resultando em um objeto inalterável e fechado em si mesmo, que ocupa um espaço material. Essas características implicam

[...] uma superfície exposta ao olhar [...] Um enunciado que não é proferido por um locutor presente ou que não circula num ambiente restrito de pessoas que se conhecem deve conter tudo aquilo que é necessário para ser decifrado. (MAINGUENEAU, 2005, p. 80).

Em vista dessas orientações, mídia escrita significa a superfície física, aqui representada pelo jornal *Folha de S. Paulo* e pela revista *Veja*, em que os gêneros textuais coluna de opinião e artigo de opinião estão materializados em um texto escrito, estruturado argumentativamente, por meio da imbricação do gênero provérbio e de maneira compreensível ao leitor, a fim de que este adira às opiniões do colunista/articulista. Complementamos, ainda, retomando a orientação dialógica proposta por Volóchinov (2021, p. 2019, grifo do autor), para quem

[...] *um discurso verbal impresso* também é um elemento da comunicação discursiva. [...] é orientado para uma percepção ativa: uma análise minuciosa e uma réplica interior, bem como uma reação organizada [...] Desse modo, o discurso verbal impresso participa de uma espécie de discussão ideológica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante.

Assim, assumimos que a imprensa escrita exerce um valioso papel na sociedade, divulgando não apenas os fatos ocorridos, mas como um agente histórico capaz de intervir nos rumos de diversas situações, como as de caráter político ou cultural. Mesmo diante do surgimento de novos meios de comunicação que diversificaram a divulgação de notícias e opiniões, os jornais e revistas ainda mantêm seu *status quo*.

1.5 GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Na concepção teórica que temos seguido neste capítulo, vimos que o conceito bakhtiniano de gênero pode ser discorrido como um evento comunicativo recorrente em que uma determinada atividade humana, envolvendo papéis e relações sociais, é mediada pela linguagem. Isso quer dizer que o gênero está relacionado a modelos inscritos em textos que representam um dado evento comunicativo.

Pelo viés da institucionalização, os gêneros comunicam-se com a sociedade na qual existem e a dinâmica e a velocidade que se impõem aos textos e às produções da sociedade contemporânea exigem uma atualização constante tanto dos indivíduos como de suas produções. Assim, é necessária uma reflexão orientada a um estudo de gênero que comporte as características de textos atuais, especialmente aqueles produzidos pela mídia. Em vista disso, retomamos a noção de gênero para investigar os gêneros jornalísticos, apontando essa noção nas pesquisas contemporâneas e a sua relevância para a análise de textos pertencentes à mídia escrita, notadamente os textos jornalísticos de caráter opinativo, dado o *corpus* da nossa pesquisa.

O jornalismo, segundo Lage (1985), surgiu a partir da necessidade de o ser humano partilhar informações com a comunidade. O autor considera que a produção jornalística ultrapassa um tipo específico de texto, pois é uma forma de conhecimento. É evidente que a circulação de relatos informativos sempre foi essencial na organização das sociedades; porém, a sistematização dessas informações em publicações periódicas com maior alcance de público só começou com a revolução impressa, no século XV.

1.5.1 Tentativas de Classificação dos Gêneros Jornalísticos

Conforme esclarece Marcuschi (2010), o surgimento de novos gêneros, em especial aqueles ligados à área da comunicação, teve um aumento significativo motivado pela intensidade de seus usos e pela interferência nas atividades comunicativas diárias. Suportes como rádio, televisão, jornais, revistas e *internet*, influentes na realidade social da qual emergiram, têm abrigado novos gêneros bastante característicos, tais como telegramas, e-mails, teleconferências e, no meio

jornalístico, crônicas, editoriais, artigos, entre tantos outros. Na mesma direção de Marcuschi, Costa (2005) afirma que o novo espaço, a internet, possui novas formas de escrita e leitura, com características linguístico-discursivas e enunciativas específicas que se configuram para a emergência de novos gêneros: “[...] comunicações e organizações e construções textuais, cuja arquitetura (hiper)textual é *sui generis*” (COSTA, 2005, p. 3).

O surgimento e o progressivo avanço das tecnologias, sobretudo as digitais, constituem um contexto cibercultural que ressignificam a forma de acesso e propagação da informação, assim como o surgimento de uma nova sociedade leitora, com múltiplas necessidades e possibilidades, conforme atestam autores como Couto (2014), Lévy (2010), Rojo e Barbosa (2015), aspectos que fazem referência a Bakhtin (2019) quando diz que “[...] o repertório de gêneros do discurso cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo [da atividade humana]” (BAKHTIN, 2019, p. 12).

Segundo Marques de Melo (2010), os pesquisadores do jornalismo assumem Jacques Kayser como pioneiro no estudo contemporâneo dos gêneros jornalísticos em meados do século XX. Entretanto, no campo jornalístico, em especial, é atribuída ao editor inglês Samuel Buckekey a reflexão inicial a respeito da classificação dos gêneros jornalísticos quando, no início do século XVIII, ele propôs separá-los entre *news*/intencionalmente informativos e *comments*/explicitamente opinativos.

A despeito de críticas sofridas, tais como a de Chaparro (1997, p. 55), para quem relato/informação e comentário/opinião mantêm uma relação de dupla dependência, afirmando que “[...] a consistência do relato jornalístico exige cada vez mais a elucidação opinativa, assim como a clareza e o sentido do comentário dependem da qualidade das informações que lhe dão sustentação”, essa dicotomia ainda se mostra presente, embora tenha sido acrescida, em meados do século XX, pela imprensa estadunidense, uma outra divisão, a categoria interpretativa.

Beltrão (1980), pioneiro dos estudos brasileiros sobre gêneros jornalísticos, classifica-os em três categorias:

- a) jornalismo *interpretativo*, que inclui a reportagem em profundidade;
- b) jornalismo *informativo*, que inclui notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem;

- c) jornalismo *opinativo*, que abarca os gêneros editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor.

Alves Filho (2005, p. 115) não considera justificada a inclusão da categoria interpretativa por Beltrão, pois, segundo ele, esta “[...] teria como justificativa apenas a adjetivação (‘em profundidade’) de um gênero informativo, o que não parece lá muito consistente”. Bonini (2003, p. 213), por sua vez, considera que essas categorias presentes nas obras de Beltrão representam, menos que uma descrição dos gêneros, uma “[...] orientação do jornalismo para uma determinada concepção de trabalho (jornalismo não manipulador)”, tencionando somente dar orientações sobre a elaboração de textos jornalísticos.

Tendo como fonte de referência os estudos de Luiz Beltrão, Marques de Melo (2003), com o objetivo de descrever os gêneros presentes no jornal, parte dos critérios de *intencionalidade*, que se mostra como tentativas de reproduzir e ler o real, e o de *natureza estrutural* para chegar às categorias de texto de jornalismo *opinativo* (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta) e de jornalismo *informativo* (notícia, reportagem e entrevista). Marques de Melo mantém, portanto, a dicotomia informação/opinião por entender que é de interesse dos leitores saber o que acontece (informação) e saber o que se pensa sobre o que acontece (opinião). Além disso, segundo o autor, esses dois eixos contribuem para conferir credibilidade ao jornal, pois faculta ao leitor a escolha entre tomar conhecimento dos fatos ou apreciar sua avaliação.

Entretanto, o mesmo autor (2010, p. 24) não deixou de apontar a origem do gênero *interpretativo* (dossiê, perfil, enquete, cronologia), praticado no jornalismo norte-americano, em meados do século XX, e presente no jornalismo brasileiro nos dias de hoje. Posteriormente, o pesquisador reviu seus critérios de classificação e passou a considerar, decorrentes da passagem para o século XXI, também os gêneros *diversional* (história de interesse humano, história colorida) e *utilitário* (indicador, cotação, roteiro, serviço), totalizando a divisão do jornalismo brasileiro em cinco gêneros:

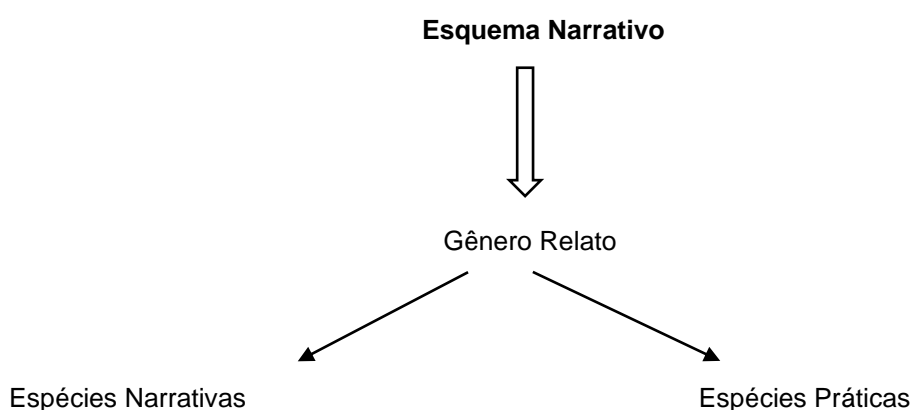
Quadro 2 – Gêneros jornalísticos.

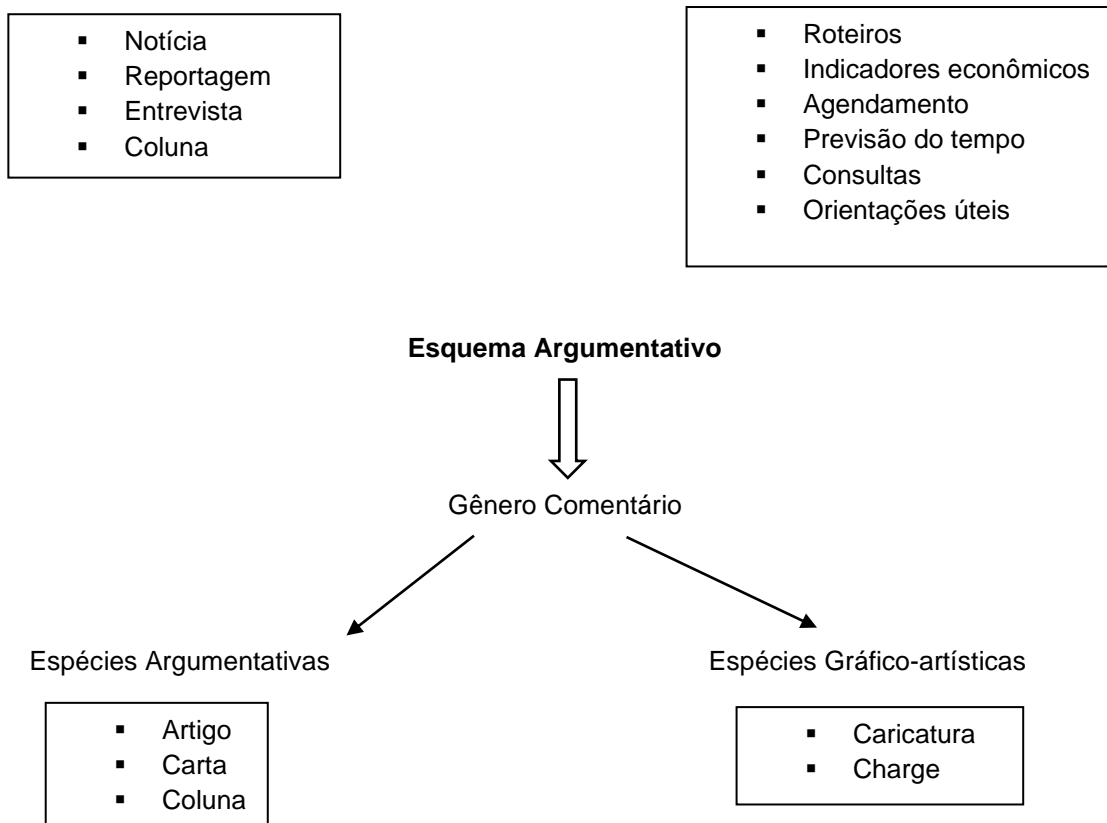
Gêneros jornalísticos	Categorias de texto
Opinativo	editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta
Informativo	nota, notícia, reportagem e entrevista
Interpretativo	dossiê, perfil, enquete e cronologia
Diversional	história de interesse humano e história colorida
Utilitário	indicador, cotação, roteiro e serviços

Fonte: Marques de Melo (2010).

As distinções propostas por Melo, especialmente os gêneros informativo e opinativo, que aparecem de forma mais consolidada e reconhecida na literatura, são contestadas por Chaparro (2008), para quem o jornal está imerso em um jogo linguístico e social, pressupondo um sujeito enunciador com uma história, uma ideologia e estratégias próprias; os gêneros, portanto, não estão, *a priori*, presos a critérios externos que os definiriam entre opinar e informar, já que, na maioria dos textos empíricos, esses critérios se imbricam.

O autor, então, propõe duas classes de textos baseados em esquemas narrativos e argumentativos, resultando nos gêneros *comentário* e *relato*. Cada um deles contém dois subgrupos (espécies): espécies argumentativas (artigo, carta, coluna) e gráfico-artísticas (caricatura, charge), do gênero comentário, e espécies narrativas (notícia, reportagem, entrevista e coluna) e práticas (roteiro, indicadores econômicos, agendamento, previsão do tempo, consultas, orientações úteis), associadas ao gênero relato, observando que a crônica é uma classe de texto livre de classificação (CHAPARRO, 2008, p. 178), conforme se pode ver no esquema a seguir:

Figura 4 – Classes de textos jornalísticos.



Fonte: Chaparro (2008).

Revisando o conceito de gênero na literatura da área da comunicação, Bonini (2003), com o objetivo de inventariar os gêneros que circulam nos jornais brasileiros, constatou que essa noção é pouco precisa. Em relação à literatura acadêmica, considerando os manuais de ensino de jornalismo, estes costumam tratar os gêneros como algo fixo e delimitável, passíveis de serem ensinados como parte da técnica jornalística. Segundo o autor, talvez por esses manuais terem sido escritos em uma época em que o debate sobre os gêneros era embrionário, não existe uma discussão mais aprofundada sobre esse conceito, que foi empregado de modo intuitivo e restrito aos textos mais típicos do meio jornalístico. Por sua vez, os textos teóricos analisados por ele atêm-se, mais comumente, ao tratamento tipologizante dos gêneros. Dessa feita, tanto os manuais como os textos teóricos não se reportam ao fato de que as fronteiras entre os gêneros jornalísticos não são facilmente identificáveis, como é o caso da reportagem e da notícia.

Bonini (2003) também pesquisou os gêneros na literatura recente dos congressos da área de comunicação, constatando um número elevado de subdivisões hierárquicas que explicam os gêneros nos jornais e que não apresentam, segundo o

pesquisador, coerência nem consistência na proposição das categorias e ao modo de sua operacionalização. Nas obras de referência, como os manuais de estilo (jornais pesquisados: *Zero Hora*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*) e os dicionários (RABAÇA; BARBOSA, 1995; KATZ; DORIA, 1975) o pesquisador observou que não há menção aos gêneros jornalísticos, ou mesmo a gênero.

Assim, como atestam as proposições teóricas de classificação aqui demonstradas, podemos aderir ao comentário de Alves Filho (2005, p. 119) quando afirma que

[...] afigura-se bastante difícil escapar das categorias informativa e opinativa, porque elas respondem pelo próprio modo como o jornalismo concebe o agrupamento dos gêneros [...] e por necessidades ligadas às práticas jornalísticas.

Complementamos com Costa (2010), quando alega que existe uma dificuldade em apreender o conceito de gênero jornalístico, pois a fragmentação da atividade jornalística advinda da variedade midiática (TV, rádio, jornal, revista, internet) “[...] gera o questionamento da centralidade do suporte e da mídia na noção de gênero” (COSTA, 2010, p. 47). Mesmo assim, baseando-se em Bakhtin (1997), o autor identifica gênero jornalístico como

Um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em unidades textuais autônomas, relativamente estáveis, identificáveis no todo do processo social de transmissão de informações por meio de uma mídia/suporte. (COSTA, 2010, p. 47).

Desse modo, no âmbito deste trabalho, assumiremos que, na instância discursiva jornalística, as fronteiras entre os diversos gêneros nem sempre apresentam limites explícitos, especialmente entre aqueles que assumem direção informativa ou opinativa, já que comungam de traços temáticos, composicionais e sociodiscursivos. Assim, dados os objetivos da pesquisa, adotaremos que o *corpus* analisado é concebido na esfera jornalística com a função precípua de expressar uma opinião sem, entretanto, desconsiderar seu traço informativo. Isso quer dizer que os textos expressam abertamente uma opinião em defesa de um ponto de vista que implica um julgamento favorável ou desfavorável sobre um fato/acontecimento, ou seja, não intentam veicular as informações, mas fazer sua apreciação valorativa, nos

termos de Bakhtin.

1.5.1.1 O jornalismo opinativo

A expressão opinativa, segundo Marques de Melo (2003), corporifica-se no jornalismo já na seleção das ocorrências sociais observadas, que sofrem uma filtragem no processo de difusão, seja por omissão, projeção ou redução dessas incidências. Ampliando as categorias de expressão opinativa propostas por Beltrão (2008) - o editor, o jornalista e o leitor -, Marques de Melo (2003) identifica quatro núcleos opinativos: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor, resultando deles oito formatos opinativos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

Alves Filho (2005) elenca a autoria como um dos critérios que evidenciam as diferenças entre os textos jornalísticos opinativos. Segundo o autor, o editorial fica “ilhado”, pois decorre de uma autoria institucional. Em outro nicho situam-se a carta do leitor e o artigo de opinião, ambos de autoria externa ao jornal, sendo que este último é de autoria de um “homem da *polis* de prestígio social”; em uma terceira zona de autoria coexistem gêneros com limites difusos, tais como crônica, coluna, comentário e resenha, cuja autoria é de um jornalista ou outro profissional e é nesse espaço que tentaremos delimitar nosso *corpus* por aproximação com outros textos opinativos, pois, segundo o autor

Editorial, artigo de opinião, crônica, comentário, carta do leitor e coluna de opinião comungam os seguintes traços verbais, temáticos, estilísticos e composicionais: uso de verbos no presente do indicativo, uso de adjetivos, uso de advérbios modais, conclusões pragmáticas, temas recentes e difundidos pelas notícias, títulos nominais, entre outros. (ALVES FILHO, 2005, p. 121).

Na delimitação das fronteiras entre os gêneros opinativos, Alves Filho (2005) destaca a natureza paradoxal da crônica jornalística, já que esta apresenta uma efemeridade típica da natureza jornalística, mas também almeja a perenidade literária; segundo Costa (2012, p. 93), citando Artur da Távola, a crônica “É a literatura do jornal. O jornalismo da literatura.” Sua tipologia textual pode ser de base narrativa, dissertativa, dialogal, entre outras, dependendo do propósito comunicativo do autor e, no jornal, esse gênero sofre a interposição da empresa jornalística, ao menos do ponto

de vista da extensão física: é um gênero curto e pré-definido pelo corpo editorial, privilegiando assuntos da atualidade, com interlocução direta com o leitor e marcas típicas da oralidade. Comumente, ocupa uma seção determinada, mantendo sempre a mesma formatação, tornando-a familiar ao leitor do jornal, seu público-alvo.

Referindo-se ao gênero coluna, Alves Filho (2005) caracteriza-o como um texto que tece comentários avaliativos sobre acontecimentos da *polis*, por uma perspectiva pessoal-profissional, diferenciando-o do editorial, cujo ponto de vista é institucional, fato que leva à interdição de pronomes de primeira pessoa, vocativos e histórias de experiências pessoais, ao contrário da coluna, na qual esse tipo de interação composicional é permitido. O autor lembra que pode haver dois tipos de coluna: um, cujos assuntos abordam temas variados entre si, mesclando informação e opinião, e outro tipo explicitamente opinativo em torno de uma unidade temática.

Alves Filho (2005, p. 127), ainda, aproxima a coluna do gênero artigo de opinião, pois ambos se constituem como uma “[...] reação-resposta avaliativa e valorativa a acontecimentos recentes que dizem interesse aos centros de poder”, sendo mediados pela empresa jornalística a qual, no caso do artigo, reiteradamente realiza convites para publicação, enquanto que, nas colunas, tal interposição se dá no momento da contratação do colunista, o que o torna mais dependente ou comprometido com a linha editorial do jornal. Por fim, o autor diferencia a coluna do gênero comentário, o qual, ao contrário da coluna, não tem autonomia em relação à notícia que lhe serve de base, localizando-se, geralmente, ao seu lado com a função de complementá-la.

Cabe, ainda, a definição de coluna indicada por Costa (2012, p. 83), a qual traz as características elencadas pelos demais autores:

COLUNA (v. ARTIGO, ARTIGO DE FUNDO, COLUNÃO, CRÔNICA, EDITORIAL, *FEATURE*, NOTA, NOTÍCIA, *SUELTO*, REPORTAGEM): diferentemente do noticiário (v. notícia) comum de jornais e revistas, que possui um estilo linguístico-discursivo mais formal, a coluna, seção especializada, geralmente assinada, é redigida em estilo mais livre e pessoal. Também difere quanto à variedade estilística dos textos que traz (notas, sueltos, artigos, crônicas, textos-legendas... – v. todos). Quanto à estrutura composicional, a coluna possui sempre um título (v.) ou cabeçalho (v.) e aparece sempre na mesma página, diagramada em posição fixa. Isso facilita o leitor habitual localizá-la.

A fim de complementar o que foi exposto até aqui, em uma pesquisa de base cognitivista a respeito do conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais, Bonini

(2002, 186-187) concluiu que

No tocante à relação entre contexto prático e gênero, a pesquisa desenvolvida levantou os seguintes resultados:

- 1- o gênero no jornal é dado de acordo com a função exercida pelo jornalista;
- 2- os princípios de organização do gênero são utilizados também: na organização do jornal, e na tarefa que subjaz ao gênero;
- 3 – elementos do contexto desencadeiam o gênero [...]
- 4 – o momento da apuração do fato noticioso já funciona como um momento de planejamento da escritura da notícia;
- 5 – muitos conteúdos que são recorrentes em um gênero não podem ser vistos como elementos caracterizadores desse gênero (movimentos retóricos), mas como elementos do próprio fato ou processo que socialmente o subjazem.

Em vista das convergências e divergências apontadas entre os principais gêneros jornalísticos e da evidente impossibilidade de delimitá-los categoricamente, assumiremos que o *corpus* analisado nesta tese faz parte dos gêneros coluna e artigo, elencados por Alves Filho (2005), em que há um tema predominante sobre o qual é apresentada uma opinião construída em uma rede argumentativa.

Assim, retomamos Bakhtin (2019, p. 38, grifo do autor), para quem

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc. Em seguida, a intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em determinada forma de gênero.

Definido, portanto, o status genérico do nosso *corpus*, cabe-nos lembrar que o objetivo desta pesquisa é investigar como a inserção do provérbio no texto jornalístico contribui para a sua argumentatividade. Desse modo, faremos uma breve explanação a respeito do gênero provérbio, já que as demais características estão discorridas em capítulo próprio.

1.6 A INTERGENERICIDADE – O GÊNERO PROVÉRPIO NOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Mikhail Bakhtin (2019), ao considerar o gênero como um tipo de enunciado relativamente estável no sentido estilístico, temático e composicional, considera-o, também, como um *continuum* da comunicação e da cultura, que reflete “[...] os elos

precedentes da cadeia comunicativa [...] os *campos da comunicação cultural*” (BAKHTIN, 2019, p. 161). Nessa distinção é que inserimos o gênero provérbio, modelos coletivos de representação de uma cultura, de percepção do mundo de um grupo que partilha experiências vivenciais. Nesse contexto, lembramos que o vínculo do provérbio com a cultura oral é mencionado por Obelkevich (1997, p. 44), que o define como “um gênero originalmente oral”.

Por outro lado, é importante salientar, ainda, que gêneros orais e escritos relacionam-se, mas, embora caminhem juntos, não anulam suas peculiaridades. Expressar um gênero por meio da escrita não significa que ele pertença a essa esfera. Para Marcuschi (2008), há que se considerar as condições de produção e recepção oral e escrita, não sob o ponto de vista cognitivo, mas na sua forma original de produção, ou seja, um texto jornalístico, por exemplo, não deixa de ser escrito só pelo motivo de ser apresentado em um telejornal, pois sua concepção foi no formato escrito, assim como os provérbios, quando inseridos em textos midiáticos impressos, como no caso do nosso *corpus*, pertencem ao gênero oral.

Há, portanto, segundo Marcuschi (2008, p. 190), uma relação de complementaridade entre oralidade e escrita em um contínuo de gêneros: “Parece que o contínuo verificado entre a fala e a escrita também tem seu correlato no contínuo dos gêneros textuais enquanto forma de representação de ações sociais”, pois ambos:

1. são históricos e têm origem em práticas sociais
 2. são sociocomunicativos e revelam práticas
 3. estabilizam determinadas rotinas de realização
 4. tendem a ter uma forma característica
 5. nem tudo neles pode ser definido sob o aspecto formal
 6. sua funcionalidade lhes dá maleabilidade e definição
 7. são eventos com contrapartes tanto orais como escritas.
- (MARCUSCHI, 2008, p. 191).

O autor ainda lembra que os gêneros das sociedades tipicamente orais acabam se perdendo em outras tipicamente escritas, penetradas pelo desenvolvimento tecnológico, lembrando que, nos centros urbanos mais sofisticados, os lamentos das carpideiras ou as benzeções das benzedadeiras, por exemplo, são gêneros quase desconhecidos, ao contrário do *editorial* de um jornal diário ou de uma bula de remédio. Em outro texto, Marcuschi (2010) alerta sobre o hibridismo instaurado entre gêneros emergentes, tais como os da mídia escrita, que redefine a relação entre oralidade e escrita, “desfazendo ainda mais suas fronteiras” (MARCUSCHI, 2010, p. 21).

Retomando Bakhtin (2019, p. 54),

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar [...] em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom [...] nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições expressas e conservadas em vestes verbalizadas [...] (BAKHTIN, 2019, p. 54).

Assim é que situamos o provérbio no gênero provérbio, pois este se apresenta como formas linguisticamente cristalizadas que determinam modos de pensar/agir de uma comunidade, indicando comportamentos socialmente desejáveis a partir de um consenso construído coletivamente. Por representar a voz dessa comunidade, a da sabedoria popular, provinda dos mais remotos tempos, de uma experiência imemorial, o provérbio vincula-se nas condições de convívio cotidiano, nas diferentes esferas da vida social, trazendo consigo seu tom valorativo, que é assimilado, reelaborado e reacentuado na comunicação discursiva. Dessa maneira, podemos citar Bakhtin (2019, p. 21):

Quando recorremos às respectivas camadas não literárias da língua nacional estamos recorrendo inevitavelmente também aos gêneros do discurso em que se realizam essas camadas. Trata-se, na maioria dos casos, de diferentes tipos de gêneros de conversação e diálogo; daí a dialogização mais ou menos brusca dos gêneros secundários, o enfraquecimento de sua composição monológica, a nova sensação do ouvinte como parceiro-interlocutor, as novas formas de conclusão do todo, etc.

Essa expressividade do provérbio não é própria dele como unidade da língua, mas típica do gênero textual, pois “[...] tanto a palavra quanto a oração enquanto *unidades da língua* são desprovidas de entonação expressiva” (BAKHTIN, 2019 p. 49).

De fato, fora da situação de interação, perde-se a dimensão do enunciado e do gênero, já não se pode mais tomar uma “atitude responsiva”, pois falta o acabamento do enunciado. A situação de interação, portanto, é essencial para a compreensão de qualquer gênero textual. Como gênero, o provérbio é de produção coletiva comunitária, porque “[...] estes [os gêneros] são uma forma típica das enunciações individuais, mas não são as próprias enunciações” (BAKHTIN, 2019, p. 53), mas como eco de outros enunciados realiza-se discursivamente.

Na perspectiva teórica dos gêneros que temos seguido, inserimos o provérbio,

considerado, no âmbito das atividades verbais, como uma manifestação linguageira da cultura popular representativa de vozes de pessoas comuns que conversam em inúmeras situações da vida cotidiana, incorporando atitudes populares, ou seja, um gênero tipicamente oral que, nesta pesquisa, imbrica-se no texto jornalístico escrito.

Para Bakhtin (2019), o trabalho de investigação de um material linguístico concreto opera com enunciados concretos relacionados, inevitavelmente, aos campos da atividade humana e da comunicação. Esses enunciados são a base da existência dos discursos: “O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso” (BAKHTIN, 2019, p. 28), os quais têm limites precisos definidos pela alternância dos sujeitos. Essas relações, portanto, pressupõem outros membros da comunicação discursiva e não estão sujeitas à gramaticalização, uma vez que não são possíveis entre unidades da língua. Esse fenômeno pode ser percebido mais claramente quando, na construção de um enunciado pertencente a um gênero secundário, são usadas, em diferentes graus, já que não há alternância real dos sujeitos do discurso, formas diferentes dos gêneros de discurso primários.

Na medida em que já fundamentamos a diferenciação entre gêneros secundários e primários, podemos então falar que o provérbio é um gênero centrado no cotidiano que, ao ser inserido no discurso jornalístico (gênero secundário), demanda uma intenção discursiva determinada. Nessa situação, os gêneros introduzidos, chamados de “gêneros intercalados”, tornam-se componentes do gênero no qual se encontram. Essa combinação pode ser vista tanto no processo histórico de formação dos gêneros, que absorvem e reelaboram os gêneros primários, como no seu funcionamento discursivo. Segundo Bakhtin (1993), esse processo de intercalação constitui-se como uma das causas mais importantes de organização e de dialogização dos gêneros.

Ainda de acordo com o autor, a intercalação pode ser desprovida de intenções, mas, na maioria das vezes, os gêneros intercalados “[...] refrangem em diferentes graus as intenções do autor” (BAKHTIN, 1993, p. 125). De fato, no texto jornalístico, a presença do provérbio assume uma função de articular o ponto de vista, a opinião do autor direcionada à sua estrutura argumentativa. Admitindo essa inter-relação, Sobral (2009, p. 124) comenta que a apresentação dos gêneros intercalados “[...] é uma forma de reprodução do discurso do outro que reacentua esse discurso, podendo mesmo haver um perceptível confronto entre o gênero intercalado e a ‘direção’ do

sentido da obra”, o que vem ao encontro do nosso *corpus*, já que o provérbio intercalado na coluna jornalística assume um sentido divergente ao do texto.

Como manifestação do plurilinguismo, além das relações dialógicas com o já-dito, com a voz da sabedoria popular, o enunciado estabelece relações dialógicas com sua própria enunciação como um todo quando o locutor, separando sua fala, desdobrando sua voz, assume outra posição enunciativa ao incorporar distintas situações discursivas em seu enunciado, dialogizando-o. As relações entre o provérbio - (um gênero cristalizado) - e o texto jornalístico que o acolhe, de maneira total ou com uma parte que representa a sua totalidade – relações entre gêneros intercalados –, portanto, são relações de sentido (dialógicas).

Em vista desses apontamentos é que consideraremos, para esta pesquisa, o gênero provérbio inserido em dois gêneros do jornalismo opinativo, a coluna e o artigo, e, em consonância com as posições teóricas aqui elencadas, concordamos que não é possível interagirmos socialmente sem lançar mão, verbalmente, de algum texto, ou seja, a interação sociocomunicativa só é possível via uso de algum gênero, o que implica uma perspectiva de língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, considerando as atividades social, histórica, cognitiva e dialógica que definem a produção, circulação e recepção dos gêneros. E é nesse contexto que os gêneros se constituem como ações sociodiscursivas para agir e dizer sobre o mundo.

CAPÍTULO 2 – PROVÉRBIOS

Na noite dos tempos, Desculpar-me-á se o contradigo, mas eu não empregaria a frase, Calculo que por ser lugar-comum, Naja por isso, os lugares-comuns, as frases feitas, os bordões, os narizes-de-cera, as sentenças de almanaque, os rifões e provérbios, tudo pode aparecer como novidade, a questão está só em saber manejar adequadamente as palavras que estejam antes e depois, Então por que não diria você noite dos tempos, Porque os tempos deixam de ser noite de si mesmos quando as pessoas começam a escrever, ou a emendar, torno a dizer, que é obra doutro requinte e outra transfiguração.
(SARAMAGO, 2003, p. 11).

CAPÍTULO 2 – PROVÉRBIOS

Conhecer e valorizar o repertório cultural de uma comunidade é um dever dos indivíduos que compartilham regras e estão irmanados pela mesma herança histórica e cultural. Mitos, lendas, contos populares e histórias fantásticas fazem parte do conjunto que constitui o patrimônio cultural, folclórico e histórico de uma sociedade e, dentre essas peças culturais, o provérbio destaca-se, representando um importante legado de tradições, costumes e comportamentos sociais e familiares repassados oralmente entre as sucessivas gerações (MIEDER, 2004). Os provérbios, nessa perspectiva, são compreendidos como um “[...] patrimônio verbal resultante de uma tradição ancestral ligada tanto à palavra falada, quanto às origens da linguagem e da cultura popular”¹⁶, segundo Perrin (2012, p. 53)¹⁷.

Para De Certeau (1996, p. 335), o oral, o operatório e o ordinário são as três prioridades que sustentam e organizam a cultura popular, cujos estudos sobre as tradições, a criatividade prática e os atos da vida cotidiana são multiplicados, por serem fundamentais em nossa cultura urbana e moderna. Para o autor, a cultura de uma sociedade não são as informações que dela decorrem e sim suas operações em função de objetivos e de relações sociais, ou seja, a cultura representa a operatividade dos arquivos visuais e sonoros que se organizam na rede familiar e de amigos. Nesse aspecto, a cultura ordinária envolve uma diversidade de situações, interesses e contextos sob uma prática de repetição, rearticulando os hábitos de pensamento de sucessivas gerações. A oralidade, nesse processo, torna possível a interpretação das relações sociais, constituindo um espaço essencial da comunidade, pois está em todos os lugares.

Uma “arqueologia de vozes” (DE CERTEAU, 1996, p. 336) e de acentos como informações complementares é necessária para interpretar uma mensagem além do enunciado, registrando nuances de entonação e de timbre, e os provérbios, como representantes enunciativos de um *corpus* próprio da cultura popular, apresentam “[...] *marcas de atos* ou processos de enunciação [pois] significam as operações de que foram objeto [...], encaráveis como *modalizações* conjunturais do enunciado ou da

¹⁶ “[...] *patrimoine verbal* isso d’une *tradition ancestrale*, attachée tant à l’oralité qu’aux origenes du langage et à l’aculture populaire”.

¹⁷ No decorrer desta tese, as traduções apresentadas são de nossa responsabilidade.

prática” (DE CERTEAU, 2005, p. 82, grifos do autor).

Por outro lado, os provérbios não são apenas manifestações culturais, mas também fazem parte da língua enquanto um sistema (ANSCOMBRE, 2000), daí que, conciliando uma cristalização de segmentos linguísticos culturais com o estatuto de reenunciabilidade, a enunciação proverbial isola, pela entonação, na oralidade, e por marcas linguísticas, na escrita, um discurso outro, o da comunidade da qual faz parte. Corroborando o traço oral, Greimas (1975, p. 288) diz que a mudança de entonação na enunciação de um provérbio dá “[...] a impressão de que o locutor abandona voluntariamente sua voz, tomando uma outra de empréstimo a fim de proferir um segmento de fala que não lhe pertence”. Essa distinção de se constituir como um discurso do outro é um aspecto bastante relevante em nosso estudo e será tratado adiante com mais detalhes.

Os provérbios, portanto, como fruto das experiências de um povo transmitidas entre gerações, representam uma autoridade fincada na tradição, embora possam ser tão contraditórios como a própria existência humana, tais como os provérbios ingleses “*Absence makes the heart grow fonder*” / “*Out of sight, out of mind*” (STEINBERG, 2002, p. 107) cuja tradução não literal aproxima-se dos populares “*Longe dos olhos, perto do coração*” / “*Longe dos olhos, longe do coração*”. Alguns sentidos colidentes, muitas vezes, são resultado de traduções nas quais não foi considerada a origem em seu respectivo idioma, já que é difícil rastreá-la, pois, embora sejam cunhados por um indivíduo, intencionalmente ou não, seus destinatários são tão anônimos quanto seus autores.

Sobre esse aspecto, Mieder (2004, p. 9) esclarece que, tal como qualquer manifestação do folclore verbal, pode haver variações da declaração original à medida que esta vai sendo proferida e tornando-se, cada vez mais, um provérbio anônimo: “Tal como acontece com o folclore verbal em geral, a afirmação original pode variar um pouco à medida que é captada e se torna cada vez mais um provérbio anônimo cuja formulação, estrutura, estilo e metáfora são tais que são memoráveis”¹⁸. Por outro lado, para Santos (2004, p. 101), essa contradição, tal como expressa em “*Quem tem boca vai a Roma*” / “*Em boca fechada não entra mosca*”, representa uma falsa universalidade, pois o provérbio, de certa forma, funciona como valor de verdade para

¹⁸“As with verbal folklore in general, the original statement might well be varied a bit as it gets picked up and becomes ever more an anonymous proverb whose wording, structure, style, and metaphor are such that it is memorable”.

coletividades diferentes. Burke (1974, p. 296), por sua vez, alega que tais contradições correspondem a diferentes estratégias e envolvem uma escolha de atitude; ele cita como exemplo os provérbios *Repentance comes too late* e *Never too late to mend* (*O arrependimento chega tarde* e *Nunca é tarde para se arrepender*) os quais, segundo ele, funcionam como uma admoestação tal como “É melhor você se cuidar, senão vai se arrepender”, no caso do primeiro provérbio, e como um consolo, do tipo “Anime-se, tudo vai dar certo”, do segundo provérbio.

A esse saber popular materializado nos provérbios associa-se, portanto, o conjunto de aspectos não materiais da cultura popular que lançam luz sobre a natureza humana e sobre a própria vida. Assim como as canções populares, as fábulas, os mitos, as adivinhas, entre outras expressões populares, os provérbios, como práticas coletivas, também integram os estudos a respeito do folclore de um povo, os quais, segundo Ramos (1951), representam uma tentativa científica de salvar a cultura oral do esquecimento. Para o autor, no procedimento de coleta e de resgate de rituais ligados à vida humana surgiram, além dos ritos sociais, como casamento, nascimento e morte, os provérbios, ampliando ainda mais o alcance dos estudos folclóricos, embora, de acordo com Mieder (2004), de todos os gêneros orais que fazem parte do folclore, o provérbio é o mais conciso, mas não necessariamente o gênero mais simples.

2.1 BREVE HISTÓRICO

A origem dos provérbios é difícil de ser comprovada. É provável que os provérbios tenham origem no círculo familiar, expandindo seu uso subsequente pela vila, pela região, pelo país e, eventualmente, pelo mundo (MIEDER, 2004). Esse enunciado proferido em situações que representam a vida cotidiana adquire o status de provérbio quando passa a fazer parte da memória de uma comunidade, de suas necessidades comunicativas.

Entre os povos antigos, o compartilhamento de saberes se dava pela oralidade. A transmissão das informações às novas gerações era de responsabilidade dos mais velhos e o provérbio, um enunciado de estrutura simples, compacta e fácil de ser memorizada, servia a esses aprendizados familiares como veículo de transmissão moral e do senso prático, oferecendo conselhos estereotipados para os problemas recorrentes ou até mesmo informações sobre o clima (OBELKEVICH, 1997, p. 45).

Fundamentados, portanto, na sabedoria e no comportamento de diversos povos, os provérbios têm como fio condutor princípios didáticos, moralizantes, religiosos e filosóficos, que materializam o senso comum mais evidente de uma sociedade. Esses códigos de conduta, além de observações sobre a natureza humana, têm seu mais antigo registro em placas de escrita cuneiforme datadas de 4000 a.C. encontradas na região mesopotâmica e que trazem em seu conteúdo preceitos moralizantes e filosóficos, tal como *Casar é humano. Ter filhos é divino* (SILVA; OLIVEIRA, 2011, p. 33). Podemos, ainda, remontar sua origem às compilações de provérbios hebraicos e aramaicos, no século VI a.C. e aos *sebayts* egípcios, espécies de ensinamento semelhante aos provérbios atuais, datados do século III a.C.

2.2.1 Antiguidade Clássica

Embora de origem incógnita, muitos provérbios podem ser facilmente rastreados até os tempos clássicos, com seu estudo datando de Aristóteles. Em *Arte Retórica*, na parte consagrada à *inventio*, onde o orador define seu conteúdo desvelando materiais suscetíveis de tornar plausível o objeto do discurso, o filósofo inclui os provérbios no conjunto dos fatos reais, das “provas não-artificiais”. Mieder (2004, p. 11) cita exemplos de provérbios populares da época clássica que são usados até hoje, tais como *Cães que latem não mordem*, *Uma andorinha não faz verão*, *Uma mão lava a outra* ou *O amor é cego*. Segundo o autor, esse uso geral revela “[...] um forte vínculo intelectual, ético e humano entre as pessoas”¹⁹ (MIEDER, 2004, p. 11), sem referências nacionais ou étnicas específicas, pois, como são “[...] basicamente idênticos em todos os idiomas, eles são e continuarão a ser modos eficazes de comunicação metafórica entre europeus, norte-americanos e outros povos”²⁰.

2.2.2 Idade Média e Período Clássico

Segundo Mieder (2004), em uma linha temporal provável, muitos dos textos

¹⁹ “[...] a strong intellectual, ethical, and human bond among people”

²⁰ “[...] basically identical in all languages, they are and will continue to be effective modes of metaphorical communication among Europeans, North Americans, and other peoples”.

clássicos tornaram-se parte de uma rica tradição medieval de provérbios latinos que foram, posteriormente, traduzidos para outras línguas europeias. Durante a Idade Média, entre os latinos, discípulos e continuadores dos gregos, vários provérbios reapareceram em traduções de Plauto, Cícero, Horácio e em outros escritores romanos, destacando-se deles Esopo, cujas morais de suas fábulas influenciaram na propagação dos provérbios.

Igualmente uma série de provérbios procede de São Tomás de Aquino (1225-1274); eles foram usados em seus escritos e podem ser verificados nos dias atuais, como *Crie fama e deite na cama* e *Cada qual com seu igual*. Há registros do provérbio *Mais vale um pássaro na mão do que dois voando* tanto na tradição árabe quanto na França medieval (HANNANIA, 1995) e *Antes só do que mal acompanhado* já era corrente em 1300, na Espanha (*“Mejor sería andar solo que mal acompañado”*), segundo Fujikura (1995).

Para Mieder (2004), o latim medieval é uma das fontes de provérbios europeus comuns, já que a língua latina desse período desenvolveu novos provérbios que não podem ser rastreados até os tempos clássicos. Segundo o autor, algumas coletâneas que reuniram milhares de provérbios medievais, como *Lateinische Sprichwörter und Sentenzen des Mittelalters*, com 9 volumes, ou *Lexikon der Sprichwörter des romanisch-germanischen*, com 13 volumes, mostram a relação de muitos dos provérbios com o latim vulgar. As suas traduções espalharam-se para as línguas europeias e demais línguas e circulam até hoje em variadas comunidades linguísticas. Alguns exemplos conhecidos são:

- *Nem tudo que reluz é ouro;*
- *Quando o gato sai, os ratos fazem a festa;*
- *À noite todos os gatos são pardos.*

Também, segundo o autor, do provérbio latino *Mille via ducunt hominem per secula ad Romam*, do século XII, podem ser encontradas por volta de trinta e três versões equivalentes a *Todas estradas levam a Roma*, inclusive com variantes que substituem Roma por outra cidade.

Ainda na Idade Média, o Livro das Sentenças, de Pedro Lombardo, era parte indispensável da bibliografia nas escolas eclesiásticas, apresentando os provérbios como um elemento pedagógico de sabedoria condizente com os preceitos éticos e

morais cristãos, por meio de revelação de verdades humanas e bíblicas que, implicitamente, configuravam “[...] a aceitação de uma visão de mundo revelada e transmitida pela Igreja através de sua retórica de dogmatização do sagrado” (BRAGANÇA JÚNIOR, 2014, p. 106).

Erasmus de Roterdã, escritor e teólogo renascentista, disseminou a sabedoria proverbial pela Europa através de seu *Adágia* (1500), coletânea de pensamentos que contém notas explicativas e ensaios sobre os provérbios. Do mesmo modo, Martinho Lutero tratou dos provérbios clássicos e se ocupou de alguns provérbios germânicos regionais. Conforme Mieder (2004), a educação escolar ajudou na disseminação dos provérbios latinos clássicos pela Europa, já que eles eram usados em exercícios de tradução. Também por intermédio da língua inglesa, os provérbios entraram na Austrália, Canadá e Estados Unidos e em outros países de uso do inglês como segunda língua.

No final do século XVIII, na Europa, a publicação de coletâneas de canções populares nacionais, poesias e livros de baladas de tradição oral é resultado do interesse de estudiosos e intelectuais pela cultura popular, os quais passam a valorizar os costumes e as antigas tradições do povo por acreditarem que os usos, costumes, cerimônias, superstições, baladas, provérbios, entre outras manifestações culturais, representam a parte de um todo, expressando o espírito de uma nação. Essa aproximação com a simplicidade do povo procurava o distanciamento do artificialismo que dominava as artes e a cultura e traz em seu bojo uma reconfiguração política e social representada pela constituição das nações da Europa moderna (BURKE, 2010).

2.2.3 Provérbio na Bíblia

Os provérbios como fonte de ensinamento e de sabedoria também podem ser encontrados na Bíblia, especialmente nos livros do Antigo Testamento, como lembra Steinberg (2002, p. 10): “[...] a Bíblia original foi escrita em hebraico (Velho Testamento), aramaico e grego (Novo Testamento), precisamos considerar seus provérbios como emprestados do povo hebreu”. Como um livro amplamente traduzido, a Bíblia teve um importante papel na disseminação dos provérbios, pois os tradutores lidavam com o mesmo texto (MIEDER, 2004) e, por esse motivo, vários provérbios bíblicos são idênticos em muitos idiomas, mesmo os falantes não se lembrando de sua fonte. De acordo com Mieder (2004, p. 12), podem ser citados como exemplos os

provérbios: “*Olho por olho, dente por dente*” [Exod. 21:24], ou “*Não há nada de novo sob o sol*” [Ecles. 1:9], entre outros.

Segundo Suzete Silva (2014, p. 219-221), os provérbios bíblicos

[...] são enunciados anônimos à exceção daqueles que se encontram no Livro dos Provérbios, no Antigo Testamento, atribuídos ao Rei Salomão que os escreveu com a intenção clara de direcionar o leitor a refletir sobre muitos aspectos do comportamento diário, com o objetivo primordial de, mediante padrões positivos e negativos elencados, levar o povo a uma mudança de conduta pessoal [...] Eles fazem parte da vida do povo israelita e são naturalmente lembrados e evocados, trazendo soluções práticas para a vida diária do povo ao mostrar em sua variedade temática, por exemplo, os benefícios da sabedoria, da boa moral, da justiça, da fidelidade, do amor, da generosidade, da integridade, da modéstia e as desvantagens da maldade, da ignorância, da avareza, do ódio, da falsidade, da indolência e da presunção.

No Livro dos Provérbios, exemplo de tradição sapiencial bíblica, o mundo, apresentado como um lugar de distribuição de justiça, prudência e dignidade, sustenta-se, essencialmente, no uso adequado da linguagem, pois é através dela que as relações são estabelecidas, capacitando os indivíduos a criarem ideias e símbolos, mas também, simultaneamente, provocar situações nocivas:

- *Uma resposta branda aplaca a ira, uma palavra ferina atiça a cólera* [Provérbios 15:21 (BÍBLIA, 1999, p. 795)].

A sabedoria que sustenta esse mundo é mantida pela disciplina individual e social e o Livro de Provérbios pode ser interpretado como uma fonte para os oradores e sábios de Israel, orientando assuntos sobre moral, família, bom senso:

- *Não fales aos ouvidos do insensato, pois ele despreza tuas prudentes palavras.* [Provérbios 23:9 (BÍBLIA, 1999, p. 804)].

ou

- *Um anel de ouro no focinho de um porco é a mulher formosa sem bom senso.* [Provérbios 11:22 (BÍBLIA, 1999, p. 791)].

Também as relações sociais:

- *O que despreza o vizinho: sem juízo; o homem inteligente: cala-se.* [Provérbios 11:12 (BÍBLIA, 1999, p. 790)].

Os provérbios, portanto, consolidam a moral cristã e a visão teocrática que regulamentam e dominam a ordem social por meio do discurso característico dos textos do Antigo Testamento.

A Antiguidade Clássica grega e romana e o latim medieval, assim como a Bíblia, são fontes de disseminação dos provérbios citadas por Mieder (2004) ao rastrear a origem e a história dos provérbios propagados pela cultura ocidental, em um movimento histórico da Europa à América do Norte. Segundo o autor, além delas, os textos modernos divulgados pela mídia, desde meados do século XX, também podem ser identificados como uma das razões dessa difusão. Entretanto, ao elencar os textos modernos, o autor indica um movimento contrário, pois provérbios americanos estão se espalhando pelo continente europeu, tais como: *Uma imagem vale por mil palavras* ou *É preciso dois para dançar o tango* (MIEDER, 2004, p. 13).

Portanto, ainda que tenhamos o filósofo grego como ponto de referência para os estudos dos provérbios, a origem desses enunciados incorre na aragem da imprecisão, já que o profícuo intercâmbio cultural, social e comercial entre os povos da Antiguidade implicou, também, em um intercâmbio linguístico e, neste, encontram-se os provérbios. Sua origem, desse modo, toma a aura da indefinição, sendo difícil traçar sua história em uma língua particular.

Além disso, vários enunciados proverbiais apresentam um mesmo sentido, mas diferentes estruturas, vocabulário e metáforas e, conseqüentemente, têm diferentes origens em suas respectivas línguas (MIEDER, 2004), ou seja, suas variantes sofrem distorções do mesmo modo que outras formas orais, distanciando-se, muitas vezes, do seu original, o que dificulta chegar à sua procedência, tornando o provérbio cada vez mais anônimo.

2.3 POSSÍVEIS DEFINIÇÕES

Se é difícil tratar da origem e da história dos provérbios, também muitas tentativas de definição foram feitas de Aristóteles até os dias de hoje, variando de considerações filosóficas a descrições lexicográficas. Dessas tentativas nasceram,

inclusive, uma série de provérbios sobre provérbios, representando definições populares: “Isso também é representado por uma série de provérbios sobre provérbios, representando definições populares por assim dizer *Provérbios são os filhos da experiência, Provérbios são a sabedoria das ruas e Provérbios são palavras verdadeiras*” (MIEDER, 2004, p. 4)²¹.

Assim, não é surpreendente que esses estudos adotem uma bipartição básica abrangendo a paremiografia e a paremiologia, termos derivados do grego *paroimía* (parábola, provérbio), pelo latim *paroemía*. A primeira ocupa-se com a coleta e classificação dos provérbios e a segunda aborda questões como definição, estrutura, função, estilo e significado. Segundo Mieder (2004), no subcampo de estudos linguísticos denominado “fraseologia” (estudo das frases), um termo acadêmico que serve para todas as colocações frasais, incluem-se a paremiografia e a paremiologia, mostrando que os provérbios são considerados unidades fraseológicas especiais. Entretanto, segundo o autor, há diferenças entre os fraseologistas e os paremiologistas, já que

Enquanto os fraseólogos incluem e deveriam incluir provérbios em seus estudos lingüísticos, os paremiólogos geralmente olham para os provérbios de um ponto de vista mais abrangente, pois se valem de campos como antropologia, arte, comunicação, cultura, folclore, história, literatura, filologia, psicologia, religião e sociologia²². (MIEDER, 2004, p. xiii).

Das pesquisas paremiográficas, por sua vez, resultaram inúmeros dicionários de provérbios e coleções que incluem frequência de usos, fontes e distribuição geográfica que ajudam nos estudos estruturais, semânticos e semióticos. Mieder (2004, p. 2) cita, por exemplo, as pesquisas de Permiakov (1970) e Kussi (1972) que, ao estabelecerem listas de provérbios internacionais com combinações semânticas e semióticas, encontraram mais de 700 tipos de provérbios universais. Portanto, vários são os pesquisadores (GREIMAS, 1970; DUNDES, 1975; ANSCOMBRE, 1994, 2000; KLEIBER, 1999, 2000) que se empenham em descrever e analisar o universo proverbial, contemplando, principalmente, sua materialidade linguística e seu valor social.

²¹ “*This is also born out by a number of proverbs about proverbs, representing folk definitions as it were: ‘Proverbs are the children of experience, ‘Proverbs are the wisdom of the streets’, and ‘Proverbs are true words’.*”

²² “*While phraseologists do and should include proverbs in their linguistic studies, paremiologists usually look at proverbs from a more inclusive point of view as they draw on such fields as anthropology, art, communication, culture, folklore, history, literature, philology, psychology, religion, and sociology.*”

Anscombe (1994) constata, entre outras considerações, que a dificuldade de definição de provérbio é tão acentuada que até mesmo os dicionários são incapazes de fazê-lo. Essa impossibilidade também é referida por Meschonic (1976) e por Obelkevich (1997), que impetram um paradoxo, pois, para esses autores, o provérbio apresenta, ao mesmo tempo, “[...] a familiaridade de reconhecimento e a dificuldade de definição”²³ (MESCHONIC, 1976, p. 425) e “[...] embora sejam fáceis de serem reconhecidos, os provérbios, curiosamente, apresentam dificuldades para a sua própria definição” (OBELKEVICH, 1997, p. 44). Para Lysardo-Dias (2001), essa dificuldade de formular uma noção satisfatória decorre da complexa relação forma/conteúdo que caracteriza o provérbio, pois, de acordo com Meschonic (1976), é difícil relacionar o julgamento de valor à análise de sua estrutura.

Nesses estudos, sobressai-se uma profusão de termos, tais como *adágio*, *máxima*, *dito*, *ditado*, *sentença*, que apresentam diferenças sutis, difíceis de serem definidas, como atesta Rocha (1995, p. 11) e evidenciando “[...] total desacordo sobre a designação desses termos”²⁴, conforme Anscombe (2000, p. 8), exemplificando com a forma sentenciosa “*Tal pai, tal filho*”, classificada como aforismo, assim como provérbio.

Os dicionários de uso geral são o aporte mais comum que fundamenta essas definições. No *Novo Aurélio – século XXI* (FERREIRA, 1999), provérbio é definido como:

(Do lat. *proverbiu*) S. m. 1. Máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens; adágio, ditado, anexim, exemplo, refrão, refrém, rifão. Ex. “Casa de ferreiro, espeto de pau”, “Quanto maior a nau, maior a tormenta”.

O *Dicionário Houaiss* (2001), por sua vez, traz a seguinte definição de provérbio:

²³ “[...] *la familiarité de la reconnaissance et la difficulté à définir*”.

²⁴ “*Il y en a d'autres, mais ceux-ci suffiront pour mon propos. Or les recueils contemporains sont à l'évidence en total désaccord sur les designata de ces termes*”.

S.m. 1. Frase curta, ger. de origem popular, freq. com ritmo e rima, rica em imagens, que sintetiza um conceito a respeito da realidade ou uma regra social ou moral (p.ex. *Deus ajuda a quem cedo madruga*) 2. Na Bíblia, pequena frase que visa aconselhar, educar, edificar, exortação, pensamento, máxima (*livros dos Provérbios*) ETIM lat. *proverbium, i*, provérbio, dito, ditado, adágio, rifão, máxima; ver *verb(ii/o)*; hist. sXIV *provérbio*, sXV *provérbio* SIN/VAR VER sinonímia de *máxima* COL paremiologia PAR *provérbio* (fl.proverbiar).

Assim como no *Dicionário Michaelis* (1988), provérbio aparece como: “sm (lat. *proverbiu*) 1. Máxima breve e popular; adágio, anexim, ditado, rifão, sentença moral”. Uma definição de provérbio aparece também no *Dicionário de Gêneros Textuais*, organizado por Costa (2012), que informa que tal conjunto de léxico traz características dos “[...] principais gêneros escritos e orais que circulam nas várias esferas sociais e culturais, passadas e presentes” (COSTA, 2012, p. 17). Provérbio vem assim definido:

PROVÉRPIO (v. ADÁGIO, DITADO, MÁXIMA, MOTE, SENTENÇA): frase curta, geralmente de origem popular, com ritmo e rima, rica em imagens, que sintetiza um conceito a respeito da realidade ou uma regra social ou moral (p.ex.: *Deus ajuda a quem cedo madruga*)
O livro dos Provérbios, na Bíblia, traz esse tipo de frase curta, breve e pequena que visa aconselhar, educar, edificar... (COSTA, 2012, p. 197).

A definição apresentada por Costa (2012) mostra-se repetitiva, pois, *adágio* é definido como uma “[...] sentença moral de origem popular, curta, rimada ou não como: *Deus ajuda quem cedo madruga*” (COSTA, 2012, p. 34, grifo do autor); “*Ditado/Dito popular. Adágio, Máxima, Mote, Provérbio, Sentença*”, sem haver maiores explicações (COSTA, 2012, p. 105); *máxima* é “[...] um enunciado breve, rimado ou não [...] que expressa uma observação de valor geral, regra moral” (COSTA, 2012, p. 167); *mote* “[...] pode ser um adágio, máxima ou sentença [...] como sinônimo de ditado, máxima ou provérbio, trata-se de enunciado breve de cunho satírico” (COSTA, 2012, p. 172) e *sentença*, um enunciado não muito longo “[...] que encerra um pensamento de ordem geral e de valor moral” (COSTA, 2012, p. 211).

O que podemos notar nesses verbetes é que na própria definição de provérbio destacam-se também termos como *máxima*, *ditado*, *adágio*, entre outros. Essa sinonímia se apresenta até mesmo em um dicionário específico, o *Dicionário de Provérbios* (LACERDA, 2003), no qual *provérbio* é definido da seguinte maneira:

[...] sentença completa e independente – em geral de criação anônima -, que exprime, muitas vezes de modo metafórico, um pensamento, um preceito, uma advertência, um conselho [...] São também provérbios os adágios, os aforismos, os anexins, os apotegmas, os ditados, as gnomas, as máximas, os pensamentos. (LACERDA, 2003, p. 21).

O que se verifica, portanto, é que não há uma distinção clara entre *provérbio*, *adágio*, *máxima*, *ditado*, *dito*, entre outros já apontados. Há autores, entretanto, que buscam delimitar essas definições. Ernest-Pereira (2002), mesmo referindo-se à impossibilidade de definição dos provérbios, aponta que o termo *provérbio* designa um enunciado anônimo de herança coletiva, transmitindo um ensinamento prático entre gerações, ao contrário do termo *máxima*, que é uma formulação feita por um autor específico, um sábio, consistindo em uma “reflexão de ordem filosófica ou psicológica” (ERNEST-PEREIRA, 2002, p. 164).

Também a autora estabelece uma outra diferença, que remonta a Aristóteles e diz respeito ao traço metafórico presente nos provérbios, distinguindo-os das máximas e dos ditados. Desse modo, grande parte dos provérbios usados no discurso são metafóricos, enquanto as máximas e ditados são enunciados anônimos referentes a fenômenos meteorológicos, segundo Greimas (1975), e devem ser interpretados no sentido literal. Entretanto, Ernest-Pereira (2002) assume que há enunciados não metafóricos firmados como provérbios, tais como “*Antes tarde do que nunca*” ou “*Tal pai, tal filho*”, enquanto há também enunciados referentes aos fenômenos meteorológicos que se referem, metaforicamente, à conduta humana, como “*Depois da tempestade, vem a bonança*”. A autora faz ainda outra observação a respeito de tais definições que incide não nas diferenças, mas nas similaridades, como uma maior fixidez de formas nos provérbios e ditados do que nas máximas e o “caráter prescritivo, geral e universalizante” (ERNEST-PEREIRA, 2002, p. 165).

Outros tipos discursivos paralelos vinculados aos provérbios são assinalados por Lacerda et al. (2003). Para os autores,

- ✓ *adágio* é um dito sentencioso, de característica mais popular do que o provérbio;
- ✓ *aforismo* é uma sentença que anuncia uma regra, uma verdade ou um preceito;
- ✓ *anexim* é sinônimo de adágio;

- ✓ *apotegma* é um dito breve e incisivo, semelhante ao aforismo; é também uma frase memorável de uma personagem ilustre;
- ✓ *ditado* é sinônimo de adágio ou refrão;
- ✓ *gnoma* ou *gnome* é uma sentença de intenção moral ou doutrinal;
- ✓ *máxima* é uma sentença com nobreza e que encerra uma reflexão moral ou uma regra de conduta, em palavras, é um provérbio de cunho erudito.

Nascentes (1981, p. 33), por sua vez, sugere a seguinte definição para os mesmos termos:

- ✓ *adágio* é um provérbio antiquado e anônimo;
- ✓ *aforismo* é uma curta prescrição de um tratado científico, sobretudo de medicina;
- ✓ *anexim* é um dito picante, chulo, em linguagem rude, como aqueles de que usa comumente o povo;
- ✓ *apotegma* é uma palavra memorável de um homem notável, sobretudo os antigos;
- ✓ *ditado* é frase popular, curta, anônima, na qual se dá uma noção, um conceito vulgar, um bom conselho;
- ✓ *máxima* é um pensamento importante, no ponto de vista prático, um sábio conselho dado em poucas palavras e tendo autor conhecido.

Ao se observarem as definições propostas nos dicionários e pelos autores citados, fica evidente, portanto, que é difícil estabelecer uma definição precisa do que seria um provérbio, assim como “[...] discutir sem parar o *status* do provérbio, adágio ou máxima, desta ou daquela forma sentenciosa é metodologicamente inconsistente”²⁵ (ANSCOMBRE, 2000, p. 9), além de tornar-se uma tarefa complexa, nas palavras de Urbano (2003, p. 265), uma distinção rigorosa entre provérbios e seus parassinônimos, cujas definições mesclam-se às do provérbio. Entretanto, o mesmo autor, ao explicar os critérios de seleção e incorporação das frases feitas ou expressões no seu *Dicionário Brasileiro de Expressões Idiomáticas e Ditos Populares* (2018), aponta diferenças, anunciando que apenas listou provérbios de uso frequente

²⁵ “[...] discuter à l’infini sur le statut de proverbe, d’adage, ou de maxime, de telle ou telle forme sentencieuse est méthodologiquement parlant inconsistant”.

e coloquial, *privilegiando as expressões, ditados ou ditos*, os quais, segundo ele, são

[...] de construções mais simples, semântica e formalmente falando. Ademais, elas são fruto coletivo e recurso da sabedoria popular, que emprega conceitos breves e linguagem corrente, ao contrário dos provérbios que requerem “idade, ponderação e experiência”. (URBANO, 2018, p. 17).

Considerando, assim, a falta de rigor nominativo, vamos adotar, em relação ao aspecto nominal, o termo *provérbio* por entendê-lo como o mais usual nos estudos linguísticos. De fato, além da fluidez nominativa, o conteúdo e a estereotipia formal do provérbio são elementos apontados como imprescindíveis em sua constituição e, sendo esses elementos de natureza diversa, o estabelecimento das relações entre eles encerra dimensões complexas para sua definição, uma vez que essas relações incidem sob diferentes aspectos.

Por outro lado, em comum entre essas definições há a expressão do traço condutor que estabelece o comportamento humano frente aos acontecimentos da vida em sociedade; tanto nas definições de provérbio como dos tipos paralelos vicejam alusões a respeito de regras sociais ou morais que funcionam como referências válidas para um conjunto de circunstâncias aplicáveis a várias situações no interior de uma coletividade.

2.4 O PROVÉRBIO COMO REPRESENTAÇÃO CULTURAL

Comumente definida como o “[...] conjunto de saberes, comportamentos, crenças e costumes adquiridos e transmitidos por um processo coletivo de aprendizagem” (ZUCON; BRAGA, 2013, p. 12), a cultura confunde-se com a ideia de sabedoria, conhecimento ou condição social, segundo os mesmos autores; nesse sentido, o termo “cultura” é amplo e cheio de significados. Originalmente, ele vem do latim (*colere*), significando “cultivar”; na Antiguidade, a palavra cultura foi usada pelos romanos para destacar a educação aprimorada de uma pessoa, seu interesse pelas artes, ciências, filosofia, ou seja, pela produção do homem ao longo de sua história (CALDAS, 1986). No desenvolvimento da civilização, a sociedade e os indivíduos se transformaram e o termo cultura também sofreu modificações, não ficando preso ao ato de estudar, conforme as definições propostas por Ferreira (1999, p. 591):

[...] **5.** O conjunto de características humanas que não são inatas e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre os indivíduos em sociedade. **6.** A parte ou o aspecto da vida coletiva, relacionados à produção ou transmissão de conhecimentos, à criação intelectual e artística, etc. [...] **11.** *Antrop.* O conjunto de códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, tal qual como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais, etc.

Chaui (1995, p. 294), por sua vez, define cultura em três sentidos:

- 1)** Criação da ordem simbólica da lei, isto é, de sistemas de interdições e obrigações, estabelecidas a partir da atribuição de valores e coisas (boas, más, perigosas, sagradas, diabólicas) a humanos e suas relações [...] e aos acontecimentos.
- 2)** Criação de uma ordem simbólica da linguagem, do trabalhado, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível. Os símbolos surgem tanto para representar quanto para interpretar a realidade, dando-lhe sentido pela presença do humano no mundo.
- 3)** Conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições pelas quais os humanos se relacionam entre si e com a natureza e dela se distinguem, agindo sobre ela ou através dela, modificando-a. Esse conjunto funda a organização social, suas transformações e sua transmissão de geração para geração.

A esses símbolos e signos que fundamentam a ação humana e cujos significados são constituídos pela sociedade é dado o nome de cultura. Nesse sentido, cultura engloba formas de linguagem, pensamentos, modos de agir, os costumes, as instituições, enfim, todas as esferas da atividade humana que envolvem a sua elaboração e aceitação, dando unidade a um grupo de pessoas que compartilham as mesmas ações, costumes e valores. Tudo o que faz parte do mundo humano é cultura, ou seja, a cultura surge das relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o meio em que vivem como forma de sobreviver, como atesta Durkheim (1988), para quem as normas e regras de comportamento e conduta são produzidas e apreendidas socialmente, transmitidas de geração em geração com o objetivo de manter ou criar uma coesão social. A cultura, portanto, possui um caráter social e se refere sempre a um grupo do qual o indivíduo faz parte, ou seja, para que haja a produção da cultura, é essencial o engajamento dos indivíduos na coletividade.

Desse modo, como instrumento de coesão social, a cultura mantém os indivíduos unidos em torno de ideais que são socialmente construídos; sendo assim, ela é indispensável à manutenção da ordem social, na medida em que envolve a criação de hábitos, normas, tradições, valores e comportamento por parte dos

indivíduos. Por outro lado, as culturas estão em permanente contato, através do qual se reestruturam e se reorganizam pelas múltiplas e assimétricas influências, desabilitando qualquer pretensão de autonomia ou hegemonia (HALL, 2003). São junções e disjunções difíceis de serem delimitadas em virtude dos vários níveis de permuta e que levam a reconstruções no interior da cultura; essa perspectiva indicia que, no interior do sistema, ocorre um dialogismo (no sentido bakhtiniano) entre os elementos culturais (objetos, ideias, preconceitos, práticas, imagens, etc.) que o compõem.

A ideia de cultura pura, portanto, é insustentável, uma vez que toda cultura tem no seu interior relações dialógicas com outras culturas. Essa característica se aplica ao provérbio, cuja forma e sentido, imersos na cultura que molda seu gênero, podem sofrer distorções, distanciando-se de sua forma original, como exemplifica Steinberg (2002, p. 62) com o provérbio nº 527, “*Liars should have good memories*”, cuja tradução tão literal quanto possível seria “Os mentirosos precisam ter boa memória”, mas que conhecemos como “A mentira tem pernas curtas”, usado como uma das estratégias de argumentação no artigo de Dora Kramer, publicado na revista *Veja*, em 12 de setembro de 2018, “De pernas longas – uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir”, e que faz parte do nosso *corpus* de análise.

Exemplos mais específicos de que os provérbios ultrapassam fronteiras culturais também podem ser vistos em:

- O velho sábio que habitava esta Folha costumava repetir o ditado espanhol “nada é branco ou preto; tudo depende da cor da lente com a qual se olha”. (Clóvis Rossi. *A lente da desambigação*. Folha de S. Paulo, 03 jan. 2008, grifo nosso);
- Como diz o ditado espanhol, talvez ignorado por Lula, “*cria cuervos y te comen los ojos*” (crie corvos e eles te comem os olhos). (Fernando Rodrigues. *Lula salvou o PMDB*. Folha de S. Paulo, 02 fev. 2009, grifo nosso);
- Como se diz lá na roça, a política não aceita o vazio. (Fernando de Barros e Silva. *Nuvens sobre 2010*. Folha de S. Paulo, 18 maio 2009, grifo nosso);
- Como diz um adágio polonês, “um pessimista não é senão um otimista bem informado”. (Hélio Schwartzman. *A democracia tem futuro?* Folha de S. Paulo, 25 jul. 2020, grifo nosso);

- Os chineses puseram em prática um de seus provérbios: a sorte bate à porta apenas uma vez. (Vilma Gryzinski. *O tique-taque do expansionismo*. Revista *Veja*, 05 ago. 2020, grifo nosso);
- Vale o ditado supostamente mineiro: esperteza quando é muito vira bicho e come o dono. (Alon Feuerwerker. *A força do convencimento*. Revista *Veja*, 27 out. 2021, grifo nosso);
- Um ditado recorrente no mundo dos negócios globais dá conta de que, quando a China espirra, o resto do mundo tem febre. (Luana Meneghetti. *O gigante travou*. Revista *Veja*, 29 dez. 2021, grifo nosso).

2.4.1 A Cultura Popular

Uma questão relevante concernente à cultura diz respeito às noções de cultura popular e cultura erudita, definidas por Bosi (1999, p. 324, grifo nosso) como:

Cultura popular implica modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura [...], as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os *provérbios*, os modos de cumprimentar, as palavras tabus [...]

Quanto à cultura erudita, o historiador observa que

A cultura erudita cresce principalmente nas classes altas e nos segmentos mais protegidos da classe média: ela cresce com o sistema escolar. [...] A cultura popular pertence, tradicionalmente, aos estratos mais pobres o que não impede o fato de seu aproveitamento pela cultura de massa e pela cultura erudita, as quais podem assumir ares popularescos ou populistas em virtude de sua flexibilidade e da sua carência de raízes. (BOSI, 1999, p. 326).

Nessas remodelagens, o popular se adequa ao hegemônico para poder se perpetuar, ou seja, sobreviver aos novos tempos, assim como acontece com os provérbios inseridos em textos midiáticos contemporâneos, cuja interrelação desfaz qualquer pretensão de superioridade de uma cultura sobre a outra.

De Certeau (2005, p. 63) diz que “[...] o enfoque da cultura começa quando o homem ordinário²⁶ se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu movimento”, constituindo uma “[...] resistência à lei

²⁶ “Herói comum. Personagem disseminada. [...] herói anônimo que vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos”. (DE CERTEAU, 2005, p. 57).

histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas” (DE CERTEAU, 2005, p. 79), em uma atividade sutil e resistente, seja no campo da língua, seja na rede das práticas sociais, isto é, as práticas linguísticas cotidianas e as “maneiras de fazer” – o conjunto das práticas cotidianas.

As práticas de linguagem são práticas sociais nas quais os sujeitos interagem a partir de uma base comum que mobiliza as percepções de mundo. Desse modo, os discursos sociais se configuram como saberes, crenças e valores os quais conferem identidade coletiva a um grupo social e permitem aos membros desse grupo construir uma consciência de si. Na dinâmica da cultura ordinária, assim como os utensílios, os provérbios são marcados por usos, significam as operações relativas às situações de que foram objeto, representam “[...] instrumentos manipuláveis por usuários” (DE CERTEAU, 2005, p. 82).

2.4.2 Provérbios e Coletividade

Para Obelkevich (1997), é o traço moralizante e didático que define o provérbio, considerado, por essa perspectiva, como uma estratégia com autoridade para situações cotidianas que dizem respeito não só ao conhecimento moral, mas também prático, formulando “[...] uma parte do bom senso de uma sociedade, seus valores e a maneira de fazer as coisas” (OBELKEVICH, 1997, p. 45).

Um exemplo do didatismo proverbial pode ser comprovado nos textos “Como ter as coxas de Lula” (Flávia Baggio. *Folha de S. Paulo*, 26 ago. 2021) e “É sobre isso e está tudo bem” (Manuela Cantuária. *Folha de S. Paulo*, 31 ago. 2021), já mostrados na Introdução desta tese. No primeiro, o provérbio alterado “Me diga com quem andas e te digo que coxas tens” direciona sugestões de comportamentos presidenciais, isto é, “ensina” o presidente Jair Bolsonaro a alcançar maior popularidade entre os brasileiros.

No segundo texto, o traço didático se mostra no provérbio “Se não consegue derrotar o inimigo, junte-se a ele” com o objetivo de orientar o leitor na maneira correta de fingir felicidade e despreocupação frente aos problemas econômico-sociais contemporâneos. Esse didatismo já está explícito na primeira linha, quando a autora discrimina:

- ✓ “No **tutorial** de hoje, vamos aprender uma técnica de maquiagem que está super em alta no Instagram: a positividade tóxica [...]” (grifo nosso).

Em seguida, ela recomenda:

- ✓ “**O primeiro passo** é deixar todo o senso crítico de lado. Não é hora para julgamentos [...]” (grifo nosso).

A referência de “inimigo” deve ser alçada, de maneira catafórica, no trecho

- ✓ “Eu sei o que passa pela sua cabeça: ‘Essa pessoa não tem problemas? Não se abala com a brutalidade do contexto sócio-econômico-ambiental? Cadê as sequelas deixadas pela pandemia? Nem um remedinho controlado vazando na cabeceira, nem uma perebinha psicossomática? Só eu que perco um tufo de cabelo cada vez que escuto a voz do Bolsonaro? Onde será que ela comprou essa canga?’

Didaticamente, então, ela profere o provérbio: “Se não consegue derrotar o inimigo, junte-se a ele”:

- ✓ “É hora de apostar todas as suas fichas na única instituição funcionando no Brasil, atualmente – o *selfie* no espelho de biquíni com uma legenda edificante [...]”.

Ressaltamos que o didatismo desses exemplos está associado, invariavelmente, a um traço irônico.

Já no trecho “A justiça tarda, mas não falha? Há controvérsias [...] Neste novo ano, é fazer o sucesso do país e dos números chegar ao cidadão e à realidade, especialmente às nossas crianças de norte a sul” (Eliane Cantanhêde. *Mãos à obra. Folha de S. Paulo*, 01 jan. 2008), o traço moralizante permitido acontece pelo provérbio alterado, que questiona a isonomia da aplicação da lei e da justiça às vítimas da violência e injustiças sociais.

Rocha (1995, p. 11) assume que o provérbio, para ser reconhecido, “[...] deve encerrar uma mensagem admoestadora ou conselho”, assim como, para

Maingueneau (2005, p. 171), o provérbio “[...] é uma asserção sobre a maneira como funcionam as coisas, sobre como funciona o mundo, dizendo o que é verdadeiro”. Para Anscombre (2000), em *La parole proverbiale*, os provérbios, apoiados em certas propriedades linguísticas, existem e são compreendidos como frases autônomas, breves, populares e geralmente metafóricas, quase sempre constituídas de elementos repetitivos que facilitam sua memorização. Além dessas afirmações formais, destacam-se seu caráter sentencioso como expressão da verdade geral, fundada na experiência, além de outras duas suposições que os diferencia de outras categorias de frases: os provérbios referem-se à natureza humana e são de natureza implicativa.

Logo, o provérbio materializa linguisticamente valores fixados em uma dada coletividade, ou seja, as situações a que ele se refere são convencionais para os seus membros, por isso o provérbio é passível de ser incorporado às mais diferentes situações de comunicação porque ele é o referente da comunidade.

Evocar um provérbio é colocar em cena o saber dividido, a ciência popular, a observação cotidiana, é a voz da experiência que fala. Essa voz, para Maingueneau (2005, p. 170),

[...] transcende os locutores reais, provém dos mais remotos tempos, de uma experiência imemorial: não tem sentido perguntar-se quem pode ter inventado tal provérbio e em quais circunstâncias. Daí o caráter às vezes arcaizante dos provérbios, que denota exatamente seu aspecto imemorial.

Parece-nos, portanto, que o que fica manifesto até este momento é que, em primeiro lugar, não existe um consenso para denominar um enunciado como sendo um provérbio, já que as mesmas características são elencadas também sob denominações várias, em muitos casos, inclusive, sinonímicas. Outro ponto que se destaca é o caráter prescritivo que permeia as noções elencadas. Embora haja uma gama de nomenclatura, o papel moral e educacional desses enunciados sobressai-se em relação aos seus usuários, instaurando e difundindo, de maneira eficaz, o senso comum e participando da construção do consenso social.

Em vista disso, consideraremos, como orientação prévia, que os enunciados tratados por nós neste trabalho são chamados *provérbios*, cuja primeira característica definidora é *ressaltar valores que norteiam a realidade social de uma comunidade*. Entretanto, é evidente que nem todos os enunciados que trazem consigo uma mensagem ou conselho que regulam o comportamento dos indivíduos apresentam o

status de provérbio. Como identificar, então um provérbio? Como vimos no início deste capítulo, Obelkevich (1997, p. 44) problematiza essa questão atestando o pronto reconhecimento do provérbio sem apresentar, entretanto, um consenso em sua definição.

Para De Certeau (2005), os provérbios são registros atemporais de cultura popular que mostram a historicidade da língua, pois representam as vozes de pessoas comuns que conversam em inúmeras situações da vida cotidiana, incorporando atitudes populares. Nesse sentido, segundo o autor, os enunciados proverbiais permitem transparecer os processos da enunciação, “[...] significam as operações de que foram objeto, operações relativas às situações” (DE CERTEAU, 2005, p. 82), concebidas como modalizações do enunciado ou da prática. De modo análogo, Perrin (2012, p. 53) afirma que “[...] os provérbios não citam uma ocorrência particular, mas todos as enunciações virtuais em todas as circunstâncias, incluindo, reflexivamente, o enunciado real do qual são o objeto”²⁷.

Enunciar um provérbio é “[...] ecoar enunciados passados, não apenas como ato locucionário, mas como afirmação de um ponto de vista relacionando ao conteúdo doxal”²⁸, nas palavras de Perrin (2012, p. 53). Assim, para o autor, o provérbio, quando incorporado a um texto, projeta-se como uma evocação de um dizer coletivo cuja força de citação não está no que é dito, mas no que é mostrado pelo fato de dizer, em “[...] mostrar pragmaticamente que são frutos de uma enunciação coletiva ancestral”²⁹ (PERRIN, 2012, p. 55) e é essa ancestralidade que dá a força de convicção do dizer.

Ao ser introduzido em uma enunciação, pode ser modalizado pelas expressões do tipo “como diz o ditado” ou “como se diz”, entre outras tantas. Sob esse aspecto, o enunciado proverbial integra a constituição de um dizer sem, entretanto, perder sua identidade de representação coletiva de um saber cultural. Nessa perspectiva, ele torna-se um argumento de autoridade diretamente sintonizado com a voz coletiva invocada, tanto que, em casos de desacordo com o conteúdo expresso, são empregadas estratégias linguístico-discursivas que assumem uma divergência a esse conteúdo, como veremos adiante neste trabalho.

²⁷ “[...] *les proverbes ne citent pas une occurrence particulière, mais l'ensemble de leurs énonciations virtuelles em toutes circonstances, y compris donc réflexivement l'énonciation effective dont ils sont l'objet*”.

²⁸ “[...] *nous observerons qu'ils correspondent à des phrases idiomatiques consistant à faire écho à leurs énonciations passées, non seulement comme acte locutoire, mais comme assertion d'un point de vue lié à un contenu doxal*”.

²⁹ “[...] *montrer pragmatiquement qu'ils sont le fruit d'une énonciation collective ancestrale*”.

A voz proverbial absorvida no fio enunciativo representa, de acordo com Maingueneau (2011), um enunciado autônomo, descontextualizado por natureza que, “de maneira *constitutiva*, existe fora de qualquer texto” (MAINGUENEAU, 2011, p. 42), fazendo parte, dessa maneira, de “enunciados destacados” ou “aforizantes”. Ao tratar da enunciação aforizante, Maingueneau (2007, p. 161) adverte que “A enunciação aforizante institui uma cena de fala em que não há interação entre dois protagonistas colocados sobre um mesmo plano: a instância responsável pela enunciação aforizante se encontra alhures”,³⁰ ou seja, o locutor atribui a responsabilidade de seu dizer a uma “instância anônima, um *hiperenunciador*”. O autor adverte também que o emprego do enunciado aforizado provoca o efeito de sentido de ser uma “palavra absoluta” e é necessário, portanto, analisar a tensão que se estabelece entre a aforização e o enunciado no texto que a acolhe.

Esse desnivelamento entre uma “instância anônima” e a voz do locutor que a cita, no que diz respeito aos provérbios, é analisado por Maingueneau (2006, p. 91) em termos de sistemas de participação, “uma palavra-valise que funde ‘participação’ e ‘citação’”. Para o autor, a enunciação proverbial é um tipo de participação sentenciosa, pois o provérbio se apresenta como um enunciado citado autônomo reconhecido pelos alocutários, sem a necessidade da indicação de sua fonte, já que ele faz parte de um *thesaurus* de enunciados indissociável da comunidade em que circula. O locutor que cita o provérbio adere a esse enunciado, cita aquilo que poderia ser dito por ele ou por qualquer outro membro da comunidade. Na citação do provérbio, portanto, o locutor recorre a um hiperenunciador, denominado de “sabedoria das nações” ou “sabedoria popular”, cuja autoridade tem o poder de legitimar valores e fundamentos de uma coletividade, muito mais do que garantir a verdade do enunciado (MAINGUENEAU, 2006, p. 93).

Portanto, o provérbio, enunciado autônomo cristalizado pertencente à determinada comunidade linguística, representa a voz dessa mesma comunidade. O locutor, ao proferir tal enunciado, o faz como se a coletividade se expressasse por seu intermédio, apregoando visão de mundo sob a forma de verdade atemporal consensualmente aceita pela comunidade, na veiculação de normas de conduta socialmente consentidas em texto breve e sentencioso.

³⁰ “[...] *L’énonciation aphorissante institue une scène de parole où il n’y a pas d’interaction entre deux protagonistes placés sur un même plan: l’instance responsable de l’énonciation aphorissante se tient dans un ailleurs*”.

Em vista do que foi exposto até aqui a respeito das características definidoras do provérbio, vamos considerá-lo como um enunciado estável em sua materialidade, consagrado por uma comunidade linguística que o emprega como um discurso representante de condutas e valores comuns entre os membros dessa mesma comunidade.

Consideramos, por outro lado, que a materialidade do provérbio pode sofrer *desvios* sem que haja, no entanto, uma perda dos sentidos socialmente cristalizados já que essas alterações em sua estereotipia acontecem de maneira tal para que o provérbio possa ser reconhecido no fio enunciativo. Para nós, essas alterações colocam em evidência, além da voz consensual de uma comunidade, outra(s) voz(es), reforçando a enunciação proverbial como um discurso marcadamente polifônico.

Dados os objetivos deste trabalho, analisamos o provérbio como fenômeno linguageiro atravessado não só pelo que foi fixado pelo consenso, mas também por visão singular projetada a partir de certo posicionamento enunciativo, já que esse enunciado faz parte de atividade verbal que visa a aspectos do cotidiano na forma de comentários e opiniões, por vezes, críticas e polêmicas, expressas por aquele que escreve os textos jornalísticos.

2.5 ESTRUTURA PROVERBIAL

Estudos apontam que o pronto reconhecimento de um enunciado como sendo um provérbio se faz, além de seu aspecto orientador nas relações humanas, também por suas propriedades linguísticas, o que estabelece a segunda particularidade definidora do provérbio. Como observa Maingueneau (2011), os provérbios estão inscritos no estoque de enunciados comuns aos falantes de uma língua e apresentam materialidade linguística relativamente estável, que facilita sua memorização:

Em matéria de expressões cristalizadas, os provérbios ocupam uma posição singular [...] porque são as únicas sequências cristalizadas que fazem parte da língua, que relevam da competência linguística. (MAINGUENEAU, 2011, p. 41).

O autor, portanto, apoia-se, entre outras características, na estrutura linguística para definir o provérbio. Para ele,

O provérbio é curto e geralmente estruturado de forma binária (“Pai avaro / filho pródigo”, “Sua alma / sua palma”); recorre frequentemente a rimas (por exemplo, *alma* no provérbio citado) ou correlaciona partes com igual ou aproximado número de sílabas; estabelece simetrias sintáticas ou semânticas entre uma parte e outra (“Vencer *sem perigo* / é triunfar *com glória*”); emprega normalmente construções ou palavras arcaicas. (MAINGUENEAU, 2005, p. 170).

Rocha (1995, p. 11) igualmente procura definir o que seria um provérbio considerando o aspecto formal. Para a autora, o provérbio “[...] é um verso ou quase verso, apresentando muitas vezes rima, assonância, metáforas, estrutura geralmente bimembre, elipse, etc.”, além de ser necessário, para seu reconhecimento como tal, “[...] uma estrutura de frase completa, do tipo *Não leves gato por lebre*”. Essa definição é compartilhada com Obelkevich (1997, p. 44) para quem “[...] metáfora, ritmo, aliteração, assonância, construções binárias: estes e outros recursos criam, na forma do provérbio, um eco de sentido”.

Essas mesmas características formais são elencadas por Steinberg (2002, p. 10):

[...] o provérbio se caracteriza pelos mecanismos empregados, na sua maioria os mesmos utilizados em linguagem poética, tais como a rima, a assonância, a aliteração, o equilíbrio, a concisão, o paralelismo (fonético, morfológico, sintático), a elipse, a paranomásia, numa estrutura binária (simples, dupla ou tripla) de sintagmas correlatos.

A rigidez na estrutura cristalizada dos enunciados proverbiais também é realçada por Greimas (1975), que aponta como traços formais caracterizantes dos provérbios fatores como a estrutura rítmica binária reforçada pela rima e pela aliteração; o caráter arcaico de sua construção marcado, especialmente, pela ordem não convencional das palavras e pelo léxico e o predomínio de formas verbais do presente do indicativo e do imperativo.

Greimas (1975), entretanto, não se atém unicamente aos traços formais, já que considera também uma abordagem que se aproxima do discursivo no uso desses enunciados. A estrutura binária presente nos provérbios, por exemplo, assume uma função significativa que ressalta a ideia de “[...] um mundo acabado, equilibrado e em repouso” (GREIMAS, 1975, p. 294). Nas palavras de Ernest-Pereira (2002, p. 170), essa bipolarização de ordem semântica “[...] simplifica a complexidade do mundo e da experiência humana, atendendo à demanda desse sujeito pragmático que só se sente seguro em um mundo em repouso e organizado dualisticamente”.

Ainda para Greimas (1975), o caráter arcaizante das formas proverbiais coloca-as em uma perspectiva atemporal, conferindo-lhes o traço da autoridade provinda da sabedoria dos antigos, além de os tempos verbais presente do indicativo e imperativo remeterem, respectivamente, para a enunciação de verdades eternas e para a permanência de uma ordem moral sem variações.

A investigação a respeito dos aspectos formais dos provérbios, de acordo com Greimas (1975), permite chegar às primeiras indicações da significação de um código particular que expressa a sabedoria das nações, convergindo, desse modo, para a ordenação de um mundo moral que rege a sociedade. Nesse sentido, é esboçada a possibilidade de uma abordagem que ultrapasse o aspecto formal, materializante, tomando um alcance ideológico. Por essa perspectiva, a estereotipia formal dos provérbios, portanto, representa um fenômeno linguístico útil para designar certos valores sociais.

Em termos gerais, também Lapa (1973), ao discorrer sobre as “[...] unidades fraseológicas”, diz que o homem faz uso de formas fixas em suas interações comunicativas, entre outras razões, por medida de economia de esforço mental:

O exame das locuções estereotipadas conduz-nos, portanto, a esta conclusão, que não deixa de ser curiosa: não há dúvida que o homem diz, quando fala e quando escreve, coisas perfeitamente absurdas. O que lhe vale é não atender às palavras isoladas, mas à estrutura, à locução fraseológica. E a sua desculpa está em que não foi ele quem inventou esses modos de dizer: encontrou-os feitos, para designar ideias certas e comuns, e utiliza-os, porque lhe poupam muito trabalho. (LAPA, 1973, p. 65).

As “fórmulas” fixas, também caracterizadas por Charaudeau e Maingueneau (2004) “[...] por seu uso maciço e repetitivo, sua circulação em um espaço público em uma conjuntura dada”, são utilizadas por toda a sociedade, inclusive pela mídia em geral, e acabam por permitir uma instantânea interpretação por parte dos falantes sob condições de que, como adverte Urbano (2003, p. 262), elas estejam sujeitas “[...] à aceitabilidade dos usuários, decorrente de vários fatores, como o uso, cultura e convenções sociais”.

2.5.1 A Desconstrução Proverbial

Consideramos que um enunciado proverbial apresenta o estatuto de uma materialidade linguística marcadamente cristalizada associada a temas que compõem

a realidade social, expressando uma crença consensualmente admitida pela comunidade linguística. Entretanto, para Grésillon e Maingueneau (1984), apesar de o provérbio apresentar propriedades linguísticas específicas e maximizar a validade de um dizer ao estabelecer autoridade para o enunciado, ele também serve de “antimodelo” para as verdades estabelecidas. É a partir dessa constatação que os autores vão definir o procedimento discursivo de *détournement* (desvio), que consiste em um enunciado com marcas linguísticas da enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios conhecidos. São dois os planos dessa prática: o lúdico, caracterizado por ser um jogo de palavras, sem caráter ideológico ou político; e o militante, que procura conceder autoridade a um enunciado ou tirá-la em nome de interesses diversos.

Os autores restringem os estudos aos desvios militantes, aos quais são atribuídas duas direções, conforme seu uso: a estratégia de *captação*, que aceita a voz da autoridade do provérbio para validar enunciados, e a estratégia de *subversão*, que evidencia uma contradição entre o sentido da estrutura original do provérbio e o da estrutura resultante do desvio. Para estudá-las, Grésillon e Maingueneau propõem dois níveis:

- a) *détournement* das condições genéricas da enunciação proverbial: quando a alteração obedece aos aspectos formais do enunciado proverbial associada às condições de uso, impondo que aquilo que é dito pode ser sustentado pelo “ON” da sabedoria das nações. Reunir as condições sintáticas e prosódicas de um enunciado proverbial – as condições genéricas – para tal fim é um ‘plágio” do gênero proverbial, um “pseudo-provérbio” (GRÉSILLON; MAINGUENEAU, 1984), que pode ser tanto captado como subvertido;
- b) *détournement* de um provérbio original: ocorre ao desviar a estrutura significante de um provérbio original, E0, com alcance em seu significado, produzindo outro enunciado, E1.

A análise dos *détournements* baseia-se em três regras:

- 1) nível das condições de uso: uma *captação* será bem-sucedida se E1 estiver próximo das verdades veiculadas por E0, enquanto que a *subversão*

deverá apresentar uma contradição nítida entre o provérbio original e o conteúdo de E1;

- 2) nível do significante: quanto maior a semelhança entre o provérbio original, E0, e E1, mais forte será o efeito obtido. Nesse caso, os procedimentos mais habituais são: a substituição de fonemas; substituição de termos com semelhança fonética; adição de elementos ao provérbio; negação e fusão de provérbios;
- 3) nível do significado: quanto maior a convergência semântica entre E0 e E1, maior será o sucesso de uma *captação*, ao passo que uma *subversão* será mais bem-sucedida quanto maior a contradição semântica entre o provérbio original e E1.

Concluindo o estudo das duas estratégias, os autores apontam o *détournement* como uma “prática de máscara” que manifesta posições ideológicas fundamentais, salientando as atribuições ou a ruína de um “outro”. Mesmo que o enunciado proverbial apresente um *desvio*, como apontam Grésillon e Maingueneau (1984), são os valores referenciais de uma comunidade que estão em questionamento. Para os autores, enunciar verdades estabelecidas pelo provérbio põe em evidência vozes diversas, ressaltando o aspecto polifônico de sua enunciação; O provérbio representa, portanto, uma tentativa de construir um universo social de concordância, pré-determinando comportamentos sociais desejáveis.

Koch; Bentes e Cavalcante (2008) acreditam que os casos de intertextualidade implícita podem ser incluídos na noção de *détournement*. Para as autoras, todos os *détournement* são militantes, pois orientam para a construção de novos sentidos, e estendem o conceito a todas as formas de intertextualidade onde ocorre algum tipo de alteração do texto-fonte, baseadas nas operações de retextualização propostas por Marcuschi (2000, 2003) e Travaglia (2003), tais como a substituição de fonemas ou palavras, o acréscimo de conjunção adversativa ou negativa, a supressão ou transposição de orações.

Podemos observar como isso ocorre no exemplo a seguir em que, no título de um artigo jornalístico de opinião publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 22 de novembro de 2018, a articulista Laura Carvalho traz como texto-fonte o provérbio “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura” no qual são utilizadas as estratégias de supressão e transposição de termos.

- **Água dura em pedra mole:** *desaceleração global chega em meio a um quadro pouco promissor para a base da pirâmide.* (grifo da autora)

Recorrendo à teoria polifônica de Ducrot (1987), Koch, Bentes e Cavalcante (2008) explicam que, na retextualização de provérbios, E1 representa o enunciador genérico, a voz consensual da comunidade (ON) e E2 o enunciador que contradiz o texto-fonte, ao qual o locutor (L) adere. No caso desse exemplo, a articulista (L) discorre sobre a desaceleração da economia mundial, que elevou a desigualdade de renda afetando os trabalhadores mais vulneráveis, os jovens com ensino médio incompleto, a “base da pirâmide”, portanto. Cabe ao interlocutor, baseado na sua memória discursiva recuperar o provérbio e fazer as devidas associações contextuais: *água dura* = desaceleração econômica / *pedra mole* = jovens trabalhadores. Concluindo com as autoras, “Como se pode ver, os *détournements* têm sempre valor argumentativo, em grau maior ou menor” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 58).

Nosso *corpus* é constituído por cinco textos jornalísticos de caráter opinativo, dos quais fazem parte os seguintes provérbios, transcritos tais como aparecem:

- Texto 1: [...] *Mas se onde passa boi passa boiada* [...];
- Texto 2: [...] *Os fins justificam os meios* [...];
- Texto 3: [...] *A mentira tem pernas longas* [...];
- Texto 4: [...] *As aparências enganam* [...];
- Texto 5: [...] *Manda quem pode* [...].

Notamos que nos textos dois e quatro o provérbio não sofre alteração em sua estrutura linguística, o que não acontece com os demais provérbios inseridos nos textos um, três e cinco. Seguindo as orientações de Grésillon e Maingueneau (1984), o *détournement* pode ser analisado considerando os dois níveis, pois tanto as alterações formais estão associadas às condições de uso, como o desvio da estrutura significante produz outro enunciado E1.

Além disso, no nível das condições de uso, a subversão apresenta uma contradição entre E0 e E1, inclusive nos provérbios dos textos dois e quatro, embora não haja, neles, uma alteração no nível do significante. Neste nível, temos adição de

elementos, no texto um (adversativa *mas*), substituição de palavra por antônimo, no texto dois (*curta para longa*) e supressão de partes do enunciado, no texto cinco (*obedece quem tem juízo*), permitindo uma subversão bem sucedida no nível do significado.

A materialidade linguística ou, em outras palavras, a estereotipia formal do provérbio é, com efeito, uma de suas características marcantes, definidora desse tipo de enunciado, constituindo-se como um dos elementos que permitem sua conceituação. Sua estrutura fixa, a composição binária, a simetria sintática, entre outras características associadas ao seu caráter prescritivo, fazem do provérbio um enunciado que cristaliza saberes referentes às ações humanas em sociedade. Assim como vimos em Greimas (1975), também para Cândido (1972, p. 107) “[...] a rigidez das normas e a rigidez linguística do provérbio se justificam mutuamente”.

Assim, somando-se às características definidoras já elencadas - sua estrutura relativamente fixa marcada pelo tom moralizante ou didático - assumimos que o provérbio constitui, também, um enunciado do qual emergem vozes representantes de perspectivas ou pontos de vista de enunciadores diferentes. O provérbio se constitui, então, fundamentalmente, como o discurso do Outro.

2.6 DIALOGISMO E PROVÉRBIO

2.6.1 Bakhtin e o Dialogismo

Ao conceber o provérbio como uma evocação cristalizada de um dizer coletivo que partilha um saber consensual a respeito das regras que norteiam a realidade social e cujo mecanismo linguístico-discursivo institui uma ação entre interlocutores, estamos considerando que o provérbio constitui uma modalidade relevante de discurso do Outro. Dentro da finalidade desta pesquisa, buscamos investigar como a inserção de provérbios nos textos jornalísticos opinativos é um recurso argumentativo de construção textual para a promoção de sentidos. Consideramos que a compreensão do discurso é um processo dialógico, pois ele é marcado pelas inúmeras vozes que o constituem. Para problematizar essa questão, partimos de um olhar ancorado no diálogo com as ideias do Círculo de Bakhtin, além dos escritos de seus

interlocutores.

Toda enunciação mantém um diálogo com outras enunciações, de outros tempos, de outros enunciadores, portanto, não pode ser analisada livremente das relações dialógicas, compreendidas como relações de sentido que se institui entre os enunciados, tendo como referência o todo da interação verbal. O dialogismo, portanto, é o fundamento de toda discursividade. No entanto, cabe esclarecer que o dialogismo bakhtiniano diz respeito às relações interdiscursivas tanto quanto às relações interlocutivas. Brait (1997, p. 98), a esse respeito, afirma que

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que por sua vez instauram-se e são instaurados por esses discursos.

Nas palavras de Brait (1997), as relações interdiscursivas implicam a relação, nem sempre simétrica e harmoniosa, mas indispensável, que os discursos mantêm com outros discursos. As relações interlocutivas, por sua vez, pertencem a uma dimensão sociointeracional, que implica o discurso do outro, na qual os interlocutores assumem seus papéis de locutor e alocutário. Todo enunciado é uma resposta a enunciados que vieram antes, ocasionando respostas futuras.

Indo ao encontro das palavras de Brait acerca do dialogismo bakhtiniano, podemos dizer que, quando o articulista traz o provérbio para seu texto, ele está recuperando um gênero de uma tradição antecedente, ao mesmo tempo em que motiva respostas futuras que produzirão outros dizeres, novas enunciações – as relações dialógicas, portanto. É a esse eco de diálogos inerentes aos enunciados que Bakhtin denominou dialogismo. Assim, enquanto materialidade significativa, o provérbio não se fecha em si mesmo, pois se constitui em enunciado no diálogo entre outros enunciados que o precederam ou que o sucederão na cadeia discursiva.

Nesse infindável diálogo há o vínculo imanente tanto com a situação imediata como, através dela, com o contexto social mais amplo. Essa relação é ilustrada por Bakhtin por meio dos discursos da vida cotidiana que, para ele, “[...] são modelados pela fricção da palavra contra o meio extraverbal e contra a palavra do outro”

(BAKHTIN, 1981, p. 125). Essas formas fixas típicas da vida corrente realizam-se produzidas pela situação da enunciação e por seu auditório e só são assim consideradas “quando existem formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias”.

De tal modo, o provérbio, inserido na situação de enunciação como forma fixa estereotipada que rege as relações entre os indivíduos de uma comunidade, reflete ideologicamente a composição social desse grupo e nele se amplia pela resposta e compreensão do interlocutor, atitudes denominadas por Bakhtin como *compreensão responsiva*. O interlocutor, posicionando-se em relação ao enunciado proverbial, dá vida à palavra, ou seja, atribui valores agregados ao que foi enunciado pelo locutor, dialogando diretamente com os valores da sociedade e expressando seu ponto de vista em relação a esses valores. Desse modo, o que nos interessa nessa perspectiva dialógica bakhtiniana é o fato da possibilidade de interpretação dos enunciados na relação que eles mantêm entre si, estando ou não separados pelo tempo ou pelo espaço, já que o provérbio, como entendemos, representa a voz de um povo e cuja origem é em geral anônima, sendo, portanto, de pertencimento coletivo.

Considerando o dialogismo um fenômeno intrínseco ao discurso, a evidência da palavra do outro, seu grau de aparecimento varia de acordo com algumas singularidades do tratamento verbal no enunciado. A esse respeito, Bakhtin em *O discurso no romance* (1993) compara a palavra do outro nos gêneros literários com sua presença em outros gêneros, tais como na esfera política ou publicística³¹, abordagem relevante para a compreensão dos sentidos instituídos pela inserção dos provérbios nos textos jornalísticos opinativos como manifestação dialógica com um enunciado já-dito.

Segundo o autor, nos gêneros não literários o dialogismo orienta-se essencialmente para enunciados individuais ou generalizados, ou seja, de um grupo social, do senso comum, sendo marcado por diferentes estratégias de “enquadramento textual” e de “transmissão” do discurso do outro. Esse “enquadramento” do discurso do outro institui o fundo dialógico:

³¹ “Trata-se de uma espécie de gênero ‘jornalístico’ da Antiguidade, que enfoca em tom mordaz a atualidade ideológica” (BAKHTIN, 2010, p. 135).

É necessário observar o seguinte: por maior que seja a precisão com que é transmitido, o discurso do outro incluído no contexto sempre está submetido a notáveis transformações de significado [...] Recorrendo a procedimentos de enquadramento apropriados, pode-se conseguir transformações notáveis de um enunciado alheio, citado de maneira exata. O polemista inescrupuloso e hábil sabe perfeitamente que fundo dialógico convém dar às palavras de seu adversário, citadas com fidelidade, a fim de lhes alterar o significado [...]. Por isso, ao estudar as diversas formas de transmissão do discurso de outrem, não se pode separar os procedimentos de elaboração deste discurso dos procedimentos de seu enquadramento contextual (dialógico): um se relaciona indissolivelmente ao outro. (BAKHTIN, 1993, p. 141).

Isso significa que há traços estilístico-composicionais que marcam mais pontualmente a interseção das palavras e acentos do discurso do autor com o discurso alheio nele introduzido. Essa incorporação pode ser ressaltada nas particularidades estruturais do discurso cujos fenômenos linguísticos são refratados em “ressalvas, repetições, palavras atenuantes, variadas partículas e interjeições” (BAKHTIN, 2010, p. 242), ou seja, as formas dialógicas da transmissão da palavra do outro não se restringem às marcas linguísticas do *discurso citado* – discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre (BAKHTIN, 1981, p. 143). Dialogicamente, portanto, o discurso do outro constrói-se na costura da linguagem, na materialidade do discurso.

Bakhtin (1981, p. 144) observa que as palavras alheias podem “[...] entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, ‘em pessoa’, como uma unidade integral da construção [...] sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que o integrou”. Nesse processo, a recepção ativa do discurso de outrem manifestado nas formas da língua situa-se na sociedade, que escolhe os elementos da enunciação alheia que são “socialmente pertinentes e constantes”, fundamentados, portanto, “[...] na existência econômica de uma comunidade linguística dada” (BAKHTIN, 1981, p. 146). Da perspectiva da análise dialógica, portanto, na construção dos textos jornalísticos de opinião as marcas linguísticas do discurso do outro com o qual o articulista se relaciona discursivamente – o provérbio – possibilitam a polifonia, o embate de vozes. É evidente que essa articulação polifônica reflete outras vozes, outros enunciados já ditos manifestados tanto no plano estilístico-composicional como no plano do conteúdo temático, já que o texto dialoga com os acontecimentos sociais.

O dialogismo, entretanto, não deve ser confundido com *polifonia*, pois aquele, como vimos, é constitutivo da linguagem e esta se caracteriza pela presença de vozes polêmicas no discurso. Segundo Faraco (2009, p. 77), Bakhtin introduz a noção de

um mundo polifônico no qual “[...] vozes e consciências circulam e interagem num diálogo infinito” opondo-se ao monologismo, à tendência de negar o outro. Para o autor, Bakhtin, ao tratar do romance polifônico, na verdade estaria defendendo a “utopia de um mundo polifônico” no qual as vozes plenivalentes e as consciências independentes teriam direito de cidadania, interagindo em um diálogo infinito:

Vivendo num mundo pesadamente monológico, Bakhtin foi, portanto, muito além da filosofia das relações dialógicas criada por ele e por seu Círculo e se pôs a sonhar também com a possibilidade de um mundo polifônico [...] um mundo em que qualquer gesto centrípeto será logo corroído pelas forças vivas do riso, da carnavalização, da polêmica, da paródia, da ironia (FARACO, 2009, p. 79).

Por esse motivo, polifonia também não pode ser confundida com heteroglossia ou plurivocidade, que são termos que designam “[...] a realidade heterogênea da linguagem quando vista pelo ângulo da multiplicidade de línguas sociais”. E ainda, para Faraco,

Polifonia não é, para Bakhtin, um universo de muitas vozes, mas um universo em que todas as vozes são equipolentes. Assim, confundir esses termos limita, por exemplo, a percepção de que os discursos que circulam socialmente têm peso político diferenciado; e de que, no jogo dos poderes sociais, há um contínuo esforço centrípeto (monologizante) dos discursos que ambicionam se impor como um centro, buscando reduzir e submeter a heteroglossia (FARACO, 2009, p.78, grifo do autor).

2.6.2 A Polifonia de Ducrot

Com base nas reflexões de Bakhtin sobre polifonia enunciativa, Ducrot (1987), em *O dizer e o dito*, contesta a unicidade do sujeito falante, ou seja, rompe com o pressuposto de que para cada enunciado há somente um autor. Segundo ele,

Para Bakhtin, há toda uma categoria de textos, e notadamente, de textos literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras [...] Mas essa teoria de Bakhtin, segundo meu conhecimento, sempre foi aplicada a textos, ou seja, a sequência de enunciados, jamais aos enunciados de que esses textos são constituídos. De modo que ela não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz. É justamente a este postulado que eu gostaria de me dedicar. (DUCROT, 1987, p. 161).

Ducrot (1987), portanto, desdobra o conceito de polifonia ao estudo do enunciado, definido como “um fragmento de discurso” (DUCROT, 1987, p. 166). Na concepção polifônica, segundo o autor, “[...] o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes” (DUCROT, 1987, p. 172), criticando e substituindo, desse modo, a teoria da unicidade do sujeito da enunciação. O autor demonstra a dificuldade de manter a ideia da unicidade quando analisa exemplos de retomada, pois dificilmente se pode dizer que o responsável é o sujeito falante, ou seja, o produtor das palavras, ou ainda, na terminologia do autor, “L”.

Para dar conta dessa divisão do sujeito na descrição de uma enunciação e dentro das indicações que o enunciado fornece, Ducrot (1987) alega que é possível encontrar um ou mais responsáveis pela origem da enunciação, distinguindo pelo menos dois tipos de “personagens”: os enunciadores e os locutores. Para ele há a necessidade de se tratar de “locutores” (no plural) porque em certos enunciados há a existência de “[...] uma pluralidade de responsáveis, dados como distintos e irreduzíveis” (DUCROT, 1987, p. 182) e define locutor como “[...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (DUCROT, 1987, p. 182), é a ele que se refere o pronome “eu” e as outras marcas da primeira pessoa.

Continuando a discussão de sua teoria, Ducrot (1987) ainda faz uma divisão da noção de locutor: o locutor enquanto tal (L), responsável pela enunciação e, inclusive, pelo ato praticado; e o locutor enquanto pessoa no mundo (λ), a origem do enunciado. Assim L se manifesta na forma do enunciado, constituído no nível do dizer e é o responsável pela enunciação. Por sua vez, λ se manifesta no conteúdo do enunciado, é constituído no nível do dito e representa a origem do enunciado, sendo identificado através de L.

Nessa mesma discussão, o autor marca a diferença entre locutor e sujeito empírico do enunciado, que é o autor efetivo, o elemento da experiência e agente da reprodução de discursos já escutados ou lidos. Locutor e sujeito empírico podem ser distintos, ou seja, não é necessário que o autor (enquanto pessoa no mundo) do enunciado seja seu locutor (o ser apresentado no enunciado, a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado).

O ponto fundamental de sua teoria, entretanto, é a distinção da categoria de enunciador, definido como “[...] seres que são considerados como se expressando

através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas, se eles falam é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista” (DUCROT, 1987, p. 192). Dessa perspectiva, enunciadores são vozes veiculadas através da enunciação que expressam diferentes pontos de vista que o locutor, por sua vez, organiza para identificar-se com eles ou mesmo se opor a eles.

Assim, podemos dizer que, para Ducrot (1987), há duas formas de polifonia: uma que ocorre no nível do locutor – a “dupla enunciação” – e outra que ocorre no nível dos enunciadores. Dessa forma, em um enunciado pode haver vários sujeitos assumindo diferentes papéis, tais como o locutor, o autor empírico e um ou mais enunciadores.

No entanto, Ducrot (1988) assume que pode haver enunciados impessoais, sem locutor, citando como exemplo os provérbios:

É possível fazer declarações que não tenham L, enquanto, exceto por um milagre, uma declaração sempre tem um SE [...] Por exemplo, um provérbio é essencialmente uma declaração sem locutor. Quando falamos de provérbios, é justamente para favorecer a interpretação segundo a qual o responsável pelo que decidimos seria completamente alheio à situação discursiva em que nos encontramos. (DUCROT, 1988, p. 19)³².

Para Santos (2004), a posição de Ducrot se justifica pelo seu recorte em relação à estrutura do enunciado, já que ele não considera como componentes linguísticos os elementos históricos e exteriores ao enunciado. A autora, entretanto, discordando de Ducrot, observa que a alienação do responsável pelo discurso pode ser um simulacro de impessoalidade, o que remete ao funcionamento discursivo, e defende que “[...] a enunciação proverbial é típica desse funcionamento, em cujo acontecimento enunciativo flagramos o cruzamento de uma memória e de uma atualidade” (SANTOS, 2004, p. 61). Assim, ao incorporar o provérbio em seu discurso, o sujeito dialoga com enunciadores anteriores e

³² “Es posible fabricar enunciados que no tienen L, mientras que salvo un milagro un enunciado siempre tiene un SE (...) Por ejemplo un provérbio es esencialmente un enunciado sin Locutor. Cuando hablamos con provérbios, es precisamente para favorecer la interpretación según la cual el responsable de lo que decidimos sería completamente ajeno a la situación de discurso em la que nos encontramos”.

[...] o sentido vai ser efetivado a partir do acontecimento enunciativo em que todas as vozes se juntam individuais e coletivas, institucionais ou não, e impingem sua exterioridade, determinação e historicidade ao real: um locutor ao texto atual (SANTOS, 2004, p. 62).

Também Guimarães (1987), incorporando o conceito de polifonia proposto por Ducrot, situa a enunciação proverbial no nível da relação entre enunciador, representante da posição do sujeito na perspectiva da enunciação, e destinatário, o seu correlato. Ele demonstra como exemplo o provérbio “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, cuja enunciação, segundo o autor, representa um locutor (L) que se expressa do ponto de vista do senso comum, mobilizando essa perspectiva como um argumento para o que diz: “L, neste caso, fala de uma perspectiva genérica, e esta enunciação representa um *enunciador genérico*” (GUIMARÃES, 1987, p. 22).

Concordamos com as formulações de Santos (2004) e Guimarães (1987) a respeito da existência de um locutor (L) na enunciação proverbial e, em vista disso, respeitando as categorias de Ducrot, podemos considerar que na enunciação proverbial o locutor abdica da sua voz em favor da voz cuja responsabilidade é do outro. Assim, o locutor empírico põe em evidência L e λ , não coincidentes, e apenas um enunciador (E). Entretanto, considerando a bivocalidade, o provérbio pode assumir direções convergentes ou divergentes ao seu sentido cristalizado; nesse caso, há a possibilidade de, na perspectiva polifônica, fazer emergir outros enunciadores.

O provérbio como um enunciado cristalizado que instaura relações valorativas entre os sujeitos de uma comunidade sociolinguística, tal como temos exposto até este momento, circula e funciona como modos de enunciar utilizados nas mais diversas esferas da comunicação humana ao mesmo tempo em que retrata aspectos dessas esferas sociais nas quais é produzido. De fato,

Só se pode falar de fórmulas específicas, de estereótipos no discurso da vida cotidiana quando existem formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias. [...] A fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo. (BAKHTIN, 1981, p. 126-127).

Nesse sentido, o discurso modela-se nas situações da vida cotidiana, assumindo as características próprias dessas condições, na medida em que serve aos objetivos e necessidades da interação verbal. Na seleção dos recursos linguísticos para a constituição do enunciado são embutidos valores e funções inerentes ao

processo de interação, dando ao enunciado a condição de sistema representativo da história e da sociedade e o provérbio, nesse processo, reúne “maneiras de dizer” coletivamente construídas e codificadas. De Certeau (2005, p. 82), ao se referir à enunciação proverbial, diz que os provérbios são “utensílios marcados por usos”, indicadores da historicidade social e, portanto, “[...] não aparecem mais só como quadros normativos, mas como instrumentos manipuláveis por usuários”.

Como no pensamento bakhtiniano, entendemos que

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Também para Maingueneau (2005, p. 169), na enunciação do provérbio, o enunciador apresenta-o como “[...] uma retomada de inumeráveis enunciações anteriores, as de todos aqueles locutores que já proferiam aquele provérbio”, fazendo com que a voz da “sabedoria popular” seja ouvida no enunciado por meio de sua enunciação. Nesse caso, a responsabilidade pelo enunciado, segundo o autor, é atribuída à sabedoria popular, assim como, indiretamente, ao enunciador, pois este participa da comunidade linguística da qual o provérbio faz parte. O discurso proverbial, portanto, é heterogêneo no sentido de acolher outras vozes em seu interior e, dessa perspectiva, amplia-se a dimensão interacional do texto que o acolhe.

CAPÍTULO 3 – ARGUMENTAÇÃO

Um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enframem:
se reatando, de um poço para outro poço,
em frases curtas, então frase a frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca que ele combate.

(MELO NETO, 1975).

CAPÍTULO 3 – ARGUMENTAÇÃO

As noções sobre a concepção de argumentação transpassam alguns preceitos básicos fundamentados nos estudos sobre a *Retórica* e a *Nova Retórica*; portanto, têm relevância os postulados que determinam a sua tradição. As teorias sublinham alguns pontos essenciais para a articulação da Retórica com a linguagem: o primeiro é que ela se alinha às estratégias de argumentação, cuja intenção persuasiva é fundamental; também, os fatos sociais são sempre passíveis de interpretações divergentes, realocando tópicos de persuasão, cujos recursos vão desde a lógica interna da argumentação até a aspectos enunciativos; por fim, os elementos externos ao discurso podem ser invocados como meio de convencimento. Do ponto de vista do paradigma clássico, os estudos da argumentação também estão vinculados à lógica e à dialética, ou seja, “à arte de pensar corretamente” e “à arte de bem dialogar” (PLANTIN, 2008, p. 8). A base tripartida sobre a qual a argumentação foi arquitetada teve influência até fins do século XIX, quando a Retórica foi criticada como uma disciplina não científica e banida dos estudos acadêmicos.

Definida por Plantin (2008) como “[...] toda utilização estratégica de um sistema significante” (PLANTIN, 2008, p. 9), a *argumentação retórica* inclui, nesse sentido, os sistemas verbal e não verbal. O autor define, de maneira específica, a retórica argumentativa pelas seguintes características: ela é referencial, pois inclui uma teoria dos signos, já que formula problemas dos objetos, fatos e evidências; é probatória, porque visa trazer provas ou, senão, a melhor prova; é polifônica e, por fim, tem como objetivo principal uma intervenção planejada, tornando seu caráter eloquente acessório.

Quanto à *argumentação dialética*, o autor define como um tipo de diálogo, em uma interação limitada, com vencedor e um perdedor, fundado em premissas consideradas “ideias admitidas” (*endoxa*). Plantin (2008), retomando a *Retórica*, de Aristóteles, contrapõe a argumentação dialética à argumentação retórica: enquanto esta é para a fala pública, de ordem social ou política, tendo por objeto um discurso longo e contínuo, a dialética tem característica conversacional, uma discussão entre dois parceiros que incide sobre teses de ordem filosófica por meio de perguntas e respostas. Entretanto, apesar dessas diferenças, ambas são aplicadas a enunciados plausíveis, as *endoxa*.

Em relação ao discurso lógico, Plantin (2008) assenta a *argumentação lógica* nas “operações do espírito”: a apreensão, o juízo e o raciocínio. Assim, o espírito apreende um conceito e, em seguida, delimita-o; afirma ou nega algo sobre esse conceito, chegando a uma proposição (juízo) e, por fim, pelo raciocínio, encadeia as proposições avançando do conhecido para o desconhecido. O autor associa essas operações cognitivas ao plano linguístico da fixação linguística de um termo (a questão da referência), à imposição de um predicado a esse termo e ao encadeamento das argumentações e proposições, produzindo novas proposições, respectivamente. Para ele, portanto, “[...] a argumentação corresponde, no plano discursivo, ao raciocínio no plano cognitivo” (PLANTIN, 2008, p. 12).

3.1 A ARGUMENTAÇÃO NA HISTÓRIA

3.1.1 Antiguidade Clássica

A tradição retórica refere-se à “arte de persuadir pelo discurso” (REBOUL, 1998, p. xiv). A partir dessa proposição, podemos traçar um caminho que retoma as matrizes aristotélicas para direcionar os estudos da Retórica sob a perspectiva discursiva da argumentação. Nesse sentido, como ciência do discurso e disciplina específica, concebe-se a Retórica na tradição ocidental de uma reflexão acerca da linguagem, atestada, pela primeira vez, na Sicília, no século V a.C., quando Córax e Tísias, conscientes da importância da palavra para uso das pessoas que recorressem à justiça, teriam criado a Retórica (DUCROT, 1972). Nessa época, portanto, a Retórica passa a ser vista como uma questão jurídica, mas intimamente ligada à questão política como uma técnica necessária para a participação na vida pública democrática.

Como Sicília e Atenas mantinham laços estreitos, a Retórica chega à Grécia, por meio de Górgias, discípulo de Tísias. Ao contrário dos sicilianos, que ofereciam um instrumento de persuasão capaz de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa (REBOUL, 1998), os gregos partiram da necessidade de argumentar a partir do verossímil (*eikós*), adquirindo notoriedade, pois, se a verdade fosse conhecida, não seria necessário o âmbito judiciário. É nesse ponto que a Retórica se sobressai como forma de racionalidade. Górgias foi quem criou uma forma mais estética e literária da Retórica, sendo um dos fundadores do discurso epidítico e considerado o “pai dos sofistas”, “[...] um grupo de filósofos portadores de um saber enciclopédico [...]

preocupado em formar um cidadão ateniense mais crítico” (OLIVEIRA, 2002, p. 214), um cidadão participante da sociedade democrática por meio do poder das palavras.

Partindo do conceito sofístico de Retórica como teoria do discurso persuasivo, como mera atividade formal de persuadir, não importando sobre o quê, Platão (427 – 347 a.C.) argumenta que a persuasão dependia da matéria tratada, pois não se poderia defender o justo e o injusto igualmente. Para o filósofo, os sofistas não praticavam outra coisa senão a bajulação e a lisonja, razão pela qual a Retórica não se elevava ao nível de uma ciência ou de uma arte, reduzindo-se à prática vã do discurso belo, porém vazio e desarticulado.

Isócrates, orador ateniense contemporâneo de Platão, procurou conciliar a exigência gorgiana de uma arte da persuasão com a busca filosófica, defendendo a ideia de que a sabedoria ou a filosofia de nada valem sem a retórica, assim como esta não vale sem a filosofia. Para ele, a arte da palavra não é apenas um exercício formal, mas uma técnica que é, ao mesmo tempo, educação e desenvolvimento do homem. A seu ver, para ser orador, são necessárias três condições: aptidão natural, prática constante e ensino sistemático (REBOUL, 1998).

Aristóteles (384 – 322 a.C.), opondo-se aos sofistas, para os quais tudo é relativo, sustenta que a Retórica é a arte de descobrir, em qualquer questão, os meios de persuadir, propondo-se a fundar uma Técnica da Retórica que, por meio de um corpo de saberes, categorias e regras, integra-a numa visão sistemática do mundo. O fato de a Retórica aristotélica ter “[...] a faculdade de descobrir em cada informação e em cada dado, o que tem de persuasivo” (OLIVEIRA, 2002, p. 217), constitui em uma premissa embrionária daquilo que norteará as teorias argumentativas nos estudos da linguagem e, por essa razão, damos à teoria aristotélica maior ênfase.

Para o filósofo estagirita, são três as provas técnicas da retórica ligadas à persuasão:

- a) o caráter moral do orador (*ethos*), que se identifica com as disposições sociais que sustentam ou rejeitam suas falas;
- b) a disposição dos ouvintes (*pathos*), ou a produção de paixões como a alegria, aflição, ódio, entre outras, que alteram os juízos em relação ao mundo, criando vínculos intersubjetivos centrados nos valores figurados pelo discurso;
- c) o próprio discurso (*logos*) e seus componentes analíticos, que interferem na

compreensão e aceitação das verdades que ele enuncia sobre a realidade.

Dessa maneira, a persuasão se faz por meio de argumentos, por meio da atitude do orador diante daqueles que ele quer persuadir e por meio da capacidade que o orador tem de suscitar e abrandar paixões nos ouvintes, pois estes devem estar ao lado da postura do orador. A retórica, dessa forma, refere-se ao uso total das possibilidades do discurso, isto é, “[...] o fio condutor da retórica não é a persuasão em si mesma, mas o completo discernimento sobre os meandros dos argumentos, por meio de processos eficazes [...] ao entendimento desses *meandros* da linguagem” (OLIVEIRA, 2002, p. 218, grifo do autor).

A retórica aristotélica, situando-se “numa ótica que a liga à prática” (OSAKABE, 1999, p. 159), tem um papel na vida do Estado e estabelece três gêneros de discurso, ou modos de retórica, associados a três espécies de ouvinte: aquele que julga o passado, o que se pronuncia sobre o futuro e o que se refere ao talento do orador, definindo-se assim os gêneros deliberativo, judiciário e epidítico: “Exceto o gênero epidítico, todos [os gêneros retóricos] têm tempo e ouvinte definidos por função pública” (OSAKABE, 1999, p. 159).

A retórica aristotélica, desse modo, é assim definida:

- ✓ A **retórica judiciária**, ou forense, que transforma o ouvinte em juiz dos fatos narrados com o objetivo de acusar ou defender alguém frente a um tribunal e supõe teses contrárias debatendo sobre o justo/injusto, conformidade ou transgressão às regras e leis a que dizem respeito os fatos;
- ✓ A **retórica deliberativa**, ou política, que tem como objetivo aconselhar ou desaconselhar alguém/auditório da utilidade ou prejuízo decorridos de uma decisão, incorporando elementos discursivos analíticos que fundamentam e validam os argumentos, principalmente com uso de exemplos na argumentação;
- ✓ A **retórica epidítica**, que toma como base os aspectos estéticos do discurso com “[...] o objetivo de louvar ou censurar alguém [...] sem ter a participação explícita do auditório” (OLIVEIRA, 2002, p. 219). Nesse gênero, entram as figuras de estilo, bem como a tarefa de tocar as emoções do auditório, seu lado afetivo, não se discutindo o objeto, mas tratando de

engrandecê-lo ou denegri-lo, sendo, pois, adequado aos debates nos quais os valores estão em causa.

Contestado pelos retores romanos (os responsáveis pelo ensino da retórica) por seu caráter particular, o gênero epidítico foi delegado aos gramáticos, pois, para aqueles, tal gênero representava “[...] uma forma degenerada de eloquência, que só procurava agradar, realçar, ornando-os, fatos manifestos ou, pelo menos, incontestes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 54), parecendo prender-se mais à literatura do que à argumentação. Contrapondo-se a essa ideia, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) consideram o gênero epidítico essencial para a persuasão, pois a adesão que o orador pretende obter não se limita aos resultados puramente intelectuais, podendo ser amplificada e aquilatada pelos valores que exalta e que são reconhecidos pelo auditório.

Nas palavras de Reboul (1998), “Aristóteles transformou a própria retórica num sistema, que seus sucessores completarão, mas sem modificar” (REBOUL, 1998, p. 43); nesse sistema, a Retórica é decomposta em cinco componentes de um discurso: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio*.

- ✓ A *inventio* refere-se à busca de argumentos e meios de persuasão relativos ao tema do discurso, que podem ser de ordem afetiva, relacionados ao *ethos* e ao *pathos*, isto é, ao caráter do orador e aos desejos e emoções do auditório, ou de ordem racional, associados ao *logos*, integrando-se ao raciocínio silogístico e fundamentando-se em exemplos;
- ✓ A parte da *dispositio* abrange as formulações linguísticas, ou seja, é concernente à organização interna do texto pela ordenação dos argumentos selecionados; esse plano pode ser dividido em quatro partes: exórdio (introdução), proposição (narração), argumentação (parte probatória) e peroração (epílogo);
- ✓ A *elocutio*, segundo Oliveira (2002, p. 220), “[...] é a forma de expor os argumentos e as provas [...] é a expressão linguística do pensamento”.
- ✓ A *memoria*, ainda conforme a autora, “é a técnica de reter as informações necessárias para o desenvolvimento dos argumentos” (OLIVEIRA, 2002, p. 220);

- ✓ Por fim, tem-se a *actio*, a proferição, propriamente dita, do discurso; cabe observar que, no discurso escrito, as partes *elocutio* e *actio* podem ser compreendidas como coincidentes.

Da Grécia, a Retórica chega a Roma, que a difunde como herança para o mundo ocidental; em linhas gerais, os romanos tendem a manter a retórica aristotélica. No século I a. C., Cícero, hábil orador e político, trata a retórica no nível das disputas filosóficas e defende o caráter complementar e necessário de ambas as disciplinas em seu trabalho mais profundo, *De Oratore (Sobre o Orador)*, que trata, também, do poder da palavra na arte da oratória. Quintiliano, no apogeu do Império romano, retoma as ideias de Cícero, considerando a retórica “[...] como arte funcional, que exclui tudo o que seja inútil” (REBOUL, 1998, p. 73), porém, esforçando-se para reconciliar a retórica e a ética, que Aristóteles havia separado.

3.1.2 Da Idade Média ao Século XX

No século III d.C., com Roma em decadência e o advento e ascensão do cristianismo, dá-se a assimilação da retórica aos interesses cristãos, já que a Igreja, em seu papel missionário, não podia prescindir dos meios de persuasão, deixando-os em mãos de adversários; além disso, na *Bíblia*, sobressaem metáforas, alegorias e argumentação que necessitavam dos recursos da retórica para serem interpretadas (REBOUL, 1998). A retórica medieval faz parte do ensino, do chamado *trivium*, que compreendia as disciplinas Gramática, Dialética e a Retórica. A primeira ensinava a escrever e falar corretamente, a segunda, a bem pensar e a Retórica a escrever e falar bem. Ao *trivium* seguia-se o *quadrivium*, de nível superior, compreendendo matemática, aritmética, geometria, música e astronomia (OLIVEIRA, 2002).

Durante a Alta Idade Média, entre os séculos V e XI, São Jerônimo e Santo Agostinho foram os expoentes dos estudos retóricos; o primeiro elaborou a *Vulgata*, a tradução latina da *Bíblia*, e o segundo, discípulo dos platônicos, escreveu *De doctrina christiana*, um estudo detalhado da Bíblia. Entre os séculos XI até o Renascimento, a retórica permaneceu viva e atuante, principalmente na concepção do gênero epistolar, distanciando-se da educação tradicional. João de Salisbury (1115-1180), escritor medieval inglês, destaca-se nesse período, principalmente com as obras *Policraticus: As frivolidades dos cortesãos e os vestígios dos filósofos* e *Metalogicum*. Na primeira,

o autor utiliza dos *exempla* para construir a argumentação, apresentando temas sobre teologia moral, especulação filosófica, procedimentos legais, entre outros; a segunda tem como tema central a defesa do estudo do *trivium*, defendendo o estudo da Lógica que, para ele, seria a ciência do falar e argumentar.

Segundo Reboul (1998), é a partir do Renascimento que começa o declínio da Retórica, quando acontece a separação entre o argumentativo e o oratório, que lhe sustentavam. Essa cisão ocorre tanto com Pierre de la Ramée, quando este separou a dialética da retórica, no século XVI, como com Descartes, no século seguinte, que destrói a dialética, um dos pilares da Retórica, argumentando que só a verdade pode ser evidente, excluindo a possibilidade de argumentação contraditória e probabilista. Mais enfático ainda é Locke, filósofo empirista que considera a Retórica como a arte da mentira. A esses filósofos seguem as correntes positivista e romântica, que rejeitam a Retórica: aquela a favor da verdade científica e esta em nome da sinceridade.

Os estudos da argumentação foram estabelecidos nesses termos até o final do século XIX, quando, no quadro das teorias laicas e positivistas da ciência, as posições baseadas no senso comum, no consenso ou na opinião não poderiam ser seriamente sustentadas. Portanto, na medida em que os estudos da argumentação estavam associados aos estudos retóricos, lógicos e dialéticos, eles foram reduzidos à arte do artifício eloquente, embora tenha persistido nos campos do direito e da teologia. Os estudos da lógica, por sua vez, passam a ser vistos como um dos ramos da matemática, como a arte de calcular, e não como a arte de pensar, a partir dos estudos de Gottlob Frege, nos princípios do século XX.

Dessa feita, segundo Plantin (2008, p. 20), “[...] a argumentação não foi esquecida, ela foi é profundamente deslegitimada”; também conjecturando a respeito das técnicas argumentativas clássicas, Fiorin (2015) alega que devemos delas sempre nos valer, levando em consideração séculos de estudos notáveis pela acuidade, precisão e exaustividade e os diferentes procedimentos argumentativos são suficientes para provar que, se não os levamos em conta nos estudos discursivos de argumentação, estaremos fadados a repeti-los servilmente, como faz a maioria dos estudiosos da matéria.

Encerramos esse período com Reboul (1998, p. 81-82):

Em 1885, a retórica desaparece do ensino francês, substituída pela ‘história das literaturas grega, latina e francesa’. Fim.

Hoje: **retóricas**

Ou melhor: falsa saída de cena. Pois se a retórica perdeu o nome, nem por isso morreu. Não só sobrevive, como se viu, no ensino literário, nos discursos jurídicos e políticos, como também vai renovar-se com a comunicação de massa, própria do século XX. Finalmente, a partir dos anos 60 aparece na França e na Europa uma nova retórica que logo conhecerá imenso sucesso. A palavra já não dá medo.

3.2 ARGUMENTAÇÃO NO SÉCULO XX

3.2.1 A Nova Retórica

O século XX vê renascer o interesse pelos estudos da Retórica, embora, segundo Ducrot e Todorov (1972), o mérito deve ser dado mais à Linguística contemporânea do que à Retórica tradicional, somando-se a ela, em uma nova perspectiva, a Estilística, a Análise do Discurso e a própria Linguística. Oliveira (2004) discorre sobre esse período trazendo, primeiramente, o linguista suíço Charles Bally (1865-1947) que, com seus estudos de Estilística, estabeleceu novos caminhos para a Retórica, desenvolvendo o conceito de expressividade e privilegiando a análise das funções da linguagem, em especial a função expressiva, isso porque partia da ideia de que “[...] [para Bally] a linguagem exprime o pensamento e os sentimentos, [...] a expressão dos *sentimentos* constitui o objeto próprio da Estilística” (DUCROT; TODOROV, 1972, p. 8, grifo dos autores), preocupando-se com a introdução da enunciação no enunciado.

Karl Vossler (1872-1949) segue-se a Bally; o linguista e crítico literário alemão tem seus estudos baseados nas ideias de Benedetto Croce, filósofo italiano que identifica a arte com a expressão, situando o estético no ponto mais alto da escala de valores da linguagem. Vossler estabelece uma estilística crítica voltada para uma perspectiva literária, privilegiando a expressividade e abrindo um novo campo de estudos, o *Literary Stylistic* ou *Stylistic Criticism*, contrário às pesquisas linguísticas que se voltavam ao estudo histórico-comparativo da evolução da língua (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Oliveira (2004), no início do século XX, portanto, ocupando o lugar que a Retórica havia deixado, coexistiam a estilística expressiva de Bally, descritiva, que funcionava no sistema da língua, privilegiando as relações da forma com o pensamento, e a estilística do indivíduo, de Vossler, que focava a expressividade em

consonância com o falante, determinando suas causas. Ambas tendências não são equivalentes, pois mantêm especificidades, entretanto “[...] corroboram a perenidade da antiga retórica” (OLIVEIRA, 2004, p. 119).

Na segunda metade do século XX, mais precisamente em 1958, a publicação das obras *Tratado da argumentação: a nova retórica*, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, e *Os usos do argumento*, de Stephen Toulmin, consolidou o que hoje conhecemos por Teoria da Argumentação. Retomando as matrizes aristotélicas, esses autores direcionaram seus estudos sob a perspectiva discursiva da argumentação com o objetivo de compreendê-la como um elemento inerente à linguagem, cujo dialogismo é necessário ao ato de argumentar. Sobre esse aspecto, Reboul (1998, p. 89, grifos do autor) comenta que “[...] a teoria de Perelman-Tyteca permite uma leitura retórica dos textos que se fundam no *diálogo*, e não na *desconfiança*”.

Em comum, portanto, os autores apreendem a retórica como meio discursivo que parte da articulação argumentação-conhecimento-discurso para explorar os percursos de uma análise argumentativa. Por outro lado, suas teorias diferenciam-se quanto ao objeto de análise, já que Perelman e Olbrechts-Tyteca debruçam-se sobre os aspectos semânticos e racional da argumentação, enquanto Toulmin concentra seus estudos no questionamento da lógica argumentativa. A partir dos estudos de Perelman e Tyteca ocorreram algumas vertentes teóricas voltadas à argumentação da linguagem, especificamente a Semântica Argumentativa, um dos direcionamentos analíticos desta tese e, por esse motivo, privilegiaremos maior detalhamento sobre os postulados desses autores.

Para Osakabe (1999), à primeira vista parece que Perelman e Tyteca, ao organizarem a estrutura dos argumentos, remetendo-se aos exemplos e antiteias aristotélicas, apenas organizam a antiga retórica. Entretanto, segundo o autor, Perelman e Tyteca redefiniram a retórica sob dois pontos importantes: “[...] dilatou a extensão de seu campo, que passa a compreender toda a manifestação discursiva que visa à adesão de outros, e reduziu a tipos básicos os ‘lugares’” (OSAKABE, 1999, p. 184). Além disso, sob esse panorama, os autores buscam sistematizar os procedimentos de análise argumentativa por meio de estratégias que garantissem a eficácia da argumentação, contando com a adesão dos interlocutores envolvidos na atividade discursiva e seus respectivos lugares sociais. Conforme afirma Oliveira (2004, p. 119),

Os autores [Perelman e Tyteca] procuram, dentro da linguagem, descobrir os elementos de persuasão capazes de justificar uma comprovação do tipo argumentativo ou persuasivo [...] obter a adesão do interlocutor a uma tese que lhe é proposta; enfim, é uma argumentação que não força, que não é constrangedora.

As teorias de argumentação da Nova Retórica combinam diferentes esquemas de discurso, isto é, conjuntos de argumentos montados para o propósito em debate; o discurso, desse modo, procura incorporar “lugares”, ligações argumentativas denominadas “argumentos quase-lógicos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), construídos à imagem de princípios lógicos e buscando a logicidade como instrumento de persuasão: se for lógico, é provável que seja verdadeiro. Perelman e Tyteca listam vários tópicos sob a rubrica de argumento quase-lógico, mas são dois os essenciais: **argumentos de ligação** e **argumentos de dissociação**.

Existe uma **ligação** quando fica estabelecida uma relação de causalidade no/pelo discurso; nos tópicos de ligação destacados pelos autores encontram-se os argumentos de probabilidade e a analogia, esta derivando as metáforas: “Toda analogia – afora aquelas que se apresentam em formas rígidas, como a alegoria, a parábola - torna-se metáfora” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 457).

Os *topoi* de **dissociação**, por sua vez, representam uma forma de atacar supostas ligações entre noções, estabelecendo uma separação entre elas e valendo-se de classificações dicotômicas do tipo aparência/realidade, bem/mal, justo/injusto, opinião/ciência, entre outras passíveis de dissociarem os fatos. Argumentar por meio da dissociação significa criticar a ambiguidade, alocando os fatos em lugares mais convenientes, dissociando pontos de vista que fogem aos interesses dos interlocutores. A argumentação na Nova Retórica, portanto, “[...] é um ato de persuasão que necessita de técnicas próprias imbricadas no discurso, induzindo e mostrando, convenientemente, o argumento que vai provocar a adesão do interlocutor” (OLIVEIRA, 2004, p. 120).

3.2.2 Escola de Oxford e a Teoria da Enunciação

Na década de 1960, as marcas linguísticas da argumentação despertaram interesse em alguns estudiosos, como John Austin, Paul Grice, Peter Strawson e John

Searle, representantes da chamada Escola de Oxford, um conjunto de formulações elaboradas no interior de um empreendimento linguístico-filosófico, a filosofia da linguagem comum ou ordinária, e cuja tese central está no lema *Meaning is Use* (“O sentido é o emprego”) (DUCROT; TODOROV, 1972), ou seja, não se põe em causa a linguagem, mas o modo como ela é utilizada.

A grande questão dos filósofos oxfordianos é a ideia de que, no processo de interação discursiva, os agentes movimentam, em seus discursos, um conjunto de intenções. Grice abordou essa dimensão da intenção com a distinção entre significado da sentença e significado do falante; a distinção apresentada por Austin, e que faz referência direta às intenções do falante, acontece entre ato ilocucional, ato locucional e ato perlocucional; Strawson, por sua vez, defende, em uma teoria da intenção comunicativa, que a existência de um significado da sentença só é possível em razão de um significado do falante, que é primário.

Entretanto, podemos dizer que o maior expoente do caráter enunciativo orientador dos escritos da filosofia da linguagem oxfordiana é John Searle. Para o filósofo, o que Grice havia proposto ser o significado do falante estava na dimensão do efeito perlocucional de Austin, quando, na verdade, deveria estar na dimensão de um efeito ilocucional, que representa o conhecimento das condições que regem o ato de fala executado pelo falante. A partir disso, Searle instaura uma série de discussões a respeito da Teoria dos Atos de Fala, a qual conduz a questionamentos importantes para uma abordagem enunciativa da linguagem.

Prosseguindo com a trajetória histórica da argumentação, no ano de 1970 o linguista francês Émile Benveniste publica o artigo “O aparelho formal da enunciação”, no qual se propõe a separar a análise da forma linguística e do emprego da língua para estabelecer um conjunto de elementos que possibilitem a enunciação, colocando seus propósitos em um caminho diferente das descrições linguísticas na época, que visavam esclarecer as condições sintáticas nas quais as formas podem acontecer, não obstante as contribuições oxfordianas. Benveniste transporta para a linguística o ponto essencial do aparato que ia se firmando no âmbito da filosofia da linguagem da Escola de Oxford; segundo ele,

[...] [o lógico] recusa a linguagem “ordinária” como equívoca, incerta e flutuante, e quer forjar para si uma língua inteiramente simbólica. Mas o objeto do linguista é precisamente esta “linguagem ordinária” que ele toma como dado e cuja estrutura inteira explora. (BENVENISTE, 2005, p. 14).

Não se preocupando com as variações morfológicas, Benveniste tem como objetivo descrever as condições necessárias para que a enunciação aconteça e os efeitos desse acontecimento, procedendo à análise formal da enunciação, isto é, a análise dos elementos necessários para a produção dos enunciados, com as condições necessárias para a produção dos discursos.

Para ele, o ato da enunciação pressupõe o uso de uma língua e o reconhecimento de si como locutor e do outro como ouvinte, posições que trocam entre si: “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1974, p. 84). O indivíduo que enuncia se introduz na fala, tornando-se instância do discurso e um centro de referência interno; a enunciação é caracterizada pela “[...] acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 1974, p. 87), introduzindo, nos estudos linguísticos, a intersubjetividade. Assim, tem-se o quadro figurativo da enunciação, que se resume na relação entre as duas figuras necessárias: o locutor, origem da enunciação, e o alocutário, o destinatário da enunciação, que se alternam no protagonismo do diálogo.

A Teoria da Enunciação proposta por Benveniste também destaca a importância das duas instâncias em relação à língua: a forma e o sentido, de onde advêm as noções de semiótico e semântico. Assumindo a concepção saussureana de língua como um sistema de signos, está-se na esfera do semiótico; a instância de língua concernente à esfera do semântico coloca a língua no campo da ação do discurso, pondo o locutor na posição de sujeito, o qual só pode apreender o signo quando em ação no discurso, no seio de uma sociedade composta por sujeitos que se relacionam intersubjetivamente por meio da língua: a linguagem encontra seu lugar no sujeito que fala uma língua, num sujeito que fala com outro sujeito. A respeito da definição de discurso proposta por Benveniste (2005, p. 267) como “[...] toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro”, Amossy (2011, p. 129), embora considerando-a como “fragmentária”, alega que tem a vantagem de mostrar que “[...] toda troca verbal repousa sobre um jogo de influências mútuas e sobre a tentativa, mais ou menos consciente e reconhecida, de usar a fala para agir sobre o outro”.

Os estudos de Benveniste anteciparam um caminho para Linguística da Enunciação, considerada como

[...] uma teoria da linguagem como produção, isto é, um campo de questionamento mais abrangente, que capte a multiplicidade dos fenômenos instaurados na língua e a partir da língua. Sendo assim, a enunciação, o discurso e o texto e, conseqüentemente, a subjetividade da linguagem têm, agora, uma existência reconhecida. (OLIVEIRA, 2004, p. 121-122).

A Linguística da Enunciação tem seus estudos assinalados na década de 1980, apontando, principalmente, os mecanismos discursivos que propiciam a argumentação e originando a Semântica Argumentativa, “[...] uma das áreas mais efervescentes da linguagem [...], enfatizando o intercâmbio entre os interlocutores na situação discursiva e dos variados fatores intervenientes em um ato de comunicação” (OLIVEIRA, 2004, p. 122). Mais do que voltados ao discurso político, como na década de 1950, quando a argumentação ensaiou seu retorno com Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca, visando uma racionalidade nas diferenças de interesses e apreciação, os estudos argumentativos da década de 1970 ressurgem com uma abordagem totalmente diferente, como prática crítica. Nesse contexto teórico, a argumentação “está na língua e não na fala em circulação”, conforme explica Plantin (2008, p. 22).

3.2.3 A Semântica Argumentativa

O papel discursivo das direções impostas pela linguagem encontra orientação argumentativa, de modo fértil, nos estudos de Ducrot, para quem a orientação argumentativa de uma palavra corresponde ao seu sentido. Essa teoria opõe-se às teorias clássicas, para as quais a competência argumentativa é uma técnica especializada que depende de um planejamento lógico-discursivo. Com a publicação do artigo “L’argumentation dans la langue”, de Ducrot e Anscombre, em 1976, os autores ratificam a argumentação como um fator linguístico, integrando três perspectivas - sintática, pragmática e semântica – nas orientações argumentativas de um enunciado. Segundo Cordeiro (2007, p. 33),

A teoria fundamental de Ducrot pode ser sintetizada da seguinte maneira: uma frase pode comportar diversos termos ou expressões que, além do caráter informativo e comunicacional, exercem o papel de revelar o pensamento e servem para promover uma orientação argumentativa ao enunciado, a fim de conduzir o interlocutor a determinadas direções ou conclusões.

Nessa proposta, portanto, a argumentação assume-se como um fato da língua

por estar presente, linguisticamente, no enunciado, cuja orientação argumentativa está restrita às formas de escolhas lexicais e organização textual. Essa perspectiva pragmática que possui um direcionamento conclusivo valoriza o posicionamento do locutor, retirando da argumentação a possibilidade de ocorrência em outras dimensões que não a linguística; isto é, para Ducrot (2009), a argumentação linguística difere da argumentação retórica, pois esta é uma atividade verbal que objetiva tão somente a crença em algo, considerando apenas “[...] um esforço verbal para fazer alguém crer em algo” (DUCROT, 2009, p. 21). A argumentação linguística, por sua vez, é uma sequência encadeada de duas proposições – A, o argumento, e C, a conclusão – ligadas, implícita ou explicitamente, pelos conectores, “portanto”, “então”, “consequentemente”, ou um encadeamento do tipo “C [porque, pois, já que] A” (DUCROT, 2009).

Essa perspectiva foi norteadora para uma Semântica Argumentativa e uma Teoria da Argumentação que, aqui no Brasil, foram objeto de estudo de pesquisadores como Carlos Vogt, Eduardo Guimarães e Ingedore Koch. Enquanto que, para esta última, argumentar é “[...] orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões” e é um “ato linguístico fundamental” (KOCH, 1996, p. 19), já que a progressão de qualquer discurso se dá por meio de articulações argumentativas, Eduardo Guimarães aproxima sentido e subjetividade ao articular as descrições de enunciação apresentadas por Benveniste e Ducrot, colocando a questão da argumentação no centro de questões enunciativas.

Consideramos que a argumentação é um modo de tratar a memória como organizada pelo presente do acontecimento, regulando o futuro dizível [...] A diretividade da enunciação, própria da orientação argumentativa, se sustenta no já-dito do interdiscurso que movimenta a língua. (GUIMARÃES, 1995, p. 79).

Desse modo, a argumentação, vista por Ducrot como um *topoi* fundado na língua, para Guimarães adquire um caráter de “acontecimento”, ou seja, as condições de produção de orientações argumentativas são posições de enunciação perante os enunciados: “[...] a argumentação do texto deve ser interpretada como efeito dessas posições, como efeito das relações interdiscursivas no acontecimento” (GUIMARÃES, 1995, p. 81).

Os pressupostos teóricos da Semântica Argumentativa, mobilizados sobretudo por Eduardo Guimarães, incidem sobre a questão da enunciação, do discurso e da

história, situando as discussões entre semântica e situação de discurso. Considerando que a língua é afetada pela exterioridade, a enunciação define-se como “[...] pôr-se a língua em funcionamento movimentada pelo interdiscurso, quando alguém ocupa aí uma posição de sujeito” (GUIMARÃES, 1996, p. 101), estabelecendo, desse modo, um diálogo com a Análise do Discurso (AD), que define o interdiscurso como a relação de um discurso com outros discursos: “[...] o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido” (ORLANDI, 1992, p. 89), ou seja, o enunciável é um já-dito, um espaço de memória no acontecimento e, como tal, é exterior à língua e ao sujeito.

A respeito da relação entre argumentação e interdiscurso, Guimarães (1995) parte das descrições estabelecidas por Ducrot e Anscombe, tratando a argumentação como uma relação de linguagem em que um argumento é um enunciado que, por sua significação, leva a uma conclusão, ou seja, a uma outra significação; nesse sentido, argumentar se estabelece no plano das relações intratextuais, representando uma diretividade própria da língua. Ainda retomando o pensamento de Ducrot a respeito dos *topoi* argumentativos, que definem a perspectiva a partir da qual se argumenta, Guimarães faz objeções à relação de escalaridade, afirmando que esta não é uma característica da posição interdiscursiva.

Desenvolvendo esses encaminhamentos teóricos, Guimarães afirma que é a partir da presença do interdiscurso na enunciação que o movimento argumentativo pode ser adequadamente apreendido e explicado, permitindo a interpretação do enunciado: “É o interdiscurso que constitui o sentido da argumentação” (GUIMARÃES, 1995, p. 79). A orientação argumentativa do enunciado, portanto, sustenta-se no interdiscurso, estabelecendo como interpretá-lo (o enunciado) de modo a relacioná-lo com a conclusão do texto. Assim, para o autor,

A orientação argumentativa estabelece o modo de interpretar o futuro do texto [...] é preciso interpretar o que vem depois com a conclusão do funcionamento da orientação argumentativa. [...] uma conclusão que se apresenta para a interpretação como elemento do interdiscurso. (GUIMARÃES, 1995, p. 80).

A enunciação é afetada pelo interdiscurso na medida em que este abarca posições enunciativas aí configuradas, recortando-o em uma relação entre o dizer do eu e o dizer do outro; são formulações distintas e dispersas, formações discursivas definidas como “[...] diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as

diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (ORLANDI, 1992, p. 20) e, para Guimarães (1995), a argumentação é o efeito dessas posições interdiscursivas, ou seja, a posição do sujeito determinada pelo interdiscurso sustenta a relação argumentativa.

A argumentação exige, pois, para ser interpretada, a presença do interdiscurso como memória no acontecimento. O que significa dizer que a argumentação está determinada pelo interdiscurso. A posição do sujeito, a posição de onde se fala é o “argumento” decisivo. [...] Argumentar é, mais do que estabelecer uma conclusão, silenciar outros percursos de significação textual. E este efeito do silêncio constitutivo, esta política do silêncio tem na língua marcas específicas que se põem em funcionamento na enunciação, ou seja, movimentadas pelo interdiscurso. (GUIMARÃES, 1995, p. 82).

3.2.4 Argumentação e Linguística Textual

A partir da década de 1980, a argumentação torna-se objeto de inúmeras pesquisas relacionadas ao texto e ao discurso. No âmbito da Linguística Textual (LT), Cavalcante (2016) mapeou os estudos que lidam com a argumentação, dividindo-os em quatro blocos de fundamentações teóricas distintas. O primeiro deles são os trabalhos orientados pela Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), idealizada e descrita por Marion Carel e Oswald Ducrot. Nessa teoria, a argumentação é analisada a partir dos segmentos de enunciados para chegar a uma significação, que é compreendida como um conjunto de instruções que permitem interpretar os enunciados; o valor argumentativo da linguagem é dado pelas relações possíveis entre signos/palavras construídas no discurso, ou seja, os sentidos são construídos a partir das relações semânticas entre palavras da língua, e não pela exterioridade. Para Cavalcante, esta teoria sugere como a LT pode explicar as interpretações argumentativas dos enunciados.

O segundo bloco é representado pela Análise Textual do Discurso, proposta por Jean-Michel Adam (2010), que engloba a interação sociodiscursiva e a estruturação linguístico-textual, pressupondo princípios da Análise do Discurso, tal como a noção de interdiscurso, além de relacionar os planos da análise textual aos gêneros do discurso. A sequência argumentativa dominante proposta por Adam corresponde a um raciocínio formal: o locutor parte de uma opinião aceita pela comunidade e seleciona os dados (argumentos) que conduzirão o interlocutor a inferir

uma tese (conclusão). Nessa sequência dá-se um jogo de argumentação e contra-argumentação, pois tanto a tese e como os argumentos participam de movimentos contrários e opostos, implícita ou explicitamente, ou seja, opiniões fundadas em argumentos podem ser contraditas por outros argumentos, cabendo ao locutor hierarquizá-los de modo a convencer o interlocutor da razoabilidade da opinião dominante.

Os estudos que adotam os critérios da Semiologia formam o terceiro bloco de estudos da argumentação no campo da LT, situando os pressupostos de Patrick Charaudeau sobre os modos de organização do discurso: narrativo, descritivo e argumentativo e descrevendo as engrenagens de organização discursiva. Influenciada pela Nova Retórica, a Semiologia propõe que as escolhas para organizar os discursos e intervir nas relações de poder partem da relação entre a situação comunicativa, do discurso e da materialidade textual, sendo que tais escolhas resultam em estratégias de persuasão. Por outro lado, conforme assevera Cavalcante (2016), o interesse de Charaudeau é menos a argumentação dos discursos do que a sua semiologização.

Por fim, o quarto bloco abrange os estudos baseados na Retórica e na Nova Retórica e foi subdividido em três subgrupos: o primeiro deles abriga os pressupostos da Nova Retórica; o segundo abriga pesquisas sobre a teoria da polidez linguística, inscrevendo-se nos estudos da Pragmática e, por isso, distanciando-se da abordagem teórica da argumentação; entretanto, para Cavalcante (2016), as marcas linguísticas de polidez podem ser examinadas como estratégias de persuasão do interlocutor. O terceiro subgrupo inclui a argumentação evidenciada nos processos referenciais e intertextuais, nas marcas de heterogeneidade enunciativa e nos elementos metadiscursivos.

Segundo Cavalcante (2016), todas essas diferentes abordagens teóricas sobre a argumentação guardam entre si o fato de considerarem os aspectos discursivos, sociais e sociocognitivos inseparáveis da materialidade textual. A autora lembra que o objeto de investigação da LT não é a argumentação, mas o projeto que torna persuasivo o dizer do locutor, que pode ser descrito e justificado pelas estratégias de organização textual.

Alinhando nossos estudos ao primeiro bloco descrito por Cavalcante, retomamos Koch (1996), para quem tais estratégias se estabelecem em diferentes graus de complexidade, tanto por meio de relações lógicas ou semânticas entre as

proposições de um enunciado, ou entre os enunciados que formam um texto, como, em outro grau de complexidade, entre enunciado e enunciação, denominadas “ideológicas” ou “argumentativas”, considerando, neste grau, as marcas linguísticas deixadas pelo *modo* como o enunciado é produzido:

Entram aqui [nas relações argumentativas] todos os aspectos relacionados à intencionalidade do falante, à sua atitude perante o discurso que produz, aos pressupostos, ao jogo de imagens recíprocas [...]. Assim, em cada texto, de acordo com a intencionalidade do locutor, estabelece-se um novo tipo de relações: **relações argumentativas**. (KOCH, 1996, p. 32-33, grifo da autora).

As relações argumentativas, portanto, são constituídas de acordo com a intencionalidade do falante, tal como uma explicação, uma justificativa ou razões relativas a um ato anterior com o intuito de, nesse sentido, ganhar a adesão de seu interlocutor. Sob esse ângulo, Koch (1996) diz ser possível admitir que as relações entre os enunciados de um texto são perceptíveis por meio de uma “macrossintaxe do discurso” (ou “semântica argumentativa”) através da qual os operadores argumentativos encadeiam e estruturam os enunciados de um texto verbal.

A autora adverte que tais operadores são considerados, pela gramática tradicional, como elementos meramente relacionais, tais como os conectivos, ou como palavras denotativas, ou seja, aquelas que não se enquadram em nenhuma classe gramatical, entretanto eles são marcas linguísticas importantes da enunciação e determinam o valor argumentativo do enunciado:

Evidencia-se, portanto, que essas instruções codificadas, de natureza gramatical, supõem evidentemente um valor retórico da construção, ou seja, um valor retórico – ou argumentativo – da própria gramática. O fato de se admitir a existência de relações retóricas ou argumentativas inscritas na própria língua é que leva a postular a argumentação como ato linguístico fundamental. (KOCH, 1996, p. 109-110).

Dentre os elementos que se inscrevem no discurso por meio dessas marcas linguísticas, a autora destaca as pressuposições; as marcas de intenções, explícitas ou implícitas; os modalizadores atitudinais perante o enunciado produzido, tais como “é claro”, “é provável”, entre outros; os operadores argumentativos que estruturam os enunciados em texto, determinando sua orientação discursiva; as imagens recíprocas e as máscaras assumidas pelos interlocutores no jogo das representações.

Em outro estudo, Koch (1998) descreve os mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados, denominando-os como marcas

linguísticas da enunciação/argumentação ou, ainda, como modalizadores. Um desses mecanismos são os *operadores argumentativos*, termo cunhado por Ducrot e que têm a função de indicar a força argumentativa do enunciado, utilizando as noções de “classe argumentativa”, quando mais de um enunciado direciona-se para uma mesma conclusão e de “escala argumentativa”, quando os enunciados de uma classe apresentam uma gradação de força crescente para uma mesma conclusão.

Os principais tipos de operadores, segundo a autora, são:

- a) operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão:
 - até; mesmo; até mesmo; inclusive;
 - ou aqueles em que a existência da escala fica subentendida: ao menos; pelo menos; no mínimo;
- b) operadores que fazem parte de uma mesma classe argumentativa:
 - e; também; ainda; nem; não só...mas também; tanto...como; além de, além disso; a par de, etc.;
 - também fazem parte deste grupo os operadores “aliás” e “além do mais” que, segundo Koch (1998), introduzem o argumento decisivo, embora sejam apresentados como supérfluos no conjunto dos argumentos já enunciados;
- c) operadores que introduzem uma conclusão em relação aos argumentos apresentados em enunciados anteriores:
 - portanto; logo; por conseguinte; pois, em decorrência, conseqüentemente, etc.;
- d) operadores que introduzem argumentos alternativos que levem a conclusões diferentes ou opostas:
 - ou; ou então; quer...quer; seja...seja, etc.;
- e) operadores que estabelecem relações de comparação com vistas a uma mesma conclusão:
 - mais que; menos que; tão...como, etc.;
- f) operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativamente ao enunciado anterior:
 - porque; já que; que; pois; etc.;

- g) operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias. No funcionamento desses operadores, o locutor introduz em seu discurso argumentos possíveis que levam a uma dada conclusão contrapostos a argumentos decisivos, aos quais adere, e que levam a uma conclusão contrária à anterior. Esse jogo argumentativo dá espaço a “vozes” que falam de perspectivas diferentes, caracterizando o fenômeno da polifonia. Do ponto de vista semântico, esses operadores dividem-se em dois grupos os quais dizem respeito a estratégias argumentativas diferentes:
- 1º grupo: mas, porém; contudo; entretanto; todavia; no entanto, etc.:
 - **estratégia argumentativa**: conclusão → argumento;
 - este primeiro grupo introduz, inicialmente, a conclusão, para depois introduzir o argumento;
 - 2º grupo: embora; ainda que; posto que; apesar de, etc.:
 - **estratégia argumentativa**: argumento → negação do argumento;
 - neste, o locutor anuncia, de antemão, que o argumento utilizado será anulado;
- h) operadores que introduzem, no enunciado, conteúdos pressupostos:
– já; ainda; agora; etc.;
- i) operadores que se distribuem em escalas opostas, ou seja, para afirmação total ou negação total:
– nada; nenhum; pouco; um pouco; tudo; todos, etc.;
- j) operadores que introduzem asserção derivada que visam esclarecer, desdobrar, alinhar ou corrigir uma enunciação anterior, ajustando seu sentido:
– isto é; quer dizer; ou seja; em outras palavras.

Esses operadores, conforme Oliveira (2003, p. 237, grifos da autora), além de serem importantes na direção argumentativa, concebem a linguagem como atividade, como forma de ação:

O operador argumentativo é responsável pela argumentatividade do texto (escrito ou falado); direciona os argumentos para um determinado sentido, faz com que esse sentido se realize com o objetivo de produzir um efeito no interlocutor; portanto, os operadores executam, efetuam o caminho, o direcionamento dos argumentos, agindo, de forma eficaz, no raciocínio do enunciatário.

Koch (2006) também se refere aos articuladores metadiscursivos, os quais introduzem comentários sobre a formulação do enunciado ou sobre a própria enunciação, especificamente os modalizadores, que se dividem em dois grupos, *stricto sensu* e *lato sensu*, conforme os Quadros 3 e 4, a seguir:

Quadro 3 – Modalizadores *stricto sensu*: aléticos, epistêmicos e deônticos:

Classe	Definição	Exemplos
Aléticos	Referem-se à possibilidade ou necessidade da existência das coisas no mundo.	é impossível...
Epistêmicos	Assinalam o comprometimento do locutor em relação ao seu enunciado.	evidentemente; é certo; obviamente; não há como negar; talvez...
Deônticos	Indicam o grau de imperatividade atribuído ao conteúdo proposicional.	É indispensável; opcionalmente; é preciso...

Fonte: Koch (2006).

Quadro 4 – Modalizadores *lato sensu*: axiológicos, atitudinais e atenuadores:

Classe	Definição	Exemplos
Axiológicos	Expressam uma avaliação dos eventos, ações e situações a que o enunciado se refere.	curiosamente; mais uma vez; inexplicavelmente; diligentemente...
Atitudinais	Encenam a atitude psicológica com que o enunciador se representa diante dos eventos referidos no enunciado.	lamentavelmente; desgraçadamente; infelizmente...
Atenuadores	Visam à preservação das faces dos interlocutores.	talvez fosse melhor; no meu entendimento; parece sensato...

Fonte: Koch (2006).

Além desses elementos linguísticos que agem como operadores argumentativos, existem outros que introduzem, no enunciado, conteúdos semânticos que não existiriam sem a sua presença e que são chamados de *pressupostos* e às marcas que os introduzem, de *marcadores de pressuposição*. Koch (1996) lembra que

a noção de pressuposição passou por uma série de divergências teóricas, a depender do enfoque que cada autor considerava, assinalando que um dos primeiros trabalhos a esse respeito foi de Gottlob Frege, distinguindo *posto* de *pressuposto* e situando-se no campo da lógica. Os estudos da pressuposição passam, a seguir, por Austin, Fillmore, Lakoff e chegam a Ducrot o qual, segundo a autora, percorreu um longo caminho para chegar à formulação de pressuposição como um ato ilocucionário, transformando as possibilidades de fala do interlocutor, em que “[...] há a possibilidade de um desdobramento do enunciador e do destinatário” (KOCH, 1996, p. 71), ou seja, a pressuposição é um ato de polifonia.

Para explicar esse movimento entre pressuposição e polifonia, Ducrot (1987) se vale, primeiramente, dos conceitos de locutor (L) e enunciador (E), sendo o primeiro aquele que profere o enunciado, o ser a quem se refere as marcas de primeira pessoa, uma figura discursiva que não pode ser confundida com o sujeito que fala empiricamente. A noção de locutor enquanto responsável pela enunciação permite a figura do locutor enquanto “ser de mundo” (λ), a origem do enunciado. O enunciador, por outro lado, é quem expressa, através da enunciação, um ponto de vista, uma posição, é o responsável pela enunciação, mas não pelas palavras, no sentido material do termo, ou seja, “[...] a quem é atribuída a responsabilidade de um ato ilocucionário” (KOCH, 1996, p. 70) que se dirige a um destinatário. Koch (1996, p. 71) exemplifica essa relação polifônica tomando o exemplo “Pedro continua a fumar”, no qual

[...] apresenta-se o fato de que Pedro fumava como asseverado por um primeiro enunciador, distinto do locutor, muitas vezes identificado com a opinião geral, em que o próprio locutor fundamenta a sua crença. Dessa maneira, o locutor só se responsabiliza pela segunda asserção “**Pedro fuma atualmente**”, ou seja, identifica-se somente com o enunciador desta segunda asserção, ou seja, do **posto**. (KOCH, 1996, p. 71, grifos da autora).

Os principais elementos linguísticos que funcionam como marcadores de pressuposição são elencados por Koch (1998):

- a) verbos como ficar, deixar de, continuar, permanecer, que indicam mudança ou permanência de estado;
- b) verbos como lamentar, sentir, lastimar, considerados factivos, isto é, complementados pela enunciação de um fato;

- c) alguns conectores circunstanciais, tais como desde que, antes que, visto que, especialmente se a oração introduzida por eles vem anteposta.

Koch (1998) adverte, entretanto, que há casos de pressuposição não marcada linguisticamente, sendo classificados, por vezes, como subentendidos ou como pressuposição em sentido amplo, ou mesmo como inferências. A autora dá como exemplo o enunciado *Jorge comprou um Rolls Royce zero km*.

Conteúdos implícitos:

- a) Jorge tem um carro;
- b) Jorge tem dinheiro suficiente para comprar um carro;
- c) Jorge é rico;
- d) Jorge é melhor partido do que Afonso.

Segundo a autora, (a) e (b) são pressupostos marcados pelo conteúdo semântico do verbo “comprar”. Em (c) e (d), por outro lado, pode-se falar em subentendido, pois (c) exige do interlocutor um determinado conhecimento de mundo e (d) é o contexto que possibilitará a inferência, portanto, “[...] reservando-se o termo *pressupostos* apenas para os casos de pressuposição linguística” (KOCH, 1998, p. 47, grifo da autora).

As operações argumentativas de pressuposição, inferência e subentendido também são mencionadas por Citelli (1994). O autor diferencia o conceito de “posto”, a informação explícita no enunciado, de “pressuposto”, a orientação para o que será desenvolvido no posto, isto é, algo que delimita o enunciado e que não está expresso diretamente. As inferências permitem as relações lógicas interfrasais por meio de recursos que permitem a progressão das ideias no texto, tais como as unidades linguísticas de adição, as conjunções e pronomes variados, permitindo o desenvolvimento da argumentação na demonstração das ideias. O subentendido, segundo o autor, é aquilo que não foi expresso, não foi anunciado, mas está sugerido ou insinuado no texto.

Também Carvalho (2007), ao declarar que “[...] a palavra deixa de ser meramente informativa, e é escolhida em função e sua força persuasiva, clara ou dissimulada” (CARVALHO, 2007, p. 18), assume que a argumentação está na língua e que os enunciadores buscam estratégias de convencimento. Para evidenciar isso,

a autora recorre aos *intensificadores linguísticos* usados nos discursos que visam influenciar o interlocutor (CARVALHO, 2007).

Esses intensificadores podem ser classificados semanticamente, segundo ela, em *enfanzadores*, *amplificadores* e *moderadores*:

- ✓ os *enfanzadores* são representados linguisticamente pelos advérbios de modo, tais como “definitivamente”, “claramente”, entre outros, com a intenção de reforçar o dizer;
- ✓ os *amplificadores* têm a função de maximizar a informação superlativamente, como os exemplos: “completamente” ou “o melhor”; eles também podem ser representados por advérbios e adjetivos, tanto quanto por recursos exclamativos;
- ✓ por fim, os intensificadores do tipo *moderadores* podem ser:
 - ✓ conciliadores = “mais ou menos”;
 - ✓ minimizadores = “dificilmente”, “no mínimo”;
 - ✓ aproximadores = “praticamente”;
 - ✓ diminuidores = “parcialmente”.

Além desses recursos linguísticos, os estudos da argumentação também se lançam sobre os fatores textuais que formam a coerência do texto e se configuram como veiculadores de sentido. Nessa perspectiva, há grandes contribuições da Linguística Textual ao sistematizar os princípios de textualidade, na medida em que o texto é visto como resultado de processos mentais segundo os quais os parceiros da comunicação “[...] têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso” (KOCH, 2006, p. 21).

Os fatores de textualidade, propostos por Beaugrande e Dressler, apresentam critérios centrados no texto (coesão e coerência) e nos interlocutores (situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade), os quais são definidos, de forma resumida, a seguir:

- ✓ a *coesão* é o modo como os elementos linguísticos se organizam na superfície do texto de modo a formar a tessitura textual, enquanto que a *coerência* diz respeito aos sentidos instaurados no texto por meio desses elementos;

- ✓ a *situcionalidade* refere-se a como uma situação comunicativa (o contexto imediato e o entorno sócio-político-cultural) interfere na produção e recepção do texto pelos interlocutores;
- ✓ a *informatividade* diz respeito tanto ao equilíbrio das informações dadas e novas no texto, como ao grau de previsibilidade dessas informações;
- ✓ o fator de *intertextualidade* compreende os diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos;
- ✓ *intencionalidade* é o fator que mobiliza recursos que vão permitir ao locutor realizar suas intenções comunicativas;
- ✓ a *aceitabilidade* responde à intencionalidade, pois representa a concordância do interlocutor de modo cooperativo para atribuir determinado sentido ao texto.

Dentre os fatores acima expostos, a intertextualidade se aplica diretamente como recurso analítico a nossa proposta de verificar como os provérbios aparecem no texto direcionando sentidos interpretativos que se convergem ou se divergem, isso porque esses enunciados fazem parte de uma memória coletiva de uma dada comunidade e são, portanto, em grande parte facilmente reconhecidos pelos falantes dessa mesma comunidade.

3.2.4.1 *Intertextualidade como recurso argumentativo*

O termo intertextualidade foi introduzido por Julia Kristeva no final dos anos 60, concebendo cada texto inserido em uma sucessão de textos já escritos ou que ainda serão escritos, conforme aponta Fávero (2011, p. 50):

A noção de dialogismo – escrita em que se lê o outro, o discurso do outro – remete a outra, explicitada por Kristeva (1969) ao sugerir que Bakhtin, ao falar de duas vozes coexistindo num texto, isto é, de um texto como atração e rejeição, resgate e repelência de outros textos, teria apresentado a ideia de intertextualidade.

Julia Kristeva, baseada nos conceitos de dialogismo e polifonia advindos dos pensamentos bakhtinianos, chamou a atenção para o fato de que, na escritura literária, há um cruzamento de enunciados tomados de outros textos, entendendo que todo texto se constrói como um mosaico de citações e colocando em questionamento

a visão tradicional de que a obra literária seria absolutamente original.

Extrapolando a literatura, o conceito de intertextualidade se estendeu à análise linguística dos textos em geral. Para Maingueneau (1993), na relação de um discurso com outro podemos falar em *intertexto* e em *intertextualidade*. De acordo com ele, o conjunto de fragmentos que são citados efetivamente em um texto é compreendido como *intertexto*, enquanto que a *intertextualidade* diz respeito às relações intertextuais que uma formação discursiva (FD) mantém com outras. Essas relações, por sua vez, podem ser interna, com discursos do mesmo campo de sua FD, ou externa, quando o discurso define sua relação com outros campos. Ainda, na intertextualidade, é a memória discursiva que torna possível a circulação, em uma FD, de formulações anteriores, já enunciadas.

A Linguística Textual, por sua vez, incorporou o conceito de dialogismo proposto por Bakhtin no sentido de que um texto não pode ser compreendido nem avaliado isoladamente, ele está sempre em diálogo com outros textos (KOCH, 2008), numa relação de seu interior com seu exterior. De um texto, portanto, fazem parte outros textos que o predeterminam, com os quais ele dialoga retomando-os, aludindo-os ou, ainda, opondo-se a eles.

Koch (2006) relaciona polifonia³³ e intertextualidade argumentando que o conceito de polifonia se mostra mais amplo do que o de intertextualidade já que, nesta última, faz-se necessária a presença de um intertexto, enquanto que a polifonia proposta por Ducrot exige apenas a representação de diferentes vozes ou pontos de vistas de diferentes enunciadorees. Em razão da presença do outro nos discursos é que a autora propõe a existência de uma **intertextualidade em sentido amplo**, constitutiva de todo e qualquer texto, e de uma **intertextualidade em sentido restrito**, em que há a evidência de um outro texto, um intertexto que faz parte da memória social da coletividade ou da memória discursiva dos interlocutores (KOCH, 2006).

A autora distingue dois tipos de **intertextualidade em sentido restrito**, caracterizados como intertextualidade *implícita* e intertextualidade *explícita*:

- ✓ a *intertextualidade implícita* se manifesta quando é introduzido em um texto um intertexto alheio, sem que se lhe faça menção, com o objetivo de seguir-

³³ Tal como elaborada por Ducrot (1987).

lhe a orientação argumentativa, questioná-lo, ridicularizá-lo ou, ainda, contradizê-lo;

- ✓ a *intertextualidade explícita* ocorre quando, em um texto, há uma referência evidente a outro texto que o compõe. Esse é o caso dos resumos, das citações, das referências ou, nas interações face a face, da retomada do discurso do interlocutor tanto para afiançá-lo, como para contradizê-lo.

No caso dos provérbios, objeto deste estudo, a recuperação do intertexto, de acordo com Koch (2006), é praticamente certa nos casos de *intertextualidade implícita*, pois esses discursos representam a sabedoria popular, a opinião pública, cuja fonte é um enunciador genérico, opinião endossada por Maingueneau (2005), para quem “[...] a enunciação proverbial é fundamentalmente polifônica” (MAINGUENEAU, 2005, p. 169), pois representa a retomada de outras enunciações; o locutor faz com que seja ouvida a voz do outro, a voz da “sabedoria popular” por intermédio de sua própria voz.

Para Koch (2006), portanto, a intertextualidade constitui uma das mais importantes manifestações da polifonia, sendo que ambas representam cabalmente a presença do outro nos jogos de linguagem, e esse fato nos leva às palavras de Bakhtin (1992): “O texto só ganha vida em contato com outro texto [...] é um contato dialógico entre textos. Por trás desse contato está um contato de personalidades e não de coisas” (BAKHTIN, 1992, p. 62).

A linguagem revela relações que desejamos estabelecer e intenções que pretendemos alcançar e isso significa que seu uso é essencialmente argumentativo e, para tanto, são necessárias a apresentação e organização de ideias, assim como a estruturação de um raciocínio que irá orientar a defesa de um ponto de vista na tentativa de persuadir o interlocutor a modificar o seu comportamento e a intertextualidade se revela um fator importante na construção argumentativa do enunciado.

Segundo Frasson (1992, p. 92),

A escolha do intertexto já representa uma postura ideológica. A seleção de uma citação já a transforma [...] o modo como é tomada no comentário podem revelar a confirmação ou a negação de outro texto. Por isso, a intertextualidade não é uma mera adição de textos, mas um trabalho de absorção e transformação de outros textos, com vistas a determinados objetivos [...] revelando novas perspectivas, novos pontos de vista, afirmando ou negando, acolhendo ou refutando outras vozes.

Como estratégia argumentativa, Koch; Bentes e Cavalcante (2008), retomando os conceitos de captação e de subversão (MAINGUENEAU, 2005), propõem a noção de “**intertextualidade das semelhanças e das diferenças**”. Na **intertextualidade das semelhanças**, análoga ao conceito de *captação*, texto e intertexto seguem a mesma orientação argumentativa, ao contrário da **intertextualidade das diferenças**, quando o intertexto incorporado é contestado, divergindo em sua argumentatividade e que, segundo as autoras, “[...] se deixa guiar por um olhar mais funcional, em direção a certos propósitos argumentativos elaborados em um dado gênero afinado a um dado discurso” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 123). É esse último tipo, portanto, dados os objetivos propostos nesta tese, que iremos explorar na análise do nosso *corpus*.

As considerações a respeito de dialogismo, polifonia e intertextualidade foram necessárias porque ressaltam um aspecto fundamental da enunciação proverbial, que é o fato de instaurar na cadeia enunciativa a presença do outro. Para Lysardo-Dias (2001, p. 129, grifos da autora):

Quando um provérbio é citado ou evocado, seu reconhecimento pressupõe a identificação dessa duplicidade enunciativa: um sujeito-individual, indivíduo ou instituição responsável pela enunciação de um discurso, e um sujeito-coletivo, o grupo social que enuncia o provérbio. Reconhecer um provérbio como tal significa associar um enunciado não a um sujeito-individual, mas a uma voz coletiva, voz através da qual um grupo social manifesta valores partilhados pelos seus membros.

De acordo com a autora, no caso do discurso jornalístico, as vozes do “sujeito-informador (o jornalista ou o indivíduo-jornalista)” e a voz da comunidade que o provérbio representa são diferentes figuras enunciativas definidas em termos polifônicos. A inclusão do provérbio representa outra instância enunciativa manifestada no provérbio e é através dela que a comunidade se pronuncia. Esse dizer coletivo atravessa o dizer particular do “sujeito-informador” e a responsabilidade pela enunciação é deslocada para a coletividade.

Fundamentando-nos na teoria bakhtiniana de dialogismo e à parte das direções

conceituais tomadas pelos diferentes autores acima elencados, podemos ver, portanto, que, a partir da teoria da intertextualidade, o texto é compreendido como uma voz que dialoga com outros textos, que funcionam como ecos das vozes de seu tempo, da sua história, revelando as crenças e valores de um dado grupo social. No cruzamento desses discursos ressalta-se a polifonia no diálogo em que as vozes adquirem visibilidade, conferindo uma identidade específica ao discurso. Assim, um discurso se vale de outro ou de outros – vozes geradoras de texto – que se intercalam no tempo e no espaço, sugerindo novos sentidos, mostrando-se e interagindo em um diálogo intertextual.

Por outro lado, além do traço dialógico, o apelo à intertextualidade pode funcionar como um recurso retórico à disposição de quem produz um discurso argumentativo, ou seja, o intertexto pode exercer sobre o leitor o efeito persuasivo de **argumento de autoridade**. Segundo Frasson (1992, p. 90), “A intertextualidade revela-se como recurso de argumentação sempre que a utilização da palavra do outro servir de argumento a uma tese que está sendo defendida”; no caso do argumento de autoridade, é a credibilidade da palavra do outro, e não apenas o dito, que sustenta o jogo da argumentação pretendida.

Retomando as técnicas argumentativas propostas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o argumento de autoridade inscreve-se dentro dos argumentos embasados na estrutura do real “[...] para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 297), funcionando, desse modo, como uma ponte entre aquilo que o orador quer promover e o que é valor para certo auditório. Com esse fim, nomes de pessoas e instituições frequentemente são inseridos no discurso a fim de legitimar a opinião do orador.

No caso dos provérbios, um enunciado que traduz um saber comum atemporal e que pertence ao patrimônio linguístico de dada comunidade, o uso argumentativo não provém da informação por si só, mas da garantia de um raciocínio materializado na sabedoria acumulada pela comunidade. Sendo introduzido uma frase ou comentário metalinguístico, tal “como se diz” ou “como diz o ditado”, ou ainda passando diretamente do discurso citante para o discurso citado, o locutor busca apoio para sua argumentação na autoridade que não é sua.

Segundo Rocha (1995, p. 175),

[...] o locutor que emprega um provérbio em seu discurso é invencível, porque não se apresenta como o criador de tal enunciado. O que ele faz é apoiar-se em uma ideia estabelecida pelo senso comum [...] e preexistente assim à sua argumentação de locutor particular numa situação particular [...] Portanto, se o provérbio é imbatível na argumentação é porque ele constitui uma verdade de origem anônima consagrada pelo senso comum [...] Por isso, a argumentação apresenta-se como totalmente cerceadora, na medida em que o locutor enunciador apóia-se sobre princípios anteriormente admitidos.

Entretanto, como observam Perelmam; Olbrechts-Tyteca (2005), a autoridade referida pode ser valorizada ou depreciada, conforme a coincidência ou não da opinião do orador, isto é, o argumento de autoridade invocado pode servir de modo positivo ou de modo negativo, ou ainda, de modelo ou antimodelo, este servindo de incentivo para que o interlocutor se afaste. Por outro lado, essa contraverdade da qual o locutor lança mão como estratégia argumentativa pode ter como meio de persuasão salientar o ridículo da opinião que se quer combater, uma “argumentação pelo ridículo”, conforme os autores, que se traduz pela figura retórica da ironia.

3.2.4.2 A Ironia

A ironia, inserida no vasto processo de argumentação, está no limite entre uma crítica compartilhada com o interlocutor e a crítica realizada a partir das suas ideias; é uma estratégia através da qual o locutor se posiciona frente a uma ideia sem correr riscos, uma “troca argumentativa”, segundo Machado (2014). Perelman e Tyteca (2005) consideram a ironia como uma argumentação indireta, pois se dá a entender o contrário do que se diz. Para os autores, o uso dessa estratégia é possível em todas as situações argumentativas; entretanto, ela é mais eficaz quando dirigida a um grupo delimitado, já que supõe conhecimentos complementares de fatos e de normas. Também para Fiorin (2014, p. 69), a ironia possui significado “[...] de valor invertido, abarcando assim o sentido X e o seu oposto [...] se finge dizer uma coisa para dizer exatamente o seu oposto”.

Outra perspectiva é a apresentada nos estudos polifônicos de Ducrot (1987), na qual o discurso irônico, “um discurso absurdo” proferido pelo locutor, expressa um discurso distanciado, marcando a posição de um enunciador que não é assumida pelo locutor, isto é, o locutor não adere ao ponto de vista expresso na enunciação pelo enunciador E, origem do ponto de vista.

Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais do que isso, que ele a considera absurda. (DUCROT, 1987, p. 198).

Ducrot (1987), portanto, na distinção do locutor e do enunciador, aponta um aspecto paradoxal da ironia: ao mesmo tempo em que a posição absurda é expressa na enunciação irônica, ela (a posição) não é atribuída ao L, que é apenas o responsável pelas palavras que expressam um ponto de vista, uma posição do enunciador. Segundo Ducrot, para que a ironia se realize é ainda essencial que um enunciador E', responsável por um ponto de vista razoável, não seja colocado em cena por L e que parta do interpretante encontrar, na enunciação, os indivíduos responsáveis – locutor (L) e enunciador (E) – para que se constitua o sentido irônico.

Brait (2008), em uma perspectiva enunciativo-discursiva, considera a ironia como um efeito de sentido a partir de uma série de procedimentos discursivos. Segundo a autora, a ironia visa explicitar determinados aspectos sociais, culturais ou estéticos presentes em uma argumentação ou em uma perspectiva, contando com a cumplicidade e a conivência do interlocutor para concretizar-se. Para Brait, na ironia, o interlocutor necessita compartilhar com o locutor “[...] a ambigüidade do enunciado, a duplicidade da enunciação” (BRAIT, 2008, p. 107). No entanto, o uso da ironia deve ser empregado em grupos delimitados, em que as opiniões do locutor sejam conhecidas, caso contrário corre-se o risco de convertê-la em paradoxo.

Desse modo, a ironia não é um recurso adaptável em qualquer contexto ou para qualquer interlocutor, pois se torna contraproducente quando não há esse vínculo entre interlocutores. Para adesão do outro, é necessário um conhecimento compartilhado e uma ênfase na articulação entre funcionamento linguístico e o efeito da ironia, sob pena de resultar em um fracasso argumentativo referente à adesão à tese desenvolvida.

Por outro lado, em textos de tipologia argumentativa³⁴, tais como a coluna e o artigo jornalístico-opinativos, são esperadas discordâncias entre julgamentos e, nesse caso, as posições dos interlocutores são construídas em um espaço de interação marcado por dissonâncias e aproximações. Nas palavras de Plantin (2008), um aspecto fundamental da argumentação é o da “[...] articulação de dois discursos contraditórios” (PLANTIN, 2008, p. 66), ou seja, a divergência está na base da

³⁴ Cf. Marcuschi (2010).

argumentação. No *corpus* analisado nesta pesquisa, o provérbio inserido na coluna jornalística de opinião toma uma direção divergente em relação ao texto, isto é, seu sentido é contradito por meio das estratégias de organização textual de persuasão, marcando uma contradição dos discursos em torno da questão tratada. Essa situação nos leva a avançar sobre os estudos que situam a caracterização da noção de polêmica.

3.2.4.3 *A polêmica como aspecto argumentativo*

A fim de adentrar nesta problemática, ressaltamos que a noção de polêmica não é consensual, admitindo definições diversas advindas de diferentes áreas de conhecimento e suas respectivas vertentes teóricas. Definimos que, para esta pesquisa, os estudos da polêmica estão alinhados às práticas textuais-discursivas e são amparados por Amossy (2011, 2017) para a descrição da materialidade da argumentação associada à polêmica em textos. Para associarmos os estudos da Linguística Textual à teoria da argumentação polêmica de Ruth Amossy, trazemos Cavalcante, Pinto e Brito (2018, p. 22):

O caminho da argumentação nos discursos, de Amossy, se cruza com a Linguística Textual, afirmando que é exatamente no reconhecimento da utilização de estratégias argumentativas, não somente as relacionadas a polêmicas, que o caminho da LT converge para os pressupostos da Amossy. As categorias analíticas da Linguística Textual se prestam mais eficazmente à análise do que a autora ora trata como “procedimentos argumentativos”, ora como “estratégias argumentativas”.

Alinhados à autora (AMOSSY, 2011), também assumimos a polêmica em uma perspectiva dialógica bakhtiniana, na medida em que a palavra é sempre uma reação à palavra do outro, uma resposta que ela assume, rejeita ou modifica; dessa perspectiva, portanto, a posição contrária não precisa ser apresentada na íntegra. Amossy (2011) apresenta algumas modalidades argumentativas, sendo que a polêmica é uma delas:

- a) modalidade demonstrativa: quando um locutor apresenta uma tese a um auditório visando à sua adesão;
- b) modalidade negociada: quando os participantes estão dispostos a negociar suas divergências a fim de chegarem a um consenso;

- c) modalidade polêmica: quando há confronto entre teses antagônicas;
- d) modalidade patêmica: quando o locutor apela para os sentimentos do interlocutor.

Assim, a polêmica é uma modalidade argumentativa construída pelo que Amossy (2017) chama de “retórica do dissenso”, que ultrapassa a noção de desacordo, assinalando uma divisão de opiniões no modo de julgar e ver os fatos, criando confrontos. A primeira marca da polêmica, portanto, é uma “[...] oposição de discursos [...] O antagonismo das opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal” (AMOSSY, 2017, p. 49). Entretanto, importa ressaltar que esse choque de opiniões que representa a polêmica existe em um espaço democrático que a regula e autoriza, pois a tensão estabelecida se dá entre o desacordo e a adesão às normas e valores comuns.

Em segundo lugar, a polêmica se desenvolve em dois dispositivos enunciativos: aquele em que apenas um locutor toma a palavra para atacar um alvo, detendo o domínio do discurso sem a intervenção do outro. De acordo com Amossy (2017), nesse dispositivo, os discursos se cruzam em um espaço público sem constituírem um diálogo formal: “Ele constrói uma oposição de pontos de vista que exacerba, desacredita e ataca o adversário, cavando divisões identitárias” (AMOSSY, 2017, p. 199). O segundo dispositivo apresenta uma confrontação verbal entre dois ou mais participantes, correspondendo à forma validada do diálogo e também se desenrola no espaço público; suas regras são variáveis, pois dependem dos gêneros de discurso dos quais advêm, mas se mostram nas polêmicas “[...] pelo jogo das interações de réplicas em que cada resposta é uma interação direta ao que o outro [mesmo que seja virtual] acaba de dizer” (AMOSSY, 2017, p. 199).

Em vista desses dois dispositivos é que a autora afirma que “[...] se a polêmica é profundamente dialógica, nem por isso ela é dialogal. Dialógica ela é no sentido que Bakhtin/Voloshinov atribui a esse termo” (AMOSSY, 2017, p. 198), ou em outras palavras:

A polêmica é um contradiscurso centrado na refutação e no descrédito, no qual a fala do outro só aparece no esforço feito para contrariá-la. Nesse sentido, ela comporta, em si, múltiplos traços do discurso reportado tomado sob suas mais diversas formas: citação, paráfrase, discurso indireto, antífrase irônica, alusão, negação. (AMOSSY, 2017, p. 198).

A mídia, em consequência, desempenha um papel central na construção da polêmica pública, segundo a autora, já que o jornalista, ao se reportar aos fatos, tanto pode se abster, quanto, nos artigos de opinião, editoriais, etc., proclamar seu ponto de vista, construindo a polêmica através de um diálogo virtual entre detentores de posições de conflito. No artigo de opinião, em particular, os polemistas se confrontam no plano da enunciação, em que, num “discurso de base”, um jornalista se dirige aos leitores, construindo um diálogo e, em um “discurso encaixado”, ou “inserido”, os polemistas se fazem ouvir pela voz do jornalista. Amossy (2017) associa essa dupla responsabilidade do jornalista à estrutura polifônica proposta por Ducrot, em que o locutor, por meio de sua fala, faz ouvir diversos enunciadores. O locutor (jornalista), necessariamente, não assume o que dizem os enunciadores (os polemistas), ou pode se engajar em um dos dois campos. Concretamente, de acordo com a autora, o jornalista é parte da polêmica que ele relata, colocando-se como um jornalista tanto como um polemista.

Nosso *corpus* é constituído por textos jornalísticos de caráter opinativo nas quais as vozes que falam pelo provérbio - a coletividade, a sabedoria popular, o senso comum, a sabedoria popular – são contestadas pelas colunista e articulista. Esse gênero vai determinar o enquadre enunciativo da polêmica e vai orientar como os interlocutores se colocam no papel de proponente e oponente dentro do conflito que o texto evidencia.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO CORPUS

Ai, palavras, ai, palavras!
que estranha potência a vossa!
todo o sentido da vida
principia à vossa porta;
o mel do amor cristaliza
seu perfume em vossa rosa;
sois o sonho e sois a audácia,
calúnia, fúria, derrota...
(MEIRELES, 1991, p. 493).

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO *CORPUS*

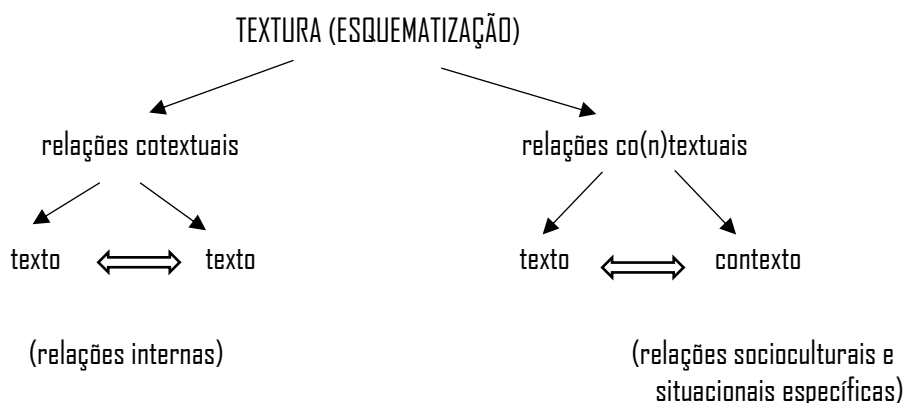
Neste capítulo, pretendemos mostrar como os recursos linguísticos se intercalam construindo os sentidos do texto, ao mesmo tempo em que operam a argumentatividade do discurso associados à inserção de enunciados proverbiais em textos jornalísticos impressos, de caráter opinativo. Antes de passarmos às análises pretendidas por este estudo, é necessário ressaltar o fato de que certos fenômenos linguísticos ligados à enunciação têm função argumentativa e, partindo do pressuposto de que a língua é essencialmente argumentativa e de que todo discurso é determinado por uma intenção, postulamos que as escolhas lexicais feitas pelo locutor, na constituição dos enunciados, se apresentam como orientações a fim de que o discurso tome determinadas direções em detrimento de outras.

4.1 A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO

Em vista disso, assumimos com Marcuschi (2008, p. 87) que, além das relações semânticas que se dão entre os elementos no interior do texto,

[...] o texto se ancora no contexto situacional com a decisão por um gênero que produz determinado discurso [...] Parece claro que o contexto pode ser visto como uma rede de textos que dialogam tanto de modo negociado como conflituoso. Contrato e conflito fazem parte dos movimentos da produção de sentido.

Em nota de rodapé, o autor explica que o referido “contexto situacional” consiste na contextualização em sentido amplo, que envolve tanto as condições imediatas, como os traços histórico-culturais e sociais, assim como a contextualização cognitiva e outros enquadramentos que possam fazer parte daquele processo discursivo. Texto e contexto, portanto, têm relações situacionais, conforme o autor exemplifica no seguinte esquema:

Figura 5 – Relações contextuais.

GENERICIDADE & DISCURSIVIDADE

Fonte: Marcuschi (2008, p. 88).

Para Marcuschi (2008), a situacionalidade é essencial para a interpretação do texto, pois tal fator de textualização é visto como um critério de adequação contextual, orientando tanto o contexto interpretativo como a própria produção. Koch (2006), por sua vez, considera a situacionalidade em duas direções:

- a) da situação para o texto: quando o contexto imediato interfere na produção/recepção do texto, determinando escolhas linguísticas;
- b) do texto para a situação: quando há reflexos do texto na situação comunicativa em curso. Nesta direção, o produtor constrói o texto conforme suas convicções, seus objetivos e crenças, enquanto o mesmo acontece com o interlocutor ao interpretar o texto; há, portanto, uma mediação entre o mundo real e o construído pelo texto.

Tais considerações se tornam pertinentes teórico-metodologicamente, em primeiro lugar, por tomarmos o texto como objeto empírico de análise em sua materialidade linguística. Em segundo lugar, elas são relevantes na medida em que situamos nosso *corpus* em situações sócio-históricas específicas, cujas referências contextuais, nos moldes em que ora discorremos, são necessárias para sua compreensão. Além disso, dada a verificação argumentativa pretendida nas análises, aderimos à direção da situacionalidade proposta por Koch (2006) que vai do texto para a situação.

4.2 RELAÇÕES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS

Somado aos fatores acima elencados, como investigamos uma ressignificação semântico-pragmática do provérbio usado na constituição argumentativa, assumimos com Moura (2000) que “[...] a fronteira entre semântica e pragmática é normalmente traçada a partir da noção de contexto” (MOURA, 2000, p. 66). Retomando o que foi exposto no item 3.2.5, ao nos referirmos à ironia, vimos que há contextos ligados às crenças admitidas pelos interlocutores e compartilhadas entre eles. Para Moura (2000, p. 76-86), essa é uma boa definição dos limites entre semântica³⁵ e pragmática:

A pragmática envolve a atribuição de certas crenças ao interlocutor, que delimitam o contexto de interpretação. Os contextos que não dependem dessa atribuição de crenças não são pragmáticos, mas definidos no componente semântico, em função da dinâmica do discurso [...] ou seja, sempre que, numa interação, um interlocutor atribui crenças e intenções a um outro interlocutor, inferidas a partir do discurso e com base no princípio de cooperação, está-se no campo da pragmática.

As noções de mudança de contexto e de informação são basilares para a compreensão da dinâmica entre semântica e pragmática, segundo Moura (2000). Considerando que a interação linguística acontece quando os interlocutores compartilham informações, e estas representam um conjunto de contextos³⁶, na enunciação de uma nova sentença **n** ocorre uma mudança de contexto, pois **n** elimina os contextos anteriores incompatíveis com ela (a nova informação). Assim, se num conjunto de contextos **c**, correspondente às informações compartilhadas entre os interlocutores, o locutor enuncia **n**, tem-se um novo contexto, **c + n**, que inclui os contextos compatíveis e exclui os incompatíveis. O conjunto de informações compartilhadas (o conjunto de contextos) determinado pelo fluxo da conversação são de natureza semântica.

Um exemplo dessa dinâmica com um provérbio inserido em um texto jornalístico de caráter opinativo pode ser comprovado no trecho:

- *[...] Mas 2007 foi também o ano em que a economia bombou, a renda aumentou, os empregos cresceram, a arrecadação foi recorde, milhões de*

³⁵ Trabalhamos com uma noção de semântica baseada nos conceitos de informação e contexto, a semântica da enunciação, e não com uma semântica de condições de verdade, a semântica formal, conforme Moura (2000) e Oliveira (2003b).

³⁶ Cada contexto é formado por um conjunto de proposições (MOURA, 2000, p. 84).

*peças saíram da linha da pobreza. Os ventos externos sopraram a favor da ortodoxia, dando razão a Pedro Malan e a Antônio Palocci. **A Justiça tarda, mas não falha?** Há controvérsias. Já a ortodoxia tardou, mas não está falhando. [...] (grifo nosso)³⁷*

O texto discorre sobre acontecimentos positivos e negativos, na opinião do colunista, ocorridos em 2007. Temos, portanto, um conjunto de contextos formado por proposições referentes ao ano 2007 como informações compartilhadas entre os interlocutores, entre as quais inclui-se o provérbio, cujo sentido cristalizado é “[...] a justiça sempre ocorre, ainda que tardiamente” (URBANO, 2018, p. 180); então:

- *A justiça tarda, mas não falha = c;*
- *Há controvérsias = n;*
- *A justiça tarda, mas não falha? Há controvérsias. = c + n.*

O novo contexto vai ser definido na dinâmica argumentativa do discurso, que aproveita dessa ressignificação semântico-pragmática construída em torno da pergunta, alterando a materialidade do provérbio, e da subsequente resposta.

4.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Retomando as orientações do Círculo de Bakhtin, assumimos que todo enunciado faz parte de uma comunicação discursiva ininterrupta que constitui, por sua vez, uma dada coletividade social. O elo entre essa interação concreta e a situação extraverbal mais próxima e a situação extraverbal mais ampla condiciona as diferentes significações que elas adquirem em variados momentos: “A comunicação discursiva nunca poderá ser compreendida nem explicada fora dessa ligação com a situação concreta” (VÓLOCHINOV, 2021, p. 220). Desse elo, segundo o linguista russo, decorre uma ordem metodológica para o estudo da língua, que deve ser a seguinte:

³⁷ Ver Anexo C.

1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) forma dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (VOLÓCHINOV, 2021, p. 200).

Assim é que o percurso analítico do *corpus* é desenvolvido centrando-se as reflexões em torno de dois eixos principais. No primeiro eixo, obedecendo à primeira etapa, situamos contextualmente a unidade textual analisada para, em seguida, procedemos à verificação dos recursos linguísticos que se instauram no texto, constituindo o discurso argumentativo que direciona os efeitos de sentido do provérbio. Em seguida, realizamos os procedimentos da segunda etapa metodológica ao relacionar os dois gêneros jornalísticos com o gênero provérbio na medida em que analisamos sua interação ideológico-discursiva. Assim, nessas etapas, evidenciamos os operadores argumentativos e os fatores de textualidade teorizados pela Semântica Argumentativa e pela Linguística Textual.

No segundo eixo, orientamo-nos pela terceira etapa ao analisamos a mobilização da argumentatividade permitida pela inserção do provérbio, demonstrando como esse enunciado assume sentidos interpretativos divergentes em relação ao texto, enfatizando o aspecto dialógico e intertextual marcado pelas estratégias linguístico-enunciativas.

O *corpus* de análise é constituído pelos seguintes textos:

- ✓ **Texto 1** – *De volta aos trilhos* – Eliane Cantanhêde (*Folha de S. Paulo*, 30 maio 2008);
- ✓ **Texto 2:** *Lula engole o PT* – Eliane Cantanhêde (*Folha de S. Paulo*, 21 ago. 2009);
- ✓ **Texto 3:** *De pernas longas* – Dora Kramer (revista *Veja*, 12 set. 2018);
- ✓ **Texto 4:** *Calma lá com o “outubro vermelho”* – Vilma Gryzinski (revista *Veja*, 06 nov. 2019);
- ✓ **Texto 5:** *Manda quem pode* – Dora Kramer (revista *Veja*, 12 maio 2021).

Em vista de termos explicitado a constituição dos gêneros jornalísticos no Capítulo 1 desta tese, retomamos algumas das características dos textos que compõem nosso *corpus* para efeito de orientação metodológica. O Texto 1 e o Texto 2 caracterizam o gênero coluna jornalística que, do ponto de vista estrutural, é diagramada costumeiramente em posição fixa e sempre na mesma página, o que

facilita sua localização pelo leitor.

As colunas aqui analisadas foram publicadas na página A-2 do jornal *Folha de S. Paulo*, que tem diagramação fixa: dois editoriais à esquerda da página, uma charge, na parte superior central e quatro colunas. Três delas apresentam estrutura de formatação idêntica: título, autoria e organização textual em duas partes, e estão dispostas em série vertical, abaixo da charge – os Textos 1 e 2 pertencem a esse grupo. Em razão do espaço reduzido, esses textos não são longos e têm um número limitado de palavras, exigindo, portanto, reflexões concisas (MARQUES DE MELO, 2003). A outra coluna ocupa o espaço à direita da página.

Os artigos deste *corpus*, por sua vez, Textos 3, 4 e 5, não se situam no mesmo espaço na revista *Veja*. O Texto 5 foi publicado na última página, totalizando todo o espaço, e os Textos 3 e 4, no corpo da revista, ocupando metade da página diagramada. Segundo Marques de Melo (2003), o artigo de opinião é um gênero interpretativo mais ou menos extenso, que dá voz à sociedade; portanto, para escrever um artigo opinativo, é preciso tomar partido em relação à polêmica, o que implica tomar conhecimento sobre o que foi dito sobre o assunto, inserir a questão na história, incorporar a opinião de outras pessoas e argumentar a respeito de sua posição – tais propriedades podem ser evidenciadas em todos os artigos deste *corpus*. Ainda segundo o autor, o artigo de opinião, quando publicado em revistas, ocupa, geralmente a página toda, ou parte dela, sempre delimitado por uma margem, também características dos artigos analisados, como comprovado nos respectivos Anexos desta tese.

Em vista dessas diferentes características estruturais, as análises também não têm o mesmo perfil. Metodologicamente, todas elas partem de dois eixos, como já explicitado; entretanto, por conta do aspecto mais extenso dos artigos opinativos, foram selecionados os recursos argumentativos mais relevantes que sustentam a ressignificação proverbial, alvo desta pesquisa. Assim, nas análises dos Textos 1 e 2, a exploração desses recursos é mais extensa, pois, como é oferecido ao colunista um espaço reduzido na diagramação, é mister que ele recorra mais intensamente a eles.

Nos artigos opinativos ocorre o contrário; por ocuparem maior espaço esquemático, o colunista tem oportunidade de desenvolver suas ideias de forma mais detalhada, resultando que os recursos argumentativos pesquisados por nós estejam mais difusos no texto; essa característica, entretanto, não desmerece os expedientes usados na discussão argumentativa do fato analisado pelo articulista.

Outra questão a esclarecer refere-se aos enunciados alvos das análises, o provérbio. Retomando suas características, explicitadas no Capítulo 2, lembramos que, embora sejam de definição fluida, algumas propriedades mostram-se comuns, tais como ressaltar “valores coletivos” de um “saber cultural” que norteiam a “realidade de uma comunidade” inscritos em uma “materialidade linguística relativamente estável”. Os enunciados analisados neste *corpus* preenchem esses requisitos; mesmo quando desconstruídos em sua materialidade e ressignificados no texto, são facilmente reconhecidos porque fazem parte da nossa comunidade linguística, conforme demonstraremos nas análises. Além disso, no processo argumentativo amparado na ressignificação semântico-pragmática, é exigido dos interlocutores considerar os valores coletivos culturalmente cristalizados a fim de aderir aos argumentos contestadores de tais valores. Dessa forma, são reconhecidos, nos textos, os seguintes provérbios:

- **Texto 1** – *De volta aos trilhos*: Onde passa boi, passa boiada;
- **Texto 2**: *Lula engole o PT*: Os fins justificam os meios;
- **Texto 3**: *De pernas longas*: A mentira tem perna(s) curta(s)³⁸;
- **Texto 4**: *Calma lá com o “outubro vermelho”*: As aparências enganam;
- **Texto 5**: *Manda quem pode*: Manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Esclarecidas tais questões, fazemos, a seguir, as análises, que começam, invariavelmente, com a transcrição do texto analisado, cujas linhas estão numeradas em espaço 5 com intuito de facilitar a busca dos trechos considerados.

4.4 ANÁLISE DO TEXTO 1 – *De volta aos trilhos*

WASHINGTON – *O governo brasileiro pode respirar aliviado. Se tendia a apoiar por baixo dos panos o candidato republicano – conservador, portanto -, John McCain, não precisa mais desse vexame.*

O Brasil de Lula preferia um republicano por birra, já que Hillary e Bill Clinton (5)eram mais identificados com FHC E Ruth Cardoso, e George W. Bush é um bom companheiro do atual governo.

³⁸ A estrutura “perna(s) curta(s)” será usada no decorrer das análises e considerações indicando que o provérbio é reconhecido/transmitido singularizado tanto como pluralizado.

Sem Hillary – que está virtualmente fora da eleição, apesar de não arredar pé – Lula, o PT e o Itamaraty já podem voltar aos trilhos democratas. Para sorte deles, Barack Obama tem tudo a ver: primeiro negro a concorrer à presidente da maior (10)potência, discurso convenientemente progressista, métodos modernos de fazer política e campanha. Até Hugo Chávez terá que rever sua retórica, porque era moleza atacar Bush, mas não vai ser fácil chamar Obama de “el diablo”.

O governo brasileiro, portanto, não tem mais nenhum pretexto para simpatizar com um republicano, contra um democrata, ainda mais por que McCain não é amigo (15)e aliado de Bush, apenas correligionário. Um quer distância do outro.

Entra em cena, assim, Mangabeira Unger, o ministro do tudo e do nada e um dos neo-chanceleres, que foi professor de Obama em Havard, virou seu amigo e é um facilitador natural dos contatos entre ele e Lula. Se o ministro é capaz de propor um aqueduto entre a Amazônia e o Nordeste, certamente será capaz de construir uma (20)ponte entre o Planalto e a Casa Branca depois das eleições de novembro.

Mas, se onde passa boi passa boiada, não se espere muito dessa ponte. Obama pode ser um barato, uma boa onda, mas ninguém aqui em Washington acredita que realmente vá mudar um milímetro a política norte-americana para a América do Sul e o Brasil, particularmente. Aliás, fosse com a própria Hillary, seja com (25)Obama ou com McCain, uma coisa é certa: a prioridade está muito longe de Brasília.

4.4.1 Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos

De acordo com o que foi anteriormente proferido, iniciaremos a análise pelo critério da situacionalidade aliado aos recursos linguístico-argumentativos. O texto, produzido em meados de 2008, durante o governo do presidente Luiz Inácio da Silva, Lula, tem como mote as eleições presidenciais dos Estados Unidos, quando a disputa se dava entre o republicano John McCain e o democrata Barack Obama. Nele, a autora comenta que o governo brasileiro intentava, a contragosto, apoio ao candidato republicano, mas, com a assunção de Obama, o governo se liberta dessa estratégia política e pode assumir seu apoio ao democrata. Ela relata que esse movimento se alicerça no vínculo entre o candidato e o ministro Mangabeira Unger, ex-professor de Obama em Havard. Entretanto, para ela, esse fato não significaria muita coisa para o governo, pois a política norte-americana para a América do Sul e o Brasil não tem

intenção de contemplar, seja qual for o candidato vencedor, prioridades que nos alcancem.

4.4.1.1 Expressões coloquiais

Assumindo as palavras de Carvalho (1996), para quem “[...] os recursos linguísticos têm o poder de influenciar e orientar as percepções e pensamentos” (CARVALHO, 1996, p. 19), podemos distinguir no texto, relativamente curto como convém ao gênero coluna jornalística, uma quantidade expressiva de expressões coloquiais e populares. Assim é que destacamos as expressões (grifo nosso):

- [...] apoiar *por baixo dos panos* o candidato republicano [...] (linha 2);
- [...] preferia um republicano *por birra* [...] (linha 4);
- [...] já podem *voltar aos trilhos* democratas [...] (linha 8);
- Barack Obama *tem tudo a ver* [...] (linha 9);
- [...] *era moleza* atacar Bush [...] (linha 12);
- *Entra em cena* [...] o ministro *do tudo ou nada* [...] (linha 16);
- [...] Obama pode ser *um barato, uma boa onda* [...] (linha 22);
- [...] *mudar um milímetro* a política norte-americana [...] (linha 23).

A colunista, na lida de buscar a adesão de seu leitor, faz escolhas lexicais, com toda a carga semântica inerente a elas, por meio de uma projeção e de uma identificação com o leitor. Essas expressões são, portanto, “instruções” por meio das quais o interlocutor leitor deverá realizar “[...] operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integridade [...] isto é, descobrir o ‘para quê’ do texto” (KOCH, 2006, p. 15), com o intuito de, por parte do locutor, facilitar ou causar a sua adesão.

Podemos ver, no Quadro 5, como essas expressões³⁹ são definidas por Urbano (2018):

³⁹ Conforme o autor: “[...] diante de tantos nomes e rótulos, prefiro usar simplesmente, de forma genérica, o termo ‘expressão’” (URBANO, 2018, p. 16).

Quadro 5 – Expressões coloquiais.

Expressão	Descrição
Por baixo dos panos	Às ocultas, sem aparecer (p. 228)
Por birra	Irritar (p. 74)
Voltar aos trilhos	Exigir cumprimento das normas; fazer alguém proceder bem; fazer algo funcionar bem (p. 297)
Tudo a ver	Ser tudo válido (p. 299)
Ser moleza	(Cf.: canja; p. 205) ser coisa extremamente fácil de resolver ou realizar (p. 94)
Entrar em cena	Aparecer; fazer-se presente; tomar iniciativa (p. 105)
Tudo ou nada	Custe o que custar, não importam as consequências (p. 299)
Ser um barato	Diz-se daquilo que é ótimo (p. 67)
Ser boa onda	Fazer sucesso; estar na moda (p. 220)

Fonte: Urbano (2018)

Nos dois primeiros parágrafos, as expressões *por baixo dos panos* e *por birra* direcionam o sentido de que as ações do governo frente ao apoio a McCain assumem um viés partidário muito mais do que ideológico (no sentido de “o melhor para o país” – aqui esclarecemos que nos isentamos de qualquer posicionamento político, atendendo apenas à análise das significações lexicais), já que essas ações são dissimuladas (*por baixo dos panos*) e com intuito evidente de provocação (*por birra*).

Em seguida, a autora comenta que o governo pode *voltar aos trilhos* porque Obama, que faz oposição a McCain *tem tudo a ver*, ou seja, quando, na disputa interna no Partido Democrata, Hillary Clinton, senadora americana com ideias próximas as de FHC, desafeto político de Lula, perdeu a vaga de candidata à presidência para Barack Obama, o governo pôde retomar o apoio ao partido mais correspondente ideologicamente ao PT – *voltar aos trilhos* – pois Obama era uma figura política que melhor representava as expectativas político-ideológicas do governo brasileiro - *tudo a ver*. Esse apoio podia ser corroborado pelas recorrentes críticas, por parte de líderes mundiais, ao governo estadunidense que se findava - *era moleza* atacar Bush.

De acordo com a colunista, a figura que poderia ajudar na aproximação com o governo brasileiro seria o ministro Unger – ele *entra em cena*.

➤ *Entra em cena, assim, Mangabeira Unger, o ministro do tudo e do nada [...]*

Nesse ponto, ao defini-lo como *ministro do tudo e do nada*, a autora mobiliza

no leitor um processo ativo de construção dos sentidos recorrendo a elementos extraídos de sua [leitor] memória discursiva⁴⁰ e de seu [leitor] conhecimento de mundo⁴¹. Portanto, na construção do sentido dessa expressão, o leitor há que saber que Mangabeira Unger, embora ministro de Lula – *tudo* – pediu seu *impeachment* em 2005 – *nada*.

Somada a essa contextualização, a estratégia argumentativa utilizada também incide na alteração da fixidez original da expressão *tudo ou nada*. Nessa expressão, o operador discursivo *ou* marca uma relação de disjunção exclusiva entre as proposições *tudo / nada*, isto é, somente uma das proposições pode ser verdadeira, nunca ambas (KOCH, 1996). Caso mantivesse essa estrutura, haveria incoerência em relação aos fatos referidos implicitamente pois, entre as proposições

- Mangabeira Unger é ministro de Lula.
- Mangabeira Unger pediu o *impeachment* de Lula.

uma delas não poderia ser verdadeira, o que contraria a realidade. Desse modo, o disjuntivo exclusivo *ou* é substituído pelo operador *e* – de valor aditivo – o qual, além de ligar “[...] dois atos de asserção que encerram atos de argumentação por autoridade polifônica” (KOCH, 1996, p. 194), reúne argumentos de mesma força argumentativa (GUIMARÃES, 1987). Essa estratégia implica um posicionamento da articulista frente aos fatos aludidos – cronologicamente, pedir o *impeachment* de Lula e ser ministro de Lula. Para ela, Mangabeira Unger pode não se engajar de fato nessa ou em outra situação política, pois suas ações anteriores foram prejudiciais a quem hoje ele segue politicamente; tanto ele pode ser “tudo”, quanto ser “nada”, ou seja, não é um ministro confiável do ponto de vista político.

Na conclusão da colunista, apesar de Barack Obama ter amizade com o ministro Unger e de ter um discurso “[...] convenientemente progressista e métodos modernos de fazer política e campanha” (linhas 10-11), ou seja, *ser um barato e uma boa onda*, não há possibilidades – *mudar um milímetro* - de ele, se eleito, alterar a cena política em relação ao Brasil.

⁴⁰ “[...] memória coletiva que se organiza segundo quadros sociais no interior dos quais circula e se constitui, ao mesmo tempo, a identidade individual dos locutores [...] depende da experiência e do contexto” (PAVEAU, 2005, p. 2).

⁴¹ “[...] conhecimentos alusivos a vivências pessoais e eventos espaço-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos” (KOCH; ELIAS, 2010, p. 42).

4.4.1.2 Paralelismo

O paralelismo é uma maneira de conduzir o leitor por meio de uma orientação argumentativa pré-estabelecida, causando um efeito de intensificação, de ênfase. Observamos essa estratégia no trecho:

- *Se o ministro é capaz de propor um aqueduto entre Amazônia e Nordeste, certamente será capaz de construir uma ponte entre o Planalto e a Casa Branca depois das eleições de novembro.*

Nota-se, nesse trecho, que o paralelismo sintático recorre aos tempos verbais presente e futuro do presente do modo indicativo, considerados tempos verbais “comentadores” (KOCH, 1996, p. 38), pois atuam como um alerta que adverte o leitor que tal informação o afetará diretamente e exigirá dele um posicionamento, uma resposta. Assim, por meio do paralelismo

- *o ministro é capaz de X [o ministro] será capaz de*

reitera-se a ideia da esperança que o governo tem a influência de Mangabeira Unger sobre Barack Obama.

4.4.1.3 Condicionalidade

Nesse trecho anterior ainda podemos perceber uma relação lógica interfrástica de valor argumentativo orientada pela conjunção *se*. Segundo Koch (1996), a construção condicional mantém uma relação de implicação na qual o enunciado antecedente (p), introduzido pelo *se*, é combinado ao seu conseqüente (q) introduzido por *então*, que pode ser implícito. Como argumentação, o enunciado condicional afirma que

- *ninguém aqui em Washington acredita que realmente vá mudar [...] a política norte-americana para a América do Sul e o Brasil, particularmente.* (grifos nossos).

onde os modalizadores *realmente* e *principalmente* reforçam a argumentação; o primeiro, do tipo epistêmico, confirma o valor de verdade da proposição *vá mudar*, e o segundo, do tipo delimitador, demarca o âmbito da proposição – o *Brasil*.

4.4.1.5 Operador argumentativo MAS

O *mas* faz parte do grupo de operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias, como atesta Guimarães (1987, p. 120): “Com X *mas* Y estabelece-se como um começo, sobre o qual se dirá algo [...] e aquilo que se diz sobre esse começo estabelecido é que predomina”; assim temos no texto:

- *Mas se onde passa boi passa boiada (X), não se espere muito dessa ponte (Y).* (grifo nosso)

onde a colunista afirma sua descrença na força política pretendida pelo governo.

E, ainda, em:

- *Obama pode ser um barato (X) [...] MAS ninguém aqui em Washington acredita que realmente vá mudar [...] a política norte-americana para a América do Sul e o Brasil, particularmente (Y).*

em que a sentença que sucede o *mas* recupera a ceticismo da articulista apoiado no compartilhamento de opinião explícita em *ninguém aqui em Washington acredita*.

Essa linha argumentativa é reforçada em seguida pelo mesmo operador em:

- *[...] o ministro [...] certamente será capaz de construir uma ponte entre o Planalto e a Casa Branca [...] (X) MAS não se espere muito dessa ponte (Y).* (grifo nosso)

em que o modalizador epistêmico *certamente* marca o engajamento da locutora no sentido de indicar uma certeza em relação ao fato anunciado. Segundo Ducrot (1997), na estrutura “*certamente p mas q*” colocam-se em cena dois enunciadores sucessivos, E1 e E2, argumentando em sentidos opostos; nesse caso, o locutor se assimila a E2, enquanto seu alocutário adere a E1.

Então:

- “certamente p mas q” = *certamente* {p – E1} o ministro será capaz de construir uma ponte, *mas* {q – E2} não se espere muito dessa ponte. (grifos nossos)

Ao mesmo tempo em que a articulista (L) se declara de acordo com o fato alegado por E1, reconhecendo a “capacidade” do ministro, ela se distancia, rejeitando o fato através de um contra-argumento, que traz para o discurso uma dimensão de alteridade imperativa ao desenvolvimento da argumentação. Fiorin (2015) denomina a possibilidade de se colocar contra algo de princípio da antifonia, o qual “[...] mostra que toda ‘verdade’ construída por um discurso pode ser desconstruída por um contradiscurso, uma argumentação pode ser invertida por outra” (FIORIN, 2015, p. 23). Ou seja, a antifonia nada mais é que colocar em oposição discursos produzidos de pontos de vista diferentes, assumindo um deles como verdade. Desse modo, E2 contraargumenta:

- **E1** = *o ministro será capaz de construir uma ponte;*
- **E2** = *a ponte construída pelo ministro não terá utilidade;*
- **E2** = *Obama não mudará seus planos políticos em relação ao Brasil.*

Por outro lado, considerando as condições de produção do texto, associadas ao conhecimento de mundo compartilhado pelos interlocutores, há, neste enunciado, um outro tipo de relação discursiva argumentativa, intimamente relacionada à enunciação: a ironia, indicando uma outra possibilidade de efeito na enunciação, que se encadeia sobre a primeira, reforçando a noção de polifonia.

4.4.1.6 Ironia

Ainda nos remetendo ao trecho citado, é possível notar a ironia, uma figura retórico-argumentativa cujo conteúdo expressa o contrário do que se queria dizer, um “alargamento semântico de valor invertido”, nas palavras de Fiorin (2014, p. 69).

- *Se o ministro é capaz de propor um aqueduto entre Amazônia e Nordeste, certamente será capaz de construir uma ponte entre o Planalto e a Casa Branca depois das eleições de novembro. (grifos nossos)*

Cabe destacar que esse recurso não é linguisticamente caracterizado, implicando um compartilhamento de conhecimento de mundo e um esforço do leitor para perceber a duplicidade de sentido do funcionamento linguístico apreendido na dinâmica contextual a fim de influenciá-lo ou, ao menos, despertar sua consciência para que perceba a dimensão física, política, socioambiental, entre outras dificuldades que tornam praticamente impossível construir um aqueduto entre a Amazônia e o Nordeste para relacioná-las à *ponte entre o Planalto e a casa Branca*.

Para articular a ironia no texto, portanto, a colunista legitima seu dizer marcando sua relação com um conhecimento que surge na materialidade estilística argumentativamente marcada. Como explica Machado (2014), a ironia como um “[...] discurso de caráter transgressivo abre espaço para o riso, ao romper com as convenções” (MACHADO, 2014, p. 110), seguindo um percurso que mistura informações superpostas: uma *informação primeira*, constituída pela exposição de um fato e de natureza mais descritiva do que argumentativa – a proposta de um aqueduto entre Amazônia e o Nordeste⁴³ –, e uma *informação derivada* – ponte entre o Planalto e a Casa Branca –, que coloca em cena um julgamento de valor.

⁴³ “Mangabeira Unger quer levar água da Amazônia para o NE” (Sílvia Freire. *Folha de S. Paulo*, 17 jan. 2008).

4.4.2 Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial

O sentido cristalizado socialmente produzido do provérbio “Onde passa boi passa boiada” nos remete a uma situação de permissividade na qual, se há permissão para um fato (*boi*), há, também, para vários da mesma natureza (*boiada*). A estratégia argumentativa se apoia, inicialmente, no recurso da intertextualidade implícita, pois é necessário que o leitor ative sua memória discursiva para o devido reconhecimento do provérbio e compreenda seu sentido padrão. Entretanto, o operador condicional *se*, que antecede o provérbio, pressupõe uma hipótese para que a proposição seguinte aconteça de fato, como vimos anteriormente.

A introdução desse operador permite um jogo sutil de argumentatividade pois, ao mesmo tempo em que o sentido do provérbio é reafirmado,

➤ *se onde passa boi [então] passa boiada*

na resignificação semântico-pragmática esse subterfúgio é nuclear da irrupção das estratégias argumentativas usadas na feitura do texto, especialmente no último parágrafo (L 23 – 28), no qual o provérbio está inserido.

Então, se Mangabeira Unger

- *é capaz de propor um aqueduto entre a Amazônia e Nordeste*



passa boi

- *será capaz de construir uma ponte entre o Planalto e a Casa Branca*



passa boiada

Entretanto, como recurso argumentativo para sustentar o posicionamento da articulista, o provérbio toma uma direção interpretativa divergente, ou seja, tem seu sentido contestado em relação aos eventos expostos no texto. Esse direcionamento está marcado, polifonicamente, nos operadores de argumentação dos enunciados que

sucedem o provérbio:

- *mas não se espere muito dessa ponte;*
- *mas ninguém aqui em Washington acredita que;*
- *realmente vá mudar um milímetro a política norte-americana para a América do Sul;*
- *[realmente vá mudar um milímetro a política norte-americana para] o Brasil, particularmente.*

Tais enunciados, somados ao que conclui o texto,


- *Não se espere muito dessa ponte;*
- *Ninguém aqui acredita;*
- *Vá mudar um milímetro a política norte-americana;*
- *A prioridade está muito longe de Brasília*

representam, nessa situação discursiva particular, uma sucessão de fatos a partir do ponto de vista enunciativo do provérbio. Temos, portanto, um novo conjunto de contextos compatíveis com a direção interpretativa divergente do provérbio e que exclui os contextos em que é aceito seu sentido cristalizado.

Segundo Guimarães (1987, p. 74), o conceito de polifonia da semântica da argumentação implica uma “[...] coexistência de *enunciadores* meramente como uma perspectiva” (GUIMARÃES, 1997, p. 24) que exclui o aspecto histórico-social, característico da polifonia bakhtiniana. Também, o conceito de história, na semântica argumentativa, não é o da sucessão cronológica, mas a história cujo passado ou futuro se apresentam no presente da enunciação. Assim sendo, temos – *não se espere / acredita / vá mudar / está muito longe* – considerando uma organização temporal polifônica, ao representar a posição de um enunciador na enunciação.

A orientação polifônica argumentativa do provérbio usado no texto pode assim ser descrita:

➤ *Não se espere muito dessa **ponte***


 (passa boiada)

L {

- (E1) Mangabeira Unger facilitará a política norte-americana para o Brasil.
(passa boiada) (a)
- (E2) Mangabeira Unger não será capaz de articular a política norte-americana para o Brasil. (b)
(**não** passa boiada)

Em que L produz o ato ilocutório de pressupor (a) da perspectiva de E1, e afirma (b) da perspectiva de E2, a quem adere, desautorizando, portanto, E1.

Assim, contrapondo-se à orientação do sentido original do provérbio, têm-se o desenrolar desses argumentos reforçados pelos operadores e modalizadores discursivos. Portanto, podemos ver concretamente a dinâmica específica do uso proverbial consubstanciado na sua flexibilidade de adequação contextual, em sua ressignificação semântico-pragmática quando, modificado em sua materialidade linguística, contrapõe-se ao sentido cristalizado sócio-historicamente.

4.5 ANÁLISE DO TEXTO 2 – *Lula engole o PT*

BRASÍLIA - *OK, o PT "continua forte", como diz Lula, mas é preciso definir o que é ser "forte". O PMDB, por exemplo, é fortíssimo. Tem o maior número de governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores. É isso que o PT quer? Virar um PMDB? Sua verdadeira força sempre foi outra. E faz falta.*

(5) *Os fins justificam os meios. Antes, valia tudo pela causa. Hoje, vale tudo pelo poder. Ao jogar fora os escrúpulos de consciência (como faziam ministros civis na ditadura) para garantir o apoio do PMDB a Dilma Rousseff, Lula pode ter não apenas humilhado e rachado o PT no Senado, mas conseguido o inverso do que queria.*

Senão, vejamos: Lula agarrou-se a Collor, a Renan, a Jucá, desprezou o (10) passado, sacrificou a bandeira mais cara do PT, dividiu a bancada, enlouqueceu o líder Mercadante, empurrou Marina Silva para a campanha presidencial e levou Flávio Arns a gritar que tinha "vergonha" do partido. E salvou Sarney.

Isso enfraquece a alma do PT, mas não fortalece a aliança com o PMDB para 2010. O apoio a Dilma não depende de Sarney estar ou não na presidência do (15)Senado, depende da força e da capacidade de vitória que ela demonstrar.

E qual foi o resultado de toda a operação de Lula pró Sarney? Desde que lançada ao vento, a candidatura Dilma nunca esteve tão fragilizada, cheia de interrogações e pressionada. O que seria uma polarização Dilma-Serra, como operava Lula, virou uma campanha sortida, com Marina empunhando a bandeira do (20)desenvolvimento sustentável e Ciro Gomes com os mesmos índices de Dilma nas pesquisas.

A esta altura, o PMDB está menos preocupado com Sarney e mais com o que acontece, ou vai acontecer, com as chances de Dilma. Ou seja: Lula e o PT pagam um alto preço por tirar o pescoço de Sarney da guilhotina, mas podem ter afastado, (25)em vez de ter atraído, o apoio do "forte" PMDB. Que fica com Dilma se for para ganhar e pula fora se for para perder. Simples assim.

4.5.1 Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos

4.5.1.1 Uso das aspas

Considerando o dialogismo como um princípio constitutivo da linguagem, Bakhtin (1993, 2003) investiga o jogo de vozes no interior do discurso sob um enfoque polifônico⁴⁴. Esse jogo estabelecido entre as vozes deixa entrever dizeres que dialogam entre si, se entrecruzam, de modo complementar ou contraditório, deixando explícito o caráter polêmico do discurso, com diferentes pontos de vista, com diferentes enunciadores, na perspectiva argumentativa de Ducrot (1987).

Authier-Revuz (2004) também investiga a voz do outro com base na visão discursiva e dialógica de Bakhtin. Para ela, a heterogeneidade é de natureza da linguagem, portanto, constitutiva, podendo mostrar-se ou não, dependendo dos efeitos discursivos desejados pelo autor do dizer. Uma das maneiras de marcar o heterogêneo da linguagem é o uso das aspas, em que a voz de um outro se faz ouvir para estar a serviço de uma estratégia argumentativa.

⁴⁴ Não confundimos dialogismo (BAKHTIN, 2003) – fenômeno constitutivo da linguagem, próprio da sua natureza – com o efeito semântico da polifonia, caracterizada por polemizar diferentes vozes em um mesmo discurso.

Segundo a autora, as aspas indicam uma suspensão de responsabilidade, manifestando “[...] um questionamento do *caráter apropriado* da palavra ao discurso no qual é utilizada [...] correspondendo a uma glosa, implícita, remetendo a um *discurso-outro*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219, grifo da autora). Esse fenômeno é constatado pela autora no sentido de que é a estrutura material da língua que permite a escuta da palavra em outras palavras, que rompem a suposta homogeneidade do texto, mostrando-se na linearidade do cotexto⁴⁵ através de rupturas, choques e desvios. Por isso, “[...] a zona de ‘contato’ entre exterior(es) e interior que mostra marcas de distâncias num discurso é profundamente reveladora deste discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 31).

A depender do contexto, as aspas podem assumir diferentes e variadas significações: aspas de familiaridade, de condescendência e pedagógicas; aspas ostentatórias; aspas de proteção e aspas de ênfase (AUTHIER-REVUZ, 2004). Ao colocar as palavras entre aspas, o locutor se põe a atrair a atenção do receptor para o emprego específico dessas palavras, deixando-o com o trabalho de interpretar a lacuna aberta na enunciação. Segundo Maingueneau (1993, p. 91), “*As aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário*”. Por outro lado, olhando por uma perspectiva retórica, podemos constatar que todos esses tipos de uso de aspas atendem a um direcionamento argumentativo.

Ainda de acordo com Authier-Revuz (2004), as aspas podem ter dois empregos: o **emprego autonímico** e o de **conotação autonímica**. O primeiro ocorre quando o locutor faz menção a uma palavra, ou seja, enquanto destaque como referente por meio do signo, e não como signo em si mesmo. Na conotação autonímica, ou modalização autonímica, as aspas, além de fazerem menção à palavra, assinalam um dizer sobre seu uso naquele momento do texto. Maingueneau (2005) também fala de **modalização autonímica**; segundo ele, o dizer modaliza a palavra aspeada, não se limitando a ela, mas englobando “[...] o conjunto dos procedimentos por meio dos quais o enunciador desdobra, de uma certa maneira, seu discurso para comentar sua fala enquanto está sendo produzida” (MAINGUENEAU, 2005, p. 158).

Assim, temos, no texto analisado:

⁴⁵ Outros elementos do enunciado (MAINGUENEAU, 2005).

- “continua forte” – linha 1;
- “forte” – linha 2;
- “vergonha” – linha 12;
- “forte” – linha 25.

A colunista, no primeiro parágrafo (linhas 1-4), acusa o PT de estar se descaracterizando, política e historicamente, em prol de conseguir um maior número de adeptos. Para ela, a força do partido advém de sua proposta ideológico-política e não da quantidade de afiliados.

As aspas que destacam as expressões *continua forte* (linha 1) e *forte* (linha 2) sinalizam o aspecto polifônico desse primeiro parágrafo, mas com direcionamentos argumentativos diversos. No primeiro caso,

- *o PT "continua forte", como diz Lula*

as aspas restituem a fala do presidente Lula, ou seja, é um discurso direto relatado que objetiva criar autenticidade e distanciar o locutor do que está sendo dito, caracterizando o que Authier-Revuz (2004) classifica como não coincidência do discurso consigo mesmo, no qual uma das marcas de referência a outra fonte enunciativa é a expressão “como diz x”, neste caso, *como diz Lula*.

Na segunda ocorrência,

- *o que é ser "forte"*

as aspas destacam, segundo a mesma autora, um elemento autonímico, pois a colunista não apenas faz menção à palavra, mas dela faz uso efetivo, servindo-se de seu significante, é um “objeto mostrado”.

Por outro lado, as aspas também assinalam um discurso sobre seu uso nesse momento da evolução do texto, de maneira especial no adjetivo *fortíssimo* (linha 2), em que o superlativo absoluto representa, argumentativamente, uma escala orientada no sentido de afirmação plena (KOCH, 1996).

Do terceiro uso,

- *levou Flávio Arns a gritar que tinha "vergonha" do partido*

como marca da heterogeneidade, emerge a voz de Flávio Arns e é um dos recursos que darão o mote para o desenvolvimento argumentativo nos parágrafos seguintes.

Por último, reiterando, com o aspeamento, a dialogização interna do discurso ao retomar a fala de Lula, no primeiro parágrafo, temos um exemplo da modalização autonímica marcando a ironia por parte da locutora.

➤ *o apoio do "forte" PMDB*

Segundo Koch (2002), para um texto ser considerado coerente é preciso que não ocorram rupturas definitivas ou interrupções excessivamente longas do tópico em andamento. Uma das estratégias da progressão textual é a continuidade referencial, que permite aos referentes manterem-se em estado de ativação, em foco, durante o processamento textual, mesmo quando recategorizados. Desse modo, os leitores do jornal *Folha de S. Paulo*, em um movimento anafórico, retoma, no texto “*O PMDB, por exemplo, é fortíssimo. Tem o maior número de governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores*” (linhas 2-3). Entretanto, no decorrer de sua argumentação amparada na ressignificação do provérbio “Os fins justificam os meios”, a colunista expõe que a verdadeira força do partido está em sua associação com o poder: “*Que fica com Dilma se for para ganhar e pula fora se for para perder. Simples assim.*” (linhas 25- 26).

Da perspectiva polifônica de Ducrot (1987), o aspecto paradoxal da ironia repousa na expressão direta da expressão irônica ao mesmo tempo em que ela não é atribuída ao locutor, já que este só é responsável pelas palavras, sendo que o ponto de vista é atribuído a outro personagem da enunciação. Por outro lado, pode ocorrer a dissonância entre a suposição do locutor sobre o conhecimento compartilhado com o interlocutor e o efeito patêmico⁴⁶ da ironia referente à adesão à tese. Nesse caso, portanto, exige-se do leitor o reconhecimento da ironia, marcada discursivamente pelas aspas: a força do PMDB não vem do número de parlamentares em sua legenda, mas da quebra de princípios ético-políticos com o intuito de permanecer no poder.

⁴⁶ Dimensão emocional do interlocutor vinculada a uma estratégia discursiva e não a emoção entendida em termos psicológicos (PLANTIN, 2008).

4.5.1.2 Perguntas argumentativas

Segundo Plantin (2008), as relações argumentativas apoiam-se sobre um desacordo, sobre um conflito preexistente que não é reparado imediatamente na interação, mas tematizado no decorrer dessa interação em que surgiu e levado para um lugar argumentativo específico. Essas intervenções, portanto, são desenvolvidas e planejadas e uma das estratégias é a pergunta argumentativa através da qual são distribuídos os papéis argumentativos em função de três atos fundamentais: propor, opor-se e duvidar.

Plantin (2008) explica a sintagmática do discurso argumentativo baseado em perguntas argumentativas exemplificando com a pergunta: “Deve-se legalizar o uso de drogas?”

- 1º papel: Proponente (P) – há o discurso da opinião dominante, como regem as leis: “O consumo de drogas é proibido”, e o discurso de (P) orientado à proposição oposta: “Devemos legalizar alguns produtos, como a maconha”, que está no papel argumentativo de base. Os locutores que se alinham a essa proposição estão no mesmo papel argumentativo;
- 2º papel: Oponente (O) – são os locutores que se opõem a (P), defendendo os discursos negativos em relação à proposição: “Não! Isso é um absurdo!”;
- 3º papel: Terceiro (T) – locutores que não se alinham com nenhum dos discursos (P) e (O), transformando a oposição em pergunta: “É necessário legalizar?”.

A partir desses papéis a pergunta é produzida pela contradição discurso/contradiscurso - Proposição vs Oposição > Pergunta argumentativa -, em que se tem:

- a) a construção do discurso argumentado: (P) deve apresentar argumentos que sustentem sua posição: “A maconha não é mais perigosa do que o álcool; o álcool não é proibido. Conclusão: legalizar a maconha”;
- b) a conclusão como resposta à pergunta (T): (P) responde “Sim, legalizemos a maconha” sustentado com discurso de apoio;

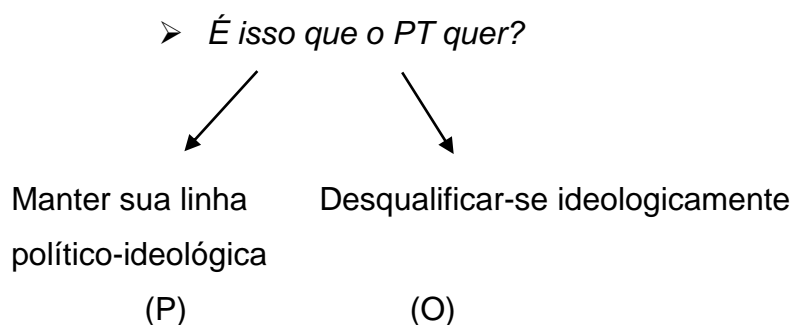
- c) contra-argumentação: (O) refuta os argumentos de (P) e contra-argumenta a favor de outra posição: “O álcool faz parte da nossa cultura, a maconha não”.

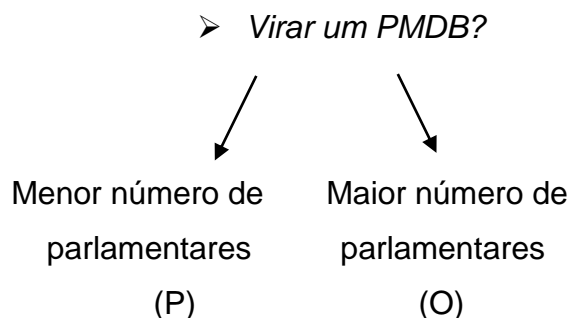
Koch (1996) também se refere ao alcance da interrogação nas relações discursivas, pragmáticas ou argumentativas. Segundo a autora, a interrogação incide sobre todo o enunciado, exceto naqueles introduzidos por operadores argumentativos; nesses enunciados ela incide apenas em uma parte do período e não sobre a relação. No texto que ora analisamos, as ocorrências com interrogação não são introduzidas por operadores argumentativos:

- *É isso que o PT quer?* (linha 3);
- *Virar um PMDB?* (linha 4);
- *E qual foi o resultado de toda a operação de Lula pró Sarney?* (linha 16).

As perguntas feitas pela articulista dirigem-se aos leitores do jornal e, indiretamente, ao presidente Lula, mantendo o direcionamento dialógico e responsivo de tais enunciados para sustentar a argumentação em relação ao seu descrédito nos resultados dos movimentos políticos de Lula, a fim de garantir o apoio do PMDB para a candidatura de Dilma Rousseff.

Adotando o esquema proposto por Plantin (2008), podemos analisar a argumentatividade das perguntas do seguinte modo:





Assumindo o papel do Proponente (P) no desenrolar da sua estratégia argumentativa para refutar o Oponente (O / articulação política de Lula para garantir o apoio do PMDB à candidatura de Dilma Rousseff), a colunista alega, como argumentos para sustentar sua posição, que Lula jogou fora os escrúpulos de consciência (linha 6), igualou-se aos ministros da ditadura militar (linha 7), humilhou e rachou o PT no Senado (linha 8), enfraqueceu a alma do PT (linha 14) e não fortaleceu a aliança com o PMDB (linha 15).

Em sua conclusão, a colunista, em um movimento de antecipação responsiva, elenca os resultados negativos da atitude do presidente (O):

- *E qual foi o resultado de toda a operação de Lula pró Sarney?*
 - fragilidade da campanha de Dilma Rousseff;
 - indiferença do PMDB com o destino de Sarney no Senado;
 - oportunismo do PMDB em relação ao resultado da eleição.

Podemos notar, portanto, corroborando as palavras de Plantin (2008), que, no decorrer dessa interação, o locutor assume o papel de Proponente argumentando e contra-argumentando no seu próprio discurso.

4.5.1.3 Paralelismo

Como já visto no item 4.4.1.2, o uso do paralelismo é uma maneira de causar um efeito de intensificação, de ênfase nos fatos relatados no enunciado. Nesta coluna analisada, percebemos a ocorrência das seguintes estruturas paralelas:

- *Antes, valia tudo pela causa. Hoje, vale tudo pelo poder.* (linha 5);

- *Isso enfraquece a alma do PT, mas não fortalece a aliança com o PMDB para 2010.* (linha 14);
- *O apoio a Dilma não depende de Sarney estar ou não na presidência do Senado, depende da força e da capacidade de vitória que ela demonstrar.* (linhas 14-15).

Na primeira ocorrência, os dois enunciados mantêm uma estrutura paralela entre passado e presente, marcada, linguisticamente, pelos advérbios temporais *antes* e *hoje* e pelo uso dos tempos verbais pretérito imperfeito e presente do modo indicativo que os acompanham, *valia* e *vale*, os quais, conforme Koch (1996), estabelecem a distinção entre **mundo narrado** e **mundo comentado**, respectivamente. Tais tempos operam na construção argumentativa do enunciado no qual o locutor posiciona-se criticamente. Em relação ao **mundo narrado**, espera-se do interlocutor uma atitude mais distante, perdendo sua força responsiva por ele ser apenas um ouvinte, ao contrário do uso do tempo verbal presente, caracterizando o **mundo comentado**, que tem por objetivo adverti-lo “[...] de que se trata de algo que o afeta diretamente e de que o discurso exige sua resposta” (KOCH, 1996, p. 38). Então, em

- *Antes, **valia** tudo pela causa. Hoje, **vale** tudo pelo poder.*

o jogo argumentativo marcado pelos tempos verbais requer do interlocutor atitudes distintas perante os fatos. O primeiro enunciado – *Antes, valia tudo pela causa* – reivindica do leitor um saber compartilhado com a colunista a respeito da referência temporal marcada no advérbio *antes*, ou seja, antes quando? A resposta está no conhecimento de mundo do interlocutor, mais especificamente daquele que se refere aos princípios originais da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), permitindo associar à ideia de “valer tudo pela **causa**”. Assim, o uso do pretérito imperfeito está, argumentativamente, relacionado aos fatos implicitamente narrados e com os quais ambos, locutor e interlocutor, não têm comprometimento. O paralelismo argumentativo em *antes > causa / hoje > poder* busca a adesão do leitor à tese defendida pela colunista: o PT está se descaracterizando ideologicamente em busca de poder político.

No segundo enunciado, o verbo no presente do indicativo reforça o aspecto

negativo das atitudes atuais do presidente e é o tempo verbal que predomina no texto. Embora tal constatação não seja o alvo de nossa análise, importa ressaltar pois, não só o uso desse tempo se adequa ao gênero textual ao qual pertence o texto, como também, no mundo comentado, o locutor se compromete com aquilo que está dizendo, criando uma tensão entre os envolvidos no discurso (KOCH, 1998). É o presente do indicativo que forma as outras estruturas paralelas:

- *enfraquece* ↔ *não fortalece*;
- *não depende* ↔ *depende*.

O uso do operador *mas* (linha 13) conexo às duas estruturas verbais paralelas que se estabelecem no antagonismo *enfraquece/não fortalece* e *não depende/depende* (linhas 14-15), além da pergunta argumentativa (linha 16), cujo desenvolvimento responsivo incide, principalmente, no binário verbal *o que seria/virou*, sustentam a argumentação.

4.5.1.4 Expressão coloquial

Vimos no item 4.4.1.1 que as expressões coloquiais cumprem a função argumentativa de buscar a adesão do interlocutor por meio de uma projeção feita pelo locutor sobre seu (interlocutor) conhecimento lexical associado à carga semântica que as palavras e expressões carregam. Neste texto, a colunista emprega apenas uma expressão coloquial – *vale tudo* –; entretanto, ela é essencial para sua construção argumentativa. *Valer tudo* significa não ter escrúpulos em suas ações; é um enunciado cristalizado aplicado em inúmeras situações discursivas na sociedade. Assim, de acordo com a colunista, no passado, ainda que o PT violasse regras sociais, havia um motivo nobre, uma *causa* (linha 5); hoje, as transgressões acontecem pelo poder, o motivo mais prosaico da política, fato, portanto, que desmerece tanto o partido como o presidente Lula.

Essa expressão concentra em si todo o significado negativo da palavra *meios* no provérbio:

- *Os fins justificam os meios. Antes, valia tudo pela causa. Hoje, vale tudo pelo poder.* (linha 5).

Pode-se aqui, em um nível intratextual, fazer uma associação entre esses três enunciados: ao se apropriar do provérbio com o sentido derivado para a ilicitude das ações, a palavra *meios* assume essa significação reforçada pela fórmula social “valer tudo”. A colunista, entretanto, desdobra ainda mais o sentido negativo ao dar a sequência de seu argumento com o explícito *jogar fora os escrúpulos de consciência* (linha 6). A sequência significativa desferida pelo provérbio constrói-se no sentido de que tudo é permitido, inclusive não ter escrúpulos, para alcançar o objetivo almejado.

O desenvolvimento do texto parte dessa argumentação, como pode ser observado no terceiro parágrafo (linhas 9-12), onde são exemplificadas as ações do presidente Lula – os *meios*, no caso do provérbio – que sustentaram a permanência do então presidente do Senado, José Sarney, como veremos no item a seguir.

4.5.1.5 Estrutura relacional coordenativa

Incorporando à teoria linguística os componentes semânticos e pragmáticos, Koch (1996) afirma que entre as orações que formam um parágrafo, um período ou um texto se estabelecem relações de interdependência “[...] de tal modo que qualquer uma delas é necessária à compreensão das demais” (KOCH, 1996, p. 111). Assim, segundo a autora, a presença de cada oração que compõe um período composto, seja ele por coordenação, subordinação ou justaposição, é necessária para veicular o significado pretendido: “O simples fato de o locutor apresentá-las em um só período, já significa uma opção, que tem, portanto, conseqüências na constituição do sentido” (KOCH, 1996, p. 114). É o que acontece neste excerto, em que temos um período composto, formado predominantemente por orações justapostas, seguido por um período simples.

- *Senão, vejamos: Lula agarrou-se a Collor, a Renan, a Jucá, desprezou o passado, sacrificou a bandeira mais cara do PT, dividiu a bancada, enlouqueceu o líder Mercadante, empurrou Marina Silva para a campanha*

presidencial e levou Flávio Arns a gritar que tinha "vergonha" do partido. E salvou Sarney. (linhas 9-12).

A progressão do discurso se dá no encadeamento das proposições resultantes de atos de enunciação diferentes em que a segunda oração tem como tema a primeira, sucessivamente. Nesse encadeamento, são estabelecidas relações semântico-pragmáticas que se apresentam intimamente ligadas às intenções da articulista na organização argumentativa do texto. Assim, temos:

- *Lula agarrou-se [...], desprezou [...], sacrificou [...], dividiu [...], enlouqueceu [...], empurrou [...] e levou [...]. E salvou [...].*

em que a carga semântica dos verbos deixa transparecer o aspecto negativo das ações do presidente com a intenção de ajudar Sarney a se livrar das denúncias de nepotismo e corrupção das quais era alvo.

Reiterando que a coordenação não se trata de simples adição de orações, Koch (1996), retomando Guimarães (1980)⁴⁷, fala que o encadeamento das orações faz com que elas se transformem em texto, constituindo-se em discurso. É por esse motivo que as conjunções coordenativas não aparecem tão somente entre as orações de um mesmo período, mas também entre períodos diferentes, como acontece em:

- *E salvou Sarney.* (linha 12).

Nesse caso, embora a oração esteja articulada com as orações antecedentes, ela se destaca das demais por constituir um único período, em uma estratégia de argumentação que tem por finalidade destacar a informação que o locutor considera mais importante.

Por fim, nesse excerto, é o mundo narrado, com o uso do pretérito perfeito simples, além da marca de heterogeneidade assinalada no aspeamento em “*vergonha*” (linha 13), marcando a voz de Flávio Arns, que darão o mote para o desenvolvimento argumentativo nos dois parágrafos seguintes (linhas 13-20), nos quais a colunista alega que atitudes do presidente não surtiram o efeito desejado, pois

⁴⁷ GUIMARÃES, Eduardo. Argumentação e Pressuposição. Comunicação apresentada no V Encontro Nacional de Linguística, PUC, RJ.

toda a movimentação política feita por ele pouco serviu para fortalecer tanto a candidatura de Dilma, como a pretendida aliança com o PMDB – os *fins*, que se refere o provérbio citado no texto, portanto.

4.5.2 Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial

Passamos agora a concentrar na análise da direção argumentativa do nosso objeto, o provérbio que inicia o segundo parágrafo (linha 5). A exposição acima sobre os fatos decorridos no texto foi necessária porque tomamos o provérbio sob a perspectiva dialógica bakhtiniana, que parte do princípio básico de que um enunciado não é uma unidade da língua, mas da comunicação discursiva. Além disso, “a situação social mais próxima” vai determinar as reais condições do enunciado (VOLÓCHINOV, 2021, p. 204). Sobre esse aspecto enunciativo, Voloshinov (1976) afirma que o discurso verbal “[...] nasce de uma situação pragmática extra-verbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação [...] que se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação.” (VOLÓSHINOV, 1976, p. 4-6), pois é um “evento social”. Sendo assim, o sentido do provérbio “Os fins justificam os meios” usado no texto só pode ser associado aos fatos nela relatados.

O provérbio inicia o segundo parágrafo (linha 5) e tem como significado explícito o fato de que as ações humanas são justificadas pelos objetivos que almejam alcançar e é usualmente aplicado em situações cujas ações possuem cunho negativo, ou seja, atos que não são considerados aceitáveis ou éticos para a sociedade. Por essa perspectiva, os indivíduos sentem-se autorizados a agir contrariando regras sociais se forem avaliados os seus motivos que, pela lógica argumentativa, são considerados nobres ou, no mínimo, imperiosos em determinada situação. A autora aproveita desse sentido para compor sua argumentação sobre a descaracterização político-ideológica do PT.

Por outro lado, o provérbio é articulado sobre os substantivos *fins* e *meios*, considerados pela perspectiva teórica por nós adotada como signos linguísticos – a palavra. Para Bakhtin (VOLÓCHINOV, 2021, p. 100), “[...] a palavra acompanha toda a criação ideológica como seu ingrediente indispensável” cujo sentido é determinado pelo contexto em que ela aparece. Assim, para ele, não basta apenas reconhecer a forma linguística, mas compreendê-la no contexto de uma enunciação particular, já

que “[...] existem tantas significações possíveis para uma palavra quantos contextos de seu uso” (VOLÓCHINOV, 2021, p. 195-196). Além disso, segundo Carel (2009, p. 26), “[...] fazer a análise argumentativa da palavra consiste em associar-lhe argumentações”, ou seja, associá-la a outras palavras, relacionando-a em parágrafos e em textos, de modo a permitir a descrição dos enunciados em que ela está empregada e que estaria prestes a sustentar; a autora adverte, entretanto, que os discursos argumentativos ligados à palavra em questão podem, ou não, comportá-la. O que importa é que a estrutura argumentativa da qual a palavra faz parte aparece como um todo, como um único quadro, uma única unidade semântica.

Isso quer dizer que as palavras *fins* e *meios* nesse texto podem ser assim compreendidas:

- *fins* = a permanência de Sarney no Senado, e o conseqüente apoio do PMDB à candidatura de Dilma;
- *meios* = os atos de Lula para que isso aconteça.

Observamos, portanto, que tanto o enunciado proverbial em si, como as palavras que o compõem mantêm uma relação de sentido com o contexto imediato do qual o provérbio faz parte. Vejamos agora a direção interpretativa que o provérbio assume em relação a esse contexto.

As relações dialógicas podem acontecer em palavra isoladas no texto, em partes do texto e na enunciação como um todo. O provérbio avaliado, sendo parte da coluna jornalística em questão, representa uma posição do autor em relação ao conteúdo abordado e é passível, portanto, de ser analisado sob a perspectiva dialógica convergente ou divergente a esse conteúdo.

Para Bakhtin (2010), as relações dialógicas estão esteadas no discurso bivocal, que tanto está voltado para si mesmo como para o discurso do outro; há, nesse tipo de discurso, duas orientações semânticas, duas vozes. Em vista disso, retomemos o sentido do provérbio e seu uso no texto em questão.

Em uma primeira abordagem, vimos que esse provérbio é usado em situações cujos atos censuráveis são justificados pelos objetivos a serem alcançados. Vejamos, então, os seguintes enunciados que iniciam o segundo parágrafo:

- *Os fins justificam os meios. Antes, valia tudo pela causa. Hoje, vale tudo pelo poder* (linhas 5-6).

Nesse trecho, podemos pressupor que o provérbio corre em direção convergente com o conteúdo do texto, pois, nas palavras da colunista, Lula está maculando a imagem de seu partido com o intuito de alcançar um bem maior, a eleição de sua candidata à presidência. Assim,

- *antes* os meios eram justificados- *valia tudo pela causa*;
- *hoje*, os meios são justificados pelo poder.

A autora inclui, em seu plano argumentativo, o discurso do outro voltado para suas próprias intenções. Essa atitude discursiva caracteriza um discurso de orientação única do qual faz parte a estilização (BAKHTIN, 2010, p. 221), cujo recurso dialógico implica, por parte do autor, na reprodução de uma voz alheia: o autor entra na palavra do outro e nela se instala. A colunista, portanto, se apropria dessa significação e a estiliza, ou seja, usa-a em seu benefício discursivo sem descaracterizá-la, numa convergência de sentidos.

Por outro lado, vimos também que as ações do presidente Lula não iriam surtir o efeito desejado, mesmo que elas tenham desqualificado ideologicamente seu partido:

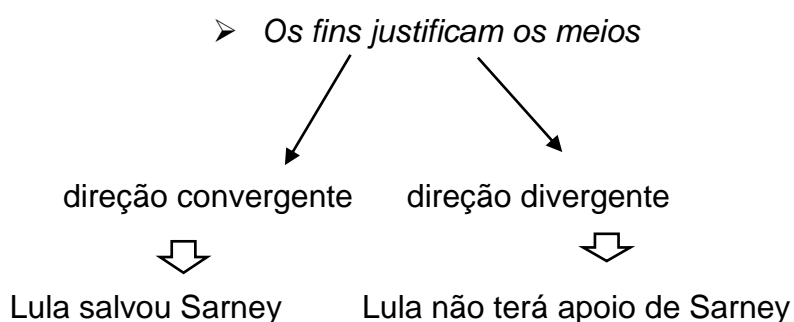
- *Isso enfraquece a alma do PT* (linha 13).

E, como já visto, é a partir dessa ideia que a colunista vai discorrer sua argumentação nos próximos parágrafos até à conclusão do texto, ou seja, mesmo jogando fora os escrúpulos de consciência Lula conseguiu o inverso do que pretendia. Os *meios*, por essa perspectiva, não o levarão aos *fins* desejados. Abre-se aqui um novo ponto de vista dialógico.

A palavra do outro, a voz do provérbio, é, então, reproduzida pela colunista com um novo direcionamento de sua significação; ela se apropria da voz da sabedoria popular para refutá-la polemicamente, fazendo com que o significado do provérbio ocorra em direção interpretativa divergente do significado geral do texto. Um dos dispositivos enunciativos do discurso polêmico, definido por Amossy (2017, p. 198)

como um “contradiscurso centrado na refutação e no descrédito”, consiste na confrontação verbal monogerida, que acontece quando um locutor toma a palavra, dominando um discurso cujo alocutário é representado pelo público (o Terceiro), e não por um Oponente direto. O argumento de autoridade, aqui representado pelo provérbio, age, na verdade, em favor do sentido contrário ao do enunciado proferido.

Cruzam-se, assim, nessa relação dialógica, duas direções interpretativas que partem do provérbio:



Ao mesmo tempo em que a autora usa-o em direção convergente, assumindo que as ações censuráveis do presidente Lula “salvaram” Sarney – *os fins justificam os meios*, portanto – ela também argumenta que o objetivo real dessas ações seria o fortalecimento da candidatura de Dilma, a qual, mesmo após a *operação de Lula pró Sarney* (linha 16), estava *fragilizada, cheia de interrogações e pressionada* (linhas 17-18). De fato, partindo dessa argumentação, emerge um significado oposto à voz consensual do provérbio. Desse outro ponto de vista, a finalidade de toda a movimentação política de Lula não está justificando suas ações.

A partir do momento em que a polêmica intensifica uma polarização no uso do provérbio, que serve aqui de intertexto, podemos observar como um texto opinativo da esfera midiática constrói, discursivamente, um espaço em que o locutor mobiliza procedimentos discursivos e argumentativos que permitem tomar uma posição e argumentar diretamente ao leitor, que não tem lugar para se manifestar diretamente.

O resultado do confronto entre os significados que o provérbio assume no texto caracteriza um discurso interno profundamente dialógico em que ora a palavra do outro é aproveitada pela autora com a mesma orientação significativa, ora estabelece-se uma divergência entre elas. Essa interação de perspectivas na mesma enunciação permite uma compreensão também dialógica relacionada com a representação da palavra bivocal.

Pode-se dizer, portanto, que esse dialogismo interno é o horizonte da compreensão responsiva por parte do leitor no que diz respeito tanto ao contexto imediato do texto em questão, assim como no contexto mais amplo da significação do provérbio como um enunciado cristalizado, pois “[...] o enunciado pode agir apenas se sustentando em fatores constantes e estáveis da vida e em avaliações sociais substantivas e fundamentais” (VOLÓCHINOV, 1976, p.6).

4.6 ANÁLISE DO TEXTO 3 – *De pernas longas: uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir*⁴⁸

O problema da mentira não é tanto o mentiroso, pois a ele cabe apenas sustentar a invencionice e adicionando ponto sobre ponto ao próprio conto conforme a conveniência. Mais complicada é a situação de quem trata com condescendência a mentira na ingênua fé de que a verdade é submissa ao poder soberano dos fatos. (5)Nem sempre.

Disso vem dando notícia o PT desde que assumiu a Presidência qualificando de “herança maldita” o legado de estabilidade econômica, enquanto se preparava para aderir ao festim diabólico da roubalheira patrocinado havia décadas por seus novos companheiros de uma jornada cuja meta seria a formação de um consórcio de poder (10)perpétuo.

De memória fraca, a maioria ignorou um fato: o ambiente estável foi uma conquista coletiva, decorrente da adesão do país a um plano que o governo sozinho não teria dado conta de executar. Inexperiente no exercício do cotejo entre palavras e atos de seus governantes, ficou indiferente às incongruências factuais, preferindo (15)ser feita de bobo pelo falatório diário conversor de mentiras pela via da repetição.

Assim, sob o consentimento quase geral, operou Lula durante anos, antes e depois do poder. Daí não é de surpreender a capacidade do PT de não apenas se adaptar às vicissitudes como tirar bom proveito delas. A mentira é obra que se constrói com muita facilidade. Difícil de destruir, entre outros motivos porque tem como alicerce (20)a desonestidade. O trapaceiro não tem compromisso com a regra; já larga no lucro quando é aceito no jogo, e na dianteira fica em relação aos demais que atuam dentro de restrições legais, morais, educacionais, sociais e/ou institucionais.

⁴⁸ Anexo D.

Eis a razão pela qual Lula e o PT permanecem no centro da cena política apesar de todos os pesares: falta de escrúpulos. Contra o desrespeito deslavado às (25)leis, a afronta a decisões judiciais e a ausência total de espírito público pouco há de fazer além de aguardar que o tempo dê seu jeito. São tão emaranhados e erráticos os caminhos do fingidor que uma hora termina prisioneiro do próprio labirinto.

Lula e o PT montaram esse tipo de armadilha e seguem na direção dela. Mas como, se fazem o maior sucesso? Digo como: apostando tudo na sobrevivência da (30)fama de uma pessoa e confessando, assim, que o partido só tem um ativo; com isso deixando de investir nas eleições estaduais e parlamentares, o que equivale ao enfraquecimento da legenda e conseqüente perda de importância no jogo político.

O petismo já largou a ponta da toalha, pois só quem se dá por perdido admite correr tantos riscos. Quais sejam, os de perder espaço no horário eleitoral, ficar (35)reduzido a representação irrisória no Congresso, transformar a preferência nas pesquisas numa montanha de votos nulos por insistência em candidatura nula de origem, passar à história como campeão de derrotas na Justiça e, o risco maior de todos, ganhar a eleição sem ter como cumprir a promessa de fazer “o Brasil feliz de novo”.

(40)Essa canoa já virou, e foi a benevolência geral para com os caprichos autorreferidos do PT o que a fez virar.

4.6.1 Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos

4.6.1.1 Intertextualidade

O texto, como “objeto heterogêneo” (KOCH, 2003, p. 59), mantém uma relação de seu interior com o exterior, do qual fazem parte outros textos que lhe dão origem e com os quais dialoga. Essa relação, chamada de intertextualidade em sentido amplo (*lato sensu*), é a “condição de existência do próprio discurso” (KOCH, 2003, p. 60). Já a relação de um texto com outros previamente existentes, “efetivamente produzidos” (KOCH, 2003, p. 62), constitui a intertextualidade em sentido restrito (*stricto sensu*), que pode ser explícita, quando há menção ao intertexto, ou implícita, sem qualquer menção à fonte alheia, como acontece nesse artigo, cuja estratégia argumentativa está fundamentada no provérbio “A mentira tem perna(s) curta(s)” o qual, por sua vez, é associado a outro provérbio: “Quem conta um conto aumenta um ponto”.

Nesse processo de incorporação de um texto em outro, Fiorin (2011) elenca três ocorrências: citação, alusão e estilização. A citação confirma ou altera o sentido do discurso mencionado, firmando-se por mostrar a relação textual-discursiva explicitamente; na alusão não se faz uma citação explícita, mas uma construção que reproduz a ideia central de algo já discursado, aludindo a um discurso já conhecido pelos interlocutores. Por fim, a estilização reproduz os elementos de um discurso já existente, como uma reprodução estilística do conteúdo formal ou textual, com o intuito de reestilizá-lo.

As orientações de Koch (2003) e Fiorin (2011) sobre as ocorrências intertextuais podem ser comprovadas neste artigo com o uso de provérbios em dois trechos: no título,

- *De pernas longas. Uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir.*

e no primeiro parágrafo (linhas 1-3),

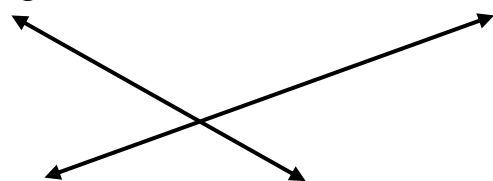
- *O problema da mentira não é tanto o mentiroso, pois a ele cabe apenas sustentar a invencionice adicionando ponto sobre ponto ao próprio conto conforme a conveniência.*

Analisaremos os casos conjuntamente, respeitando, entretanto, suas especificidades.

Como observa Maingueneau (2011), o reconhecimento de um provérbio pelos falantes revela uma competência linguística, pois tais enunciados “[...] são as únicas sequências cristalizadas que fazem parte da língua” (MAINGUENEAU, 2011, p. 41). Por outro lado, para a atividade de escrita, o articulista precisa “[...] ativar ‘modelos’ que possui sobre práticas comunicativas” (KOCH; ELIAS, 2012, p. 43), levando em conta os elementos que entram na composição de seu texto, tais como a retomada, implícita ou explicitamente, de outros textos e gêneros. Neste último caso, à medida em que os falantes se envolvem nas práticas sociais, entram em contato com a multiplicidade de gêneros existentes em cada cultura, desenvolvendo uma competência metagenérica que os habilita perceber quando um gênero é mobilizado no interior de outro, com o objetivo de produzir determinados efeitos (KOCH, 2006). É

a partir da articulação interacional desses conhecimentos, no balanceamento entre informações implícitas e implícitas, que é possível reconhecer o provérbio nas duas ocorrências.

No título do artigo, *pernas longas* e *mentira* permitem retomar o provérbio “A mentira tem perna(s) curta(s)”, cujo sentido convencional, de acordo com Urbano (2018, p. 201), é “não se pode sustentar uma mentira por muito tempo”.

- *De pernas longas. Uma vez consentida, a **mentira** é obra difícil de demolir.*
- 
- *A **mentira** tem **pernas curtas**.*

Segundo o autor, como se trata de um provérbio de uso coloquial muito frequente, seu uso e reconhecimento, por parte do articulista e dos leitores da revista, são dados como certo.

A respeito da origem desse provérbio e corroborando as palavras de Mieder (2004), quando afirma que o profícuo intercâmbio comercial, social, cultural e linguístico permitiu a disseminação dos provérbios, tornando difícil traçar sua história em uma língua particular, Urbano (2018, p. 425) também ilustra:

Há duas versões para explicá-la. A primeira a vincula a *Mendacia curta semper habent crura*, do latim. Aparece ainda no espanhol: *La mentira no tiene pies* e *La mentira tiene las pernas cortas*; no francês: *Les mensonges ont des jambés courtes*; no italiano: *Le bugie hanno le gambe corte*; e no inglês: *A lie has short legs* ou *Lies have short legs*. A outra versão, menos confiável, a vincula a Toulouse-Lautrec, no século XIX, de estatura muito baixa, por causa de um defeito físico que lhe atrofiava as pernas, e conhecido como não muito amigo da verdade. Evidentemente, se os latinos antigos já usavam de alguma forma o provérbio, não tem sentido vinculá-lo a fato mais recente.

Além disso, por uma perspectiva dialógica bakhtiniana, na interação verbal não se trabalha apenas com a língua como um sistema de formas imutáveis, normativas e idênticas em um contexto concreto. No processo de compreensão dialógica, é o aspecto da forma linguística em um contexto concreto que leva à compreensão da sua significação em um enunciado, ou seja, “[...] à compreensão da sua novidade e não ao reconhecimento da sua identidade” (VÓLOCHINOV, 2021, p. 178).

De modo algum o processo de compreensão deve ser confundido com o processo de reconhecimento. Eles são profundamente diferentes. Apenas um signo pode ser compreendido, já o sinal é reconhecido [...] a forma é orientada pelo contexto e se constitui em um signo, embora estejam presentes sua natureza de sinal e o momento do seu reconhecimento. (VÓLOCHINOV, 2021, p. 178-179).

A intertextualidade implícita também se faz presente no reconhecimento do provérbio inserido no primeiro parágrafo do texto ao relacionar as palavras *ponto* e *conto* ao provérbio “Quem conta um conto aumenta um ponto”, cujo significado consensual é “[...] as pessoas têm a tendência de acrescentar alguma coisa às histórias que passam adiante” (URBANO, 2018, p. 116). Essa “alguma coisa” está correlacionada à invenção/mentira, como se nota no texto:

- *O problema da mentira não é tanto o mentiroso, pois a ele cabe apenas sustentar a **invencionice** adicionando ponto sobre ponto ao próprio conto conforme a conveniência.* (grifo nosso).

Um dos fatores definidores do provérbio, visto no Capítulo 2 desta tese, é seu aspecto formal. Greimas (1975), Rocha (1995), Obelkevich (1997), Steinberg (2002) e Maingueneau (2005) mencionam que as rimas, assonâncias, aliterações, além da construção binária em simetrias sintáticas e semânticas, são recursos que tornam o provérbio facilmente reconhecível e memorizável. Esses recursos podem ser comprovados no provérbio “Quem conta um conto aumenta um ponto”:

- Quem conta um conto / aumenta um ponto. } estrutura binária

- $\begin{array}{c} \text{conta / } \underline{\text{c}}\text{onto} \\ \updownarrow \quad \updownarrow \\ \text{conto / } \underline{\text{p}}\text{onto} \end{array}$ } rimas, assonâncias e aliterações⁴⁹

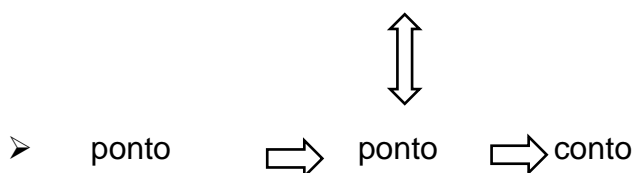
Entretanto, para Greimas (1975), assim como para Ernest-Pereira (2002), a

⁴⁹ Rima: recurso musical baseado na semelhança sonora de palavras; assonância: repetição de um mesmo fonema vocálico; aliteração: repetição de um mesmo fonema consonantal (CEREJA; MAGALHÃES, 2009).

simetria rítmica não atua no sentido de favorecer a memorização, como argumenta a maioria dos autores, mas no sentido de favorecer uma simetria semântica “[...] que vai ao encontro da busca de ‘certezas’ do sujeito pragmático” (ERNEST-PEREIRA, 2002, p. 170), simplificando a complexidade do mundo e da experiência humana, isto é, a estrutura binária que caracteriza o provérbio constitui um significante “[...] de um mundo acabado, equilibrado e em repouso” (GREIMAS, 1975, p. 294). Para Ernest-Pereira, portanto, a simetria binária e rítmica de alguns provérbios não é fortuita.

No artigo analisado, a estrutura rítmica baseada em assonâncias e aliterações também pode ser observada, facilitando o reconhecimento do provérbio:

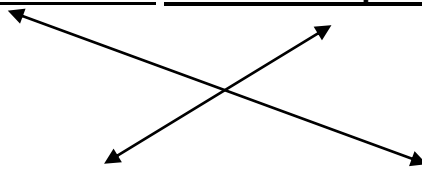
➤ [...] *adicionando ponto sobre ponto ao próprio conto* [...]



Retomando as ocorrências de intertextualidade elencadas por Fiorin (2011) e referindo-nos aos usos dos dois provérbios no texto, podemos perceber que a articulista, em ambos os casos, faz uma alusão ao provérbio original, pois não são citadas as palavras ou construções sintáticas na íntegra. Embora no segundo provérbio tenha sido mantida a estrutura rítmica, os dois representam figurativizações⁵⁰ do mesmo tema, a mentira. Se, por outro lado, acompanharmos as distinções feitas por Koch (2006) a respeito da intertextualidade em sentido restrito, explicitadas no Capítulo 3 desta tese, podemos associar o uso dos provérbios neste texto como uma manifestação da intertextualidade implícita.

Entretanto, ainda que tenham a mentira como tema comum, a direção argumentativa dos provérbios aludidos não é a mesma. No primeiro caso, o provérbio é contestado pela articulista, fato de que trataremos no segundo eixo desta análise, enquanto que, no segundo caso, a alusão segue a mesma direção interpretativa:

⁵⁰ A figurativização está associada aos discursos predominantemente concretos, produzindo um efeito de realidade e, por isso, representam o mundo, como seus seres e acontecimentos (PLATÃO; FIORIN, 1996).

- Quem conta um conto **umenta um ponto**.
 - [...] **adicionando ponto sobre ponto** ao próprio conto [...]
- 

Desse modo, portanto, o tratamento das relações intertextuais aplica-se na medida em que um texto, qualquer que seja este, remete-se a outros para construir seu nexos, e a intertextualidade, como um dos critérios de textualidade, vai influenciar na produção e recepção do texto, pois o conhecimento de outros textos e como se relacionam entre si permite a construção dos sentidos.

4.6.1.2 Modificadores avaliativos e *ethos*

Os mecanismos discursivos e argumentativos são responsáveis pelos efeitos de sentido no texto. Segundo Oliveira e Machado (2013, p. 5),

O princípio do discurso é a comunicação e para tanto é necessário, durante o processo de enunciação, que alguns aspectos como a imagem que se pode ter e fazer do outro e a observação de todo o entorno sejam, devidamente, considerados. Isso quer dizer que, ao enunciar, é possível captar uma imagem do enunciador, ou seja, o locutor constrói uma imagem de si com o propósito de influenciar seu alocutário [...] o *ethos*, isto é, esse autorretrato revelado na/pela enunciação (demonstrando e ser e o parecer), constitui um dos recursos estratégicos utilizados para persuadir e convencer.

Maingueneau (2006) afirma que o *ethos* é construído pelo interlocutor antes do ato de enunciação, constituindo o que ele chama de *ethos pré-discursivo*. Esse tipo de *ethos*, segundo o autor, é mais comum no domínio político, mas também está associado a determinados gêneros do discurso ou posições ideológicas, que podem induzir expectativas a seu respeito. Considerado como uma noção discursiva, ou seja, não é uma imagem do locutor exterior à fala, o *ethos* se fundamenta na influência sobre o outro e só pode ser compreendido em uma dada situação comunicativa ocorrida em uma conjuntura sócio-histórica determinada.

Em vista disso, a imagem da articulista, como ser discursivo, é construída no decorrer do texto, em suas escolhas lexicais e operações argumentativas, já que “A maneira de dizer, de uma certa forma, é também mensagem” (MAINGUENEAU, 2006,

p. 64), isto é, o *ethos* se mostra por sua maneira de dizer, tornando-se um “fiador” que atesta o que é dito por meio de seu “tom”. A perspectiva de Maingueneau (2006) a respeito do *ethos* permite, portanto, refletir sobre a adesão do interlocutor à posição assumida pelo locutor e, conseqüentemente, refletida no *ethos*.

Complementando Maingueneau (2006), Oliveira e Machado (2013, p. 18) esclarecem que “O *ethos* revela-se no discurso por meio de procedimentos que envolvem recursos linguístico-argumentativos diversos”; assim, no que diz respeito aos aspectos semântico-pragmáticos, as escolhas lexicais desempenham um papel de extrema importância na argumentação do texto. Observando a seleção dos adjetivos, ou modificadores avaliativos, empregados no texto, podemos fazer emergir não só o *ethos* assumido pela autora, mas também a orientação argumentativa que ela pretende dar ao texto.

Discorrendo sobre as atitudes do ex-presidente Lula e de seu partido, o PT, e afirmando que elas são baseadas na mentira, a articulista polariza verdade e mentira por meio de grupos nominais axiológicos, conduzindo sua argumentação de modo que seu *ethos* seja fiador da representação da verdade. Nossa análise, portanto, incide sobre os adjetivos que expressam sua avaliação a respeito dos dois polos, conforme destacados abaixo:

- *Mais complicada é a situação de quem trata com condescendência a mentira na **ingênua fé** de que a **verdade é submissa ao poder soberano dos fatos**. (linhas 3-4, grifo nosso),*

em que:

- ❖ *ingênua fé*
 - ❖ *verdade submissa*
 - ❖ *poder soberano*
- } Verdade = **pernas curtas**

- *Disso vem dando notícia o PT desde que assumiu a Presidência qualificando de “**herança maldita**” [...] enquanto se preparava para aderir ao **festim diabólico** da roubalheira [...] cuja meta seria a formação de um consórcio de **poder perpétuo**. (linhas 6-10, grifo nosso),*

em que:

- ❖ herança *maldita*;
 - ❖ festim *diabólico*;
 - ❖ poder *perpétuo*
- } Mentira = **pernas longas**

Nos excertos acima, a verdade é valorada como *ingênua* e *submissa*, em contundente oposição à mentira: *maldita* (herança) e *diabólico* (festim). O substantivo *poder*, por sua vez, carrega uma diferença sutil: como *soberano*, é um poder absoluto de ação legítima, não submetido a nenhum outro tipo de poder e, sendo perpétuo, apresenta uma continuidade de poder no tempo, independentemente de quem o assume. Assim, a verdade é submissa a um poder absoluto, ao passo que a mentira almeja o poder incondicionado e ilimitado.

- De **memória fraca**, a maioria ignorou um fato: o **ambiente estável** foi uma **conquista coletiva** [...]. **Inexperiente** no exercício do cotejo entre palavras e atos de seus governantes, a maioria ficou **indiferente** às **incongruências factuais**, preferindo ser feita de boba pelo **falatório diário** conversor de mentiras pela via da repetição. (linhas 11-15, grifo nosso),

em que:

- ❖ memória *fraca*
 - ❖ ambiente *estável*
 - ❖ conquista *coletiva*
 - ❖ maioria *indiferente* e *inexperiente*
- } Verdade = **pernas curtas**
-
- ❖ incongruências *factuais*
 - ❖ falatório *diário*
- } Mentira = **pernas longas**

Nesse trecho, a articulista expõe, primordialmente, as características de quem acredita na mentira (*falatório diário*): são pessoas de memória fraca, inexperientes,

ingênuas (*feitas de boba*) e indiferentes ao contrassenso e à insensatez das mentiras impetradas por Lula e o PT.

- *Contra o **desrespeito deslavado** às leis [...] a **ausência total de espírito público** pouco há que se fazer [...]* (linhas 24-26, grifo nosso),

em que:

- ❖ *desrespeito deslavado*
 - ❖ *ausência total de espírito público*
- } Mentira = **pernas longas**

- *São tão **emaranhados e erráticos os caminhos do fingidor** que uma hora termina **prisioneiro de seu próprio labirinto**.* (linhas 26-27, grifo nosso),

em que:

- ❖ *caminhos emaranhados e erráticos*
 - ❖ *prisioneiro do próprio labirinto*
- } Mentira = **pernas longas**

Os grupos nominais que caracterizam a mentira nesses dois trechos reafirmam o seu aspecto contraproducente.

- *[...] ficar reduzido à **representação irrisória** no Congresso [...]* (linha 35, grifo nosso)
- } Mentira = **pernas longas**

- *[...] foi a **benevolência geral** para com os **caprichos autorreferidos** do PT [...]* (linhas 40-41, grifo nosso),

em que:

- ❖ Benevolência *geral* } Verdade = **pernas curtas**
- ❖ Caprichos *autorreferidos* } Mentira = **pernas longas**

No confronto de representações, fica evidente a escolha dos grupos nominais de com valor positivo associado à verdade e ao *ethos* da colunista, já que esta, em sua argumentação, desqualifica as atitudes de Lula e do PT. De outro lado, também dotados de força argumentativa, os grupos de valor negativo caracterizando Lula e o PT, ou seja, a mentira. Em vista disso, a cronista dá uma identidade ao mundo construído em seu discurso, dicotomicamente dividido em verdade e mentira, suscitando nos leitores uma adesão por meio de um dizer que é, ao mesmo tempo, um modo de ser. Conforme expressa Maingueneau (2006, p. 70),

O poder de persuasão de um discurso decorre em parte do fato de que ele leva o destinatário a identificar-se com o movimento de um corpo, por mais esquemático que seja investido de valores historicamente especificados.

Essas análises permitem desvelar o percurso argumentativo que a articulista se propôs a organizar e que contesta a verdade consensual do provérbio “A mentira tem perna curta”. É o que veremos no Eixo 2 a seguir.

4.6.2 Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial

A articulista, baseada no provérbio “A mentira tem perna(s) curta(s)”, cujo sentido, segundo Urbano (2018, p. 201), é “[...] não se pode sustentar uma mentira por muito tempo”, discorre sobre as atitudes do presidente Lula e do PT lançarem mão de mentiras e falta de escrúpulos para se manterem na cena política. Segundo ela, isso acontece porque a maioria da população segue enganada pela reiteração das mentiras divulgadas por esses políticos. Entretanto, embora afirme que não há como combater tais atitudes, a autora aventa a possibilidade de o partido sofrer consequências negativas e inesperadas decorrentes do panorama político.

Segundo Koch (2003), por ocasião do processamento textual, contribuem três sistemas de conhecimento: o linguístico, o enciclopédico e o interacional. O primeiro

sistema é responsável pelo reconhecimento do léxico e de sua organização na superfície textual. O segundo, é aquele que está armazenado na memória dos indivíduos e é responsável pela ativação de proposições sobre fatos do mundo ou modelos sociognitivos adquiridos pela experiência; o terceiro sistema diz respeito às ações verbais e sobre as formas de interação da linguagem e engloba os conhecimentos comunicacional, metacomunicativo e superestrutural. Para a autora:

É com base em tais modelos [sociocognitivos], por exemplo, que se levantam hipóteses a partir de uma manchete; que se criam expectativas sobre o(s) campo(s) lexical(is) a ser(em) explorado(s) no texto; que se produzem as inferências que permitem suprir as lacunas ou incompletudes encontradas na superfície textual. (KOCH, 2003, p. 32).

Conforme já referido nesta tese, o provérbio, como manifestação cultural que faz parte da língua enquanto sistema (Anscombre, 2000) e possuindo um estatuto de renunciabilidade, pode ser reconhecido no título, apesar de sua materialidade linguística estar alterada. Concorrem para isso o conhecimento de enciclopédico e o conhecimento superestrutural, responsável pelo reconhecimento de estruturas ou modelos textuais, os gêneros e tipos textuais.

As alterações no título exemplificam o procedimento discursivo proposto por Grésillon; Maingueneau (1984), e sobre o qual discorreremos no Capítulo 2 desta tese, denominado de subversão por *détournement* militante, especificamente *détournement* das condições genéricas, quando as alterações obedecem aos aspectos formais do enunciado proverbial associadas às condições de uso:

➤ *De pernas longas: Uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir.*

➤ tem **pernas curtas**.

A mentira

A análise do *détournement*, segundo os autores, baseia-se em três níveis: as condições de uso, nível do significante e nível do significado. No nível das condições de uso e de significado, o provérbio do título deste artigo apresenta uma *subversão* bem sucedida, pois tem uma contradição nítida entre o provérbio original e seu (do título) conteúdo; entretanto, no nível do significante, o efeito obtido não se propõe muito forte, pois os procedimentos em sua materialidade são diversos: da materialidade linguística original restaram as palavras **pernas** e **mentira**, suficientes

para, por meio da memória enciclopédica, associá-las ao provérbio, ainda que discriminadas pelos adjetivos longas/curtas, que direcionarão sua ressignificação no texto.

A estratégia argumentativa que a articulista usa para sustentar seu texto parte do seguinte esquema:

- *A mentira tem pernas curtas / A mentira não tem pernas curtas*

tem pernas longas

em que

- Pernas curtas = **verdade e justiça**
- Pernas longas = **mentira e injustiça**

O subtítulo – Uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir [destaques nosso] – já deixa entrever que a cronista contesta a voz do provérbio. A estrutura argumentativa da articulista apoia-se nesse enunciado, cuja relação é de condicionalidade. A expressão *Uma vez* [que], que funciona de modo similar ao operador condicional se e que introduz o enunciado, apresenta o “antecedente”, enquanto a expressão então, que pode estar implícita ou explícita, inicia o “consequente” (KOCH, 1996, p. 129):

- Uma vez [que] consentida, [então] a mentira é obra difícil de demolir;
- Se for consentida, então a mentira será uma obra difícil de ser demolida;
- Se a mentira tem pernas longas, será difícil de ter pernas curtas.

Segundo Koch (1996), o significado essencial da condicionalidade reside na “relação de implicação” firmada entre antecedente e consequente, o que não implica um valor de verdade, mas, tão somente sendo o antecedente verdadeiro, o consequente também o será, e vice versa. A relação de implicação pode se manifestar de diferentes modos: conexão lógica, conexão de caráter definidor, conexão de decisão e conexão causal, a qual ocorre nesse enunciado: A mentira é obra difícil de demolir **porque** ela é consentida – **A mentira tem pernas longas** porque ela é

consentida.

O primeiro parágrafo do texto retoma o título e está articulado nas expressões por nós destacadas:

- *O problema da mentira não é **tanto** o mentiroso [...] **mas** a situação de quem trata com condescendência a mentira na ingênua fé de que a verdade é submissa ao poder soberano dos fatos. **Nem sempre**.* (linhas 1-5, grifos nossos).

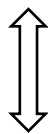
Aqui, a articulista justifica a existência/problema da mentira não porque há quem minta, mas porque há quem nela acredite: a mentira tem pernas longas porque não é contestada, resultando em “A mentira não tem pernas curtas”. Concorrem para tal desenvolvimento argumentativo o intensificador *tanto* e o operador argumentativo *mas*. O intensificador, nesse caso, não exime a culpa de quem mente, apenas a atenua, conforme o trecho:

- [...] pois a ele [mentiroso] **cabe apenas sustentar a invencionice** adicionando ponto sobre ponto ao próprio conto conforme a conveniência [...] (linhas 2-3, grifo nosso).

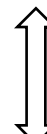
A sustentação da mentira, portanto, decorre da *ingênua fé* (linha 4, grifo nosso) de que a verdade é mais poderosa que a mentira. Considerando que, segundo Koch (1996), toda interação verbal é dotada de intencionalidade e que esta é “linguisticamente constituída” (KOCH, 1996, p. 24), a posição anteposta do adjetivo *ingênua* exige que o interlocutor perceba o aspecto incisivo sobre o substantivo *fé*. Este, por seu lado, direciona sua completude para: *a verdade é submissa ao poder soberano dos fatos*, ou seja: “A mentira tem perna(s) curta(s)”. Para contradizer tal enunciado a autora rompe o fio discursivo articulando, linguisticamente, o grupo nominal *Nem sempre*.

Então:

- *A verdade é submissa ao poder soberano dos fatos. **Nem sempre.*** (linhas 4-5. grifos nossos)



“A mentira tem pernas curtas”



A mentira **não** tem pernas curta

A mentira tem pernas longas

Dando sequência à sua estratégia argumentativa amparada na ressignificação da voz proverbial, a articulista prossegue:

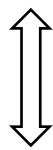
- **Disso** vem dando notícia o PT **desde que** assumiu a Presidência [...] (linha 6, grifos nossos).

O pronome demonstrativo *disso* é uma das estratégias textuais de progressão referencial; neste trecho ele permite a recategorização discursiva do referente textual “*Nem sempre a verdade é submissa ao poder soberano dos fatos*” (linha 4, paráfrase nossa). Koch (2002) cita três usos para os pronomes demonstrativos: dêiticos situacional, anafórico e memorial; neste último, o locutor apenas presume os conhecimentos compartilhados com o interlocutor, exigindo deste um maior esforço inferencial. Nos dois primeiros casos, a competência inferencial do interlocutor é menos exigida, na medida em que o referente já está validado na sua memória discursiva ou construído verbalmente no texto, como acontece nesta passagem; portanto, na construção dos sentidos do texto, os leitores da revista *Veja* não têm dificuldades em fazer tal associação:

- “Nem sempre a verdade é submissa ao poder soberano dos fatos” / “Nem sempre a mentira tem pernas curtas” = **Disso** vem dando notícia o PT [...]

Por outro lado, a expressão *desde que* é um articulador textual de conteúdo proposicional que compõe as relações lógico-semânticas situando as coisas no tempo do fato ocorrido:

- **Disso** vem dando notícia o PT desde que assumiu a Presidência [...] (grifos nossos).



A mentira não tem pernas curtas desde que o PT assumiu a Presidência.



- Assim [...] operou Lula durante anos, antes e depois do poder. (linhas 16-17, grifo nosso).

A articulista, então, justifica o fato de Lula e o PT manterem a mentira como estratégia de poder, apostando na sua [mentira] reiteração. Segundo ela, esses políticos têm capacidade de se adaptar às instabilidades, tirando proveito delas.

- *A mentira é obra que se constrói com muita facilidade. Difícil de destruir, entre outros motivos, porque tem como alicerce a desonestidade.* (linhas 18-19, grifo nosso)
- *A mentira é obra que se constrói com muita facilidade* = A mentira tem pernas longas;
 - [a mentira é] *Difícil de destruir* = A mentira não tem pernas curtas;
 - [a mentira] *tem como alicerce a* desonestidade.



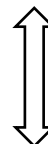
pernas longas

Usando uma comparação entre *trapaceiro* e *os demais*, a autora reitera a prevalência da mentira sobre a honestidade:

- **O trapaceiro** [...] *fica na dianteira em relação aos demais* que atuam dentro de restrições legais, morais, educacionais, sociais e/ou institucionais. (linhas 20-22, grifo nosso).
- **O trapaceiro** [...] *fica na dianteira* = A mentira tem pernas longas.
 - **Os demais** = A mentira tem pernas curtas.

Reiterando *A mentira não tem pernas curtas*, a articulista observa:

- *Eis a razão pela qual Lula e o PT permanecem no centro da cena política apesar de todos os pesares: falta de escrúpulos*. (linhas 23-24, grifos nossos).



Desrespeito deslavado às leis, afronta a decisões judiciais, ausência total de espírito público (linhas 24-25) = *A mentira **não** tem pernas curtas*.

- [...] *pouco há de se fazer além de aguardar que o tempo dê seu jeito*. (linhas 25-26, grifos nossos).



A mentira tem pernas curtas.

Por outro lado, a autora admite a possibilidade de Lula e o PT arcarem com as consequências de seus atos inescrupulosos, ou seja, admite a possibilidade de ter razão a voz consensual do provérbio: “A mentira tem perna(s) curta(s)”. Segundo ela, são tantas as mentiras engendradas por eles, que há a possibilidade de se perderem politicamente, tornando-se *prisioneiros do próprio labirinto* (linha 27). As consequências dessas atitudes são elencadas pela articulista: enfraquecimento da legenda, perda da importância no jogo político, perder espaço no horário eleitoral, ficar reduzido à representação irrisória no Congresso, transformar a preferência nas pesquisas em votos nulos, passar para a história como campeão de derrotas na justiça e não ter como cumprir a promessa eleitoral de fazer “*o Brasil feliz de novo*” (linha 39).

Em sua conclusão, a articulista afirma que *Essa canoa já virou* (linha 40), recorrendo à intertextualidade com a canção folclórica infantil de origem portuguesa⁵¹; através dela (a expressão), a autora alega que Lula e o PT já estão sofrendo as consequências de suas atitudes. É, portanto, por meio dos procedimentos argumentativos usados pela articulista e descritos no Eixo 1 e que contrariam a voz proverbial de que “A mentira (injustiça) tem perna(s) curta(s) (é punida)” que a articulista encaminha seus argumentos resignificando o provérbio no texto. A

⁵¹ Anexo D.

modificação de sua materialidade linguística acompanha os argumentos dos quais a autora lança mão para compor sua estratégia, com o intuito de fazer com que os leitores da revista assumam a interpretação divergente em relação aos preceitos proverbiais.

4.7 ANÁLISE DO TEXTO 4 – *Calma lá com o “outubro vermelho”: Saco de gatos: unificar os protestos mundiais é truque intelectual*⁵²

(1) As aparências enganam, mas só os muitos superficiais não ligam para elas. Os protestos que irromperam nas últimas semanas em países muito, muito diferentes preenchem os requisitos para ambas as máximas. Criam a ilusão de que o mundo está passando por levantes populares guiados por causas comuns – falsa, (5)evidentemente. Mas também não é possível ignorar os pontos de contato: a rapidíssima capacidade de mobilização propiciada pelas redes sociais, o efeito contágio, o ódio aos poderes estabelecidos e a facilidade com que esse ódio extravasa qualquer limite razoável, exatamente como acontece nas conversas digitais. As simpatias ideológicas também influenciam a visão dos protestos. Alinhamentos mais (10)à direita arregalam os olhos para as quase inacreditáveis manifestações de Hong Kong contra tudo o que venha de Pequim, e jovens cantam o hino nacional americano. Para não falar na Bolívia, onde a contagem dos votos foi interrompida quando Evo Morales ia para o segundo turno e, retomada 24 horas depois, lhe deu, límpido como uma folha de coca ao fim de um dia de mastigação, o quarto mandato presidencial. A (15)esquerda, claro, só pensa no “outubro vermelho”, o encadeamento de protestos que começou no Peru, passou pelo Equador e agora incendeia o Chile. Este, por motivos autoevidentes, o mais importante: dar por fracassados todos os esforços - e sacrifícios – para tirar o país do lodaçal latino é questão de honra para comprovar a falácia do projeto “neoliberal”. A derrota de Mauricio Macri já estava escrita em todos (20)os muros da Argentina, mas a explosão do Chile é a cereja do bolo de quem ainda usa a antiquada expressão.

É excesso de coincidência ou coincidência na incitação dos excessos? “A teoria da conspiração sustenta que, na América Latina, Cuba entra com o trabalho de inteligência, o regime de Maduro entra com o dinheiro e a Rússia, com a tecnologia

⁵² Anexo E.

(25)digital que ajuda a semear o caos e promover os protestos”, escreveu Moisés Naim. Como analista arguto, o venezuelano não desce todas as fichas nessa teoria, mas também não a descarta como maluquice. A lógica aceita várias análises porque as manifestações no Chile não são monolíticas. Os black bocks que quebram e incendiam tudo são diferentes das colegiais de saia curta que sobem nas catracas (30)do metrô e fazem cara de Greta que são diferentes das pessoas que aproveitam a onda para saquear lojas e mercadinhos que são diferentes dos cidadãos que marcharam pacificamente no sábado com uma longa lista de reclamações. Colocar tudo no balaio dos “indignados”, palavra cunhada na Espanha quando ainda não estava espiritualmente incinerada pela renovada explosão da Catalunha, é um (35)reducionismo atroz. Para não falar no Líbano, onde a “revolução do WathsApp” – um imposto que agravaria as ligações gratuitas – parece surfar a onda da juventude rebelde e já produziu o maior resultado: a renúncia do primeiro-ministro Saad Hariri. O verdadeiro pano de fundo: cristãos, sunitas e até, bravamente, alguns xiitas revoltaram-se, acima de tudo, contra o domínio do Hezbollah. Um domínio tão (40)absoluto, que Hariri, cujo pai foi assassinado pelo Hezbollah em 2005, só estava no governo por ter virado um parça do grupo xiita. Nesse caso, as aparências só enganam quem quer ser enganado.

Contextualmente, a articulista comenta a respeito dos protestos ocorridos em vários países, na forma de manifestações populares, no mês de outubro de 2019. Ela defende que, apesar de os protestos aparentarem ter as mesmas causas, eles têm origens e objetivos diferentes, construindo sua argumentação a partir do provérbio “As aparências enganam”. Ela admite que as manifestações apresentam pontos de contato, mas, mesmo no Chile, país mote do artigo, não são “monolíticas”.

O texto está estruturado em apenas dois parágrafos constituídos, primordialmente, por períodos subordinados e mistos, compostos por várias orações, o que demanda do leitor uma atenção maior na leitura e no processamento das informações.

4.7.1 Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos

4.7.1.1 Coerência e conhecimento compartilhado

Koch (2003), retomando os critérios de textualidade indicados por Beaugrand e Dressler (1981)⁵³, diz que o modo de produção e de recepção de um texto vai depender do conhecimento que se tem de outros textos com os quais este, de alguma forma, se relaciona. Koch também relata que as críticas feitas às postulações dos autores sobre tais critérios recaem, principalmente, sobre a coerência, que passa a ser vista não apenas como um critério de textualidade centrado no texto, mas o resultado de uma construção coletiva dos usuários do texto, em dada situação comunicativa, resultante dos demais fatores e de processos de ordem cognitiva, como o conhecimento enciclopédico e o conhecimento compartilhado.

Segundo a autora, os conhecimentos prévio e compartilhado, ou presumivelmente compartilhado, determinam o que deve ser explícito ou pode ficar implícito no texto. Pressuposições falsas do conhecimento compartilhado podem acarretar o processamento inadequado do texto por parte do interlocutor, resultando na impossibilidade de construção da coerência. Dentro de uma abordagem sociocognitiva e interacionista, posição defendida por Koch (2003), a coerência passa a ser vista “como uma construção ‘situada’ dos interlocutores” (KOCH, 2003, p. 47), e o texto como o lugar da interação entre eles.

Dessa perspectiva, a produção de sentido se realiza

[...] com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução - e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal. (KOCH, 2003, p. 33).

Um dos sistemas de conhecimento acessados por ocasião do processamento textual é o conhecimento compartilhado, ou conhecimento de mundo, que se encontra armazenado na memória de longo termo, também chamada de memória semântica ou social (KOCH, 2002). Esse conhecimento pode ser do tipo declarativo, relacionado proposições a respeito dos fatos do mundo, ou episódico, que são modelos adquiridos

⁵³ Coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade (KOCH, 2003, p. 35).

através da experiência.

Segundo Koch (2003, p. 32),

É com base em tais modelos, por exemplo, que se levantam hipóteses, a partir de uma manchete; que se criam expectativas sobre o(s) campo(s) lexical(ais) a ser (em) explorado(s) no texto; que se produzem as inferências que permitem suprir as lacunas ou incompletudes encontradas na superfície textual.

É o conhecimento de mundo do tipo declarativo que é exigido dos leitores da revista *Veja* para o processamento eficaz do texto e a seleção apropriada do contexto. De acordo com Silva (2011), o público da revista pertence a uma elite intelectual e econômica, devido ao seu alto preço, em comparação a outras revistas: “O perfil médio do leitor situa-se entre 20 e 30 anos, com nível universitário, casa própria, aparelho de som estéreo, máquinas fotográfica [sic]. Tem carro na garagem, televisão, livros na sala, vai ao cinema [...]” (SILVA, 2011, p. 67).

Quanto ao número de leitores, Junior e Fraga (2013, p. 316) discriminam:

[...] *Veja* foi lançada em 11 de setembro de 1968 com uma tiragem de 700 mil exemplares. Nos anos 2000 manteve uma circulação de aproximadamente 1.200.000 exemplares por edição; em 2012 a circulação média é de 1.209.390 exemplares por semana, de acordo com os dados do Instituto de Verificador de Circulação – IVC, divulgados pela ANER (Associação Nacional dos Editores de Revista). A *Veja* é a 4ª maior revista semanal do mundo.

Em vista desses apontamentos é que podemos afirmar que a articulista presume compartilhar com os leitores da revista *Veja* um saber a respeito da expressão outubro vermelho aspeada no título e que se refere à Revolução Russa ocorrida em outubro de 1917, quando o Partido Social-Democrata, liderado pelos bolcheviques Lênin e Trotsky, que defendiam uma imediata implantação de uma ditadura do proletariado, transformou a Rússia no primeiro país socialista da história: a União Soviética.

- *Calma lá com o “**outubro vermelho**”. Saco de gatos: unificar os protestos mundiais é truque intelectual.* (grifo nosso)

Por outro lado, o título é um fator estratégico para a articulação do texto, pois, quando lido em primeiro plano, orienta a interpretação. Como afirma Guimarães

(1990, p. 51), “[...] não é mero recurso artificial, mas é a chave de decodificação do texto se convenientemente proposto”. Também para Coracini (1989), do ponto de vista da produção escrita, o título é catafórico no processo de leitura porque anuncia, em parte, o conteúdo presente no texto, constituindo, desse modo, uma estratégia a serviço das intenções do autor, já que, “[...] ao mesmo tempo em que camufla o percurso do texto, exerce grande influência sobre o leitor, na medida em que funciona como estímulo e desestímulo à leitura” (CORACINI, 1989, p. 235).

Como já visto, o artigo trata das manifestações populares ocorridas em vários países no mês de outubro de 2019.

- [...] Os **protestos** que irromperam **nas últimas semanas** em países muito, muito diferentes [...] (linha 2, grifos nossos).

Essa é a primeira referência cronológica associada ao título do artigo, publicado em oito de novembro desse mesmo ano, como uma estratégia de “sinalização textual” por meio da qual o locutor/articulista procura levar o interlocutor/leitores da revista a recorrer, no processamento coerente das informações textuais, ao contexto sociocognitivo representado pelo conhecimento de mundo (KOCH, 2002). Ainda no título, a expressão calma lá que acompanha “outubro vermelho” também se constitui em uma pista de contextualização, pois indica moderação ou abrandamento dos ânimos.

Por fim, as aspas em “outubro vermelho” também contextualizam a escrita, modalizando-a (MAINGUENEAU, 2005). Koch (2003), recorrendo aos estudos de Authier-Revuz sobre heterogeneidade, observa que as aspas desempenham um papel importante no modo de marcar o discurso do outro com diferentes funções no plano enunciativo. A autora, sintetizando essas funções, refere-se ao aspeamento “de questionamento ofensivo ou irônico” (KOCH, 2003, p. 69), empregado na palavra ou expressão com a intenção de prudência ou por imposição da situação.

Vimos que, em seu direcionamento argumentativo, a articulista defende, no texto, que os protestos mundiais não têm objetivos comuns, diferenciando-os (os protestos) da revolta popular russa, que se transformou em um processo revolucionário com impacto mundial sem precedentes na história. É por esse viés interpretativo que compreendemos o aspeamento: na verdade, não há um “outubro vermelho”, ou seja, não há uma revolta popular da dimensão da Revolução Russa,

segundo a autora. As aspas, portanto, assumem a função de ironia, exigindo dos leitores da revista *Veja* uma representação contextualmente coerente, por meio da ativação de seu conhecimento de mundo e da percepção de um enunciado dual, conforme explicam Oliveira e Machado (2013, p. 13):

A ironia não se coloca totalmente de forma explícita no enunciado [...] Trata-se de um recurso exigente tanto quanto ao papel do locutor, como do interlocutor, pois requer metucioso exercício por parte de ambos, no processo de identificação e apreensão dos efeitos de sentido. E assim chegamos a uma importante função da ironia: a comunicativa.

Desse modo, a partir do título, os leitores, por intermédio dos conhecimentos linguístico e extratextual, levantam hipóteses para a seleção apropriada e coerente do contexto e desenvolvimento textual: uma proposição de comedimento e equilíbrio a respeito de um movimento popular que se julga capaz de alterar a dinâmica político-estrutural de um país.

Em uma concepção interacional e dialógica da língua, portanto, a escrita demanda de estratégias de balanceamento entre informações explícitas e implícitas, novas e dadas, considerando o compartilhamento de informações e o objetivo do texto (KOCH; ELIAS, 2012).

4.7.1.2 *Uso das aspas*

O aspeamento em um texto tem por função indicar os limites discursivos entre o que se diz e o que é dito sobre o que se diz. É uma forma gráfica de indicar a heterogeneidade do texto, permitindo delimitar a voz alheia dentro do discurso assumido pelo locutor que cita, ou seja, palavras mantidas a distância, marcando o dialogismo. Authier-Revuz (1990), ocupando-se das formas de heterogeneidade marcada, destaca que, na autonomia simples, a heterogeneidade é acompanhada por uma ruptura sintática, tal como quando o fragmento citado, nitidamente delimitado na cadeia discursiva, é introduzido por um termo metalinguístico e apresentado como objeto, exemplificado na seguinte passagem do texto analisado (linhas 34-36):

- ***Colocar tudo no balaio dos “indignados”, palavra cunhada na Espanha quando ainda não estava espiritualmente incinerada pela renovada***

explosão da Catalunha, é de um reducionismo atroz. (linhas 32-35, grifos nossos).

O aspeamento da palavra **indignados** se mostra como uma marca de heterogeneidade autonímica simples porque ela é apresentada como um objeto do discurso enunciado, na medida em que a articulista explica, metalinguisticamente, que ali é evidenciada, pela ruptura sintática do texto, a voz dos espanhóis, como podemos ver:

- Colocar tudo no balaio dos indignados é de um reducionismo atroz.
- Indignados é uma palavra cunhada na Espanha quando ainda não estava espiritualmente incinerada pela renovada explosão da Catalunha.

E também no trecho

- *Para não falar no Líbano, onde a “revolução do Whats App” – **um imposto que agravaria as ligações gratuitas** – parece surfar a onda da juventude rebelde e já produziu o maior resultado [...] (linhas 35-37, grifos nossos),*

em que:

- Para não falar no Líbano, onde a revolução do Whats App parece surfar a onda da juventude rebelde e já produziu o maior resultado [...];
- A revolução do Whats App é um movimento político-econômico-social, ocorrido no Líbano, contra um imposto que agravaria as ligações gratuitas.

A autonímia simples também ocorre quando o fragmento citado é remetido a outra enunciação, como acontece no seguinte trecho do texto (linhas 22-26, grifo nosso):

- *“A teoria da conspiração sustenta que, na América Latina [...] ajuda a semear o caos e promover os protestos”, **escreveu Moisés Naim.***

Authier-Revuz (1990) também afirma que a heterogeneidade pode ser integrada ao texto sem, necessariamente, haver uma ruptura sintática ou remeter a

um outro ato de enunciação, ao mesmo tempo em que, pelas marcas, “[...] que neste caso não são redundantes” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 30), remete-se ao exterior do discurso, como ocorre na conotação autonímica.

Koch (2003) chama a conotação autonímica de “aspas de distanciamento”, isto é, quando se faz, ao mesmo tempo, o uso e a menção da palavra aspeada. Retomando a teoria ducrotiana, a autora explica que, nesses casos de aspeamento, há E1, responsável pelo enunciado, e E2=L, que menciona, aspeando, o que diz o primeiro. É o que acontece na passagem:

- [...] *tirar o país do lodaçal latino é questão de honra para comprovar a falácia do projeto “neoliberal”*⁵⁴. (linhas 18-19, grifo nosso).

Nesse trecho, a articulista comenta que os protestos populares esquerdistas chilenos tentam desacreditar as ações do governo de direita, representado pelo presidente Sebastián Piñera. Assumindo o papel E2=L, a autora do artigo retoma a crítica esquerdista, E1, à política econômica implementada em meados dos anos 1970 e que, segundo os manifestantes, fracassou nas políticas sociais, especificamente no sistema público de aposentadorias – “a falácia”.

Reiterando a dialogização interna do discurso, a expressão outubro vermelho usada no título é retomada no texto (linhas 14-16):

- *A esquerda, claro, só pensa no “outubro vermelho”, o encadeamento de protestos que começou no Peru, passou pelo Equador e agora incendeia o Chile.*

O distanciamento com função irônica é mantido; a diferença ocorre no sentido de que, aqui, o interlocutor, que já foi exigido em seu conhecimento de mundo quando da leitura do título, é situado contextualmente nos protestos ocorridos na ocasião da publicação do artigo.

⁵⁴ Neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que preconiza a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica. Combate, principalmente, a política do *Estado de Bem-Estar Social*, um dos preceitos básicos da *social democracia*, que apregoa a máxima intervenção do Estado na economia e o fortalecimento das leis trabalhistas a fim de potencializar o mercado consumidor (PENA, 2021).

4.7.1.3 Encadeamento de subordinadas adjetivas

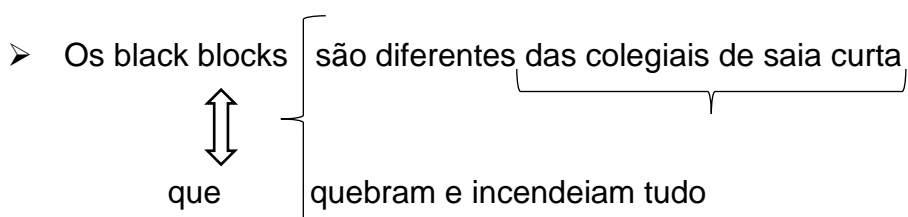
Koch (1996), discorrendo a respeito das relações que podem ser detectadas a nível de texto, distingue as relações discursivas, denominadas ideológicas ou argumentativas, as quais se referem aos aspectos relacionados à intencionalidade do falante e à sua atitude perante o que diz, deixando marcas linguísticas relativas ao modo como o texto é produzido.

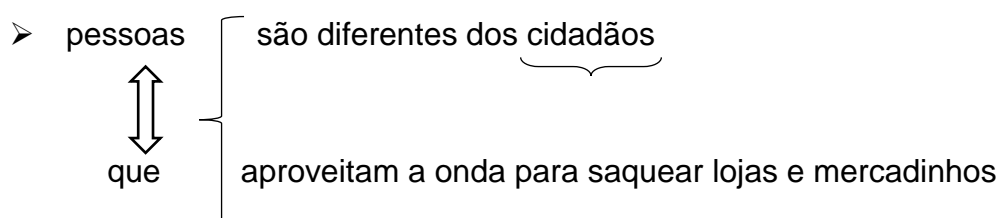
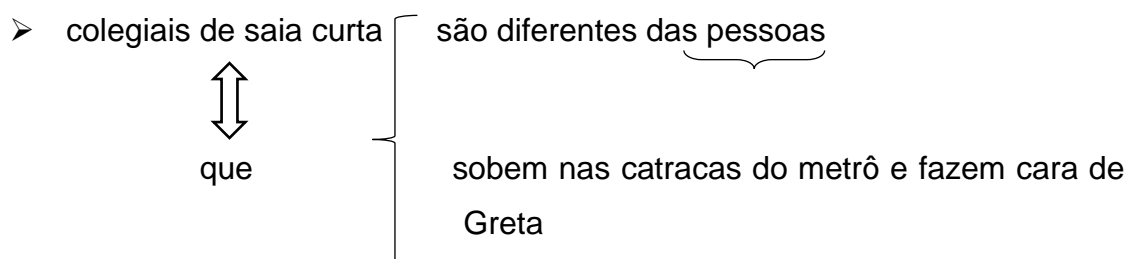
Encadeando-se uns sobre os outros, de acordo com as intenções do falante e, por conseqüência, com o sentido que se pretende dar ao discurso, os enunciados trazem em seu bojo relações de ordem pragmática. (KOCH, 1996, p. 33-34).

Trataremos dessas relações argumentativas no seguinte trecho, constituído em um arranjo interfrástico predominantemente por meio da subordinação:

- *Os black blocks que quebram e incendeiam tudo são diferentes das colegiais de saia curta que sobem nas catracas do metrô e fazem cara de Greta que são diferentes das pessoas que aproveitam a onda para saquear lojas e mercadinhos que são diferentes dos cidadãos que marcham pacificamente no sábado com uma longa lista de reclamações.* (linhas 28-32).

As orações que compõem essa passagem, sintaticamente, em sua maioria, são classificadas como subordinadas adjetivas restritivas. Segundo Neves (2018), uma das propriedades básicas das orações iniciadas por pronome relativo – o pronome **que**, no nosso exemplo – é a recursividade, isto é, a propriedade de não retorno da informação. Nesse trecho analisado, as orações vão se sucedendo na mesma matriz construcional, sempre com o pronome relativo como sujeito da oração adjetiva:





- [que] cidadãos marcharam pacificamente no sábado com uma longa lista de reclamações.

Além disso, as orações adjetivas do trecho são classificadas como restritivas, as quais, segundo Neves (2018), operam uma restrição ao conjunto antecedente, isto é, delimitam um subconjunto dentro de um conjunto maior. A nível de texto, portanto, há uma restrição no conjunto dos nomes antecedentes ao pronome relativo: black blocks, colegiais de saia curta, pessoas e cidadãos. Não é a totalidade de cada elemento que age conforme explicitado no texto: só são diferentes das colegiais de saia curta aqueles black blocks vândalos e incendiários, por exemplo. Complementando as observações a nível textual, não há, na estrutura do período, nenhuma marcação de pausa entre as orações.

De acordo com Koch (2002, p. 81), “[...] o processamento do discurso [...] implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece”. Assim, essas escolhas também estão associadas às relações argumentativas que se estabelecem entre os enunciados, dependendo da intencionalidade do falante e de sua atitude perante o dito, como ocorre nesse trecho analisado.

Afirmando que “as manifestações no Chile não são monolíticas” (linha 28), a articulista sobrepõe, sequencialmente, diferentes grupos de manifestantes em um só

fôlego, em um estilo de “frase de ladainha” (GARCIA, 2010), parafraseando a oralidade de jogos de escolha: “[...] esses black blocks não, essas colegiais não, esses vândalos não, esses cidadãos sim”. Em sua orientação argumentativa, black blocks, colegiais e vândalos não são cidadãos que têm razões sérias para protestar contra o governo. Em uma outra estrutura sintática, com uso de pontuação e de operadores, o efeito não seria o mesmo, pois, “O simples fato de o locutor apresentá-las [as orações] em um só período, já significa uma opção, que tem, portanto conseqüências na constituição do sentido” (KOCH, 1996, p. 114).

4.7.1.4 Expressões populares

As expressões coloquiais cumprem a função argumentativa de buscar a adesão do interlocutor por meio de uma projeção feita pelo locutor sobre seu (interlocutor) conhecimento lexical associado à carga semântica que as palavras e expressões carregam. O tratamento da linguagem, portanto, tanto em termos de produção como de recepção dos textos, ampara-se na interação entre locutor e interlocutor, a qual se manifesta por uma antecipação e coordenação recíprocas, em um contexto específico, de conhecimentos e estratégias cognitivas (KOCH, 2002).

Na produção de sentidos, a relevância de uma proposição repousa tanto no discurso como no contexto, ou seja, na memória, na percepção do entorno, no conhecimento de mundo e nas inferências: “A informação é relevante para alguém quando interage, de certa forma, com suas suposições prévias sobre o mundo, quando tem efeitos contextuais (reforço ou contradição) em dado contexto que lhe é acessível” (KOCH, 2002, p. 32). Assim, no texto, há “pistas de contextualização” (KOCH, 2002), representadas, na escrita, entre outros recursos, pela seleção lexical, questões retóricas, aspas e expressões formulaicas⁵⁵. Neste artigo, encontramos oito expressões populares, discriminadas abaixo:

- Saco de gatos (subtítulo)
- Arregalam os olhos (linha 10);

⁵⁵ “[...] uma sequência verbal, formalmente demarcável e relativamente estável do ponto de vista da descrição linguística que [...] põe-se a funcionar nos discursos produzidos no espaço público” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 12).

- Desce todas as fichas (linha 26);
- Aproveitam a onda (linha 30);
- Balaio dos “indignados” (linhas 32-33);
- Surfar a onda (linha 36),

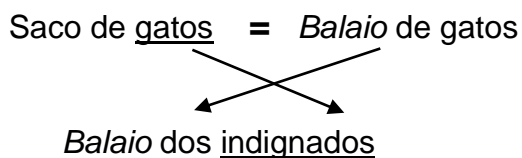
das quais analisamos primeiramente:

- **Saco de gatos**: *unificar os protestos mundiais é truque intelectual* (subtítulo, grifo nosso);
- *Colocar tudo no **balaio dos “indignados”**, palavra cunhada na Espanha [...] (linhas 32-33, grifo nosso).*

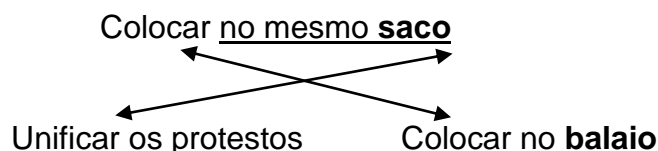
As duas expressões têm uma origem comum:

Ser (um) saco/(um)balaio de gatos: conflito ou briga em que se envolvem várias pessoas, coisa confusa, situação complicada. *Ninguém se entendia lá, era um saco de gatos na reunião.* Usa-se alternativamente com diversos verbos, inclusive com o verbo *ser*. (URBANO, 2018, p. 273).

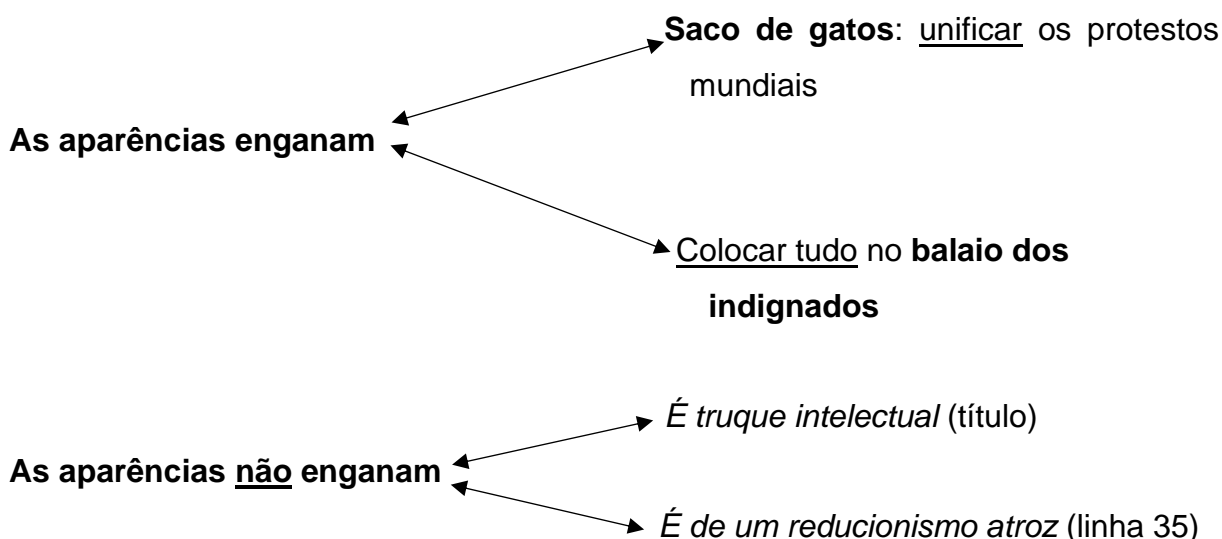
e a articulista permutou-as para adequá-las ao texto:



Entretanto, o que se nota, considerando a aplicação das expressões, é que elas não se associam aos sentidos expressos por Urbano (2018). Contextualmente, a autora faz uso delas para argumentar que os protestos mundiais não têm os mesmos objetivos, portanto, “conflito”, “briga”, “coisa confusa” ou “situação complicada” não são sinônimos adequados para esse direcionamento argumentativo. Por outro lado, há a expressão “colocar no mesmo saco”, cujo significado “considerar, julgar uns e outros do mesmo modo” (COLOCAR..., [20--], n. p.) não está descrito em Urbano (2018), mas que melhor se adequa aos propósitos da articulista, pois:



Na verdade, o que ela faz é uma combinação das expressões “saco/balaio de gatos” e “colocar tudo no mesmo saco” para sustentar seu argumento associado ao provérbio “As aparências enganam”. Como já esclarecido, a escolha deste artigo se deu pelo fato de a autora contestar a voz consensual representante de uma comunidade linguística e, tais expressões cumprem seu papel argumentativo. Segundo a articulista, “As aparências **não** enganam”, portanto:



As demais expressões não têm a mesma força argumentativa, embora contribuam para sustentar a opinião da articulista, com a intenção de influenciar e orientar as percepções e pensamentos dos interlocutores. O trecho a seguir traz a expressão “arregalar os olhos”:

- *Alinhamentos mais à direita **arregalam os olhos** para as quase inacreditáveis manifestações de Hong Kong [...] (linha 10, grifo nosso).*

A expressão destacada é referida por Urbano (2018, p. 216) e aparece como “**Abrir** os olhos”, significando “ficar atento”. A fórmula usada pela articulista substitui o verbo “abrir” por “arregalar”, o qual, de acordo com Ferreira (1999, p. 199), significa “abrir e esbugalhar muito (os olhos)”. Tem-se aqui, então, uma aplicação evidente de

um dos fatores de textualização, a intencionalidade, que é a maneira que os sujeitos mobilizam os recursos linguísticos para alcançar seus objetivos (KOCH, 2006). O trecho faz parte da articulação argumentativa em que a autora expõe que algumas manifestações aparentam ter causas comuns:

- As simpatias ideológicas também **influenciam** a visão dos protestos (linha 9).



“As aparências **não** enganam”

Como exemplo desse tipo de manifestação, ela traz a mobilização dos jovens de Hong Kong⁵⁶ contra tudo o que se refere a Pequim. Nesse caso, “arregalar os olhos” pode ser compreendido de duas maneiras associadas:

- *Alinhamentos mais à direita **arregalam os olhos*** (linha 10).



políticos conservadores ficam atentos

- *Alinhamentos mais à direita **arregalam os olhos.***



Regimes políticos abrir “muito” os olhos (sentido literal)
conservadores = **China**

A seguinte expressão usada pela articulista - “descer as fichas” - não encontra correlata em Urbano (2018), já que o vocábulo “ficha” está associado a “cair a ficha”, no sentido de entender ou não entender um fato, ligando-a à antiga peça usada em aparelhos telefônicos comunitários (os “orelhões”).

- *Como analista arguto, o venezuelano não **desce todas as fichas** nessa teoria [...] (linha 26, grifo nosso).*

⁵⁶ Hong Kong situa-se em território chinês com o status de Região Administrativa Especial desde julho de 1997, sendo um porto livre e um centro financeiro internacional, com autonomia interna, inclusive a fiscal (HONG KONG, [20--], n. p.).

Neste caso, a expressão está vinculada ao jogo de pôquer: as fichas são as ferramentas com as quais o jogador coloca seus planos em prática e representam um determinado valor monetário; estão associadas, portanto, às cartas que o jogador tem em mãos. Se um jogador aposta e todos os outros desistem, o jogador ganha o pote (valor total das apostas) e não precisa mostrar/descer as cartas; caso contrário, se restam ainda dois jogadores, a descida das cartas é feita.

Evidentemente, não nos compete aqui descrever os procedimentos do jogo; o que nos importa é mostrar como a expressão está associada à postura de cautela e de experiência que a articulista usou para descrever Moisés Naim⁵⁷:

- analista arguto = não desce todas as fichas
 - jogador experiente = não acredita em todas as teorias
-

As duas últimas expressões – **aproveitar a onda** e **surfear a onda** – têm o mesmo sentido, conforme descreve Urbano (2018, p. 220): “Ir/Entrar na onda: deixar-se levar pelas circunstâncias, pelos outros, ser enganado”. Ambas sustentam a argumentação da articulista de que os protestos mundiais não têm as mesmas origens e objetivos e se adequam à definição dada por Urbano (2018).

A primeira ocorrência refere-se aos protestos ocorridos no Chile e o trecho da qual ela faz parte discorre sobre os motivos que diferentes parcelas da população marcaram presença nas manifestações:

- *Os black blocks que quebram e incendiam tudo são diferentes das colegiais de saia curta que sobem nas catracas do metrô e fazem cara de Greta que são diferentes das pessoas que **aproveitam a onda para saquear lojas e mercadinhos** que são diferentes dos cidadãos que marcharam pacificamente no sábado com uma longa lista de reclamações.* (linhas 28-32, grifo nosso).

⁵⁷ Escritor e colunista venezuelano, editor-chefe da revista *Foreign Policy*.

“Aproveitar a onda”, nesse contexto, encaixa-se perfeitamente no sentido de “deixar-se levar pelas circunstâncias”. Mantendo a coerência argumentativa negando a voz do provérbio “As aparências enganam”, a articulista deixa clara a diferença das atitudes da população:

- *Os black blocks **são diferentes** das colegiais [...] que **são diferentes** das pessoas que aproveitam a onda para saquear [...] que **são diferentes** dos cidadãos que marcharam pacificamente [...]*



*As aparências **não enganam** = são diferentes os motivos de participação nas manifestações*

No outro trecho, “**surfear a onda** da juventude rebelde” também se encaixa no significado proposto por Urbano (2018):

- *[...] a “revolução do Whats App” [...] parece **surfear a onda** da juventude rebelde [...] (linhas 35-37, grifo nosso).*

Este é mais um argumento exemplificador de que as manifestações têm objetivos diferentes, mas que, por outro lado, os manifestantes são da mesma geração. A estratégia argumentativa usada nesse trecho é basilar da progressão textual porque representa uma retomada da continuidade referencial, garantindo a coerência do texto. Concebido como “anáfora indireta” (KOCH, 2002, p. 107), tal recurso é responsável pela construção de informações dependentes de contexto, isto é, são situadas e de representações mentais para a construção do mundo textual. Além disso, a anáfora indireta depende, também, da ativação do conhecimento de mundo armazenado na memória a fim de evitar a ambiguidade ou complementar unidades e estruturas textuais.

Assim, na expressão “**surfear a onda da juventude rebelde**”, mesmo que tenha a mesma significação de “ir/entrar na onda”, conforme Urbano (2018), ou “aproveitar a onda”, usada pela articulista, o especificador da juventude rebelde exige dos leitores da revista *Veja* a remissão às informações anteriores mostradas no texto, que

mostram que os protestos têm participação dos jovens:

- [...] *rapidíssima capacidade de mobilização propiciada pelas redes sociais* [...] (linha 6, grifo nosso);
- [em Hong Kong] os jovens *cantam o hino nacional americano* (linha 11, grifo nosso);
- Os black blocks *que quebram e incendiam tudo* [...] (linha 28, grifo nosso);
- [...] as colegiais *de saia curta que sobem nas catracas do metrô* [...] (linha 29, grifo nosso).

Aliada a essa remissão das referências, o verbo “surfear” está associado, de modo amplo, ao campo semântico dos esportes praticados por jovens, e essa compreensão resulta, como indicou Koch (2002), da ativação dos conhecimentos armazenados na memória de longo prazo, responsável para que o sentido se estabeleça coerentemente.

4.7.2 Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial

O provérbio “As aparências enganam” inicia o texto no qual a articulista vai discorrer a respeito das manifestações populares que irromperam em vários países na época da publicação do texto e que, segundo ela, aparentam ter causas comuns:

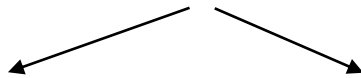
- ***As aparências enganam, mas só os muito superficiais não ligam para elas.*** (linha 1, grifo nosso).

Esse primeiro período tem caráter paradoxal, pois as orações ligadas pelo operador argumentativo de contração **mas** “[...] opõe(m) segmentos orientados em sentido contrário” (KOCH, 2006, p. 131). Assim, ao mesmo tempo em que a existência de uma fraude, uma mentira, é afirmada pela voz do provérbio, afirma-se, também, que tal engodo se faz importante, isto é, “as aparências enganam, mas se deve dar importância às aparências”.

A estratégia argumentativa amparada na resignificação da voz proverbial desenvolvida no artigo tem, nesse primeiro período, sua primeira evidência.

Assim:

- As aparências enganam, **mas** [...]



As aparências são importantes.

As aparências não são importantes.

Ligo para as aparências.

Não ligo para as aparências.



Não sou superficial/alienado.

Sou superficial/alienado.

O segundo período do texto faz uma ressignificação parafrástica do provérbio marcada por três estratégias: no rompimento estrutural do enunciado, no uso do adjetivo *falsa* e pelo modalizador epistêmico *evidentemente*.

- [os protestos] *Criam a ilusão de que o mundo está passando por levantes populares guiados por causas comuns – **falsa, evidentemente**.* (linhas 4-5, grifo nosso).

Essa organização apresenta um status argumentativo, pois, “**Dizer e mostrar** constituem dois níveis ou modos de produção de significação que funcionam de maneiras diferentes” (KOCH, 1996, p. 30). **Dizer** é produzir enunciados, é estabelecer relação entre estados de coisas; dessa perspectiva, a articulista poderia ter organizado, linguisticamente, seu enunciado de maneiras distintas: sem o modalizador,

- [os protestos] *Criam a falsa ilusão de que o mundo está passando por levantes populares guiados por causas comuns.*

ou com o modalizador,

- *Evidentemente [os protestos], criam a falsa ilusão de que o mundo está passando por levantes populares guiados por causas comuns.*

Esses enunciados alternativos não têm a mesma força argumentativa porque,

ao contrário do **dizer, mostrar** está ligado à enunciação, incorporando o processo de significação ao apontar a direção do enunciado. Assim é que a articulista, nessa ação argumentativa, rompe a estrutura do enunciado para demarcar, linguisticamente, sua opinião a respeito dos protestos: embora pareçam, eles não têm os mesmos objetivos – As aparências **não** enganam, portanto. Então,

- [os protestos] *Criam a **ilusão** de que o mundo está passando por levantes populares guiados por causas comuns – **falsa, evidentemente**.* (linhas 4-5, grifo nosso).

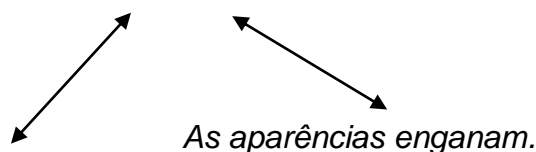
Desse modo:

- **Criam a Ilusão** = *As aparências enganam*
- **Falsa, evidentemente** = *as aparências não enganam*

A partir daí, vai-se delineando a estrutura argumentativa da seguinte maneira: a articulista, assumindo a voz do provérbio “As aparências enganam”, mostra que há pontos de contato entre as manifestações mundiais. Ela se detém mais especificamente nas *simpatias ideológicas* que movimentaram os jovens em Hong Kong, Bolívia, Peru, Equador, Chile, Argentina, Espanha e Líbano. Desse grupo de países, apenas o Líbano não teve uma proposta ideológica nos protestos; nos demais, segundo ela, os protestos foram promovidos por movimentos políticos de esquerda, sobre os quais ela retoma a expressão “outubro vermelho”, analisada no item 4.7.1.1.

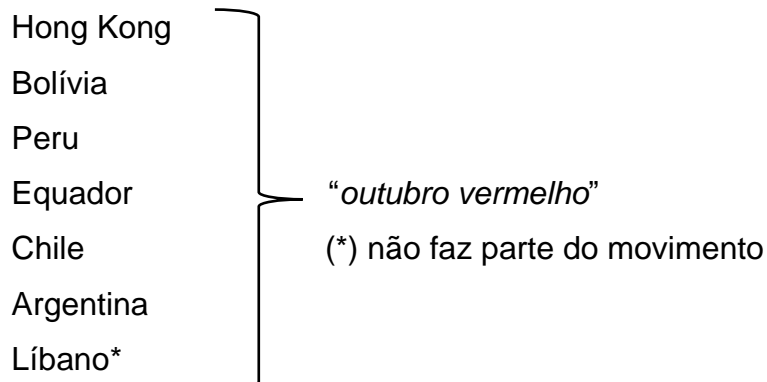
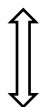
Assim, esquematicamente, temos “As aparências enganam”:

- *Não é possível ignorar **os pontos de contato*** (linha 5, grifo nosso).



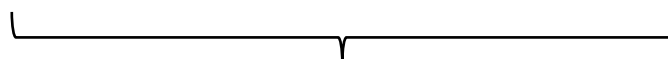
- Capacidade de mobilização dos participantes;
- Efeito contágio;
- Ódio aos poderes estabelecidos;

- Simpatias ideológicas.



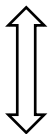
Sequencialmente no texto e argumentando a favor de que *As aparências não enganam*, a articulista, que tem nas manifestações ocorridas no Chile seu mote de desenvolvimento do texto, explicita que as pessoas que participaram das manifestações no país não tinham os mesmos objetivos. Ela então, em um movimento anafórico, retomando, implicitamente, as manifestações já citadas, afirma que não se poderia incluí-las em um mesmo grupo ideológico: *colocar tudo no balaio dos indignados* (linhas 32-33). Assim, *As aparências não enganam*:

- [...] *as manifestações no Chile não são monolíticas*. (linha 28).



- *Os black blocks que quebram e incendeiam tudo são diferentes das colegiais de saia curta que sobem nas catracas do metrô e fazem cara de Greta que são diferentes das pessoas que aproveitam a onda para saquear lojas e mercadinhos que são diferentes dos cidadãos que marcham pacificamente no sábado com uma longa lista de reclamações*. (linhas 28-32).

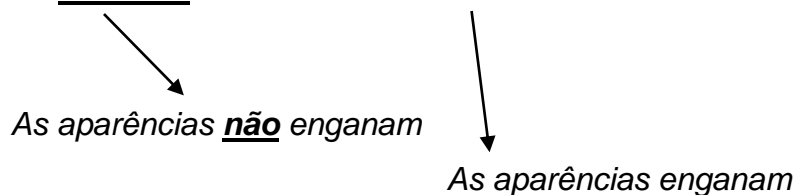
- Colocar **tudo** no balaio dos “indignados” [...] é de um reducionismo atroz. (linhas 32-35, grifo nosso).



- Hong Kong = manifestações contra o domínio chinês;
- Bolívia = manifestações durante a eleição de Evo Morales: *límpida como uma folha de coca ao fim de um dia de mastigação* (linhas 12-14), em que são exigidos o reconhecimento da manifestação da ironia em relação à lisura eleitoral e do conhecimento de mundo necessário para associar o país à produção de cocaína;
- Chile = manifestações de diferentes tipos (black blocks, colegiais, vândalos e cidadãos conscientes);
- Líbano = manifestações contra o imposto sobre ligações gratuitas feitas pelo aplicativo Whats App.

Esses argumentos que contradizem a voz proverbial estão, também anaforicamente, associados ao título, que sugere um recado para os movimentos esquerdistas participantes das manifestações sul-americanas:

- **Calma lá** com o “**outubro vermelho**”



- **Calma lá**, manifestantes de esquerda (“**outubro vermelho**”): as aparências enganam.
- As aparências **não** enganam, manifestantes de esquerda (“**outubro vermelho**”).

Conclusão:

Nesse caso, as aparências **só enganam quem quer ser enganado.**

As aparências não enganam

4.8 ANÁLISE DO TEXTO 5 – *Manda quem pode*⁵⁸

Em matéria de manifestações de rua, não há dúvidas de que os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro marcam vantagem no placar do embate ora em curso no país. Entre outros motivos, porque aglomeração é com eles mesmos.

O 1º de maio deste ano mostrou que são bons de mobilização dos seus, ainda (5) mais quando não há o contraponto para que se estabeleça uma comparação. Como não vivemos tempos normais, não há como saber se um movimento de oposição ao governo reproduziria a maioria de insatisfeito expressa nas pesquisas de opinião.

A impossibilidade de medição retira o confronto de posições da cena e reduz o efeito das manifestações. Daí o espaço relativamente discreto dado no noticiário aos (10) atos daquele sábado, motivo de muita reclamação e acusações de parcialidade por parte da imprensa, que estaria com isso dando vazão à hostilidade contra o presidente da República. A queixa denota desconhecimento sobre a dimensão relativa de fatos.

A ausência de noção precisa a respeito de funcionamento das coisas em (15) regimes de equilíbrio institucional, contra o qual se insurgem os devotos do presidente, evidenciou-se mais uma vez na escolha da pauta do, digamos, protesto, cuja palavra de ordem era “autorizamos”. Uma resposta à declaração de Bolsonaro dias antes de que aguardava apenas “um sinal” do povo para “tomar providências”.

O presidente quis mostrar-se disposto a atuar na consecução de um fim. Qual (20) seria ele, não explicitou, mas seus apoiadores forma às ruas sem ambiguidades na exposição de alguns desses objetivos a ser alcançados: convocação das Forças Armadas para atuar contra as medidas restritivas no enfrentamento à pandemia, defesa da liberdade diante de ações autoritárias do Supremo Tribunal Federal, adoção do voto impresso e apoio ao presidente “até para a guerra” se necessário for.

(25) Com esse cardápio, os manifestantes “autorizavam” o presidente a agir. Não levaram em conta, contudo, um dado da realidade democrática: o poder de autorizar ou desautorizar governantes ao que quer que seja não é dos gritos de fiéis no meio da rua. É da Constituição e das instituições.

Esse tipo de descolamento do mundo real patrocina batalhas de cunho ilusório

⁵⁸ Anexo F.

(30) que tendem a cair no vazio. Donde os meios de comunicação não podem lhes conferir a importância que gostariam sob pena de embarcar na fantasia transmitindo informações falsas à população, dando a impressão de que aquelas reivindicações são substantivas e exequíveis.

Em última instância, quem manda é a lei maior. Na democracia obedece quem (35) tem juízo suficiente para se ater aos ditames que regem a civilidade, determinam deveres, asseguram direitos e, sobretudo, impõem limites às tentativas de subversão dessa ordem.

Impressiona como o presidente e companhia insistem em esmurrar a ponta dessa faca ante os inúmeros exemplos de que essa é uma luta perdida. Simplesmente (40) porque governantes não podem fazer o que bem entendem.

Quando o Supremo não deixa, o Congresso desaprova e as representações sociais repudiam, os locatários dos palácios (federais, estaduais e municipais) são obrigados a recuar. Ou, então, a se submeter aos danos decorrentes da insistência.

Está aí a CPI da Covid para demonstrar quanto são inúteis tentativas de se (45) combater no campo ao das forças dos fatos. Depois do fracasso da ofensiva para impedir a instalação e dos esforços para atrapalhar o funcionamento da comissão, o governo se vê agora diante da fatura dos prejuízos acumulados desde do início da pandemia.

Os trabalhos mal começaram e o panorama das ações e omissões do Planalto (50) já foi devidamente desenhado, cabendo à comissão daqui em diante detalhá-lo. Nos primeiros depoimentos ficou patente a completa falta de argumentos dos integrantes alinhados ao Planalto para cumprir a tarefa de mostrar que o governo, além de ter feito tudo certo, tampouco foi omisso na gestão da crise sanitária.

Praticamente vencido nesse ringue, o presidente voltou-se à presumida (55) “autorização” dada por seus seguidores e anunciou decreto para impedir a execução de medidas restritivas tomadas por governantes locais e proclamou que a determinação será cumprida sem contestações.

Será, se não for ilegal. Caso fira a lei, será desautorizado pelo arcabouço do direito e cairá como tantas outras no vácuo das ameaças vãs.

4.8.1 Eixo Analítico 1: Análise dos Recursos Linguístico-argumentativos

O texto, publicado em 12 de maio de 2021, tem como tema as manifestações

populares ocorridas no Dia Mundial do Trabalho aqui no Brasil. A articulista direciona sua argumentação às manifestações feitas pelos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, que saíram às ruas autorizando que o dirigente do país tomasse determinadas atitudes as quais, segundo ela, iriam contra a Constituição brasileira. O provérbio “Manda quem pode, obedece quem tem juízo” serve de mote para sua argumentação. Neste eixo analítico, analisamos os aspectos mais relevantes da estrutura argumentativa proposta pela autora do texto e que vão contribuir para a ressignificação do provérbio.

4.8.1.1 *Uso das aspas*

O aspeamento nunca é neutro, pois se constitui em uma estratégia de posição face ao discurso relatado, permitindo uma polifonia de enunciadores. Como manifestação típica do discurso direto relatado, as aspas têm por função evidenciar, de forma gráfica, a heterogeneidade do texto, permitindo delimitar a voz alheia dentro do discurso do locutor que cita. Nos exemplos a seguir, elas fazem emergir, no texto, a voz do outro: os apoiadores de Bolsonaro em “autorizamos” e “até para a guerra”, e de Bolsonaro, “um sinal” e “tomar providências”.

- [...] *evidenciou-se mais uma vez na escolha da pauta do, digamos, protesto, cuja palavra de ordem era “**autorizamos**”. Uma resposta à declaração de Bolsonaro dias antes de que aguardava apenas “**um sinal**” do povo para “**tomar providências**”. (linhas 16-18, grifo nosso);*
- [...] *adoção do voto impresso e apoio ao presidente “**até para a guerra**”, se necessário for. (linhas 23-24, grifo nosso).*

Essa perspectiva já não ocorre nos enunciados a seguir, cujas aspas, ao introduzirem a fala do outro, mantêm, ao mesmo tempo, um distanciamento crítico por meio de uma modalização autonímica. Segundo Maingueneau (1993), as aspas têm relação com o implícito: “Colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos a distância, é mantê-los a distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo” (MAINGUENEAU, 1993, p. 90). Assim, o interlocutor deve reconstruir, apoiado nos elementos textuais e extratextuais, a significação da

qual as aspas são vestígio.

- *Com esse cardápio, os manifestantes “**autorizavam**” o presidente a agir.* (linha 25, grifo nosso);
- *Praticamente vencido nesse ringue, o presidente voltou-se à presumida “**autorização**” dada por seus seguidores e anunciou decreto para impedir a execução de medidas restritivas [...] (linhas 54-56, grifo nosso).*

O emprego das aspas nessas duas passagens modaliza o dizer da articulista, desdobrando-o em comentário sobre ele, um dizer sobre o dizer em um emprego de conotação autonímica. Segundo Authier-Revuz (2004, p. 220),

O comentário local – e implícito – que o distanciamento pontual das aspas requer, supõe que, de modo global, uma atitude metalinguística de desdobramento do locutor ocorre em uma fala acompanhada, duplicada, por um comentário crítico, no próprio curso de sua produção. Essa atitude manifesta uma aptidão: ela coloca o locutor em posição de juiz e dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza.

O aspeamento nessas duas ocorrências posiciona criticamente a articulista em relação ao seu dizer. Lembramos que, no texto, ela rechaça a atitude do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores em relação ao poder de decisão sobre o funcionamento institucional brasileiro, alegando que a Constituição é que permite ou não que mandatários tomem determinadas decisões. As aspas, portanto, marcam uma ironia a respeito da atitude mencionada, como se, no discurso oral face a face, o locutor modalizasse esse posicionamento com o gesto praticado com as duas mãos, simulando o aspeamento gráfico.

Na segunda ocorrência ainda, o adjetivo “presumida” (suposta, imaginada) – **presumida** “**autorização**” (linha 55, grifo nosso) – reforça o traço opositor e irônico a respeito da autoridade do presidente, já que a articulista argumenta que os seguidores do presidente não têm poder de mando em relação ao atos mencionados. Polifonicamente, então, têm-se:

- E1 = Os seguidores do presidente **podem** autorizá-lo a agir;
- E2 = Os seguidores do presidente **pensam que podem** autorizá-lo a agir;
- E3 = Os seguidores do presidente **não podem** autorizá-lo a agir;
- **L=E2.**

4.8.1.2 Articuladores metadiscursivos

Os marcadores metadiscursivos são aqueles que introduzem comentários sobre a forma ou o modo de articulação do enunciado, isto é, “[...] tomam por objeto o próprio dizer” (KOCH, 2006, p. 120). Por meio desses articuladores, o locutor reflete sobre sua enunciação, expressando sua posição ao aderir a determinada direção argumentativa a respeito dos fatos expostos em seu texto. Conforme visto no capítulo 3, desta tese, os modalizadores metadiscursivos podem ser *stricto sensu*, tais como os aléticos, epistêmicos e deônticos, ou *lato sensu*, os axiológicos, atitudinais e atenuadores.

Neste texto, são três as passagens em que os articuladores contribuem mais efetivamente para a orientação argumentativa pretendida pela articulista:

- *Em matéria de manifestações de rua, **não há dúvida** de que os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro marcam vantagem no placar do embate ora em curso no país.* (linhas 1–3, grifo nosso).

Esse articulador, do tipo epistêmico, caracteriza-se por assinalar o comprometimento do locutor em relação ao seu enunciado, isto é, marca seu dizer como verdade inquestionável. De uma perspectiva polifônica-argumentativa, ele coloca dois atores em cena: **E1**, que questiona a superioridade política dos seguidores do presidente Bolsonaro **{os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro não marcam vantagem}** e **L**, que nega **E1**, assumindo tal vantagem de maneira incontestável por meio do modalizador **{não há dúvida de que eles marcam vantagem}**. Para o interlocutor do texto, os leitores da revista *Veja*, essa afirmação pressupõe um direcionamento argumentativo favorável a tais manifestações.

Entretanto, a articulista, no seguimento do parágrafo, afirma:

- *Entre outros motivos, **porque aglomeração é com eles mesmos**.* (linha 3, grifo nosso).

A relação causal expressa no período exige do leitor um movimento de adequação contextual, vindo de seu conhecimento de mundo. Koch (2002) refere-se ao Princípio da Continuidade de Sentido, o qual coloca em funcionamento, por parte do leitor, componentes e estratégias cognitivas a fim de dar sentido ao texto. Desse modo, o leitor deve buscar referências contextuais e proceder a um resgate à memória discursiva a respeito de “aglomeração” (principalmente na atualidade) para construir uma representação coerente do sentido, compreendendo, portanto, que L / articulista, é contrária às manifestações e não considera tal vantagem.

A modalização presente nos dois trechos seguintes tem direcionamento argumentativo diferente da primeira ocorrência:

- *Daí o espaço **relativamente** discreto dado no noticiário aos atos daquele sábado [...] (linhas 9-10, grifo nosso);*
- ***Praticamente** vencido nesse ringue, o presidente voltou-se à presumida “autorização” dada por seus seguidores [...] (linhas 54-55, grifo nosso).*

Nos dois trechos, a articulista, por meio de modalizadores axiológicos, expressa uma avaliação a respeito dos fatos narrados; eles (os modalizadores) funcionam como operadores argumentativos na medida em que revelam seu engajamento ao conteúdo proposicional expresso no texto. No primeiro, modalizando o espaço dado pela imprensa às manifestações, a articulista justifica tal fato pela impossibilidade de quantificar a rejeição ou aprovação ao governo; portanto, a imprensa não teria dados suficientes para destacar, em seu noticiário as manifestações ocorridas. Embora transpareça uma neutralidade, assumindo o estatuto argumentativo geral do texto, que admite ser contrário às atitudes presidenciais, a autora afirma que não vivemos tempos normais (linhas 5-6, grifo nosso), corroborando Koch (2002), para quem o discurso nunca é neutro.

Já no segundo caso, como efeito conclusivo do texto, a força argumentativa do modalizador axiológico é maior que a do anterior, pois toda a estratégia argumentativa aflui para a asserção Praticamente vencido nesse ringue (linha 54, grifo nosso).

O que vemos, portanto, é que os modalizadores, segundo Koch (1996), além de apontarem para as conclusões dos argumentos usados no texto, também selecionam os encadeamentos que darão continuidade à argumentação, fazendo emergir as vozes no interior de cada discurso.

4.8.1.3 A cena enunciativa

Maingueneau (2006), mencionando a *Retórica*, de Aristóteles, retoma a noção de *ethos* aplicando-a aos estudos do discurso, especificamente, ao discurso escrito. Definido como uma noção sócio-discursiva, dependente, portanto, de uma situação comunicativa sócio-histórica determinada, o *ethos* está associado à construção da imagem do locutor manifestada por meio do discurso. Por meio do *ethos*, o interlocutor é inscrito na cena enunciativa que o texto implica e que, para Maingueneau (2006), está dividida em três: “cena englobante”, que integra determinado tipo de discurso; “cena genérica”, associada ao gênero do discurso e “cenografia”, construída no próprio texto e que vai validar a enunciação.

Em vista desses apontamentos, no caso do artigo objeto desta análise, a autora, ao construir o *ethos*, insere seu interlocutor, os leitores da revista *Veja*, na cena enunciativa, um artigo opinativo (cena genérica) da esfera jornalística (cena englobante), cuja construção da cenografia vai validar seus argumentos a respeito das atitudes do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores.

Os trechos a seguir evidenciam a construção da cena enunciativa pretendida pela articulista:

- [...] *não há dúvida de que os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro marcam vantagem no placar do **embate ora em curso no país***. (linha 1-2, grifo nosso);
- *Esse tipo de descolamento do mundo real patrocina **batalhas** de cunho ilusório que tendem a cair no vazio*. (linhas 29-30, grifo nosso);
- [...] *o presidente e companhia insistem em esmurrar a ponta dessa faca ante os inúmeros exemplos de que essa é uma **luta perdida***. (linhas 38-39, grifo nosso);

- *Está aí a CPI da Covid para demonstrar quanto são inúteis tentativas de se **combater no campo oposto** ao da força dos fatos.* (linhas 44-45, grifo nosso);
- *Praticamente vencido neste **ringue**, o presidente voltou-se à presumida “autorização” dadas por seus seguidores [...]* (linhas 54-55, grifo nosso)

A cenografia construída pela articulista é de uma oposição entre poderes: de um lado, o presidente Bolsonaro e apoiadores; de outro, a democracia, representada pela Constituição brasileira. Tal polarização manifesta-se em um ambiente hostil, de duelo, revelado pelo modo como o enunciado é produzido, organizando-o em torno de um mesmo campo semântico: *embate, batalha, luta, combater no campo oposto e ringue*. Essa cenografia não foi engendrada por acaso, já que o país vivia um momento extremista em relação, principalmente, às medidas de combate à Covid no que se refere à vacinação e às restrições sanitárias: “Desse modo, a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ela engendra; ela legitima o enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la” (MAINGUENAU, 2005, p. 87).

No desenvolver argumentativo, a articulista assume um *ethos* de representação social oposta à do presidente e de seus apoiadores, mobilizando, pelo discurso, um universo de sentido que intenta a adesão de seus interlocutores, conforme os exemplos abaixo, que se contrapõem discursivamente.

- *[...] não há dúvida de que os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro marcam vantagem no placar do **embate** ora em curso no país.*
 - ❖ *Aglomerção é com eles mesmos / A impossibilidade de medição [...] reduz o efeito das manifestações* (linhas 3, 8, 9).
- *Esse tipo de descolamento do mundo real patrocina **batalhas** de cunho ilusório que tendem a cair no vazio.*
 - ❖ *[as informações falsas dão] impressão de que aquelas reivindicações são substantivas e exequíveis.* (linhas 32-33).
- *[...] o presidente e companhia insistem em esmurrar a ponta dessa faca ante os inúmeros exemplos de que essa é uma **luta perdida**.*

- ❖ *Simplesmente porque os governantes não podem fazer o que bem entendem* (linha 40).
- *Praticamente vencido neste **ringue**, o presidente voltou-se à presumida “autorização” dadas por seus seguidores [...]*
- ❖ *O governo se vê diante da fatura dos prejuízos acumulados desde o início da pandemia* (linhas 47-48).

Desse modo, segundo Maingueneau (2006), cenografia e *ethos* se entrelaçam, e a adesão do destinatário é um apoio recíproco entre *ethos*, cenografia e conteúdo apresentado.

4.8.2 Eixo Analítico 2: Mobilização da Argumentatividade Proverbial

Neste artigo, a autora critica as atitudes autoritárias do atual presidente, Jair Bolsonaro, e de seus seguidores. De acordo como ela, no movimento popular ocorrido em primeiro de maio deste ano (2021), os participantes brandiam faixas e cartazes com a palavra de ordem “autorizamos”, como resposta a “um sinal para tomar providências” pedido por Bolsonaro, e permitiam que o presidente agisse. A articulista observa que as ambiguidades das “providências” referidas pelo presidente foram ignoradas pelos seus seguidores, que saíram às ruas pedindo a intervenção das Forças Armadas para atuar contra as medidas restritivas no enfrentamento da pandemia, adoção do voto impresso, entre outros objetivos, isto é, o presidente estava autorizado pelo povo a tomar tais atitudes.

Nesse ponto, a articulista adverte que os manifestantes ignoraram o fato que, em uma democracia, é a Constituição e as instituições que autorizam os governantes a agirem desta ou de outra maneira: *manda quem pode*, portanto. O provérbio “Manda quem pode, obedece quem tem juízo” vai direcionar toda a estratégia da argumentação do texto. Embora não apareça em sua materialidade original, além do título – *Manda quem pode* – ele é retomado no trecho:

- *Na democracia, **obedece quem tem juízo** suficiente para se ater aos ditames que regem a civilidade, determinam deveres, asseguram direitos e, sobretudo, impõem limites às tentativas de subversão dessa ordem.* (linhas 34-37, grifo nosso).

Bolsonaro) como uma estratégia argumentativa que considera, por seu lado, a imagem de seus interlocutores, os leitores da revista *Veja*.

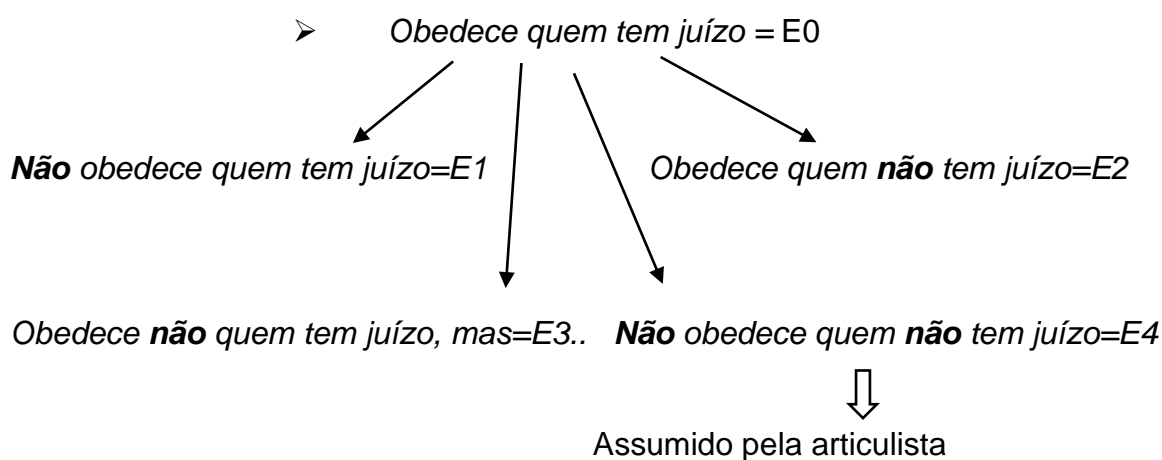
Para corroborar a ressignificação proverbial, no sentido de Não manda quem não pode, os apoiadores do presidente são assim descritos:

- Não respeitam as determinações para o combate à pandemia de Covid 19:
 - [...] *aglomeração é com eles mesmos* (linha 3).
- Não têm noção sobre o funcionamento institucional democrático:
 - *A ausência de noção precisa a respeito do funcionamento das coisas em regime de equilíbrio institucional [...]* (linhas 14-15).
- Não respeitam a democracia:
 - [...] *não levaram em conta, contudo, um dado da realidade democrática* (linha 26).
- São alvoroçados e agitadores:
 - [...] *gritos de fiéis no meio da rua* (linhas 27-28).
- São pessoas que ignoram a realidade;
 - *Esse tipo de descolamento do mundo real [...]* (linha 29).
- Persistem em seus desacertos:
 - *Impressiona como o presidente e companhia insistem em esmurrar a ponta dessa faca [...]* (linhas 38-39);
 - [...] *são inúteis as tentativas de se combater no campo oposto à força dos fatos* (linhas 44-45).

Ao envolver essa imagem dos apoiadores do presidente, a articulista tem que considerar que seus leitores/enunciatários irão, também, assumi-la como verdade, ou seja, ela dirige-se a um enunciatário cujo *pathos* tem o mesmo perfil: conhecedores dos limites das leis democráticas.

- [...] o poder de autorizar ou desautorizar governantes ao que quer que seja [...] é da Constituição e das instituições (linhas 26-28);
- Em última instância, quem manda é a lei maior (linha 34);
- [...] governantes não podem fazer o que bem entendem (linha 40).

Por outro lado, completando o enunciado proverbial do título, por uma perspectiva polifônica, temos:

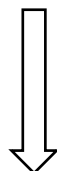


A autora do artigo, no seu percurso argumentativo que ressignifica o provérbio, expõe as jurisdições a que cabe cada instância e as consequências dos atos:

- Quando o Supremo não deixa **{Manda quem pode}**, o Congresso desaprova **{Manda quem pode}** e as representações sociais repudiam **{Manda quem pode}**, os locatário dos palácios (federalis, estaduais e municipais) são obrigados a recuar **{Obedece quem tem juízo}**. Ou, então, a se submeter aos danos decorrentes da insistência **{Não obedece quem não tem juízo}** (linhas 41-43, grifo nosso);
- Depois do fracasso da ofensiva para impedir a instalação e dos esforços para atrapalhar o funcionamento da comissão [da CPI da Covid] **{Não manda quem não pode}**, o governo agora se vê diante da fatura dos prejuízos acumulados desde o início da pandemia **{Não obedece quem não tem juízo}** (linhas 45-48, grifo nosso).

Em sua conclusão, ela reitera a ressignificação proverbial:

- [...] o presidente voltou-se à presumida “autorização” dada por seus seguidores **{Não manda quem não pode}** e anunciou decreto para impedir a execução de medidas restritivas [...] e proclamou que a determinação será cumprida sem contestações (linhas 54-57, grifos nossos).



*Será, se não for ilegal **{Não manda quem não pode}**. Caso fira a lei, será desautorizado pelo arcabouço do direito **{Manda quem pode}** e cairá como tantas outras no vácuo das ameaças vãs **{Não obedece quem não tem juízo}** (linhas 58-59, grifo nosso).*

A estratégia argumentativa amparada no provérbio “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, portanto, cria efeitos de sentido a partir da resignificação do enunciado, na medida em que a negação incide em suas diferentes partes.

Conforme demonstramos nessas análises, o provérbio vai sendo resignificado na medida em que esses novos sentidos vão servindo para compor a argumentação. No Texto 1, a resignificação do provérbio “Onde passa boi passa boiada” advém da mudança da sua estrutura linguística, acrescida dos operadores argumentativos condicional e disjuntivo associados aos enunciados argumentativos que direcionam o efeito de sentido divergente em relação à verdade estabelecida pelo provérbio; portanto, segundo a colunista, *Onde passa boi não passa boiada*.

O Texto 2 traz uma estratégia diferente, já que a resignificação proverbial não incide sobre uma alteração da materialidade. A autora polemiza o sentido do provérbio “Os fins justificam os meios” confrontando-o (o sentido) dialogicamente no próprio texto: ao mesmo tempo em que ela assume a direção convergente da voz proverbial no texto, seus argumentos direcionam para a divergência com essa voz, resignificando-a: *Os fins não justificam os meios*.

O provérbio usado no Texto 3, “A mentira tem perna(s) curta(s)”, entre os demais analisados, é o que sofre maior alteração na sua materialidade no processo de resignificação semântico-pragmática. Resignificado já no título, *De pernas longas [...] a mentira [...]*, a articulista encaminha seus argumentos para a assertiva:

Os mentirosos não são punidos.

Tal como no Texto 2, o provérbio do Texto 4 não sofre alteração em sua estrutura linguística: “As aparências enganam”. A articulista, em seu percurso argumentativo que encaminha a ressignificação do provérbio para uma direção divergente da voz consensual, conclui que *As aparências não enganam (a não ser aqueles que querem ser enganados).*

O provérbio do Texto 5, “Manda que pode, obedece quem tem juízo”, também sofre intervenção em sua materialidade, já que a segunda oração é suprimida; no entanto, ela surge na estrutura argumentativa desenvolvida no texto, reforçando a ressignificação proverbial para *Não manda quem não pode e não obedece quem não tem juízo.*

Portanto, por meio da trama textual, em todos os textos analisados, emergem procedimentos enunciativos semântico-pragmáticos que vão direcionar os interlocutores – leitores do jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja* – a aderirem aos objetivos propostos pelas autoras. Tais objetivos marcam uma construção argumentativa divergente da voz cristalizada e consensual a respeito de uma sabedoria ancestral que o provérbio, como manifestação cultural de uma comunidade, representa.

CONSIDERAÇÕES

A vida é imprevisível; não fazemos a mínima ideia do que nos espera à frente. Podemos nos deparar com o melhor ou com o pior. Daí a necessidade de sermos gratos e desfrutarmos com paixão do tempo que nos foi concedido. A vida é agora.

(ANÔNIMO).

Como já explicitado, nosso *corpus* é composto por textos jornalísticos de caráter opinativo; dentre os variados gêneros jornalísticos, foram privilegiados o artigo e a coluna, publicados em veículos midiáticos de ampla circulação. Desse modo, nosso recorte incidu sobre duas colunas publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* e três artigos publicados na revista *Veja*. Cada um deles traz, ao menos, um provérbio que direciona o percurso argumentativo explorado pelo autor do texto.

As análises realizadas nesta tese incidiram em cinco textos jornalísticos de opinião, cada qual com um provérbio que direciona o percurso argumentativo proposto pelas autoras, conforme explicitado a seguir:

- **Texto 1:** Onde passa boi passa boiada;
- **Texto 2:** Os fins justificam os meios;
- **Texto 3:** A mentira tem perna(s) curta(s);
- **Texto 4:** As aparências enganam;
- **Texto 5:** Manda quem pode, obedece quem tem juízo.

As análises permitiram-nos observar, primeiramente, que o provérbio, como enunciado condutor da orientação argumentativa, aparece tanto no título, conforme ocorre nos Textos 3 e 5, ou no corpo do texto, segundo os Textos 1, 2 e 4. Embora já tenhamos apontado, na Introdução desta pesquisa, que a posição do provérbio não foi considerada critério para a seleção do *corpus*, avaliamos ser procedente retomar tal característica, mesmo que ela esteja imbricada no decorrer das análises.

A respeito da importância do título para a construção e compreensão da macro e microestrutura textual, Coracini (1988) afirma que, nos casos de referências culturais evidenciadas no título, a estratégia enunciativa consiste no aproveitamento do conhecimento prévio do leitor e da memória discursiva para que possam ser possíveis certas adaptações ao componente temático e esse efeito de reconhecimento “[...] é uma estratégia altamente persuasiva (a serviço da persuasão), sobretudo segundo VÉRON (1978) do jornal ou revista do tipo burguês” (CORACINI, 1988, p. 247). Assim é que, na análise do Texto 3, em cujo título o provérbio aparece implicitamente – *De pernas longas: uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir* – verificamos os procedimentos linguístico-cognitivos necessários para o seu reconhecimento. Estratégia diferente do Texto 5, em que o enunciado proverbial do título é facilmente

reconhecido, apesar de a autora ter suprimido parte de seu enunciado – *Manda quem pode* [obedece quem tem juízo].

Em relação aos outros enunciados proverbiais, sua posição é variável. No Texto 1, o provérbio “[...] mas se onde passa boi passa boiada [...]” inicia o último parágrafo (linha 21), fazendo parte, portanto, da conclusão concebida pela colunista. O provérbio “Os fins justificam os meios”, presente no Texto 2, dá início ao segundo parágrafo (linha 5) e, como visto na análise, é a partir dele que a autora vai desenvolver seus argumentos. O Texto 4 apresenta, como primeiro enunciado, o provérbio “As aparências enganam”, semanticamente associado, por meio do operador disjuntivo “mas”, ao enunciado seguinte *só os muitos superficiais não ligam para ela* (linha 1). A este último, a articulista refere-se como “máxima”:

- *Os protestos que irromperam nas últimas semanas [...] preenchem os requisitos para **ambas as máximas**.* (linhas 2-3, grifo nosso).

Essa designação corrobora a dificuldade de definição por nós referida no Capítulo 2, item 2.2 desta tese, quando expusemos que *máxima*, *provérbio*, *ditados*, entre outras denominações, são muitas vezes usados como sinônimos por variados autores, em diferentes épocas e diferentes perspectivas de estudo. Em vista dessa fluidez nominativa foi que optamos pela palavra *provérbio*, conforme explicamos no referido capítulo.

Cabe ressaltar que a articulista, de modo individual e particular, denominou o segmento frasal - *mas só os muitos superficiais não ligam para elas* - como pertencendo ao conjunto de enunciados socialmente cristalizados; entretanto, isso não ocorre, mesmo substituindo a pronominalização anafórica efetuada por elas: *Mas só os muitos superficiais não ligam para as aparências*, confirmando, portanto, a dificuldade de definição aventada por muitos estudiosos e pesquisadores a respeito de uma definição precisa do que seria um provérbio.

Esse fato nos leva à segunda observação: ao mostrar que os provérbios são fruto de uma enunciação coletiva ancestral, na enunciação, eles são modalizados por expressões do tipo “como diz o ditado”, “como se diz”, “como dizia minha avó”, entre outras. Nos textos analisados, e nos outros constantes como exemplares nesta pesquisa, essa não é uma característica presente. Com efeito, apenas os textos “Como ter as coxas de Lula?” e “É sobre isso e está tudo bem” mostrados na

Introdução (Anexo A e Anexo B) apresentam essa propriedade:

- *“Me diga com quem andas e te digo que coxas tens”, já diz o velho ditado.* (Como ter as coxas de Lula?, grifo nosso).

O segundo texto é exemplar dos dois tipos de ocorrências introdutórias do provérbio no discurso: modalizada e não modalizada, além de o enunciado ser referido como “máxima”, o que retoma nossos apontamentos acima:

- [...] *usuário anônimo do site frasesparaorkut.com, fonte também da máxima “se não consegue derrotar o inimigo, junte-se a ele” [...] Manter o otimismo no Brasil em 2021 pode até parecer complicado, mas não se esqueça de que as aparências enganam.* (É sobre isso e está tudo bem, grifo nosso).

Nas demais ocorrências, especificamente nos textos analisados, os provérbios aparecem integrados ao fio do discurso, como nos Texto 1, Texto 2 e Texto 4:

- **Texto 1:** [...] *mas, se onde passa boi passa boiada, não se espere muito dessa ponte [...]* (linha 24);
- **Texto 2:** [...] *Sua verdadeira força sempre foi outra. E faz falta. Os fins justificam os meios. Antes, valia tudo pela causa. Hoje, vale tudo pelo poder [...]* (linhas 4-5);
- **Texto 4:** *As aparências enganam, mas só os muitos superficiais não ligam para elas.* (linha 1).

No Texto 3 e no Texto 5, a introdução do provérbio se faz de modo diverso: enquanto que, no Texto 5, ele compõe o título, no Texto 3, o provérbio “A mentira tem perna(s) curta(s)” sequer é mencionado explicitamente. Cabe ao interlocutor, leitores da revista *Veja*, resgatá-lo por meio das pistas linguisticamente marcadas, as quais descrevemos por ocasião da análise, e de seu conhecimento enciclopédico, recuperando tal provérbio e associando-o ao seu conhecimento superestrutural, que permite o reconhecimento de textos como adequados ao evento comunicativo, bem como sua conexão entre objetivos e estruturas textuais globais.

Koch (2002, p. 62), reflete a respeito da compreensão da leitura afirmando:

Admitindo como certo que não existem textos – escritos ou orais – totalmente explícitos, e que o texto se constitui de um conjunto de pistas destinadas a orientar o leitor na construção de sentido; e, mais ainda, que, para realizar tal construção, ele terá que preencher lacunas, formular hipóteses, testá-las, encontrar hipóteses alternativas em caso de “desencontros” entre o dito e o não-dito [...] a compreensão terá que se dar de forma não-linear, como têm evidenciado, entre muitos outros, Marcuschi e Koch, em vários de seus trabalhos.

A terceira observação que fazemos sobre a resignificação semântico-pragmática dos provérbios aplicados nos textos analisados e, eventualmente, nos outros que serviram de exemplos para alguma característica pontual, incide sobre seu traço moralizante e didático referido por, entre outros estudiosos desse gênero, Rocha (1995), Obelkevich (1997) e Maingueneau (2005). De fato, os provérbios representam um conjunto de saberes de conhecimento moral e prático que orientam os valores, o bom senso e a maneira de fazer as coisas de um grupo social transmitidos por um processo coletivo de aprendizagem.

Conforme mostramos no Capítulo 2, item 2.4, os provérbios *Me diga com quem andas e te digo que coxas tens* / “Diga-me com quem andas e te direi quem és” e *Se não consegue derrotar o inimigo, junte-se a ele* (Anexos 1 e 2) apresentam intenção didática convergente com a finalidade do texto ao qual pertencem. O primeiro, instruindo Jair Bolsonaro a alcançar mais popularidade e, o segundo, ensinando o leitor a mostrar-se feliz nas redes sociais; como já dito, esse didatismo está associado à intenção irônica do texto. Mostramos também, neste Capítulo, que o provérbio *A justiça tarda, mas não falha?* / “A justiça tarda, mas não falha”, diferentemente dos anteriores, tem uma função moralizante ao questionar a aplicação da lei e da justiça.

Nos textos que compõem nosso *corpus*, o provérbio é resignificado pelas autoras, as quais, por meio do sentido cristalizado social e culturalmente, subvertem-no a fim de atender ao propósito argumentativo que contesta esse saber compartilhado. Entretanto, os traços de como o mundo funciona, moralizantes, didáticos ou de aplicação da justiça não são excluídos pela argumentação; ao contrário, eles são assumidos e contestados ou aplicados para compor o sentido seu divergente.

No Texto 1, o provérbio “Onde passa boi passa boiada” foi resignificado para “Onde passa boi **não** passa boiada” com o propósito orientativo de prudência nas relações internacionais e de como funcionam as coisas no mundo político. A colunista adota um tom de advertência a respeito dessas relações ao comentar sobre a

esperança do governo brasileiro de que as ações de Barack Obama irão beneficiar o Brasil: “Cuidado! Mangabeira Unger é amigo de Obama, mas não tem toda essa força política acreditada pelo Brasil/Lula = Cuidado! Onde passa boi, não passa boiada”.

No Texto 2 é o viés moralizante que está em evidência no uso do provérbio “Os fins justificam os meios”. Vimos, na análise do texto, que a voz proverbial, denotando que qualquer iniciativa é válida quando o objetivo é conquistar algo importante, por si só contraria os princípios éticos que regem as relações sociais⁵⁹. A colunista, em uma relação polêmica e dialógica, confronta os sentidos: “Os fins justificam os meios” / “Os fins **não** justificam os meios”: o primeiro, quando assume que as ações de Lula ajudaram Sarney a se manter no Senado – suas atitudes políticas questionáveis, do ponto de vista ideológico-partidário, justificavam-se para obter o apoio do PMDB – e o segundo, ao qual ela adere, que tais ações prejudicaram o PT e não fortaleceram a campanha presidencial de Dilma Rousseff.

O tom ético e moralizante também permeia o Texto 3, acrescido da orientação a respeito do que é verdadeiro e do sentido de justiça. Buscando seus argumentos no provérbio “A mentira tem perna(s) curta(s)”, a colunista discorre sobre as atitudes do presidente Lula e do PT, considerando-as mentirosas inescrupulosas. Contrariando a voz consensual do provérbio, ela alega que esses políticos (Lula e os que são afiliados à legenda) não têm sido punidos por seus atos mentirosos: A mentira tem **perna(s) longa(s)**, portanto. Por outro lado, assumindo um tom moralizante e preditivo, a colunista diz que eles sofrerão consequências políticas, caso insistam em tais atitudes.

O provérbio “As aparências enganam”, no Texto 4, traz a voz da experiência, da observação cotidiana e daquilo que é verdade no mundo a fim de que se tenha prudência no julgamento das ações alheias. Discorrendo sobre as manifestações populares ocorridas em outubro de 2019, a colunista alega que elas aparentam ter as mesmas origens e objetivos, mas não é verdade – “As aparências **não** enganam” ou “Não acredite nas aparências” representam a voz da experiência e, sobretudo, a prudência nos julgamentos precipitados, marcada linguisticamente no título: ***Calma lá com o “outubro vermelho”***.

⁵⁹ Há quem atribua, erroneamente, tal enunciado a Nicolau Maquiavel, autor italiano da obra *O Príncipe*, na qual argumenta que, para manter o poder o Príncipe deve desenvolver características tidas como “não éticas”, como a crueldade e a hipocrisia. No capítulo XVIII, ele diz “Nas ações de todos os homens, em especial dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, o que importa é o sucesso das mesmas”.

No Texto 5, por sua vez, no qual a autora questiona as atitudes do presidente Jair Bolsonaro e de seus seguidores em relação ao poder decisório, o tom didático de como funcionam as coisas no mundo político-democrático direciona a argumentação. A colunista, assumindo a voz enunciativa ***Não manda quem não pode, não obedece quem não tem juízo***, explana a respeito dos limites legais nas decisões sobre assuntos de interesse nacional e das consequências, políticas, especificamente, para quem intenta ultrapassá-los.

O que se percebe nessas análises, portanto, é que as características aventadas pelos pesquisadores e estudiosos do campo paramiológico a respeito dos valores socioculturais imbuídos nos provérbios direcionam a argumentação por meio das funções pragmáticas que se manifestam em três domínios: o previsivo, como nos Textos 3 e 5, nos quais o provérbio ressignificado antevê as consequências da mentira e da desobediência aos preceitos democráticos; o didático, nos Textos 1 e 4, em que as autoras orientam sobre prudência nas relações internacionais e nos julgamentos precipitados e o interpretativo, mais claramente expresso no Texto 2, que encerra uma conclusão a respeito de ações a fim de alcançar determinados objetivos.

Por outro lado, outros traços semânticos como o saber dividido, a ciência popular, a observação de atitudes cotidiana e a reflexão filosófica não estão evidentes nos textos analisados, o que não significa que tais traços não coexistam com os observados nas análises. A título de complementaridade deste estudo, expomos alguns exemplos de provérbios usados nos textos coletados por nós no decorrer da pesquisa e que podem ser exemplares dos traços semânticos alegados. Advertimos que, nessas ocorrências, não foi considerada a direção interpretativa convergente ou divergente, nem suas alterações estruturais e linguísticas. Evidentemente, tais traços indicados por nós não são exclusivos ou peculiares.

- ✓ ***Depois da crise, a bonança*** (título de gráfico - revista *Veja*, 30 de agosto de 2017) = observação de atitudes cotidianas;
- ✓ *Sobre remédios e venenos: por que, como diz o ditado, **a questão é a dose***. (título do artigo de Fernando Grostein Andrade – revista *Veja*, 13 de dezembro de 2017, grifo nosso) = ciência popular;
- ✓ ***Filho de peixe...Cabral, Cunha e Picciani podem estar presos, mas seus herdeiros seguem na ativa: são candidatos a uma vaga na Câmara dos***

- Deputados* (título da reportagem de Fernando Molica – revista *Veja*, 15 de agosto de 2018) = saber dividido;
- ✓ **A ocasião faz a máscara** (título da reportagem de Jana Sampaio – revista *Veja*, 17 de junho de 2020) = observação de atitudes cotidianas
 - ✓ **Pau que nasce torto... não tem jeito, morre torto. Acontece com atletas e acontece com políticos** (Título do artigo de Juca Kfourri – jornal *Folha de S. Paulo*, 3 de julho de 2020) = reflexão filosófica;
 - ✓ **Quem nasce pra pataca nunca pode ser vintém: sobre fecundidade e o desenvolvimento social no Brasil.** (título do artigo de Michael França – jornal *Folha de S. Paulo*, 28 de outubro de 2020) = reflexão filosófica;
 - ✓ **Mais carbono na atmosfera. Mais aquecimento no planeta. Contra fatos não há argumentos. Há mudanças.** (sobrecapa publicitária da revista *Veja*, 28 de abril de 2021) = reflexão filosófica;
 - ✓ [...] **Costuma-se dizer que, quando o sábio aponta para a Lua, o louco olha para o dedo** [...] (trecho da crônica de Ricardo Araújo Pereira – jornal *Folha de S. Paulo*, 26 de setembro de 2021) = reflexão filosófica;
 - ✓ **A saúde brasileira é alvo de crimes cibernéticos e precisa se preparar: a máxima de que é melhor prevenir do que remediar nunca foi tão real** (título do artigo de Antonio José Pereira – jornal *Folha de S. Paulo*, 4 de outubro de 2021) = ciência popular, atitude cotidiana;
 - ✓ [...] **é porque não conhecem a velha máxima de que gato que nasce em forno não é biscoito** [...] (trecho da coluna de Ruy Castro – jornal *Folha de S. Paulo*, 08 de novembro de 2021) = observação de atitudes cotidianas.

Nossa quarta observação sobre a ressignificação semântico-pragmática dos provérbios nos textos analisados recai na desconstrução proverbial. Vimos, no Capítulo 2, item 2.4.1 desta tese, que Grésillon e Maingueneau (1984) alegam que, apesar de o provérbio apresentar propriedades linguísticas específicas, maximizar a validade de um dizer e estabelecer autoridade para um enunciado, ele também serve de antimodelo para as verdades estabelecidas. A partir dessa constatação, os autores definem o procedimento discursivo de *détournement* (desvio) em dois planos: o lúdico e o militante. O primeiro é caracterizado pelo jogo de palavras, sem caráter ideológico e político, ao contrário do segundo, que concede ou subtrai a autoridade do enunciado em favor de interesses diversos.

Considerando que nosso *corpus* é constituído por textos opinativos nos quais o provérbio é contestado em seu sentido veiculador de verdades consensuais, o *détournement* aplicado em tais enunciados é o do tipo militante, levando o interlocutor a ativar o enunciado original para argumentar a partir dele, orientando-o para outro sentido. Direcionando seus estudos para o desvio militante, os autores atribuem duas direções, conforme seu uso: a captação, que aceita a voz proverbial para validar seu enunciado; e a subversão, que evidencia a contradição entre a voz proverbial e a resultante do *détournement*, esta aplicada nos provérbios usados nos textos analisados em nosso *corpus*.



Os enunciados que apresentam as marcas de uma enunciação proverbial, mas não pertencem ao estoque dos provérbios conhecidos, podem ser justificados ao considerarmos que os trechos destacados abaixo não fazem parte da estrutura linguística (estrutura significativa) cristalizada culturalmente no enunciado proverbial:

- no Texto 1 {**Mas, se onde passa boi passa boiada, não se espere muito dessa ponte**};
- Texto 3 {**De pernas longas: uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir**};
- Texto 4 {**As aparências enganam, mas só os muitos superficiais não ligam para elas**};
- Texto 5 {**Manda quem pode Ø**};
- O Texto 2, por sua vez, não apresenta desvio {*Os fins justificam os meios*}.

Tais constatações baseiam-se nas orientações ducrotianas a respeito da constituição do discurso: segundo o autor, dizer que um discurso “[...] é constituído de uma sequência linear de enunciados” (DUCROT, 1987, p. 164) é assumir que a cada segmento corresponde uma escolha relativamente autônoma em relação a outros enunciados. Essa escolha tem a ver com a coesão, pois cada um dos segmentos do discurso é determinado pela escolha do conjunto de enunciados. A segunda hipótese é considerar o discurso constituído por um só enunciado, o que representa independência, já que a escolha dos enunciados faz parte de um conjunto mais amplo, não sendo imposta por outros enunciados (DUCROT, 1987). Na perspectiva da segunda hipótese, por exemplo, temos dois enunciados independentes:


- **Mas, se** onde passa boi, passa boiada {enunciado 1} / não se espere muito dessa ponte {enunciado 2};
- As aparências enganam {enunciado 1} / **mas** só os muitos superficiais não ligam para elas {enunciado 2}.

Em contrapartida, pela primeira hipótese, temos:

- 
- **Mas, se** onde passa boi, passa boiada {enunciado 1} / não se espere muito dessa ponte {enunciado 2};
 - As aparências enganam {enunciado 1} / **mas** só os muitos superficiais não ligam para elas {enunciado 2}.
- 

em que os enunciados têm autonomia relativa, pois estão associados, linguisticamente, em uma manifestação particular no discurso, isto é, uma “ocorrência *hic et nunc*⁶⁰ de uma frase” (DUCROT, 1987, p. 164), determinada pelo conjunto do texto.

Assumindo a primeira hipótese, portanto, é que fazemos as constatações a respeito dos desvios militantes presentes nos textos em nosso *corpus*, os quais serão analisados segundo Grésillon e Maingueneau (1984). Para os autores, há dois níveis de *détournement*: o das *condições genéricas*, quando a alteração recai nos aspectos formais do provérbio e está associada às condições de uso, podendo ser por meio da captação ou da subversão; e o *nível do provérbio original*, quando o desvio da estrutura significante alcança o significado, produzindo outro enunciado. Temos, então:

- 
- **Mas, se** onde passa boi passa boiada, não se espere muito dessa ponte – *détournement* das condições genéricas

⁶⁰ Neste exato instante e local.

- *Mas, se onde passa boi passa boiada, não se espere muito dessa ponte;*
- *De pernas longas: uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir.*

}

subversão

Por outro lado, nesses dois casos a subversão é mais evidente, pois, no Texto 1, o modalizador condicional desvia o efeito perlocutivo⁶¹ da afirmação, enquanto que, no Texto 3, a alteração na sua materialidade linguística (seu significante) subverte inteiramente seu sentido.

- **2ª regra:** nível do significante – quanto maior a semelhança entre o provérbio original, E0, e o provérbio alterado E1, mais forte será o efeito obtido. São procedimentos habituais a substituição de fonemas, ou de termos com semelhança fonética, adição de elementos ou a fusão entre provérbios.

Koch (2008) estende o conceito de *détournement* ao nível do significante às diversas formas de intertextualidade implícita, pois todas elas têm algum tipo de alteração de um texto-fonte visando à produção de sentidos, mas não a ponto de não ser reconhecido. Retomando as operações de retextualização, propostas por Marcuschi, a autora discrimina as operações:

- a) Substituição:
 - de fonemas;
 - de palavras;
- b) Acréscimo:
 - de formulação adversativa;
 - outros tipos de acréscimo;
 - por inversão da polaridade afirmação / negação;
- c) Supressão;
- d) Transposição.

⁶¹ Atos que produzem certos efeitos e consequências sobre o(s) alocutário(s), sobre o próprio locutor ou sobre outras pessoas (PINTO, 2003).

Koch (2008) assevera que os casos de retextualização / *détournement* também se aplicam à teoria polifônica de Ducrot, na medida em que E1⁶² representa o enunciador genérico ON, a voz da comunidade, e E2 o enunciador que contradiz o texto-fonte e ao qual o locutor adere ao proceder a retextualização. Nesse nível, portanto, temos:

- [...] **se** onde passa boi passa boiada [...] Adição de elemento condicional – E0 próximo de E1 – maior efeito;
- *De pernas longas* [...] supressão de termos e substituição de palavras – E0 distante de E1 – menor efeito;
- *Manda quem pode*. Supressão de termo – E0 próximo de E1 – maior efeito.

Os provérbios “Os fins justificam os meios” e “As aparências enganam” não sofreram alteração em seu significante.

- **3ª regra:** nível do significado: a *captação* será bem sucedida se E0 está próximo do significado de E1; na *subversão* E0 é contradito por E1. Considerando a resignificação dos provérbios nos textos analisados, direcionando para a contestação dos valores coletivamente estabilizados e difundidos por E0, a subversão é bem sucedida em todos os eles, conforme foi demonstrado nas análises.

Impendendo o objetivo principal desta pesquisa, podemos comprovar, portanto, que, investigando tais fatos linguísticos do ponto de vista da enunciação e da constituição dos sentidos, abordar o provérbio resignificado semântica e pragmaticamente nos textos jornalísticos de opinião é um modo de recuperar a exterioridade para dentro da língua, cuja estrutura se releva apenas no contexto enunciativo:

⁶² Grésillon e Maingueneau (1984) demarcam o enunciador do provérbio original como E0, acatado em nossas análises.

Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante [...] é apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano. (VÓLOCHINOV, 2021, p. 181).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constituintes da cultura popular oral, os provérbios se assumem, por uma perspectiva dialógica, como um gênero discursivo da comunicação cotidiana: “Cada época e cada grupo social possui o seu próprio repertório de formas discursivas da comunicação ideológica cotidiana” (VÓLOCHINOV, 2021, p. 109). Desse modo, os valores culturais que fundamentam nossa identidade encontram-se presentes nos provérbios, cuja maior valia é testemunhar e estimular a capacidade reflexiva dos indivíduos.

Em linhas gerais, abordamos o tema da enunciação proverbial em textos jornalísticos de opinião observando como estes evidenciam o provérbio em relação à constituição dos sentidos. Um ponto importante que se pretendeu dar destaque neste trabalho é o fato de que determinadas palavras e expressões, em certas situações comunicativas, são dotadas de eficácia argumentativa. Ao enquadrarmos nossa pesquisa nos pressupostos da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa apresentamos as bases conceituais dos processos argumentativos que envolvem as marcas textuais de subjetividade e os recursos semânticos e linguísticos que exercem papel fundamental na articulação do texto.

Para analisarmos a ressignificação da argumentatividade proverbial nos textos jornalísticos de caráter opinativo, admitimos que os operadores argumentativos estão intrinsecamente relacionados aos gêneros textuais aqui considerados, cuja linguagem e estratégias comunicativas visam à eficácia argumentativa pelo discurso. Por outro lado, ao assumirmos que o provérbio não veicula uma informação por si só e que o uso de tal conhecimento estereotipado compartilhado socialmente permite uma compreensão de natureza discursiva, seja ele explícito ou não, assumimos também que os efeitos de sentido pretendidos nos textos analisados são construídos por meio das relações semântico-pragmáticas cujas instruções determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a cada enunciado.

Além disso, admitimos que do provérbio emerge outra voz que não a do produtor do enunciado, a voz de uma comunidade que tem autoridade sobre esse

dizer; seu uso, portanto, é fundamentalmente argumentativo ao se valer dessa autoridade. Entretanto, nossa proposta foi averiguar como a ressignificação (negação) desse saber instituído, aceito como verdade, pode ser usado como argumento de convencimento. Para essa tarefa, além de consideramos a dialogia e responsividade intrínsecas da língua, demonstramos que, como estratégia argumentativa, outras vozes, marcadas linguisticamente, são buscadas para polemizar com os discursos instituídos.

Outro aspecto a ser considerado é que o discurso se constrói em função de uma finalidade, já que, ao usar a língua, o indivíduo exerce uma ação sobre o outro; portanto, além da significação explícita, existem finalidades que se ligam à intencionalidade do locutor e que, muitas vezes pressupostas, revelam-se cruciais para produzir os efeitos desejados. A análise do *corpus*, sem dúvida, evidencia que tais efeitos visam levar o interlocutor a determinados tipos de conclusão com exclusão de outras. Sob esse enfoque, podemos dizer que grande parte da força argumentativa está relacionada às marcas linguísticas capazes de orientar a sequência do discurso. O estudo da forma com que essas marcas atuam no texto como operadores argumentativos também responde a um dos nossos objetivos desta tese.

Por fim, as etapas do trabalho evidenciaram a proposta teórico-discursiva que buscou compreender os processos de significação instaurados nas sequências selecionadas. Ao centrarmos nosso olhar sobre a enunciação proverbial ressignificada, especificamente no discurso dos textos jornalísticos de caráter opinativo, resgatamos sua materialidade enunciativa e discursiva dentro da análise linguística e preenchemos uma lacuna nos estudos desse gênero. De fato, percebemos que o provérbio, em sua materialidade fixa ou alterada, é comumente citado em estudos paramiológicos e paramiográficos por diversas perspectivas as quais, comumente, incidem sobre seu valor de argumento de autoridade, validando o saber coletivo.

Com nosso trabalho pretendemos penetrar na camuflagem dogmática do discurso proverbial, desvendando como a argumentação materializa linguisticamente sua ressignificação, e a tese ora apresentada buscou contribuir para o preenchimento de uma lacuna em tais estudos. Isso nos parece importante, na medida em que, da análise dos mecanismos linguístico-argumentativos, emerge o caráter dialógico-polifônico que possibilita identificar, no restrito quadro das análises efetuadas, que, sob os discursos legitimados e institucionalizados, cujo efeito de sentido parece ser

um, na realidade encontra-se um outro, que a ele se contrapõe mas, paradoxalmente o constitui e ele está presente na sequencialidade discursiva, sendo possível resgatá-lo por meio dos operadores argumentativos que marcam a forma linguística pré-construída. Desse modo, pensamos ter enriquecido a reflexão sobre a constituição dos discursos proverbial e argumentativo.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- AGÊNCIA PRODUTO. Facebook: Agência Produto. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/agenciaproduto/photos/>. Acesso em: 23 out. 2021.
- ALVES FILHO, Francisco. *A autoria nas colunas de opinião assinadas na Folha de S. Paulo*. Tese (Doutorado em) –Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.
- AMARAL, Márcia. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- AMOSSY, Ruth. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.
- AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. Tradução de Rosalice Botelho W. S. Pinto et al. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANDRADE, Fernando Grostein. Sobre remédios e venenos: por que, como diz o ditado, a questão é a dose. *Veja*, [s. l.], 13 dez. 2017.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. Proverbes et formes proverbiales: valeur évidentielle et argumentative. *Langue Française*, Paris, n. 102, p. 95-107, 1994.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. *La parole proverbiale*. Paris: Larousse, 2000.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução e notas: Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, dez. 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a opacidade e a transparência: um estudo enunciativo do sentido*. Revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2004.
- AUZIAS, Jean Marie. *A antropologia contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BAGGIO, Flávia. Como ter as coxas de Lula? *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 26 ago. 2021. Ilustrada, p. C8.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora F. Bernardini; José P. Júnior; Augusto G. Júnior et al. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 1993. p. 71-210.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévsky*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Sergei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2019.

BARROS E SILVA, Fernando de. Nuvens sobre 2010. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 18 maio 2009. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1805200903.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Angela Paiva Dionísio; Judith Chambliss Hoffnagel (org.) Tradução e Adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

BAZERMAN, Charles. *Gênero, Agência e Escrita*. Angela Paiva Dionísio; Judith Chambliss Hoffnagel (org.) Tradução e Adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Revisão Técnica de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1974.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. Revisão Técnica de Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BÍBLIA. Sagrada. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1999.

BONINI, Adair. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis: Insular, 2002.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Os provérbios na Idade Média latina – por um jogo especular histórico-social. In: SILVA, Suzete (org.). *Fraseologia & Cia:*

- entabulando diálogos reflexivos. 2. ed. ampl. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.
- BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2008.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução de Anna Rachel Machado, Pericles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- BURKE, Kenneth. Literature as equipment for living. *In: The philosophy of literary form: studies in symbolic action*. 3. ed. California: University of California Press, 1974.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CALDAS, Waldenyr. *Cultura*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.
- CANDIDO, Antonio. O mundo-proverbio (Ensaio sobre I Malavaglia). *Língua e Literatura – Revista dos Departamentos de Letras da F.F.L.C.H. da USP*, São Paulo, ano I, 1972.
- CANTANHÊDE, Eliane. Mãos à obra. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 01 jan. 2008.
- CANTANHÊDE, Eliane. De volta aos trilhos. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 30 maio 2008.
- CANTANHÊDE, Eliane. Lula engole o PT. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 21 ago. 2009.
- CANTUÁRIA, Manuela. É sobre isso e está tudo bem. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 31 ago. 2021. Ilustrada, p. C6.
- CAREL, Marion. Análise argumentativa do léxico: o exemplo da palavra “medo”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 26-35, jan./mar. 2009.
- CARTA ENCÍCLICA *PACEM IN TERRIS*. PAPA JOÃO XXIII. Roma, 11 abr 1963.
- CARVALHO, Luana. Água dura em pedra mole: desaceleração global chega em meio a um quadro pouco promissor para a base da pirâmide. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 22 nove. 2018
- CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.
- CASTRO, Ruy. Não é biscoito. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 08 nov. 2021.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. *ReVEL*, ed. esp. v. 14, n. 12, 2016.

CAVALCANTE, Mônica M.; PINTO, Rosalice; BRITO, Mariza. Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. *Revista Diacrítica*, v. 32, n. 1, 2018.

CEREJA, William; MAGALHÃES, Tereza Cochar. *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*. São Paulo: Atual, 2009.

CHAPARRO, Manuel Carlos da Conceição. *Jornalismo, discurso em dois gêneros*. Tese (Livre docência) – Universidade de São Paulo, 1997.

CHAPARRO, Manuel Carlos da Conceição. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 2008.

CHARADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

CITELLI, Adilson. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.

COLOCAR no mesmo saco. In: DICIONÁRIO criativo. [S. l. s. n.: 20--]. Disponível em: <https://dicionariocriativo.com.br/expressoes/olha/mistura/392-colocar-saco>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CORACINNI, Maria José R. Faria. O título: uma unidade subjetiva (caracterização e aprendizagem). *Letras e Letras*, Uberlândia, v. 4, n. 1-2, p. 167-188 jun./dez. 1988.

CORDEIRO, Isabel Cristina. *Argumentação e leitura: uma relação de complementaridade*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2007.

COSTA, Lailton Alves da. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo, SP: Metodista, 2010.

COSTA, Sérgio Roberto. (Hiper)textos ciberespaciais: mutações do/no ler-escrever. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 25, n. 65, p. 102-116, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Wv39hSKyWjd7jDGc64Hy3Gh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. 3. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

COUTINHO, Maria Antónia. Schematisation (discursive) et disposition (textuelle). In: ADAM, Jean-Michel; GRIZE, Jean Blaise; BOUACHA, Magid Ali (org.) *Texte e discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004. p. 29-42.

COUTINHO, Maria Antónia. Para uma linguística dos gêneros de texto. *Diacrítica*, Lisboa, v. 19, n. 1, 2005.

COUTO, Edvaldo S. Pedagogia das conexões: compartilhar conhecimentos e construir subjetividades nas redes sociais digitais. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméa (org). *Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar*. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 47-65.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 2º: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DE CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano: 1º: artes de fazer*. 11. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], n. 11, p. 5-16, maio/ago. 1999.

DOLZ, J. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Glais Sales (org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão Técnica e Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Universidad del Valle. Cali, 1988.

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Tradução de Alice Kyoto Miyashiro; J. Guinsburg; Mary A.L. Barros e Geraldo G. de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1988.

ERNEST-PEREIRA, Aracy. Enunciado proverbial: binarismo rítmico e semântico? *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 163-175, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. 2. ed. Curitiba: Criar, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes. Paródia e dialogismo. In: BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz (org.) *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2011.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FEUERWERKER, Alon. A força do convencimento. *Veja*, [s. l.], 27 out. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/alon-feuerwerker/a-forca-do->

convencimento/. Acesso em: 18 mar. 2022.

FIORIN, José Luiz. Semiótica e Comunicação. *Galáxia*, [s. l.], n. 8, p. 13-30, out. 2004.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz (org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2011.

FIORIN, José Luiz. Da necessidade de distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

FRANÇA, Michael. Quem nasce pra pataca nunca pode ser vintém: sobre fecundidade e o desenvolvimento social no Brasil. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 28 out. 2020.

FRASSON, Regina M. Denardin. A intertextualidade como recurso de argumentação. *Revista Letras IV*, Santa Maria, v. 4, p. 85-96, 1992.

FREIRE, Sílvia. Mangabeira Unger quer levar água da Amazônia para o NE. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 17 jan. 2008.

FUJIKURA, Ana Lúcia Carvalho. Provérbios literários e "enxiemplos" da Espanha Medieval. In: LUAND, Luiz Jean (org.). *Oriente & Ocidente: Idade Média: cultura popular*. São Paulo: EDIX/ Centro de Estudos Árabes/DLO - FFLCH/USP, 1995. v. 7. p. 25-30.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar*. 27. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

GREIMAS. Algirdas Julius. *Sobre o sentido*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

GRÉSILLON, Almuth; MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langage*, Paris, n. 73, p. 112-125, mars 1984.

GRYZINSKI, Vilma. Calma lá com o 'outubro vermelho'. *Veja*, [s. l.], 06 nov. 2019.

GRYZINSKI, Vilma. O tique-taque do expansionismo. *Veja*, [s. l.], 31 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/o-tique-taque-do-expansionismo/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua e enunciação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 30, p. 99-103, jan./jun. 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2018.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HANANIA, Aínda Rameza. *Une foiz es la premiere: provérbios franceses medievais*. In: LUAND, Luiz Jean (org.). *Oriente & Ocidente: Idade Média: cultura popular*. São Paulo: EDIX/ Centro de Estudos Árabes/DLO - FFLCH/USP, 1995. v. 7.p. 19-24.

HEYAISAKA. Os provérbios... [S. l.], 05 maio 2020. Brainly: HeyAisaka. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/26495221>. Acesso em: 23 out. 2021.

HONG KONG. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 20--]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hong_Kong> Acesso em 20 nov. 2021.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JUNIOR, Nadir Lara; FRAGA, Ana Claudia. A revista *Veja* e a construção do lugar ideológico para o MST na sociedade brasileira. *Revista FSA* (Faculdade Santo Agostinho), Teresina, v. 10, n. 4, p. 314-333, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/216>. Acesso em: 10 nov. 2021.

KFOURI, Juca. Pau que nasce torto... não tem jeito, morre torto. Acontece com atletas e acontece com políticos. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 3 jul. 2020.

KOCH, Ingedore V. *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KOCH, Ingedore V. *A inter-ação pela linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KOCH, Ingedore V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- KOCH, Ingedore V; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KOCH, Ingedore V; ELIAS, Vanda M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2012.
- KRAMER, Dora. De pernas longas. *Veja*, [s. l.], 12 set. 2018.
- KRAMER, Dora. Manda quem pode. *Veja*, [s. l.], 12 maio 2021.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- LACERDA, Roberto Cortes *et al.* *Dicionário de provérbios: francês, português e inglês*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 7. ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LYSARDO-DIAS, Dylia. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. 2001. 276 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2001.
- MACHADO, Ida Lúcia. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. *In Bakhtiniana*, São Paulo, número 9 (1): 108-128, jan./jul. 2014.
- MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. *In*: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. L'énonciation aphorissante. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 5., 2007, Belo Horizonte. *Conferências [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. A aforização proverbial e o feminino. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A questão do suporte dos gêneros textuais. *DLCV*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, out. 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.) *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARQUES DE MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos de Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, José Marques. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo, SP: Metodista, 2010.

MEIRELES, Cecília. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1991.

MELO NETO, João Cabral de. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MENEGHETTI, Luana. O gigante travou. *Veja*, [s. l.], 29 dez. 2021. <https://veja.abril.com.br/economia/economia-chinesa-travou-em-2021-e-as-ondas-de-choque-devem-continuar/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MESCHONIC, Henri. Les proverbes, actes de discours. *Rhétorique Du proverbe, Revue des sciences humaines*, Lille, n. 163, p. 419-430, 1976.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MIEDER, Wolfgang. Popular views of the proverb. *De Proverbio: Eletronic Journal of International Proverb Studies*, [s. l.], v. 5, n. 2, 1999. Disponível em: <https://deproverbio.com/popular-views-of-the-proverb/#note2>. Acesso em: 18 out. 2021

MIEDER, Wolfgang. *Proverbs: a handbook*. Westport, Connecticut, London: Greenwood Press: 2004.

MOLICA, Fernando. Filho de peixe...Cabral, Cunha e Picciani podem estar presos, mas seus herdeiros seguem na ativa: são candidatos a uma vaga na Câmara dos Deputados. *Veja*, [s. l.], 15 ago. 2018.

MOURA, Heronides Maurílio M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário de sinônimo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NEVES, M. Helena Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2018.

OBELKEVICH, James. Provérbios e história social. In: BURKE, P.; PORTER, R. (org.). *História social da linguagem*. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Argumentação na Antiguidade. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, n. 5, p. 213-225, 2002.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Aspectos diferenciais dos operadores argumentativos e dos marcadores discursivos. In: SANTANA NETO, João Antonio; MACEDO, Joselice; ROCHA, Maria José Campos (org.). *Discursos em análise*. Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2003. v. 1. p. 231-243.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Argumentação: da Idade Média ao século XX. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 109-131, 2004.

OLIVEIRA, Esther Gomes; MACHADO, Rosemeri P. Baltazar. O *ethos* em(cena): a força argumentativa do humor. *Verbum – Cadernos de Pós-Graduação*, [s. l.], n. 3, p. 4-24, 2013.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003b. v. 2.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1992.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni P. Michel Pêcheux e a análise de discurso. *Estudos da Língua(gem)*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. DOI 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 22 out. 2021.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAVEAU, Marie-Anne. Reencontrar a memória. Percurso epistemológico e histórico. Tradução de Carlos Piovezani Filho. In: SEMINÁRIO DE ESTUDO EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001.

PENA, Rodolfo F. Alves. O que é neoliberalismo? *Brasil Escola*, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PEREIRA, Antonio José. A saúde brasileira é alvo de crimes cibernéticos e precisa se preparar: a máxima de que é melhor prevenir do que remediar nunca foi tão real. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 4 out. 2021.

PEREIRA, Ricardo Araújo. Só os filósofos de língua portuguesa podem pensar em coisíssima nenhuma. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 26 set. 2021.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERRIN, Laurent. L'enonciation des proverbes. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude; DARBORD, Bernard; BONNET, Alexandra Oddo (coord.). *La parole exemplaire: introduction à une étude linguistique des proverbes*. Paris: Armand Colin, 2012.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2.

PLANEJATIVO. Disponível em : <https://app.planejativo.com/q/45151/portugues/charges-e-tirinhas>. Acesso em : 23 out. 2021.

PLANTIN, Christian. *Argumentação*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PLATÃO, Francisco S.; FIORIN, José Luiz. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1996.

RAMOS, Arthur. *Estudos de folk-lore*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROCHA, Regina. *A enunciação dos provérbios: descrições em francês e português*. São Paulo: Annablume, 1995.

RODRIGUES, Fernando. Lula salvou o PMDB. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 02 fev. 2009. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0202200904.htm>. Acesso em: 18 mar. 2020.

RODRIGUES, Rosângela H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

ROJO, Roxane H. Rodrigues. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In.*: MEURER, J. L., BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

ROJO, Roxane H. Rodrigues. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? *In.*: SIGNORINI, Inês (org). *[Re] discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 73-108.

ROJO, Roxane H.; BARBOSA, Jaqueline P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ROSSI, Clóvis. A lente da desambiguação. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 03 jan. 2008. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0301200803.htm>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SAMPAIO, Jana. A ocasião faz a máscara. *Veja*, [s. l.], 17 jun. 2020.

SANTOS, Mônica Oliveira. *O provérbio é um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Editora Folha de S. Paulo, 2003.

SCHWARTSMAN, Hélio. A democracia tem futuro? *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2020/07/a-democracia-tem-futuro.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SERRA, Cristina. A fraude do boi bombeiro. *Folha de S. Paulo*, [s. l.], 13 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cristina-serra/2020/10/a-fraude-do-boi-bombeiro.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. *Temporalidades em imagens de imprensa: capas de revistas como signos de olhares contemporâneos*. Maringá: EDUEM, 2011.

SILVA, Jane Quintiliano. Gênero discursivo e tipo textual. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 87-106, 1999.

SILVA, Suzete. Os provérbios bíblicos e a ampla utilização do operador argumentativo *mas* em suas estruturas linguísticas. *In.*: OLIVEIRA, Esther Gomes; SILVA, Suzete (org.) *Semântica e estilística: dimensões atuais do significado e do estilo*. Homenagem a Nilce Sant'anna Martins. Campinas, SP: Pontes, 2014.

SILVA, Suzete; OLIVEIRA, Esther Gomes de. *Somos todos seres proverbiais*. Londrina: Ed. UEL, 2011.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. Gêneros, marcas linguísticas e marcas enunciativas: uma análise discursiva. *In*: SOUZA, Sweder; SOBRAL, Adail (org.) *Gêneros, entre o texto e o discurso: questões conceituais e metodológicas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

STEINBERG, Martha; *1001 provérbios em contraste*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

URBANO, Hudinilson. Uso e abuso de provérbios. *In*: PRETI, Dino. (org.). *Interação na fala e na escrita*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2003.

URBANO, Hudinilson. Recursos fraseológicos populares em crônicas. *In*: PRETI, Dino (org.). *Oralidade em textos escritos*. São Paulo: Humanitas, 2009.

URBANO, Hudinilson. *Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares: desatando nós*. São Paulo: Cortez, 2018.

VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. Organização e apresentação de Ingedore V. Koch. São Paulo: Contexto, 2008.

VEJA. [S. l.]: Abril, 28 abr. 2021.

VOLOSHINOV, Valentin. *Discurso na vida e discurso na arte*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. *In*: *Freudism*. New York: Academic Press, 1976.

VOLÓCHINOV, Valentim. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 3. ed. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova. São Paulo: Editora 34, 2021.

WERLICH, Egon. *Typologie der texte*. Heidelberg: Quelle&Meyer, 1975 [1973].

ZUCON, Otávio; BRAGA, Geslline G. *Introdução às culturas populares no Brasil*. Curitiba: Intersaberes, 2013.

ANEXOS

ANEXO A – “Como ter as coxas de Lula?”

C8 QUINTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2021

ilustrada

Como ter as coxas de Lula?

Embora alegue ter histórico de atleta, Bolsonaro não apresenta mesma boa forma

Flávia Boggio

Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

No começo da semana, a foto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de sunga junto com sua noiva, Rosângela Silva, ficou entre os assuntos mais comentados da internet.

A imagem, capturada pelo fotógrafo Ricardo Stuckert, também foi motivo de comparação com Jair Bolsonaro. Embora alegue ter histórico de atleta, o atual presidente não apresenta a mesma boa forma do petista. Pelo contrário, muitas vezes, suas fo-

tos acabam virando motivo de bullying na internet. A coluna listou algumas medidas que o capitão pode tomar para variar positivamente nas redes.

Musculação

Começar com uma boa série de agachamentos pode ajudar a fortalecer a perna. Bolsonaro também pode caprichar nas flexões de braço, em vez de só balançar a cabeça para cima e para baixo, como fez nas suas visitas à poli-

cia. Com algumas repetições por dia, em pouco tempo, ele já vai notar uma definição no tônus da coxa e dos braços.

Alimentação

O presidente pode adotar uma dieta rica em proteínas, que ajudam na hipertrofia muscular. Um cardápio rico em fibras também favorece a digestão, outro ponto fraco do presidente, que vira e mexe está enfezado. Abandonar mi-
ojo, Coca Zero e pão com lei-

te condensado, não recomendados nem por nutricionistas, nem por gastrônomos, já é um bom começo.

Um bom fotógrafo

O ângulo certo faz toda a diferença. Assim como Lula, o presidente pode andar com bons fotógrafos que saibam captar o melhor ângulo. Diferente do presidente, que só é clicado em trajés constrangedores que deixam vazarrachadinhas indesejadas.

Photoshop

A foto do Lula teve ajuda do Photoshop? Quem nunca? O presidente Jair Bolsonaro pode recorrer ao seu filho antenado às novidades cibernéticas para dar aquele “up”. Certamente o rei das fake news é capaz de fabricar fake coxas.

Coxão x coxinha

“Me diga com quem andas e te digo que coxas tens”, já diz o velho ditado. Andar com as pessoas certas pode fazer bem ao presidente. Quem sabe se o capitão caminhar em meio à população, em vez de garupas de motoqueiros e reuniões com empresários coxinhas, ele possa fortalecer suas coxas e a imagem. Se bem que a segunda parte, com os 64% de rejeição, não tem briga com o STF que salve.

ANEXO B – “É sobre isso e está tudo bem”

C6 TERÇA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2021

ilustrada

É sobre isso e está tudo bem

Negacionismo não é um recurso exclusivo de bolsonaristas

Manuela Cantuária

Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

No tutorial de hoje, vamos aprender uma técnica de maquiagem que está super em alta no Instagram: a positividade tóxica. O segredo é disfarçar a crise sem precedentes que estamos atravessando com um conteúdo despidoradamente autocentrado, carregado com pinceladas de discursos de autoajuda daqueles bem fáceis de achar na internet.

O primeiro passo é deixar to-

do o senso crítico de lado. Não é hora para julgamentos. Se a postagem de uma pessoa sorridente acompanhada da hashtag #goodvibesonly incomoda, esse tutorial é para você.

Eu sei o que passa pela sua cabeça: “Essa pessoa não tem problemas? Não se abala com a brutalidade do contexto sócio-econômico-ambiental? Cadê as sequelas deixadas pela pandemia? Nem um remédio controlado vazando na

cabeceira, nem uma perebinha psicossomática? Só eu que perco um tufo de cabelo cada vez que escuto a voz do Bolsonaro? Onde será que ela comprou essa canga?”

Quando você não pode mudar o ambiente à sua volta, mude a si mesmo, já dizia Buda, Gandhi ou um usuário anônimo do site frasesparaorkut.com, fonte também da máxima “se não consegue derrotar o inimigo, junte-se a ele”. É ho-

ra de apostar todas as suas fichas na única instituição funcionando no Brasil atualmente —o selfie no espelho de biquíni com uma legenda edificante.

Manter o otimismo no Brasil em 2021 pode até parecer complicado, mas não se esqueça de que as aparências enganam. O truque para cobrir tantas imperfeições, conhecidas também como fatos, consiste na base.

Alguns chamam de pen-

samento positivo, eu prefiro negacionismo, o que dá no mesmo. Se você achava que negacionismo era um recurso que só bolsonarista podia usar, é hora de se atualizar.

Muitos influenciadores digitais já embarcaram na tendência, postando registros de suas viagens para um mundo fantástico no qual não existe variante delta, escândalos de corrupção e catástrofes ambientais. Você vai se surpreender com como o negacionismo pode ser instagramável.

Última dica. Essa maquiagem não é a prova de lágrimas e não é adequada para certos ambientes, como fora da internet, por exemplo. Para garantir um resultado homogêneo e duradouro, é só evitar o contato direto com a realidade. Viu como é fácil?

ANEXO C – “Mãos à obra”

ELIANE CANTANHÊDE

Mãos à obra!

BRASÍLIA - Em 2007, crianças brasileiras nasceram porque o anti-concepcional injetável falhou, tomaram leite com soda cáustica e brincaram com brinquedos que produzem ecstasy líquido ou têm excesso de chumbo na tinta – caso de acessórios da popular Barbie. Pára e começa de novo! Ou muda tudo neste 2008 que começa hoje.

A lembrança foi do meu colega da **Folha** Gustavo Patu, pai do Caio e do André e expert na numeralha da economia. Daria para acrescentar, sem traço de humor e brincadeira, os rapazes mal-educados que esbofetearam uma empregada doméstica no Rio, ou a menina jogada numa cela com 20 homens no Pará e o menino torturado até a morte por policiais em Bauru (SP), dentro da própria casa, gemendo a poucos metros da mãe e da irmã.

Que país é este aqui ou esse aí?

Mas 2007 foi também o ano em que a economia bombou, a renda aumentou, os empregos cresceram, a arrecadação foi recorde, milhões de pessoas saíram da linha da po-

breza. Os ventos externos sopraram a favor da ortodoxia, dando razão a Pedro Malan e a Antonio Palocci. A Justiça tarda, mas não falha? Há controvérsias. Já a ortodoxia tardou, mas não está falhando.

Neste novo ano, é fazer o sucesso do país e dos números chegar ao cidadão e à realidade, especialmente às nossas crianças de norte a sul. As que tomam leite e têm brinquedos e, com urgência, às que são obrigadas a se prostituir para sobreviver e às suspeitas de roubar motos para compensar o desamor. Que não caíam mais nas garras da polícia que trucida, mas sejam acolhidas pela que é paga para salvar.

A violência atinge todos, e não apenas os ricos, os compositores e atrizes que têm carros blindados e vão parar nas capas dos jornais. As vítimas mais frágeis são as crianças – e, entre elas, as mais pobres.

Cabe a todos, governantes, legisladores e cidadãos, protegê-las.

Mãos à obra e ótimo 2008!

elianec@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

De volta aos trilhos

WASHINGTON - O governo brasileiro pode respirar aliviado. Se tendia a apoiar por baixo dos panos o candidato republicano —conservador, portanto—, John McCain, não precisa mais desse vexame.

O Brasil de Lula preferia um republicano por birra, já que Hillary e Bill Clinton eram mais identificados com FHC e Ruth Cardoso, e George W. Bush é um bom companheiro do atual governo.

Sem Hillary —que está virtualmente fora da eleição, apesar de não arredar pé—, Lula, o PT e o Itamaraty já podem voltar aos trilhos democratas. Para sorte deles, Barack Obama tem tudo a ver: primeiro negro a concorrer a presidente da maior potência, discurso convenientemente progressista, métodos modernos de fazer política e campanha. Até Hugo Chávez terá que rever sua retórica, porque era moleza atacar Bush, mas não vai ser fácil chamar Obama de “el diablo”.

O governo brasileiro, portanto, não tem mais nenhum pretexto para simpatizar com um republicano,

contra um democrata, ainda mais porque McCain não é amigo e aliado de Bush, apenas correligionário. Um quer distância do outro.

Entra em cena, assim, Mangabeira Unger, o ministro do tudo e do nada e um dos neo-chanceleres, que foi professor de Obama em Harvard, virou seu amigo e é um facilitador natural dos contatos entre ele e Lula. Se o ministro é capaz de propor um aqueduto entre a Amazônia e o Nordeste, certamente será capaz de construir uma ponte entre o Planalto e a Casa Branca depois das eleições de novembro.

Mas, se onde passa boi passa boiada, não se espere muito dessa ponte. Obama pode ser um barato, uma boa onda, mas ninguém aqui em Washington acredita que realmente vá mudar um milímetro a política norte-americana para a América do Sul e o Brasil, particularmente. Aliás, fosse com a própria Hillary, seja com Obama ou com McCain, uma coisa é certa: a prioridade está muito longe de Brasília.

elianec@uol.com.br

ANEXO E – “Lula engole o PT”

ELIANE CANTANHÊDE

Lula engole o PT

BRASÍLIA - OK, o PT “continua forte”, como diz Lula, mas é preciso definir o que é ser “forte”. O PMDB, por exemplo, é fortíssimo. Tem o maior número de governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores. É isso que o PT quer? Virar um PMDB? Sua verdadeira força sempre foi outra. E faz falta.

Os fins justificam os meios. Antes, valia tudo pela causa. Hoje, vale tudo pelo poder. Ao jogar fora os escrúpulos de consciência (como faziam ministros civis na ditadura) para garantir o apoio do PMDB a Dilma Rousseff, Lula pode ter não apenas humilhado e rachado o PT no Senado mas conseguido o inverso do que queria.

Senão, vejamos: Lula agarrou-se a Collor, a Renan, a Jucá, desprezou o passado, sacrificou a bandeira mais cara do PT, dividiu a bancada, enlouqueceu o líder Mercadante, empurrou Marina Silva para a campanha presidencial e levou Flávio Arns a gritar que tinha “vergonha” do partido. E salvou Sarney.

Isso enfraquece a alma do PT, mas não fortalece a aliança com o

PMDB para 2010. O apoio a Dilma não depende de Sarney estar ou não na presidência do Senado, depende da força e da capacidade de vitória que ela demonstrar.

E qual foi o resultado de toda a operação de Lula pró Sarney? Desde que lançada ao vento, a candidatura Dilma nunca esteve tão fragilizada, cheia de interrogações e pressionada. O que seria uma polarização Dilma-Serra, como operava Lula, virou uma campanha sortida, com Marina empunhando a bandeira do desenvolvimento sustentável e Ciro Gomes com os mesmos índices de Dilma nas pesquisas.

A esta altura, o PMDB está menos preocupado com Sarney e mais com o que acontece, ou vai acontecer, com as chances de Dilma. Ou seja: Lula e o PT pagam um alto preço por tirar o pescoço de Sarney da guilhotina, mas podem ter afastado, em vez de ter atraído, o apoio do “forte” PMDB. Que fica com Dilma se for para ganhar e pula fora se for para perder. Simples assim.

elianec@uol.com.br

ANEXO F – “De pernas longas”



DORA KRAMER

DE PERNAS LONGAS

Uma vez consentida, a mentira é obra difícil de demolir

O PROBLEMA da mentira não é tanto o mentiroso, pois a ele cabe apenas sustentar a invencionice adicionando ponto sobre ponto ao próprio conto conforme a conveniência. Mais complicada é a situação de quem trata com condescendência a mentira na ingênua fé de que a verdade é submissa ao poder soberano dos fatos. Nem sempre.

Disso vem dando notícia o PT desde que assumiu a Presidência qualificando de “herança maldita” o legado da estabilidade econômica, enquanto se preparava para aderir ao festim diabólico da roubalheira patrocinado havia décadas por seus novos companheiros de uma jornada cuja meta seria a formação de um consórcio de poder perpétuo.

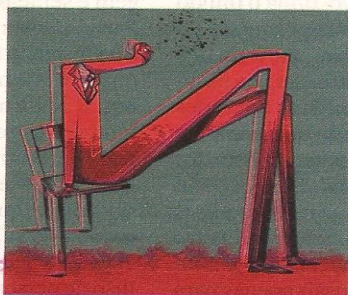
De memória fraca, a maioria ignorou um fato: o ambiente estável foi uma conquista coletiva, decorrente da adesão do país a um plano que o governo sozinho não teria dado conta de executar. Inexperiente no exercício do cotejo entre palavras e atos de seus governantes, ficou indiferente às incongruências factuais, preferindo ser feita de boba pelo falatório diário conversor de mentiras pela via da repetição.

Assim, sob consentimento quase geral, operou Lula durante anos, antes e depois do poder. Daí não é de surpreender a capacidade do PT de não apenas se adaptar às vicissitudes como tirar bom proveito delas. A mentira é obra que se constrói com muita facilidade. Difícil de destruir, entre outros motivos porque tem como alicerce a desonestidade. O trapaceiro não tem compromisso com a regra; já larga no lucro quando é aceito no jogo, e na dianteira fica em relação

aos demais que atuam dentro de restrições legais, morais, educacionais, sociais e/ou institucionais.

Eis a razão pela qual Lula e o PT permanecem no centro da cena política apesar de todos os pesares: falta de escrúpulos. Contra o desrespeito deslavado às leis, a afronta a decisões judiciais e a ausência total de espírito público pouco há que fazer além de aguardar que o tempo dê seu jeito. São tão emaranhados e erráticos os caminhos do fingidor que uma hora termina prisioneiro do próprio labirinto.

Lula e o PT montaram esse tipo de armadilha e seguem na direção dela. Mas como, se fazem o maior sucesso? Digo como: apostando tudo na sobrevivência da fama de uma pessoa e confessando, assim, que o partido só tem um ativo; com isso deixando de investir nas eleições estaduais e parla-



WEBERSON SANT'AGO

mentares, o que equivale ao enfraquecimento da legenda e consequente perda de importância no jogo político.

O petismo já largou a ponta da toalha, pois só quem se dá por perdido admite correr tantos riscos. Quais sejam, os de perder espaço no horário eleitoral, ficar reduzido a representação irrisória no Congresso, transformar a preferência nas pesquisas numa montanha de votos nulos por insistência em candidatura nula de origem, passar à história como campeão de derrotas na Justiça e, o risco maior de todos, ganhar a eleição sem ter como cumprir a promessa de fazer “o Brasil feliz de novo”.

Essa canoa já virou, e foi a benevolência geral para com os caprichos autorreferidos do PT o que a fez virar. ■

ANEXO G – “Calma lá com o ‘outubro vermelho’”



VILMA GRYZINSKI

CALMA LÁ COM O “OUTUBRO VERMELHO”

Saco de gatos: unificar os protestos mundiais é truque intelectual

AS APARÊNCIAS enganam, mas só os muito superficiais não ligam para elas. Os protestos que irromperam nas últimas semanas em países muito, muito diferentes preenchem os requisitos para ambas as máximas. Criam a ilusão de que o mundo está passando por levantes populares guiados por causas comuns — falsa, evidentemente. Mas também não é possível ignorar os pontos de contato: a rapidíssima capacidade de mobilização propiciada pelas redes sociais, o efeito contágio, o ódio aos poderes estabelecidos e a facilidade com que esse ódio extravasa qualquer limite razoável, exatamente como acontece nas conversas digitais. As simpatias ideológicas também influenciam a visão dos protestos. Alinhamentos mais à direita arregalam os olhos para as quase inacreditáveis manifestações de Hong Kong contra tudo o que venha de Pequim, e jovens cantam o hino nacional americano. Para não falar na Bolívia, onde a contagem dos votos foi interrompida quando Evo Morales ia para o segundo turno e, retomada 24 horas depois, lhe deu, límpido como uma folha de coca ao fim de um dia de mastigação, o quarto mandato presidencial. A esquerda, claro, só pensa no “outubro vermelho”, o encadeamento de protestos que começou no Peru, passou pelo Equador e agora incendeia o Chile. Este, por motivos autoevidentes, o mais importante: dar por fracassados todos os esforços — e sacrifícios — para tirar o país do lodaçal latino é questão de honra para comprovar a falácia do projeto “neoliberal”. A derrota de Mauricio Macri já estava escrita em todos os muros da Argentina, mas a explosão do Chile é a cereja do bolo de quem ainda usa a antiquada expressão.

“Colocar tudo no balaio dos indignados é reducionismo”

É excesso de coincidências ou coincidência na incitação dos excessos? “A teoria da conspiração sustenta que, na América Latina, Cuba entra com o trabalho de inteligência, o regime de Maduro entra com o dinheiro e a Rússia, com a tecnologia digital que ajuda a semear o caos e promover os protestos”, escreveu Moisés Naím. Como analista arguto, o venezuelano não desce todas as fichas nessa teoria, mas também não a descarta como maluquice. A lógica aceita várias análises porque as manifestações no Chile não são monolíticas. Os black blocs que quebram e incendeiam tudo são diferen-

tes das colegiais de saia curta que sobem nas catracas do metrô e fazem cara de Greta que são diferentes das pessoas que aproveitam a onda para saquear lojas e mercadinhos que são diferentes dos cidadãos que marcharam pacificamente no sábado com uma longa lista de reclamações.

Colocar tudo no balaio dos “indignados”, palavra cunhada na Espanha quando ainda não estava espiritualmente incinerada pela renovada explosão da Catalunha, é de um reducionismo atroz. Para não falar no Líbano, onde a “revolução do WhatsApp” — um imposto que agravaria as ligações gratuitas — parece surfar a onda da juventude rebelde e já produziu o maior resultado: a renúncia do primeiro-ministro Saad Hariri. O verdadeiro pano de fundo: cristãos, sunitas e até, bravamente, alguns xiitas revoltaram-se, acima de tudo, contra o domínio do Hezbollah. Um domínio tão absoluto que Hariri, cujo pai foi assassinado pelo Hezbollah em 2005, só estava no governo por ter virado um parça do grupo xiita. Nesse caso, as aparências só enganam quem quer ser enganado. ■

ANEXO H – “Manda quem pode”



DORA KRAMER

MANDA QUEM PODE

EM MATÉRIA de manifestações de rua, não há dúvida de que os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro marcam vantagem no placar do embate ora em curso no país. Entre outros motivos, porque aglomeração é com eles mesmos.

O 1º de Maio deste ano mostrou que são bons de mobilização dos seus, ainda mais quando não há o contraponto para que se estabeleça uma comparação. Como não vivemos tempos normais, não há como saber se um movimento de oposição ao governo reproduziria a maioria de insatisfeitos expressa nas pesquisas de opinião.

A impossibilidade de medição retira o confronto de posições da cena e reduz o efeito das manifestações. Daí o espaço relativamente discreto dado no noticiário aos atos daquele sábado, motivo de muita reclamação e acusações de parcialidade por parte da imprensa, que estaria com isso dando vazão à hostilidade contra o presidente da República. A queixa denota desconhecimento sobre a dimensão relativa de fatos.

A ausência de noção precisa a respeito do funcionamento das coisas em regimes de equilíbrio institucional, contra o qual se insurgem os devotos do presidente, evidenciou-se mais uma vez na escolha da pauta do, digamos, protesto, cuja palavra de ordem era “autorizamos”. Uma resposta à declaração de Bolsonaro dias antes de que aguardava apenas “um sinal” do povo para “tomar providências”.

O presidente quis mostrar-se disposto a atuar na consecução de um fim. Qual seria ele, não explicitou, mas seus apoiadores foram às ruas sem ambiguidades na exposição de alguns desses objetivos a ser alcan-

çados: convocação das Forças Armadas para atuar contra as medidas restritivas no enfrentamento à pandemia, defesa da liberdade diante de ações autoritárias do Supremo Tribunal Federal, adoção do voto impresso e apoio ao presidente “até para a guerra” se necessário for.

Com esse cardápio, os manifestantes “autorizavam” o presidente a agir. Não levaram em conta, contudo, um dado da realidade democrática: o poder de autorizar ou desautorizar governantes ao que quer que seja não é dos gritos de fiéis no meio da rua. É da Constituição e das instituições.

“A vontade de devotos não se sobrepõe à Constituição, detentora do real poder de ‘autorizar’ atos de governantes”

Esse tipo de descolamento do mundo real patrocina batalhas de cunho ilusório que tendem a cair no vazio. Onde os meios de comunicação não podem lhes conferir a importância que gostariam sob pena de embarcar na fantasia transmitindo informações falsas à população, dando a impressão de que aquelas reivindicações são substantivas e exequíveis.

Em última instância, quem manda é a lei maior. Na democracia, obedece quem tem juízo suficiente para se ater aos ditames que regem a civilidade, determinam deveres, as-

seguram direitos e, sobretudo, impõem limites às tentativas de subversão dessa ordem.

Impressiona como o presidente e companhia insistem em esmurrar a ponta dessa faca ante os inúmeros exemplos de que essa é uma luta perdida. Simplesmente porque governantes não podem fazer o que bem entendem.

Quando o Supremo não deixa, o Congresso desaprova e as representações sociais repudiam, os locatários dos palácios (federais, estaduais e municipais) são obrigados a recuar. Ou, então, a se submeter aos danos decorrentes da insistência.

Está aí a CPI da Covid para demonstrar quanto são inúteis tentativas de se combater no campo oposto ao da força dos fatos. Depois do fracasso da ofensiva para impedir a instalação e dos esforços para atrapalhar o funcionamento da comissão, o governo agora se vê diante da fatura dos prejuízos acumulados desde o início da pandemia.

Os trabalhos mal começaram e o panorama das ações e omissões do Planalto já foi devidamente desenhado, cabendo à comissão daqui em diante detalhá-lo. Nos primeiros depoimentos ficou patente a completa falta de argumentos dos integrantes alinhados ao Planalto para cumprir a tarefa de mostrar que o governo, além de ter feito tudo certo, tampouco foi omissivo na gestão da crise sanitária.

Praticamente vencido nesse ringue, o presidente voltou-se à presumida “autorização” dada por seus seguidores e anunciou decreto para impedir a execução de medidas restritivas tomadas por governantes locais e proclamou que a determinação será cumprida sem contestações.

Será, se não for ilegal. Caso fira a lei, será desautorizado pelo arcabouço do direito e cairá como tantas outras no vácuo das ameaças vãs. ■

■ Os textos dos colonistas não refletem necessariamente as opiniões de VEJA

ANEXO I – “A canoa virou”

A CANOA VIROU**Músicas Infantis**

A canoa virou	Foi por causa da menina
Pois deixaram ela virar	Que não soube remar
Foi por causa da menina	
Que não soube remar	Se eu fosse um peixinho
	E soubesse nadar
Se eu fosse um peixinho	Eu tirava a menina
E soubesse nadar	Do fundo do mar
Eu tirava a menina	
Do fundo do mar	Siri pra cá
	Siri pra lá
A canoa virou	A menina é bela
Pois deixaram ela virar	E quer casar

Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/temas-infantis/956057/>. Acesso em: 27 nov. 2021.